

Procuradoria denuncia presidente por caso Wal

O Ministério Público Federal pediu à Justiça a condenação de Jair Bolsonaro por improbidade em ação ligada ao caso da ex-secretária parlamentar Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí. Em 2018, a Folha revelou que ela era funcionária fantasma no gabinete de Bolsonaro, então deputado. **Política A6**

A pandemia em 22.mar

Dados das 20h

POPULAÇÃO VACINADA

No Brasil

Até menos uma dose (dose única ou 1ª dose) **83,7%**

1º ciclo vacinal completo (dose única ou 2ª dose) **74,2%**

Dose de reforço **34,3%**

ESTÁGIO DA DOENÇA

Óbitos

Média móvel

303 -34,0%*

Em 24 h

410

Total

657.773

*Variação em relação a 14 dias

Acuado, ministro minimiza favor de Bolsonaro a pastores

Ribeiro, do MEC, disse em áudio que presidente pediu para atender religiosos

O ministro Milton Ribeiro (Educação) tentou reduzir o peso de uma gravação na qual diz priorizar solicitações de verbas para prefeituras vindas de dois pastores sem cargo público a pedido do presidente Jair Bolsonaro (PL).

O áudio foi revelado pela Folha, e a operação dos pastores, pelo jornal O Estado de S. Paulo. Ontem, Ribeiro cancelou agenda e emitiu nota para afirmar que Bolsonaro pediu para receber, não favorecer, os religiosos.

Integrantes da oposição acionaram órgãos de fiscalização e pediram para convocar o ministro e abrir investigação. Houve ainda questionamento de sua conduta na bancada evangélica — Ribeiro também é pastor.

No áudio revelado segunda (21), o titular do MEC cita Gilmar Santos e Arilton Moura como intermediários na alocação de verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Na nota, ele nega favorecê-los. **Política A4**



Com o rosto queimado, a ucraniana Haliana Ivanivna, 63, convalesce no Hospital Regional de Zaporíjia após o abrigo que ela administrava em Mariupol ser atacado. **André Liohn/Folhapress**

Deltan é condenado a indenizar Lula por PowerPoint

A 4ª Turma do STJ decidiu que o ex-procurador da República Deltan Dallagnol deve pagar R\$ 75 mil por danos morais ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por "ataques à honra", após uma apresentação de PowerPoint reproduzida em painel. Cabe recurso. **Política A7**

YouTube tirará do ar falsas alegações de fraude em 2018

Política A7

Doméstica 'escravizada' deve receber R\$ 350 mil

Corte decide que mulher mantida em situação análoga à escravidão em área nobre de SP deve ser indenizada por ex-patrões. **A13**

Helio Beltrão Devemos aceitar o curador-mor?

A recente dança entre Telegram e STF é o treino para as eleições, quando o STF escalará de curador-mor o TSE. A torcida dos adversários do presidente é que achem justificativa para derrubar seus canais pessoais. Se ocorrer, suspeito que o efeito será o oposto do esperado. **Mercado A26**

Concurso militar ganha força com afago do governo

Uma das bases de apoio de Jair Bolsonaro, a carreira militar tem ganhado força com concursos públicos. Em 2021, foram 2.605 vagas abertas nas Forças Armadas, ante 739 para outros setores públicos federais. As matrículas num curso preparatório militar quadruplicaram. **Mercado A13**

Ucraniana reconta desespero após ataque russo a abrigo

Apenas algumas colunas sobram do prédio onde Haliana Ivanivna mantinha sua hospedaria em Mariupol, relata André Liohn. Antes da guerra, o antigo dormitório soviético, uma construção de nove andares de concreto e aço, era usado por funcionários da indústria metalúrgica local.

Quando o conflito eclodiu, a prefeitura procurou Haliana. Assim, o local que alojava 60 pessoas passou a abrigar 172, sendo 50 crianças. Em 2 de março, bombas castigaram o edifício. No dia 15, um ataque com dezenas de foguetes atingiu o lugar onde ela e outras mulheres preparavam a refeição. **Mundo A11**

EDITORIAIS A2

Ideias sem refino

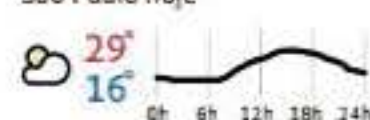
Sobre teses intervencionistas retomadas por Lula.

Atrasado e desigual

Acerca de números do saneamento básico no país.

ATMOSFERA

São Paulo hoje



| | Hoje | Amanhã |
|----------|-------|--------|
| Rio | 18 31 | 18 33 |
| Brasília | 17 29 | 17 30 |
| Ribeirão | 19 31 | 20 32 |

Fonte: www.climatempo.com.br



Zanone Fraissat/Folhapress

CRACOLÂNDIA FICA VAZIA APÓS USUÁRIOS SE DISPERSAREM

Família passa pela al. Dino Bueno, antes lotada de pessoas consumindo drogas; polícia diz que dispersão foi ordenada pelo tráfico, enfraquecido por operação que já prendeu 92. **Cotidiano B1**

Ilustrada C1 e C2

Pinacoteca recebe maior retrospectiva da carreira da artista Adriana Varejão

Ambiente B6

Temperatura e chuvas intensas têm aumentado no Brasil, indica estudo

Esporte B7

Presidente do COB planeja mais medalhas e define base para Paris-2024

Chuva e lama dificultam buscas por avião que caiu na China

Equipes enfrentavam ontem chuva e lama na busca de vestígios do Boeing da China Eastern que caiu com 132 a bordo. Companhia admite mortos, sem dar detalhes. **A12**

SP começa a aplicar 4ª dose para 70 anos ou mais dia 29 B4

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman,
Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,
Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,
Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Paulo Narcélio Simões Amaral
(financeiro, planejamento e novos negócios), Marcelo Benez (comercial)
e Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Ideias sem refino

Líder nas pesquisas, Lula reabilita teses que levaram à catástrofe econômica da gestão petista

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reabilita com notável frequência as ideias responsáveis pelo maior fracasso da política econômica brasileira neste século, façanha que ele divide com a sua sucessora, Dilma Rousseff. O político petista, que parte para a sua sexta candidatura ao Planalto como primeiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, pretende convencer o público incauto de que a privatização da BR Distribuidora tem relação com a alta atual do preço dos combustíveis. Fala como se uma distribuidora, que apenas transfere produto de um local para outro, tivesse o condão de fabricar diesel, gás e gasolina. Ou talvez sugira que uma estatal pudesse amargar prejuízos para vender a preços mais baixos, a fórmula que quase levou a Petrobras à bancarrota na gestão Rousseff. A conjectura simplória — e errada — de que, por ter custos em reais, a gigante brasileira do petróleo poderia praticar preços descolados da cotação internacional da commodity sem incorrer em perdas ou ameaçar o país de desabastecimento permeia discursos demagógicos como o do ex-presidente. O Brasil precisa importar uma parcela dos derivados que consome. Se a Petrobras adotasse preço abaixo dos internacionais no mercado interno, a importação ficaria insustentável economicamente, criando o risco de falta de combustíveis nos postos. Foi essa ameaça que obrigou a estatal a aplicar reajustes bruscos há duas semanas. Mas o populismo não desiste fácil nem aprende com as capotagens do passado recente. A solução, afirmou Lula nesta terça (22), seria “construir mais refinarias”. O complexo pernambucano de Abreu e Lima — prejuízo irrecuperável de US\$ 18,9 bilhões, segundo o TCU — e as obras abandonadas ainda na terraplanagem de refinarias no Ceará e no Maranhão — perdas de R\$ 2,8 bilhões —, sem falar da corrupção que jorrou desses projetos, deveriam fazer corar um político petista que cogite novas aventuras bilionárias nessa área. A inclinação intervencionista do ex-presidente não chega a provocar surpresa. É assim que pensavam e continuam a pensar ele e o PT sobre a condução ideal da economia. Caso vença a eleição, tudo indica que tais ideias permanecerão no radar do governo, ainda que sujeitas a resistências internas — na coalizão política de sustentação — e externas — nas condições objetivas para a repetição dos experimentos “desenvolvimentistas”. Sobre o segundo aspecto, o horizonte se apresenta bem mais carregado agora do que nas outras vezes em que o mandachuva petista iniciou um governo. A situação das contas públicas deteriorou-se sobremaneira, e novos erros poderão deflagrar uma crise colossal.

Atrasado e desigual

Números do saneamento mostram disparidades regionais e vexame nacional a ser superado

Todos os dias, mais de 5,3co piscinas olímpicas de esgoto são despejadas sem tratamento nos rios e no litoral brasileiros. Chocante, o dado dá a dimensão do atraso nacional no saneamento básico, verdadeiro déficit civilizacional que o país segue longe de superar. Uma nova radiografia desse fracasso — que, além de afetar a saúde pública e o bem-estar humano, tem consequências deletérias sobre o ambiente — está em ranking do Instituto Trata Brasil. Por meio de 12 indicadores, baseados em dados de 2020, o instituto expôs o cenário — e a desigualdade — do saneamento nas cem cidades mais populosas do país. Se é verdade que, nesse grupo, 94,4% da população conta com acesso à água tratada, marca próxima da universalização, também é fato que capitais como Porto Velho e Macapá ostentam índices vexaminosos, abaixo de 38%. No país, o atendimento fica em 84,1%. Água encanada, ressalte-se, é o quesito em que a situação se encontra melhor. Quando se consideram coleta e tratamento de dejetos, o quadro se mostra desolador. A média nacional de coleta de esgoto é de 55%, ante 75,7% na média dos cem maiores municípios. Contudo, apenas duas cidades da

amostra, as paulistas Piracicaba e Bauru, atendem 100% de suas populações. Na ponta de baixo, aparece Santarém (PA), onde menos de 5% têm acesso ao serviço. Pior ainda se mostra a taxa de tratamento de esgoto. No país, a média é de meros 51%, percentual que chega a 64% nos 100 maiores municípios. Mas, enquanto os 20 primeiros colocados tratam 81% de esgoto, nos 20 piores são 25%. Vistos em conjunto, os indicadores evidenciam uma enorme disparidade regional. Os estados de São Paulo e Paraná concentram 14 das 20 cidades mais bem colocadas no ranking; nos 20 últimos predominam municípios de Norte e Nordeste (incluindo 9 capitais). O novo marco do saneamento, que abriu espaço para maior participação do setor privado, traz esperanças de que esse abismo possa enfim ser transposto. Desde a aprovação da lei, em julho de 2020, o setor atingiu R\$ 42,2 bilhões em investimentos contratados. Há que vencer resistências do corporativismo e da baixa política para alcançar a meta de universalizar até 2033 o acesso a água, coleta e tratamento de esgoto. Parafraseando a máxima de Millôr Fernandes, no saneamento o Brasil tem um enorme passado pela frente.

Banca do Antfer
Telegram: <https://t.me/bancadoantfer>
IssuHub: <https://issuHub.com/user/book/1712>
IssuHub: <https://issuHub.com/user/book/41484>



Putin veio para confundir

Hélio Schwartzman

Vladimir Putin bagunçou de vez aquilo que já andava meio confuso. Falo da dicotomia esquerda-direita. O autocrata russo recebe o apoio de várias alas da esquerda mundial por causa principalmente do antiameiricanismo. Já a direita celebra Putin porque ele é, bem, de direita... Das de suas características mais salientes são o conservadorismo e o autoritarismo. Quão úteis ainda são as noções de esquerda e direita? Elas surgiram como um achado empírico. Na França pré-revolucionária, os deputados que se sentavam à direita da cadeira reservada ao rei na Assembleia (nobres e clero) defendiam as teses conservadoras, e os que se sentavam à esquerda (a burguesia) queriam mudanças. Eram, portanto, conceitos bastante informativos, já que a distinção era nítida e dava conta dos principais dilemas políticos. O problema é que o mundo foi se tornando um lugar mais complexo e a dicotomia ficou menos informativa. Hoje, ouvir de uma pessoa que ela se considera de esquerda não per-

mite mais prever como se posicionará, por exemplo, em relação à guerra na Ucrânia ou mesmo à liberdade de expressão, que já foi bandeira esquerdista. Muitas das distinções se fazem atualmente com base na genealogia do grupo com o qual o indivíduo se identifica. Se você é simpaticista do PT, é de esquerda. Mas mesmo isso está se tornando problemático. É só ver que Geraldo Alckmin será um cacique do Partido Socialista. Até existiriam alternativas mais científicas para proceder a classificações ideológicas. Gosto particularmente do sistema concebido por Jonathan Haidt, baseado em combinações de um núcleo de sentimentos morais básicos. Mas a proposta não pegou. Ela gera diagnósticos muito nuançados, que, se ganham em precisão, perdem ao deixar de lado as delícias do enquadramento binário. Receio que, quando evocamos esquerda e direita, estamos mais interessados em nos exibir para o mundo do que em entendê-lo. helio@uol.com.br

Por trás da fachada conservadora

Bruno Boghossian

Jair Bolsonaro distorceu as funções do Ministério da Educação quando submeteu o ensino do país à cartilha de grupos religiosos. Com um pastor no comando do órgão, o governo quis decidir o que pode ser dito na escola e cobrado em provas oficiais. Por trás dessa fachada conservadora, havia outros interesses em jogo. Há mais de um ano, líderes evangélicos controlam uma cota milionária de verbas no ministério, como mostrou o jornal O Estado de S. Paulo. Os pastores Gilmar dos Santos e Arilton Moura não ocupam cargos oficiais, mas definem a agenda de autoridades da pasta e negociam a liberação de dinheiro para municípios. A dupla não alcançou todo esse prestígio por acaso. Como revelou uma reportagem da Folha, o próprio ministro Milton Ribeiro admitiu, numa conversa gravada, que o governo prioriza o envio de dinheiro aos prefeitos “que são amigos do pastor Gilmar”. Ele disse ainda que o favorecimento era “um pedido especial” do presidente da República. Tudo indica que Bolsonaro entre-

gou uma fatia do governo federal aos pastores para favorecer a expansão da rede de igrejas controlada pela dupla. Na gravação, o ministro da Educação indica que a contrapartida esperada dos políticos era um “apoio sobre construção das igrejas”. Ribeiro fala como se fosse quase um sócio dos lobistas: “O apoio que a gente pede não é segredo”. O toma lá dá cá vai além da relação entre os pastores e seus amigos nos municípios. O fortalecimento de igrejas aliadas, com acesso ao dinheiro público, também ajuda Bolsonaro a ampliar sua própria base de apoio político, alcançando uma capilaridade com prefeituras e templos espalhados pelo país. O governo organizou e vitaminou uma operação de tráfico de influência ao apontar oficialmente os personagens autorizados a distribuir a verba da educação. A filiação religiosa desses atores poderia ser um mero detalhe, mas Bolsonaro e Ribeiro adotam uma plataforma ideológica que concentra o mercado de lobby nas mãos desse grupo.

Fernanda é incancelável

Mariliz Pereira Jorge

Fernanda Montenegro é uma unanimidade. Um dia ovacionada, no outro cancelada. Conseguiu descontentar radicais de direita e de esquerda. Aparvalhados por suas últimas declarações, se uniram contra a atriz. O que ela disse de tão grave? “O mais simbólico desse governo foi o fim da cultura das artes” e que não votará nas eleições. Pronto. Seu nome foi parar nos trending topics do Twitter, ora acusada de fascista, ao que parece não levantará a bandeira de Lula, ora premiada com o selo “socialista do Leblon”, pela turma que jura que artista vive de mamata. Não é surpresa a baixaza com que a direita bolsonarista trata críticos do presidente. Fernanda recebeu uma avalanche de ofensas com referências a sua idade e aparência. Mas não deixa de ser engraçado ler que ela resolveu falar de política para “aparecer”. O campeão da boçalidade, sem dúvida, foi um comentarista da Jovem Pan, para quem a única atriz brasileira indicada ao Oscar

é “irrelevante” e “decadente”. Parte da esquerda segue firme e forte em sua missão de deixar a eleição mais difícil para Lula ao tratar com raiva quem não declara voto no petista ou em Bolsonaro. Bom lembrar que representam cerca de 25% do eleitorado (pesquisa Genial/Quaest), gente que decidirá a eleição. Os mais exaltados disseram que Fernanda não tem consciência de classe, é isentona de direita, elite do atraso, omissa na luta entre a civilização e a barbárie e, essa é a melhor, não representa a cultura, mas o banco Itaú. É só uma reprise do que havia acontecido em novembro. Em entrevista à Folha, declarou: “Estamos vivendo um momento complicadíssimo, porque esse horror [Bolsonaro] quer continuar, e o outro [Lula], apesar de ter sido bastante interessante, quer voltar”. Duas coisas. 1. Não adianta chamar de fascista, quem quer que seja, e tentar mudar o voto alheio no dia da eleição. 2. Fernanda Montenegro é incancelável.

A fragilidade da renda

Silvia Matos

Economista e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre)

Conforme esperado, o processo de normalização da economia segue em frente, ainda que com contratempos. De acordo com o último dado divulgado pelo IBGE e analisado pela equipe de mercado de trabalho do FGV-Ibre, o emprego em janeiro último já estava no mesmo patamar de fevereiro de 2020, antes da pandemia. A recuperação do emprego tem sido mais generalizada, tanto para trabalhadores formais quanto para informais. Ou seja, há uma boa notícia em termos de geração de emprego, pois o choque sobre a economia foi muito desigual, afetando muito mais os setores intensivos em trabalho e de baixa produtividade, atingindo mais os trabalhadores informais e pouco escolarizados. Julho de 2020, por exemplo, foi o fundo do poço em termos de emprego: a população ocupada no setor privado estava 14% abaixo do valor registrado no mesmo período do ano anterior. O setor informal contribuiu com quase 2/3 desta queda, enquanto o setor formal contribuiu com a menor parcela, de 1/3. Em 2020, o auxílio emergencial foi a saída encontrada para atender rapidamente esses trabalhadores informais. Em geral, eles não são atendidos pelos programas assistenciais, pois não estão em situação de pobreza e de extrema pobreza, que é o público do Bolsa Família e agora do Auxílio Brasil. Além disso, como não estão no mercado formal, não tem direito ao seguro-desemprego, FGTS e abono salarial. Como destacado por especialistas, o auxílio emergencial se revelou uma forma extremamente cara para lidar com esse problema. E novamente foi um programa que atendia só a questão emergencial da pandemia. A pandemia pode estar saindo de cena, mas o problema da fragilidade de renda dos informais não. E aqui temos uma má notícia, que não surpreende especialistas. De acordo com o último dado disponível, do quarto trimestre de 2021, o rendimento real efetivo dos trabalhadores informais ainda estava 6,6% abaixo do registrado no último trimestre de 2019. Já no final de 2020, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou um projeto para criar a Lei de Responsabilidade Social. A ideia se baseou em uma proposta do Centro de Debates de Políticas Públicas (CDPP), elaborado pelos pesquisadores Fernando Velloso (FGV-Ibre), Vinícius Botelho (doutorando do Insper e ex-pesquisador do FGV-Ibre) e Marcos Mendes (Insper). Entre os principais pontos da proposta, há um programa direcionado para reduzir a volatilidade da renda dos informais. Infelizmente a proposta não avançou, mas o fantasma da fragilidade de renda dos informais não saiu de cena. Temos que enfrentá-lo, mas com responsabilidade fiscal. Esse é o eterno desafio.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com essa natureza não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O desconforto de sermos plurais

Exercício da liberdade de expressão passa pelo fortalecimento da advocacia

"Alguém também algo ouviu? Nada, não. Enquanto o Gorgulho estivera aos gritos, sim, que repercutiam, de tornavoz, nos contrafortes e paredões da montanha, perto, que para tanto são dos melhores aqueles lanços. Agora e antes, porém, tudo era quieto."

“O RECADO DO MORRO”,
JOÃO GUIMARÃES ROSA

A constituição do Instituto Tornavoz se dá em razão do incômodo gerado com o paradoxo da comunicação que o país enfrenta: embora haja mais e mais espaço para a expressão da opinião, por novos e acessíveis meios, o risco envolvido no exercício desse direito é crescente e cruel. Cada vez mais se tem notícia de artistas, jornalistas, professores e ativistas que se sentem pressionados a se calar ou, na melhor das hipóteses, a alterar seu discurso. Não bastasse, já foram identificados diversos casos de ajuizamento massivo de ações por conta da expressão de uma opinião, ou da divulgação de um fato considerado ofensivo. A possibilidade dessa enxurrada de ações tornou-se uma ameaça real para aqueles que comumente expressam publicamente suas opiniões. O “projeto Ctrl+X”, da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), identifica que mais de 5.500 processos judiciais foram movidos no país contra publicações de conteúdos diversos entre 2014 e 2021. Não à toa o Brasil vem caindo, nos últimos três anos, no ranking mantido pela ONG Repórteres sem Fronteiras, que classifica os países conforme a efetividade das garantias à liberdade de expressão. A isso se acrescem as conhecidas dificuldades de se navegar o complexo, moroso e caro sistema jurídico

brasileiro. Ainda que o Supremo Tribunal Federal tenha, na última década, reiteradamente defendido a liberdade de expressão, os casos individuais terminam logo nos julgamentos de primeira instância, e poucos deles chegam às cortes superiores — e, nestes casos, apenas após muitos anos de processo, o que comumente acarreta custos inacessíveis para pessoas físicas e pequenas empresas de mídia. Essa conjuntura fez clara a necessidade de se estruturar um projeto para apoio, perante os tribunais, daqueles que sofrem processos em razão do exercício da liberdade de expressão, especialmente dos que não têm como arcar com os custos de um processo ou que não sabem a quem recorrer.

[...]

Os noticiários locais, sobretudo os digitais, são importantíssimos para a democracia, principalmente em anos eleitorais (...). Nesse contexto surgiu o Instituto Tornavoz, que se propõe a financiar a defesa judicial daqueles que sofrem processos em razão do exercício da liberdade de expressão

A pretensão de fomentar um ambiente mais seguro para o exercício da liberdade de expressão passa, necessariamente, pelo fortalecimento da advocacia nessa área específica do direito, com a criação, em todo o país, de uma rede estruturada de profissionais especializados. Ainda que o Brasil seja um país continental, advogadas e advogados com atuação na defesa da liberdade de expressão encontram-se concentrados — com honrosas exceções — nas grandes capitais, deixando um enorme vazio em áreas distantes dos centros urbanos, onde justamente os pequenos veículos de mídia têm atuação mais relevante e estão mais sujeitos ao assédio por meio de processos judiciais. Os noticiários locais, sobretudo os digitais, são importantíssimos para a democracia, principalmente em anos eleitorais, porque é por meio deles que a população toma conhecimento das realizações e dos desmandos de seus representantes. Nesse contexto surgiu o Instituto Tornavoz, que se propõe a financiar a defesa judicial daqueles que sofrem processos em razão do exercício da liberdade de expressão, criando, ao mesmo tempo, uma rede de advogados(as) para atuação rápida e efetiva nesses casos. O Tornavoz pretende que as mais diversas vozes possam ecoar e que a sociedade possa aprender a conviver com o desconforto de ser plural. Pretende ainda que a liberdade de expressão seja garantida a todos, não se sujeitando a pressões econômicas ou a qualquer forma de abuso ou assédio, como elemento essencial da cidadania.

Charlene Nagai, Clarissa Gross, Laura Tkacz, Mônica Galvão e Tais Gasparian, fundadoras do Instituto Tornavoz

Momento inoportuno para a reforma tributária

Não faz sentido mudar a Constituição agora para impor algo mal resolvido

João Diniz
Empresário e presidente da Central Brasileira dos Setores de Serviços (Cebrasse)

Faltam pouco mais de seis meses para as eleições. Em meio a esse contexto de indefinições, algumas forças políticas e um setor, a indústria, tenta empurrar de forma acodada a votação da PEC 110, que trata da reforma tributária sobre o consumo. Não faz sentido agora mudar a Constituição em 90 dias para impor algo mal resolvido, que impacta toda a estrutura produtiva do país e que se refletirá no emprego, no consumo e na vida dos cidadãos pelos próximos 20 anos ou mais. Some-se a isso o fato de que boa parte das questões serão resolvidas na legislação infraconstitucional, como o Imposto de Bens e Serviços (IBS), que junta ISS e ICMS e não há nem sequer um rabisco da proposta de lei complementar, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que há o projeto de lei 3.887/2020, uma bomba atômica sobre expressiva parte dos serviços. Inaceitável! Através da criação de uma alíquota única para bens e serviços, a PEC 110 transfere grande parte da carga tributária de uma indústria cada vez mais automatizada e dos bens importados para um setor empregador como o de serviços, presente em todos os estados brasileiros, o que é um acinte.

No caso da mensalidade escolar, hoje incidem 2% de ISS, somado a 3,65% de PIS e Cofins e mais uns 3% dos resíduos tributários. Com a reforma, ela poderá pagar de CBS mais IBS algo em torno de 28%! É possível imaginar os efeitos desses aumentos na educação e também sobre passagens, saúde, lazer, segurança, turis-

mo e diversos outros setores, com reflexos negativos nos empregos da população de renda mais baixa, em especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A pergunta estratégica é: se a tributação deixará de ser na origem e passará a ser no destino, faz sentido para um parlamentar votar em uma proposta para reduzir a carga tributária de bens fabricados em outros estados e até importados de outros

[...]

Através da criação de uma alíquota única para bens e serviços, a PEC 110 transfere grande parte da carga tributária de uma indústria cada vez mais automatizada e dos bens importados para um setor empregador como o de serviços, presente em todos os estados brasileiros, o que é um acinte

países e aumentar pesadamente impostos sobre os serviços que geram emprego na sua unidade federativa? O fato é que falta consenso mínimo para que a proposta possa avançar. A maior parcela do setor produtivo brasileiro se opõe à proposta junto com os serviços. O mesmo ocorre com a Frente Nacional dos Prefeitos, que reúne municípios com 61% da população e 74% do PIB do país. Ainda que não considere a proposta mais adequada, o setor de serviços não se furtou a conversar e colocou a sugestão de limites para alíquotas do setor, conforme as emendas 170 e 234, que impedem o seu aumento de carga. Com isso, além de preservar empregos, seria possível ainda eliminar pelo menos cinco anos de transição com a surreal convivência da CBS e do IBS com ISS e ICMS. Assim, mesmo com as sugestões que impedem o aumento de carga sobre os serviços, a indústria ainda seria a grande beneficiada pela reforma; porém, tais limites impediriam que esse ganho da indústria ocorresse em prejuízo dos demais. Felizmente, muitos senadores têm observado que são imprescindíveis as melhorias na PEC. O desenvolvimento regional tem pautado o debate. Os setores de serviços são a base para esse crescimento e para o emprego, especialmente nos estados que não têm uma boa estrutura industrial. Assim, até que uma solução que atenda a todos, e não apenas a um setor (indústria), seja alcançada, é preciso rejeitar ou adiar a aprovação da PEC 110 — para o bem dos brasileiros.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Bolsonaro, Milton Ribeiro e os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, no Ministério da Educação, em fevereiro de 2020. Reprodução

Mais um
Mais um caso de corrupção no governo Bolsonaro. Agora no Ministério da Educação e descoberto através de uma reportagem (“Ministro da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro”, Política, 22/3). A corrupção na Saúde foi amplamente desnudada pela CPI. No Meio Ambiente, aproveitaram a pandemia para “passar a boiada”. Este governo tem método. A corrupção e a ideologia o norteiam.
Paulo Bittar (São Paulo, SP)

★

Espanta a desfaçatez do pastor à frente do Ministério da Educação, cumprindo mais um desvio constitucional desse desgoverno antirrepublicano. Atende o interesse privado e negligencia o público.
Jonas Nilson da Matta (São Paulo, SP)

★

O principal critério para a liberação de verbas é rezar pela cartilha evangélica. Estamos tratando de educação ou de evangelização?
Luiz José Almeida Fayad (Balneário Piçarras, SC)

★

Olá TCU. Que tal uma vistoria nos processos de licitação dos ministérios?
Maria Antonia Di Felippo (São Caetano do Sul, SP)

★

O país começou a andar para trás desde o advento do império evangélico. Afrontam a cultura e o conhecimento científico para manipular o povo e enriquecer às suas custas. São tão profissionais quanto os mais velhos caciques do centrão.
Heigor Martins (São Paulo, SP)

★

No Mackenzie havia professores criacionistas e terraplanistas. E até um que calculava a velocidade do arcanjo Gabriel e dizia que a Terra tem 5.000 anos. Foi dali que saiu esse “ministro”.
Ernesto Pichler (São Paulo, SP)

★

Povo do nosso Brasil, se não fosse o Lira e o Aras esse escroque desse presidente já estaria na cadeia, junto com a sua família. Precisamos exigir que as instituições, Câmara e PGR, façam o que são obrigados a fazer, do contrário a coisa vai piorar muito, uma vez que as leis não valem nada para eles.
Gilmar Maghenzani (São Paulo, SP)

PowerPoint
“Deltan é condenado a indenizar Lula por caso do PowerPoint” (Política, 22/3). Um manipulador oportunista igual a Sérgio Moro; farinha do mesmo saco. Agora os dois concorrendo a cargos públicos tirando proveito da aceitação doentia de suas mentiras na esteira do antipetismo e do fanatismo de direita. A lama do poder.
Adalto Fonseca Júnior (Vitória, ES)

★

Sérgio Moro declarado juiz parcial pelo Supremo Tribunal Federal e averiguado pelos milhões de reais recebidos por trabalho em empresas ligadas à Lava Jato; Deltan Dallagnol condenado pelo Superior Tribunal de Justiça; Lula com ações anuladas. O tempo é o senhor da razão...
Wilson Kfourri (São Paulo, SP)

É uma total inversão de valores quando o condenado consegue indenização de membro do MPF. Isso equivale a obstrução de Justiça. Lamentável.
Osmar Silvío Garcia Oliveira (Santos, SP)

★

Não sou petista, não pretendo votar em Lula no primeiro turno e não acho ele seja um santo. Mas para a aberração que foi aquele PowerPoint esse valor de indenização é irrisório. Vale mais pela questão moral.
Luciano Trevisan (São Paulo, SP)

Saúde
O artigo “Por que o ‘open health’?”, escrito por Arminio Fraga e Rudi Rocha (Tendências / Debates, 22/3), além de descrever os perigos do compartilhamento dos dados de saúde dos cidadãos para além do universo interessado nesses por questões médicas, termina com uma sentença lapidar: “O SUS enfrenta muitas dificuldades. O ministro da Saúde faria bem em dedicar a ele a sua atenção”.
José Elias Alex Neto, médico (Foz do Iguaçu, PR)

Botão vermelho
Entre os presidentes dos EUA que acompanhei, o único que me despertou alguma simpatia foi Jimmy Carter. O anônimo Joe Biden provavelmente cairá na vala comum dos demais. Mas fico imaginando o que seria da Ucrânia e do mundo hoje se Trump tivesse sido eleito. Ruim com Biden, pior sem ele. Nem na época da Guerra Fria Khrushchev ou Brejnev me preocuparam tanto quanto Putin hoje. E muito mais aflito estaria se fossem dois os sociopatas estúpidos, que só precisam esticar o braço para alcançar o botão vermelho.
Celso Balloti (São Paulo, SP)

Rio Pinheiros
Não é possível afirmar que houve transformações na qualidade da água do rio Pinheiros (“Doria mira vacinas como marca, fixa vitrines, mas deixa promessas inacabadas”, Política, 22/3), já que o governo estadual oculta a chamada demanda bioquímica de oxigênio (DBO), um dos parâmetros de aferição. O estado estipulou em 30 mg/l a meta para a DBO até o final de 2022, mas não revela esse dado durante o processo de despoluição. Embelezar as margens, retirar o lixo e eliminar parte do odor do rio não reflete mudanças na qualidade da água.
Fabrizio Amorim, movimento Volta Pinheiros (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

PRIMEIRA PÁGINA (26.FEV.) A legenda que acompanhou a reprodução do vídeo no qual um tanque passa sobre um carro afirmou indevidamente que o veículo de guerra era russo. Sua origem, porém, não pode ser determinada.

MERCADO (22.MAR., PÁG. A16) Campo Grande fica em Mato Grosso do Sul, não em Mato Grosso, como afirmado incorretamente no texto “Em ano eleitoral, governo vai retomar construção de casas populares”.

Língua solta

Presidente da CPI da Pirataria na Câmara de SP, Camilo Cristóforo (PSB) diz em gravação obtida pelo PAINEL que “todo mundo mete a mão” em emendas parlamentares. Diz ainda que vai destruir os empresários Law Kin Chong, sua mulher, Hwu Su Chiu Law, e o patrimônio deles. O casal de origem chinesa já foi considerado um dos maiores contrabandistas do Brasil pela Polícia Federal. Os advogados deles dizem que o vereador promove perseguição e pedem sua saída da comissão.

EMBOLSA A gravação foi feita de forma sigilosa pelo advogado Miguel Pereira Neto, de Chong, durante reunião em novembro com Cristóforo. Nella, o vereador diz que é o único a não se envolver com irregularidades em emendas. E cita o colega Adilson Amadeu (União Brasil), dizendo que se estiver “pedindo dinheiro”, vai colocá-lo na cadeia.

VEJA BEM Cristóforo diz que não estava falando de colegas, mas da “turma do Bolsonaro”. Esse trecho do áudio é um texto apócrifo sobre a suposta compra de emendas circularam entre vereadores, gerando revolta e pedido de punição.

LETRADALEI Procurado, o presidente da Câmara, Milton Leite (União Brasil), disse que não comentaria o tema por que não teve acesso ao áudio. Citado, Adilson Amadeu chamou Cristóforo de “descontrolado” e afirmou que vai à Justiça contra as “calúnias” do colega.

NÃO CURTI Monitoramento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV (DAPP-FGV) mostra que a maior parte dos usuários de redes sociais manifestou insatisfação com a decisão do ministro Alexandre de Moraes (STF) de ordenar o bloqueio do Telegram.

FLA-FLU De sexta (18) a domingo (21), foram contabilizadas 589,6 mil menções no Twitter. Apoiadores de Bolsonaro mobilizaram 69,64% das interações, comparando o episódio com a situação em países como Cuba, China e Coreia do Norte. Já a esquerda respondeu por 11,12%, defendendo a decisão de Moraes como razoável.

MARÉ A condenação de Deltan Dallagnol a indenizar Lula (PT) ocorreu na véspera do julgamento no TCU que pode torná-lo inelegível pelo pagamento de diárias irregulares na Lava Jato. “Os danos políticos e pessoais a Lula foram enormes. A indenização foi tímida, mas já é um pequeno e importante passo”, diz Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do grupo Prerrogativas.

DELONGE Líder do governo de SP na Assembleia Legislativa, o deputado Vinicius Camarinha trocou o PSB pelo PSDB, partido de Rodrigo Garcia, que assumirá o Executivo dentro de dez dias. Em 2006, Camarinha deu o voto decisivo que ajudou a eleger Garcia presidente do Legislativo estadual.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Eliseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

| EDIÇÃO DIGITAL | Digital ilimitado | Digital Premium |
|---------------------|-------------------|-----------------|
| DO 1º AO 3º MÊS | R\$ 1,90 | R\$ 1,90 |
| DO 4º AO 12º MÊS | R\$ 9,90 | R\$ 9,90 |
| A PARTIR DO 13º MÊS | R\$ 29,90 | R\$ 39,90 |

| EDIÇÃO IMPRESSA | Venda avulsa | Assinatura semestral* | |
|--------------------|--------------|-----------------------|---------------|
| | seg. a sáb. | dom. | Todos os dias |
| MG, PR, RJ, SP | R\$ 5 | R\$ 7 | R\$ 827,90 |
| DF, SC | R\$ 5,50 | R\$ 8 | R\$ 1.044,90 |
| ES, GO, MT, MS, RS | R\$ 6 | R\$ 8,50 | R\$ 1.318,90 |
| AL, BA, PE, SE | R\$ 9,25 | R\$ 11 | R\$ 1.420,90 |
| Outros estados | R\$ 10 | R\$ 11,50 | R\$ 1.764,90 |

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
361.387 exemplares (fevereiro de 2022)



O ministro Milton Ribeiro (Educação) em cerimônia de hasteamento da bandeira Pedro Ladeira - 17 mar 22/Folhapress

Ministro fica sob pressão e tenta minimizar pedido de Bolsonaro sobre pastores

Oposição no Congresso Nacional, centrão e até bancada evangélica questionam Milton Ribeiro, que busca isentar presidente após áudio

BRASÍLIA E SÃO PAULO A pressão sobre o ministro da Educação, Milton Ribeiro, atingiu grau crítico nesta terça (22) após a revelação pela Folha do áudio em que ele afirma priorizar, a pedido de Jair Bolsonaro (PL), a liberação de verbas para prefeituras negociadas por dois pastores sem cargos oficiais no governo federal.

Enquanto Ribeiro cancelou sua agenda em São Paulo e divulgou nota para minimizar a atuação do presidente no caso, integrantes da oposição acionaram órgãos de fiscalização, pediram a convocação do ministro e a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O ministro da Educação é evangélico e pastor, mas até mesmo integrantes da bancada evangélica no Congresso cobraram explicações, e alguns deles cogitavam a substituição de Ribeiro do posto de comando na pasta.

A Folha revelou na segunda (21) áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Os dois religiosos têm negociado com municípios a liberação de recursos federais para obras de creches, escolas, quadras ou para compra de equipamentos de tecnologia. Os valores são provenientes do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão controlado por políticos do centrão.

No áudio, gravado durante uma reunião no MEC, Ribeiro falava sobre o orçamento da pasta, cortes de recursos da educação e a liberação de dinheiro para essas obras na presença de prefeitos, líderes do FNDE e dos dois religiosos.

“Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar”, diz o ministro.

A atuação dos pastores no ministério foi revelada na semana passada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

No Senado e na Câmara, parlamentares críticos ao governo Bolsonaro afirmam que vão tentar aprovar a convocação do ministro da Educação nos próximos dias.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado do governo, falou do episódio quando chegava ao Congresso nesta terça-feira. Ele disse ter sido informado “que uma conversa tinha sido gravada, quando o ministro falava da participação de dois líderes religiosos e com relação à construção de igrejas”.

Questionado sobre a avaliação que faz da gestão de Ribeiro, ele disse que quem tem que analisar a atuação do ministro é o presidente. Afirmou que ainda não havia ouvido o áudio, mas que, sendo verdadeiro, o titular do MEC extrapolou de suas funções.

“Tenho aqui bancadas muito fortes, que sempre cobram posicionamento dos ministros com relação a assuntos que são pertinentes a sua pasta. Esse assunto eu penso que extrapola, se for o áudio como é, extrapola um pouco a atividade do ministro e da pasta vamos esperar para ver o que acontece”, disse Lira.

Ainda na Câmara, a banca da educação protocolou um pedido para instalação de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) para investigar possíveis “crimes comuns, crimes de responsabilidade e atos de improbidade administrativa na liberação de verbas”.

Integrante da bancada e com atuação na área, Tabata Amaral (PSB-SP) afirmou nas redes sociais que a pasta abriga corrupção, improbidade e tráfico de influências.

“O MEC mais incompetente da história é também antro de corrupção, improbidade administrativa e tráfico de influências. São escandalosos os áudios em que o próprio ministro mostra que o objetivo dele nunca foi a educação. Vamos cobrar providências do PGR. Mais um ministro vai cair!”, disse.

A parlamentar, o também

O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas no reportagem

Milton Ribeiro ministro da Educação, em nota

deputado Felipe Rigoni (União Brasil-ES), o senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) e o secretário municipal de Educação do Rio, Renan Ferreirinha, entraram com representação na PGR por improbidade administrativa contra o ministro.

A bancada do PSOL na Câmara também atacou a fala de Ribeiro no áudio e protocolou representação no Tribunal de Contas da União contra o ministro da Educação, Jair Bolsonaro e os dois pastores.

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), afirmou que já pautou para a sessão de quinta (24) a votação do requerimento de convocação do ministro.

O senador criticou duramente o conteúdo do áudio. “Se isso não for tráfico de influência, eu acho que não existe tráfico de influência”, disse.

Como mostrou a colunista Mônica Bergamo, da Folha, logo após a divulgação do áudio, líderes evangélicos começaram a debater uma possível saída de Ribeiro enquanto aguardavam explicações do ministro.

Dizendo-se indignados por mal conhecerem os pastores, alguns líderes do segmento religioso que defendem o governo Bolsonaro já pregavam até a troca de comando no MEC. Mas afirmavam querer dar um tempo para que Ribeiro apresentasse seus argumentos.

O presidente da bancada evangélica, Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que é pró-Bolsonaro, já enviou o recado diretamente a Ribeiro. Parlamentares pediam que ele convocasse uma entrevista coletiva para esclarecer os fatos.

Isso chegou a ser debatido internamente pela equipe do ministro, mas foi descartado.

Ribeiro, no meio da tarde, se manifestou em uma nota divulgada por sua assessoria de imprensa. Ele negou ter determinado alocação de recursos para favorecer qualquer município e tentou minimizar a atuação de Bolsonaro no caso.

Continua na pág. A5



MEC vira balcão político com obras sem critérios técnicos

Fundo tem explosão de burlas a sistema e priorização de pagamentos a aliados

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Com Milton Ribeiro no comando e políticos do centrão controlando a transferência de recursos, o MEC (Ministério da Educação) virou uma espécie de balcão político. Dados oficiais da pasta mostram uma explosão de aprovações de obras, ausência de critérios técnicos, burla no sistema e priorização de pagamentos a aliados.

A Folha revelou nesta segunda (21) áudio em que Ribeiro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. Mas nem só os pastores eram priorizados. Virou regra no FNDE, sobretudo na gestão Milton Ribeiro, a primazia de políticos do centrão no acesso ao dinheiro público direcionado à educação.

Para atender a todos os pedidos, o FNDE passou a fracionar empenhos (que reservam o dinheiro de obras) em pequenas quantias. Tanto as indicações dos pastores quanto as de políticos do centrão se valeram desse expediente.

Dessa forma, disparou o valor total autorizado, que se relaciona à previsão do custo total dos projetos. De 2017 a 2019, a média de valores aprovados por ano era de R\$ 82 milhões. Em 2020 foi para R\$ 229,4 milhões e, no ano passado, para R\$ 441 milhões.

Os valores referem-se a obras de creches, escolas, salas de aulas, compra de materiais de tecnologia e ônibus escolares. Os dados foram extraídos do Simec (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação) e do portal da Transparência.

Os empenhos cresceram em 2020, chegando a R\$ 66,8 milhões, e explodem no ano passado, quando foram empenhados R\$ 285 milhões. Nada relacionado a esses empenhos foi pago neste ano.

Com tantos empenhos (foram 5.727 no ano passado), o governo atende a um maior número de demandas de prefeituras e políticos. Essa etapa, porém, é só uma reserva de recursos, não a liberação em si. Na prática, há o risco de gerar uma montanha de projetos que nunca sairá do papel, sobretudo com uma realidade de cortes na educação.

Prefeitos consultados pela Folha dizem que no FNDE a mensagem é clara: o pagamento efetivo dos recursos de obras e transferências só ocorre se houver indicação de políticos próximos ao governo.

"Os dirigentes têm recebido orientações para indicarem um parlamentar, não havendo clareza com relação às regras para distribuição dos recursos", diz o presidente da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), Luiz Miguel Garcia. "Não há liberação técnica, e muitos municípios estão sem receber nada."

O FNDE é presidido por Marcelo Lopes da Ponte desde junho de 2020. Ele era assessor de Ciro Nogueira (PP-PI), atual ministro da Casa Civil e líder do centrão.

Milton Ribeiro assumiu o MEC em julho do mesmo ano. Ele é o terceiro ministro da Educação de Bolsonaro.

O FNDE não respondeu à reportagem. O ministro da Educação divulgou nota na tarde de terça-feira (22) negando irregularidades na distribuição de recursos do MEC.

Nos dois últimos dias de 2021, o FNDE fez 820 empenhos. Como comparação, nos dias 30 e 31 de dezembro de 2017, também um ano pré-

eleitoral, foram liberados 228.

A maioria dos empenhos no apagar das luzes de 2021 está relacionada ao orçamento direto do FNDE. Mas 170 dos 820 vêm das emendas do relator do orçamento, em que não é identificado o parlamentar que fez a demanda.

A distribuição dos empenhos tem contornos de des controle. Das 20 cidades com mais obras empenhadas, 6 são do Amazonas. Pequenos municípios aparecem entre os

maiores beneficiados.

Autazes (AM), com 41 mil habitantes, teve empenhado em 2021 12 obras, somando R\$ 22 milhões. Em dez delas, o empenho foi de R\$ 30 mil — a forma usada pelo FNDE para pulverizar o atendimento a várias demandas. O mesmo número de obras empenhadas recebeu Normandia (AM), com 11 mil habitantes. Elas somam R\$ 13 milhões.

O Piauí, de Ciro Nogueira, recebeu empenhos em 55%

dos municípios (123 de 224). O Paraná, estado do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP), foi contemplado com 429 obras em 167 municípios (42% do total).

O Rio Grande do Norte, por exemplo, recebeu empenhos em 45 de seus 167 municípios. No Ceará, 56 dos 184 foram contemplados.

As liberações devem seguir as regras do PAR (Plano de Ações Articuladas), que prevê o envio de informações relacionadas às demandas. Em novembro de 2019, na gestão do ex-presidente do FNDE Rodrigo Dias, o órgão publicou portaria que regula uma chamada autorização condicional.

Dias também fora indicado pelo centrão, mas foi demitido por Abraham Weintraub.

Nesse formato, os empenhos passam a ser liberados sem o atender à burocracia, o que facilita a escolha política e sem critérios técnicos. As prefeituras têm um prazo para incluir a documentação após a autorização.

Um dos documentos exigidos é a planta do terreno onde a obra será realizada. O prefeito de Anajatuba (MA), Helder Aragão (MDB), disse à Folha que o município nem sequer adquiriu os terrenos, embora tenha garantido seis empenhos para obras.

Ele esteve com o pastor Gilmar em 15 de abril no hotel Grand Bittar, local usado recorrentemente pelo grupo para negociar. Aragão nega ter negociado com os pastores.

A Folha ainda teve acesso a casos de burla do Simec. Em vez de a prefeitura gravar no sistema a planta do terreno, como exigido, um documento aleatório é incluído. Assim, o sistema interpreta que essa fase burocrática foi atendida.

Isso ocorreu com uma obra de creche no município de Santana do Maranhão (MA), orçada em R\$ 1,9 milhão. Trata-se de um empenho de 14 de setembro do ano passado.

O sistema lê que a planta de localização do terreno foi incluída. Mas, ao abrir o documento, aparece uma página com a inscrição "sem documentação por enquanto".

A prefeitura foi procurada, mas não respondeu.

Com a priorização de pedidos de políticos, o FNDE não tem respeitado a ordem de pagamentos de pedidos mais antigos, além de não levar em conta critérios técnicos.

Em Guaiúba (CE), por exemplo, a prefeitura aguarda pagamento de um empenho de R\$ 51 mil desde fevereiro de 2020. Trata-se de uma parcela de um projeto de construção de seis salas de aula.

Por outro lado, o FNDE transferiu neste ano R\$ 7,4 milhões no programa de construção de creches, beneficiando 48 municípios. Todas as cidades contempladas são de Minas Gerais, revelando ausência de critério técnico.

Para a presidente do Movimento Todos Pela Educação, Priscila Cruz, não há política educacional no governo. "Desde o [Ricardo] Vélez, passado por [Abraham] Weintraub e piorando com Milton Ribeiro, são gestões que desde o começo estão ligadas à reeleição do Bolsonaro, e a preocupação é mais agradar e comprar as bases do que fazer política educacional", diz.

Anna Helena Altenfelder, presidente do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), diz que a gestão tem sido marcada por equívocos e diversionismo. "Enquanto isso, índices de evasão e abandono vão crescendo, um retrocesso inacreditável", diz.

FNDE vira balcão político

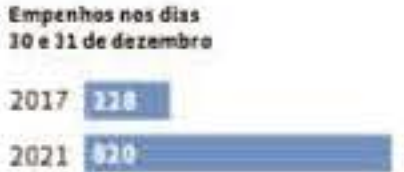
Distribuição de empenhos sem controle e critérios técnicos explodem em 2021



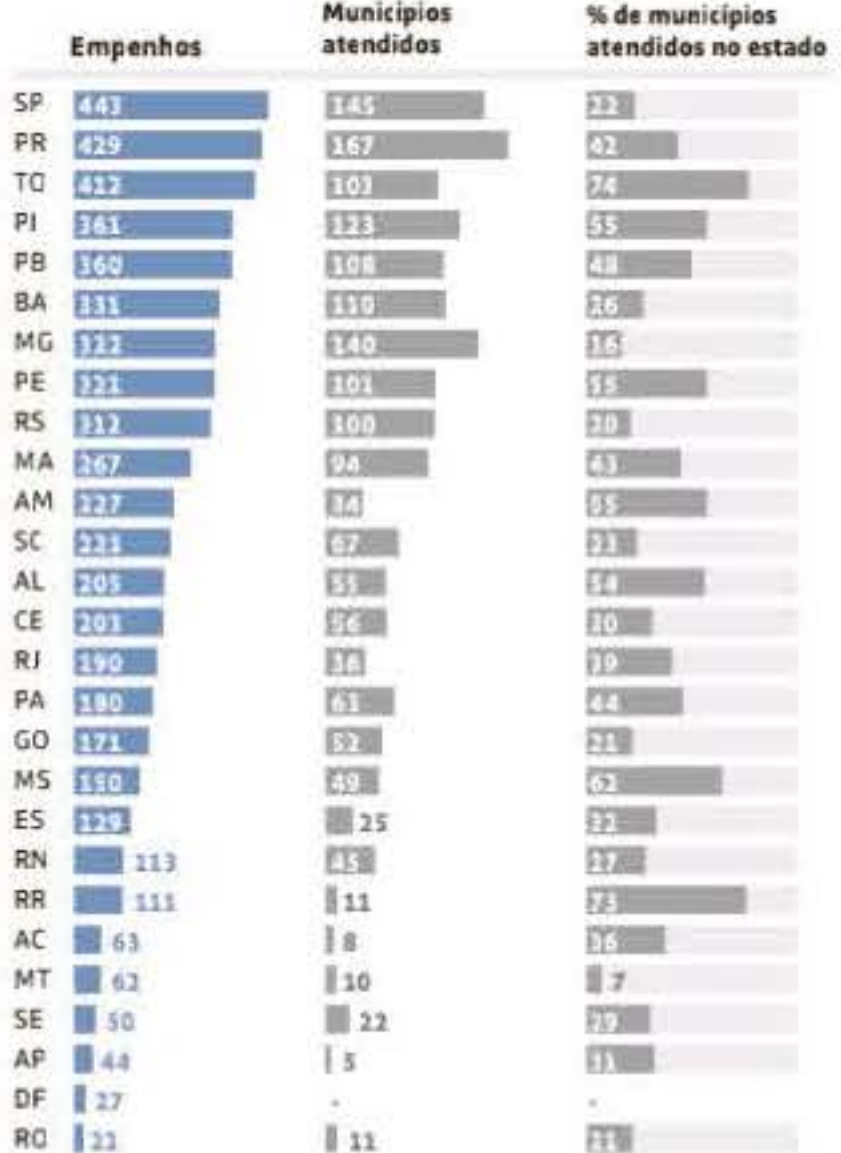
Gastos FNDE*
Excluindo Fundeb e gasto pessoal, em bilhões de R\$



FNDE concentrou autorizações nos últimos dias do ano



Empenhos FNDE por estados
Em 2021, incluindo obras, material e transporte



Das cidades com maior número de obras, 6 são do Amazonas



*Valores entre 2017 e 2021 atualizados pela inflação
Fonte: Simec, Portal da Transparência, Siop

Continuação da pág. A4

No áudio, o ministro da Educação relata ter partido do presidente o pedido para privilegiar repasses a municípios indicados pelos dois pastores.

"O presidente da República não pediu atendimento preferencial a ninguém, solicitou apenas que pudesse receber todos que nos procurassem, inclusive as pessoas citadas na reportagem", diz a nota do ministro.

Segundo Ribeiro, a alocação de recursos segue a legislação e os critérios técnicos do FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação). "Não há nenhuma possibilidade de o ministro determinar alocação de recursos para favorecer ou desfavorecer qualquer município ou estado", completa a nota.

A nota publicada pelo ministro foi elogiada por aliados do presidente, embora tenha havido a avaliação que ele demorou para dar esclarecimentos. Um integrante do Palácio do Planalto relatou à Folha que Bolsonaro defendeu que Ribeiro esclareça as denúncias, mas descartou demissão.

Nesse cenário, integrantes da ala ideológica do governo minimizaram os pedidos para demissão de Ribeiro e atrelavam ao centrão as investidas contra o ministro como tentativas de emplacarem um nome próprio no MEC.

O segmento evangélico é uma das bases de apoio político de Bolsonaro, que, atendendo ao pleito de líderes religiosos, indicou ao STF (Supremo Tribunal Federal) o ministro André Mendonça, que ele chamou de "terrivelmente evangélico". Danielle Brant, Mônica Bergamo, Marianna Holanda e Renato Machado

Assessor é demitido após revelação sobre pastores na Educação

BRASÍLIA O ministro da Educação, Milton Ribeiro, exonerou um assessor especial que fortalecia o elo entre o MEC (Ministério da Educação) e os pastores que, mesmo sem cargo no governo, atuam na negociação de verbas federais.

A Folha revelou nesta segunda (21) áudio em que o ministro afirma que o governo prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura.

Ele diz ainda que isso atende a uma solicitação do presidente Jair Bolsonaro (PL) e menciona pedidos de apoio que seriam direcionados para construção de igrejas.

O assessor especial do gabi-

nete do MEC Odimar Barreto dos Santos teve sua exoneração publicada na sexta (18). O desligamento ocorreu em edição extra do Diário Oficial da União, no mesmo dia em que as primeiras informações sobre a atuação de pastores vieram à tona em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

Odimar Barreto também é pastor, além de major da reserva da Polícia Militar de São Paulo. O agora ex-assessor é uma das pessoas de maior confiança do ministro, também ligado como pastor à Igreja Presbiteriana Jardim de Oração, de Santos, liderada por Milton Ribeiro.

Além de se envolver pessoalmente na interlocução com os pastores, o ministro Milton Ribeiro manteve Odimar Barreto nas negociações. Ele transitava no hotel Grand Bittar, em Brasília, onde os pastores Gilmar e Arilton costumavam participar de encontros com prefeitos interessados em liberações de recursos federais para obras de creches, escolas e compra de materiais.

Os recursos são do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão ligado ao MEC controlado por políticos do centrão. O fundo concentra os recursos federais destinados a transferências para municípios.

Prefeitos e assessores relataram à Folha que Odimar Barreto distribuía cartões com logotipo do MEC com contatos pessoais de telefone e email — ao qual a reportagem teve acesso. Aliados do governo davam como certo que Odimar se candidataria nas eleições.

O MEC não respondeu sobre o motivo da exoneração, sobre a atuação dos pastores e sobre o áudio do ministro. Odimar Barreto foi procurado, mas não se manifestou. PS

Presidente fala em governo de Deus e sem corrupção

Jair Bolsonaro (PL) fez menções a Deus nesta terça (22) e disse que o governo dele não tem corrupção. O discurso ocorreu no Tocantins em meio à revelação de um áudio em que o ministro da Educação afirma que prioriza prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados por dois pastores. "Quero dizer da satisfação e do orgulho, da missão dada por Deus, de estar à frente do Executivo federal, buscando atender a todos os brasileiros, zelando pelo dinheiro público. Estamos há três anos e três meses sem corrupção no governo federal", afirmou Bolsonaro.

política

Procuradoria pede condenação de Bolsonaro por funcionária fantasma

Caso Wal do Açaí foi revelado pela Folha em 2018, quando presidente ainda era deputado federal

BRASÍLIA O Ministério Público Federal apresentou à Justiça uma ação de improbidade administrativa contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) e a ex-secretária parlamentar da Câmara dos Deputados Walderice Santos da Conceição, conhecida como Wal do Açaí. Os procuradores pedem a condenação dos dois por improbidade e solicitam o ressarcimento dos recursos públicos indevidamente desviados. As suspeitas sobre Wal surgiram em 2018, em reportagem da Folha. Em janeiro daquele ano, o jornal revelou que a ex-assessora trabalhava em um comércio de açaí na mesma rua onde fica a casa de veraneio de Bolsonaro, à época deputado federal, na pequena Vila Histórica de Mambucaba, em Angra dos Reis. Segundo vários moradores da região ouvidos pela reportagem, Wal também prestava serviços particulares na casa de Bolsonaro. Ainda segundo eles, o marido dela, Edenilson, era caseiro do presidente. Na ocasião, Bolsonaro não soube detalhar serviços legislativos prestados pela assessora na cidade. Depois, afirmou que ela trabalhava na loja de açaí porque estava de férias na data em que os repórteres estiveram na vila. Em agosto de 2018, em horário de expediente da Câmara dos Deputados, a reportagem voltou ao estabelecimento e encontrou Wal trabalhando na pequena venda. A reportagem comprou um açaí e um suco de cupuaçu e conversou com a assessora, que afirmou que trabalhava na loja que leva seu nome, Açaí da Wal, todas as tardes. Em nenhum momento deu indicativo ou soube dizer que tipo de serviço legislativo prestaria a Bolsonaro. Nesse mesmo dia, ela pediu demissão. Ao anunciar a saída da assessora, o então candidato à Presidência disse em Brasília que o “crime dela foi dar água para os cachorros” de sua casa de veraneio. Wal figurava como secretária parlamentar do gabinete de Bolsonaro na Câmara dos Deputados em Brasília desde 2003, e recebia, em 2018, salário bruto de R\$ 1.416,33 (em valores não corrigidos). Em determinados momentos desses 15 anos, ela chegou a receber valores superiores,



Acima, Walderice Santos da Conceição ao lado de Bolsonaro (PL) e seu filho, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ); ao lado, a loja de Walderice na Vila Histórica de Mambucaba



Lucas Landau - 2.mai.18/Folhapress

integrando uma leva de assessores que tiveram uma frequente variação salarial no gabinete do então deputado federal e hoje presidente. A análise dos documentos relativos aos 28 anos em que Jair Bolsonaro foi deputado federal, de 1991 a 2018, mostra uma intensa e incomum rotatividade de seus assessores, atingindo cerca de um terço das mais de cem pessoas que passaram por seu gabinete nesse período. O modelo de gestão incluiu ainda exonerações de auxiliares que eram recontraçados no mesmo dia, prática que acabou proibida pela Câmara sob o argumento de ser le-

siva aos cofres públicos. Desde a primeira reportagem da Folha sobre o caso de Wal do Açaí, Bolsonaro deu diferentes e conflitantes versões sobre a assessora para tentar negar irregularidades, todas elas não condizentes com a realidade. Na primeira entrevista que deu ao Jornal Nacional, da TV Globo, após ser eleito, Bolsonaro atacou a Folha e voltou a usar argumentos pela metade e sem respaldo fático para dizer que, “por si só esse jornal se acabou”. “Aproveito o momento para que nós realmente venhamos fazer justiça aqui no Brasil. Tem uma senhora de no-

me Walderice, minha funcionária, que trabalhava na Vila Histórica de Mambucaba e tinha uma lojinha de açaí”, disse Bolsonaro na entrevista, acrescentando: “O jornal Folha de S.Paulo foi lá, nesse dia, 10 de janeiro, e fez uma matéria e a rotulou de forma injusta como ‘fantasma’. É uma senhora, mulher, negra e pobre. Só que nesse dia 10 de janeiro, segundo boletim ‘A iniciativa da Câmara’, de 19 de dezembro, ela estava de férias. Então, ações como essa por parte de uma imprensa que, mesmo a gente mostrando a injustiça que cometeu com uma senhora, ao não voltar atrás, logicamente que

As condutas dos requeridos e, em especial, a do ex-deputado federal e atual presidente da República Jair Bolsonaro, desvirtuaram-se demasiadamente do que se espera de um agente público

No exercício de mandato parlamentar, [Bolsonaro] não só traiu a confiança de seus eleitores, como violou o decoro parlamentar, ao desviar verbas públicas destinadas a remunerar o pessoal de apoio ao seu gabinete e à atividade parlamentar

Ministério Público Federal

eu não posso considerar essa imprensa digna.” A investigação do MPF confirmou a apuração da Folha de que Wal não exercia nenhuma função relacionada ao cargo e, no período em que recebia da Câmara, ela e seu marido Edenilson Garcia prestavam serviços particulares a Bolsonaro. Segundo os procuradores, entre esses serviços prestados estava o cuidado com a casa e com os cachorros de Bolsonaro na Vila Histórica de Mambucaba. A investigação também revelou que as movimentações financeiras de Wal do Açaí seguem o padrão de outros fun-

cionários de gabinetes de familiares do presidente investigados pelo esquema de “rachadinha”. A análise das contas bancárias de Walderice revelou, ainda, uma movimentação atípica, já que 83,77% da remuneração recebida nesse período foi sacada em espécie, sendo que, em alguns anos, esses percentuais de saques superaram 95% dos rendimentos recebidos”, afirma o Ministério Público. O volume do salário sacado na boca da caixa foi considerado um indicio de envolvimento em esquema da “rachadinha” na investigação conduzida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro na apuração contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ex-funcionários do senador que sacavam grande parte do salário foram alvos de mandados de busca e apreensão no curso da investigação. As provas, porém, foram todas anuladas pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). O Ministério Público afirma na ação de improbidade que Bolsonaro tinha conhecimento das irregularidades na atuação de Wal e sabia que ela não prestava os serviços correspondentes ao cargo. Bolsonaro, diz o MPF, mesmo sabendo das irregularidades “atestou falsamente” a frequência da funcionária para comprovar a jornada e possibilitar o recebimento dos salários pela então servidora. “As condutas dos requeridos e, em especial, a do ex-deputado federal e atual presidente da República Jair Bolsonaro, desvirtuaram-se demasiadamente do que se espera de um agente público.” “No exercício de mandato parlamentar, não só traiu a confiança de seus eleitores, como violou o decoro parlamentar, ao desviar verbas públicas destinadas a remunerar o pessoal de apoio ao seu gabinete e à atividade parlamentar”, diz trecho da ação. A Procuradoria enviou a ação à Justiça e o caso foi distribuído à 6ª Vara Federal do Distrito Federal. Nesta segunda (21), a 6ª Vara mandou intimar o presidente e Walderice para que eles apresentem contestação às acusações no prazo de 30 dias. A Folha procurou a Presidência da República, mas não houve manifestação até a conclusão desta edição. A Folha não conseguiu contato com Wal do Açaí nesta terça-feira. Em 2020, a ex-assessora de gabinete se lançou candidata ao cargo de vereadora em Angra dos Reis, com apoio da família Bolsonaro, mas obteve apenas 266 votos e não foi eleita. **Fabio Serapião, Camilla Mattoso, Ranier Bragon e Italo Nogueira**

Ataques à imprensa avançam no Brasil, aponta relatório da Abert; presidente lidera em ofensas

Vinicius Sassine

BRASÍLIA Um relatório da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) sobre violações à liberdade da expressão mostra aumento de profissionais de imprensa vítimas de atentados, agressões, ameaças, ofensas e intimidações em 2021, na comparação com o ano anterior. Pelo menos 230 profissionais e veículos de comunicação sofreram algum ataque, 22% a mais do que em 2020. O principal autor das ofensas ao longo de 2021 foi o presidente Jair Bolsonaro (PL). O relatório, divulgado na manhã desta terça-feira (22), lista 46 ofensas à imprensa por parte do chefe do Executivo. Já apoiadores do presidente foram responsáveis por oito episódios de agressão, cinco de ameaça e cinco de intimidação, o que é compreendido como uma resposta a estímulos por parte de Bolsonaro. “É fundamental que nossas

principais autoridades, o próprio presidente, a maior autoridade do país, tenham muita tranquilidade nesses momentos para que não guiemos os apoiadores o discurso de ódio”, afirmou o presidente da Abert, Flávio Lara Resende. “Não há nenhuma dúvida de que as autoridades têm de ter muito cuidado e equilíbrio, especialmente num ano eleitoral”, completo Lara Resende. A entidade espera um aumento dos ataques em 2022, em razão da disputa eleitoral. Isto deve ocorrer tanto em relação à disputa presidencial quanto nas guerras políticas travadas nos estados. O levantamento da Abert sobre violações à liberdade de expressão é feito há dez anos. O relatório referente a 2021 aponta a ocorrência de 4.000 ataques virtuais por dia à imprensa, ou 167 ataques por hora, quase três por minuto. O relatório identificou 1,5 milhão de posts pejorativos, com palavras de baixo calão e

expressões depreciativas. Em relação a 2020, houve redução de 54% nos ataques virtuais. Oito profissionais de comunicação foram vítimas de atentados em 2021, o dobro do registrado em 2020. “Os autores agem com a clara intenção de dar fim à vida dos profissionais da imprensa”, afirma o relatório. Em quatro casos, houve uso de armas de fogo. O documento não registra assassinato de jornalistas em 2021. Isto só não ocorreu também em 2019, diz a Abert. No caso de agressões, 61 profissionais foram vítimas de chutes, pontapés, socos ou tapas, aumento de 3% em relação ao ano anterior. Equipes de TV foram mais agredidas. Houve menos casos de ofensas, mas uma maior quantidade de vítimas em 2021: 89 profissionais e veículos de comunicação. O aumento foi de 31%. Também houve mais jornalistas intimidados. O relatório registra que 43 profissionais tiveram o trabalho interrom-

pido ou foram recebidos aos gritos em coberturas, um incremento de 43% em relação ao ano anterior. Outros 15 foram ameaçados, também um aumento em relação ao levantamento feito em 2020. O relatório registra ainda episódios de censura e de mobilização na Justiça como forma de intimidação à imprensa. A Abert mapeou 29 decisões judiciais referentes ao trabalho jornalístico, das quais 14 foram contrárias à imprensa. Parte foi revertida na segunda instância da Justiça em 2022, segundo a entidade. O documento lembra que, pela primeira vez em 20 anos, o Brasil passou para a “zona vermelha” do ranking de liberdade de imprensa, da Repórteres sem Fronteiras. O país caiu quatro posições em 2021, passando de 107ª para 111ª, a pior posição em 20 anos. O relatório documenta diversos ataques à Folha e a seus profissionais. As principais ofensas foram de Bolsonaro,

Anistia a siglas que descumpriram cotas raciais e de gênero avança

BRASÍLIA Comissão especial da Câmara aprovou nesta terça (22) texto-base da PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá ampla anistia a partidos que nas últimas eleições descumpriram as regras de direcionamento mínimo de verbas públicas para mulheres e negros. O texto principal da PEC, que trata da participação feminina na política, foi aprovado por 19 a 2. A votação de modificações da proposta ficou para esta quarta (23). O parecer havia sido lido pela relatora, a deputada Margarete Coelho (PP-PI), na terça (15), mas a votação foi adiada por pedido de vista. Depois da votação dos destaques, a proposta, já aprovada pelo Senado, pode seguir para o plenário da Câmara. Se não houver alteração em relação à proposta do Senado, segue para promulgação —por ser tratar de PEC, a proposta entra em vigor imediatamente, não cabendo sanção ou veto presidencial. Pelo texto, ficam livres de

punição partidos que não aplicaram 5% do fundo partidário em programas de incentivo às mulheres ou que não direcionaram dinheiro do fundo eleitoral de forma proporcional às candidaturas de negros e de mulheres. De acordo com o texto, não serão aplicadas sanções de qualquer natureza aos partidos que descumpriram as normas nas eleições passadas, inclusive devolução de recursos, multa ou suspensão do fundo partidário. Conforme a Folha mostrou, nas eleições de 2020 a maioria dos partidos descumpriu a determinação da Justiça de dar tratamento igualitário (ou proporcional) a homens e mulheres, negros e brancos, na distribuição de verbas e do tempo de propaganda. A comissão especial da PEC foi criada em dezembro do ano passado para debater o mérito do texto, aprovado pelo Senado cerca de cinco meses antes. **Danielle Brant e RB**

YouTube decide remover vídeos com alegações falsas de fraude eleitoral

Patrícia Campos Mello

NOVA YORK O YouTube anunciou que vai começar a remover todos os vídeos que contenham alegações falsas de fraudes, erros ou problemas técnicos na eleição de 2018, inclusive de forma retroativa, atingindo os que já estão publicados na plataforma.

A atualização nas políticas eleitorais do YouTube foi anunciada nesta terça-feira (22), na esteira de diversas críticas à falta de ações da plataforma no combate à desinformação eleitoral.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados protagonizam diversos vídeos com afirmações não comprovadas de que houve fraudes eleitorais e que a urna eletrônica foi adulterada em 2018 —todo esse conteúdo é passível de remoção.

Antes, a proibição de conteúdo com afirmações falsas de fraude generalizada após resultados eleitorais finais serem oficialmente certificados valia apenas para eleições presidenciais passadas dos Estados Unidos e as federais alemãs de 2021. Agora, as eleições brasileiras de 2018 passam a ser incluídas.

O YouTube também atualizou a política que proíbe conteúdo que possa levar à supressão de votos. Anteriormente, as normas eram muito focadas nos EUA.

Vedavam vídeos alegando que a “filiação do eleitor a um partido político ficava visível em um envelope de votação pelo correio” (não existe voto pelo correio no Brasil) e “alegações incorretas de que o voto de pessoas sem cidadania determinou o resultado das eleições passadas” (são frequentes nos EUA boatos de imigrantes indocumentados votando).

Agora, a plataforma incluiu proibição referente especificamente ao Brasil —“alegar incorretamente que as urnas eletrônicas de votação brasileiras foram invadidas por hackers no passado para mudar o voto de pessoas”.

A partir desta terça, o YouTube analisará os vídeos que abordem o tema da suposta fraude eleitoral em 2018 usando inteligência artificial e moderação humana.

A plataforma não detalhou se terá pessoal adicional ou mais investimento em inteligência artificial para fazer essa moderação dos vídeos.

O YouTube também avaliará denúncias de usuários e do TSE e instituições parceiras da plataforma. Os usuários que tiverem vídeos removidos podem recorrer.

Segundo a empresa, vídeos informativos ou noticiosos, que debatem a vulnerabilidade das urnas com contexto, não serão derrubados.

No entanto, vídeos que não forneçam contexto e afirmem falsamente que houve adulteração na urna serão eliminados, mesmo de canais de veículos de notícias.

Além disso, os usuários que fizerem buscas de vídeos relacionados à eleição ou urnas eletrônicas verão um painel de informações na parte superior dos resultados da pesquisa, ou abaixo dos vídeos relacionados ao voto eletrônico, com um link para informações do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Já existem “painéis de contexto” semelhantes para a Covid-19, por exemplo.

Bolsonaro vem afirmando sem provas desde o início de seu mandato que houve falhas nas urnas eletrônicas em 2018, e que ele, na realidade, teria vencido o pleito no primeiro turno.

No final de julho de 2021, o presidente realizou uma live nas redes sociais para apresentar o que ele chama-

va de provas das suas alegações, mas citou apenas boatos sobre a eleição que circulam há anos na internet e que já foram desmentidos.

O TSE abriu inquérito administrativo para apurar a conduta de Bolsonaro, que, sem apresentar provas, afirma que o sistema eleitoral é vulnerável a fraude.

As novas políticas de remoção só se aplicam a alegações de fraude na eleição de 2018, e não a afirmações de que o pleito de 2022 será fraudado. Segundo a plataforma, só se pode adotar a política de remoção uma vez que haja um resultado oficial, certificado pelas autoridades competentes.

Nos Estados Unidos, o YouTube foi criticado por ter demorado demais para agir em relação aos vídeos espalhando desinformação sobre a eleição presidencial americana de 2020.

Só em 12 de dezembro de 2020, mais de um mês após o pleito, o YouTube anunciou que passaria a remover vídeos com alegações de que fraude generalizada havia influenciado a eleição.

Na mesma data, a plataforma informou que havia banido mais de 8.000 canais desde setembro de 2020.

Em 6 de janeiro de 2021, apoiadores do então presidente Donald Trump invadiram o Capitólio para impedir a certificação do resultado eleitoral, que diziam ter sido fraudado. A invasão deixou cinco mortos. Os agressores se organizaram usando as redes sociais.

No Brasil, o entendimento da plataforma é que o processo de certificação de resultado eleitoral pelo TSE é centralizado e muito mais rápido. E, assim que houver resultado certificado, a plataforma poderá anunciar a remoção de conteúdo alegando falsamente que houve fraude em 2022.

Também há o entendimento que, ao longo da campanha eleitoral, outros conteúdos desinformativos que atentem contra a integridade cívica podem ser incluídos na política de remoções.

Os usuários não sofrerão penalidades por vídeos que já estavam publicados. Mas quem postar vídeos com o teor proibido a partir de agora, com um período de aprendizagem de um mês, passará a sofrer as sanções da plataforma (“strikes”). Quem receber três strikes num período de 90 dias terá o canal excluído.

TSE chama Telegram para discutir combate a fake news na eleição

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin, propôs ao Telegram uma reunião na próxima quinta (24) para discutir combate às fake news. O encontro sugerido, caso seja aceito pelos responsáveis pelo aplicativo, ocorrerá de maneira virtual com a participação de assessores especiais do tribunal. Em ofício enviado nesta terça (22) ao fundador e CEO do Telegram, Pavel Durov, Fachin também convidou a empresa a aderir ao Programa de Enfrentamento à Desinformação. Twitter e Instagram estão entre as plataformas que firmaram parceria. O tribunal não obteve resposta nas duas tentativas anteriores de contatar o Telegram. O documento foi enviado também ao advogado Alan Elias Thomaz, constituído pela ferramenta no último fim de semana.



O então procurador Deltan Dallagnol na entrevista em que apresentou acusações contra Lula, em 2016. Reprodução

Deltan é condenado a indenizar Lula por caso do PowerPoint

Ex-procurador usou, para ministros do STJ, expressões que não eram técnicas

José Marques e Marcelo Rocha

BRASÍLIA A Quarta Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta terça-feira (22) que o ex-procurador da República Deltan Dallagnol deve pagar indenização de R\$ 75 mil por danos morais ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por “ataques à honra” na entrevista na qual divulgou a denúncia do triplex em Guarujá (SP).

Essa entrevista ficou conhecida pela apresentação de PowerPoint reproduzida em um painel. Foram 4 votos a 1 a favor da condenação do ex-procurador. Cabe recurso.

Para os ministros, Deltan usou expressões que não constavam na denúncia e tinham como objetivo ferir a imagem do ex-presidente. À época, Deltan disse que Lula era “o grande general” do esquema da Petrobras e que comandou uma “propinocracia”.

Na ação que chegou ao STJ, a defesa de Lula afirmava que a entrevista coletiva de Deltan “se transformou em um espetáculo de ataque à honra à imagem e à reputação” do ex-presidente.

Eles pediram R\$ 1 milhão em danos morais pela realização da entrevista de setembro de 2016 na qual ele explicou a denúncia da Lava Jato contra Lula pelo caso do triplex em Guarujá (SP), que mais tarde levou o ex-presidente a ser condenado e preso.

Os magistrados, após discussão, fixaram essa indenização em R\$ 75 mil. Corrigido desde o mês em que a entrevista foi concedida, o valor final será superior a R\$ 100 mil.

O relator do caso, ministro Luís Felipe Salomão, votou contra Deltan e disse que o então procurador usou “expressões e qualificações desabonadoras da honra, da imagem” e, no seu entendimento, “não técnicas como aquelas apresentadas na denúncia”.

Segundo ele, no PowerPoint, Deltan usou termos que “afastavam-se da nomenclatura típica do direito penal e do direito processual penal”.

“A precisão, certeza, densidade e coerência que se exige da denúncia impõe-se igualmente ao ato de divulgar a denúncia”, afirmou Salomão. De acordo com o ministro, houve espetacularização na divulgação da denúncia, que não condiz com a apresentação da peça formal de acusação.

Os ministros Marco Buzzi,

Antônio Carlos Ferreira e Raul Araújo seguiram o voto de Salomão. Já a ministra Isabel Gallotti discordou.

Para ela, a ação devia ser extinta sem a análise do caso. Sem julgar se os termos usados foram corretos, ela entendeu que Deltan Dallagnol seguiu uma recomendação feita à época a membros do Ministério Público: a de que se convocasse entrevista coletiva para prestar conta dos atos.

A ministra entendeu que, nesse caso, a defesa de Lula deveria questionar a conduta do então procurador em uma ação contra a União.

Na ocasião da entrevista, em 2016, Deltan projetou um fluxograma que direcionava com setas 14 tópicos como “petrolão + propinocracia”, “mensalão” e “reação de Lula”, envolvidos em círculos, ao nome de Lula, também em um círculo, no centro da imagem.

À época, procuradores da força-tarefa da Lava Jato acusaram o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ter comandado uma “propinocracia”, ou “um governo regido pelas propinas”.

Eles disseram que o governo do PT distribuiu cargos entre aliados e apadrinhados políticos com o objetivo de “arrecadar propinas” para alcançar a governabilidade, perpetuar o partido no poder e permitir o enriquecimento ilícito de agentes públicos e políticos.

Mais tarde, em seu livro “A Luta contra a Corrupção”, Deltan disse que a “repercussão negativa e imediata” para o gráfico para Lula, criticado nas redes sociais, o pegou de surpresa. No ano passado, durante entrevista a um podcast, ele reconheceu que a apresentação foi um “erro de cálculo”.

De acordo com o advogado Cristiano Zanin Martins, que defende Lula, o então procurador da República cometeu abuso de autoridade. “Referida apresentação foi marcada por adjetivações negativas totalmente incompatíveis com a garantia constitucional da presunção da inocência, com a dignidade da pessoa humana e com o devido processo legal, com o claro objetivo de estigmatizar o autor”, diz a defesa em seu pedido à Justiça.

Segundo Zanin, a intenção da entrevista coletiva foi desconstruir a “imagem positiva [de Lula] perante a população como decorrência de mais de 40 anos de atuação na vida pública de forma honesta e com

Referida apresentação foi marcada por adjetivações negativas totalmente incompatíveis com a garantia constitucional da presunção da inocência [...], com o claro objetivo de estigmatizar o autor

Cristiano Zanin Martins advogado, ao apresentar pedido de indenização a Lula

A precisão, certeza, densidade e coerência que se exige da denúncia impõe-se igualmente ao ato de divulgar a denúncia

Luís Felipe Salomão ministro do STJ, em decisão que condenou Deltan a indenizar Lula

Isso é o que acontece quando se luta contra a corrupção e a injustiça no Brasil. Essa é a reação do sistema, nua e crua. Lula sai impune e nós pagamos o preço da corrupção

Deltan Dallagnol (Podemos) ex-procurador, em mensagem no Twitter após decisão do STJ

enorme dedicação”.

Deltan, diz Zanin, “fez até mesmo uso de um PowerPoint com diversas flechas apontando para o nome do autor, colocando no centro do documento, transmitido ao público em geral, sobretudo ao leigo, a falsa impressão de que este último teria sido condenado pela Justiça pela prática dos crimes que estavam sendo imputados naquele momento”.

Antes do julgamento desta terça, o advogado questionou aos ministros se seria legítimo o procurador ter convocado a entrevista para “emitir juízo de culpa” contra o acusado.

Já o advogado de Deltan, Marcio Andrade, afirmou que não houve violação à honra ou dano moral que incida em indenização de dano moral e que a entrevista foi concedida dentro do exercício regular de procurador da República.

Também foi sustentado que essa entrevista foi concedida como outras que foram feitas no âmbito da Lava Jato para informar à população a respeito dos andamentos da operação.

Após o julgamento do STJ, Deltan publicou nas redes sociais que “depois de perder em duas instâncias, Lula reverte julgamento do caso PowerPoint no STJ”. “Brasileiros, entendam: isso é o que acontece quando se luta contra a corrupção e a injustiça no Brasil. Essa é a reação do sistema, nua e crua. Lula sai impune e nós pagamos o preço da corrupção”, afirmou.

“Quem ainda neste país terá coragem de fazer seu trabalho de investigar e punir criminosos poderosos e informar à sociedade, depois dessa decisão do STJ de me condenar por ter apresentado o conteúdo da acusação à sociedade?”, acrescentou.

Em 2021, o Supremo anulou as condenações sofridas pelo ex-presidente em Curitiba. Também declarou que o ex-juiz Sergio Moro agiu de modo parcial ao conduzir casos do petista e invalidou provas colhidas na investigação.

Com isso, Lula recuperou seus direitos políticos e lançou sua pré-candidatura à Presidência em 2022. Ele tem liderado as pesquisas de intenção de voto, à frente do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Deltan, por sua vez, pediu exoneração do Ministério Público e filiou-se ao Podemos. O plano da legenda é lançá-lo como candidato a deputado federal pelo Paraná.

Bolsonaro precisa de Lula

O capitão depende dos erros dos comissários

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Há um novo Bolsonaro na praça. É muito parecido com os anteriores, mas tem a marca do candidato. Abandonou algumas causas perdidas, parou de falar das vacinas e esqueceu a cloroquina. Tenta se dissociar do aumento dos combustíveis: "Vilões são a roubalheira na Petrobras e o ICMS". A falta de fôlego dos candidatos da Terceira Via leva-os para a desejada polarização Bolsonaro x Lula. Há quatro anos, o comissariado petista achava que Bolsonaro seria o

candidato mais fácil de derrotar. Deu no que deu. Apresentar Lula como uma ameaça às instituições democráticas é uma carta amarela: ele governou o país por oito anos sem ofendê-las. Ameaças houve, aqui e ali, sem a ênfase e a insistência das investidas de Bolsonaro. As campanhas eleitorais têm suas dinâmicas próprias. Se caixas, tempo de televisão e as costuras dos primeiros meses do ano decidissem a parada, o Brasil estaria sendo governa-

do por Geraldo Alckmin. Cada candidato precisa dos erros do outro e nem sempre os erros são percebidos como tal. Em janeiro, o deputado Rui Falcão, ex-presidente do Partido do Trabalhadores, quadro que passou pelo poder sem se lambuzar, disse ao repórter Rainer Bragan que a campanha, por "aguerrida", precisaria da "construção de comitês de defesa da eleição do Lula que permaneçam depois como comitês de apoio do programa de transformação".

Em fevereiro, durante uma reunião do Partido dos Trabalhadores, tratou-se da criação de cinco mil comitês, com a participação de partidos aliados. Divulgou-se que eles trabalhariam na campanha e também depois dela, para assegurar a posse. A partir de janeiro de 2023, os comitês continuariam ativos. Nas palavras de Alberto Cantalice, diretor de comunicação da Fundação Perseu Abramo, "se ganharmos as eleições, a gente vai ter que mobilizar o povo

para exigir o cumprimento do programa de governo." Imagine Jair Bolsonaro propondo a mesma coisa. Vem logo à memória a formação de milícias. Lula não é Bolsonaro, mas na sua banda do espectro político, onde estão simpatizantes da experiência cubana, do chavismo venezuelano e do orteguismo da Nicarágua com seus comitês de defesa do regime. De pouco adiantará o exemplo das Comisiones Obreras chilenas e espanholas para quem quer instrumentalizar o medo. No Brasil, uma experiência parecida desmanchou-se no ar. Foram os Grupos dos Onze de 1964. Serviram apenas para assustar a classe média, porque na hora da onça beber água, sumiram. (Um posto de alistamento criado na manhã de 1º de abril de 1964 no Teatro Nacional de Brasília, cadastrava

voluntários. Cadastro com nome, telefone e endereço serve para facilitar emprego. Os voluntários passaram horas queimando as fichas.) Propostas desse tipo geralmente não passam de promessas de campanha, como a do bujão de gás a R\$ 35, feita por Bolsonaro. A diferença do bujão do capitão, é que não podia ser instrumentalizado pelos adversários. Faz tempo, Brian Jenkins, um dos fundadores da empresa de segurança Kroll e ex-responsável pela seção de estudos de terrorismo da Rand Corporation, ensinava: "O Minimanual do Guerriheiro Urbano" de Carlos Marighella é um pacote de platitudes inúteis. Serviu para dar à esquerda a ideia de que tinha um manual e para botar na direita o medo de que a esquerda o tivesse."

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | SEG. Celso R. de Barros | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Sílvia Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Alckmin chega ao PSB isolado, mas com missão de ampliar apoio a Lula

Sem levar políticos de peso ao novo partido, ex-tucano tem trunfo de garantir cadeira de vice na chapa

Carolina Linhares, Julia Chaib e Bruno Boghossian

SÃO PAULO E BRASÍLIA O ex-governador Geraldo Alckmin se filia nesta quarta-feira (23) ao PSB sem levar políticos de peso ao novo partido, mas com o trunfo de garantir à sigla a cadeira de vice na chapa do ex-presidente Lula (PT) e com a missão de simbolizar o acento do petista à centro-direita. Membros do PT e do PSB esperam que Alckmin tenha protagonismo na campanha para o Palácio do Planalto e também em um eventual governo, embora seus papéis ainda não estejam totalmente definidos. Em conversas reservadas, Lula tem afirmado querer um vice com quem possa efetivamente dividir a gestão do país. O ex-presidente menciona nas reuniões com Alckmin a função que o seu ex-vice-presidente José Alencar desempenhava e cita, por exemplo, que ele era figura certa nas reuniões de governo.

No evento desta quarta, em Brasília, Alckmin vai dividir o palco com outras filiações de peso do PSB — o vice-governador Carlos Brandão (PSDB), que disputará o Governo do Maranhão, e o senador Dario Berger (MDB), que concorre ao Governo de Santa Catarina.

No total, serão cerca de 40 novos filiados na ocasião, incluindo também o advogado criminalista Augusto de Arruda Botelho e Carmen Silva, líder do Movimento Sem-Teto do centro de São Paulo.

A migração de Alckmin ao PSB encerra uma novela que incluiu negociações com siglas como Solidariedade, PV e até mesmo União Brasil.

Integrantes da cúpula da União, que resultou da fusão de DEM com o PSL, chegaram a conversar com aliados do ex-governador sobre a possível migração, mas pesou a posição do partido de preferir uma candidatura presidencial de centro-direita.

A filiação de Alckmin abre caminho para o lançamento da pré-candidatura de Lula e para a oficialização da chapa com o ex-governador, algo que deve ocorrer só no fim de abril ou até mesmo em maio.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, deve ir ao evento. Já Fernando Haddad (PT), candidato ao Palácio dos Bandeirantes e um dos gestores da chapa Lula-Alckmin, não deve comparecer — assim como o ex-presidente.

Nesta terça (21), ele afirmou



Geraldo Alckmin, em evento em SP; ele se filia ao PSB nesta quarta | Eduardo Knapp - 12 nov 21/ Folhapress

que Alckmin tem um perfil complementar ao de Lula. "Alckmin tem uma interlocução com setores que podem se reaproximar do Lula. Ele dobra os esforços de interlocução. Uma pessoa que foi candidata duas vezes à Presidência, foi governador", disse. Petistas dizem que durante a campanha o ex-tucano terá algumas missões, entre elas atuar para agregar votos a Lula entre eleitores das regiões Sul e Sudeste. A expectativa é a de que ele viaje por São Paulo e ajude na campanha de Haddad. Lula tem dito em conversas reservadas ver chances reais de o PT vencer o governo paulista pela primeira vez e uma das razões para isso é a colaboração de Alckmin. No entanto, a contribuição de Alckmin para o projeto de frente ampla de Lula tem sido mais simbólica até aqui. O ex-governador não deve provocar uma revoada de tucanos rumo ao PSB. Alckmin vai filiar quatro tucanos históricos no novo partido. Segundo membros do PSB e aliados do ex-governador, a lista dos demais nomes que podem acompanhá-lo não inclui prefeitos ou políticos com mandato, apenas militantes e líderes locais de São Paulo.

Do círculo próximo de Alckmin no PSDB devem se filiar ao PSB Pedro Tobias e Antonio Carlos Pannunzio, que foram dirigentes do PSDB-SP, e os ex-deputados federais Sílvia Torres e Floriano Pesaro. Tobias afirma, porém, que deve fazer outro evento de filiação em São Paulo para comportar outros aliados de Alckmin a caminho do PSB. "Muita gente quer filiar, mas ir a Brasília custa, não cabem todos. Muita gente está me ligando, gente que foi prefeito, militante", diz à Folha. "É uma sorte para o PT, Alckmin está amansando o antipetismo. Tem gente que me xinga na rua, foram meus amigos. Mas chega dessa briga, de nós contra eles, temos que pensar no Brasil um pouco. É a única forma de tirar Bolsonaro e não é fácil", diz Tobias sobre a chapa Lula-Alckmin. "Alckmin está com a agenda lotada, falando em igreja, associação, sindicato", completa. Entre tucanos de São Paulo, a leitura é a de que Alckmin está isolado em sua mudança de rumo. Aliados do ex-governador justificam que prefeitos aliados a ele pensam duas vezes antes de deixar a base de João Doria (PSDB) pois dependem de recursos do governo.

“Discordo de que ele [Alckmin] não agrega [quadros ao PSB], ele vai agregar muito pelas relações que ele tem e pelo respeito que ele tem de diversas alas da sociedade

Jonas Donizette (PSB) ex-prefeito de Campinas

Outros tucanos ligados a Alckmin em São Paulo e que formaram um grupo de apoio a Eduardo Leite (PSDB-RS) nas prévias do partido não se desligaram do PSDB mesmo após a vitória de Doria. Alckmin adiou sua saída do partido para ajudar Leite nas prévias e havia a expectativa de que membros desse grupo se desfiliassem com o ex-governador. O ex-prefeito de Campinas Jonas Donizette (PSB) minimiza a crítica. "Discordo de que ele não agrega, ele vai agregar muito pelas relações que ele tem e pelo respeito que ele tem de diversas alas da sociedade", diz. "Alckmin traz um peso muito grande para o partido. Ele, como governador, lançou muitos programas sociais que fizeram muito sucesso, como o Bom Prato." O evento de filiação ocorre uma semana após movimentos da Justiça que atingem Alckmin. O Ministério Público homologou no dia 15 delação de um ex-presidente da Ecovias que fala em pagamento de caixa 2 de R\$ 3 milhões ao ex-tucano. O inquérito havia sido arquivado no dia 10 pela 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, mas os desdobramentos prosseguem na área cível. A Justiça Eleitoral também decidiu ratificar uma outra denúncia no dia 17, na qual Alckmin é acusado de receber R\$ 11,3 milhões em caixa 2 da Odebrecht, o que ele nega. Pesaro defende o aliado e diz que Alckmin "tem sido inocentado em todas as acusações". "Quem conhece o Geraldo, seus eleitores, a opinião pública e o sistema político, sabe que ele é uma pessoa correta." Conforme adiantou o Painel, Alckmin deverá ser contemplado com um cargo na direção do PSB, possivelmente com a vice-presidência, como um gesto para reforçar seu prestígio na nova casa. Embora a federação entre PSB e PT não tenha vingado (este último associou-se a PV e PC do B), já havia a garantia de que o PSB apoiaria Lula e de que o acordo para que Alckmin ocupasse a posição de vice estaria preservado apesar das divergências entre as siglas nos estados, sobretudo em São Paulo. Enquanto o PT aposta em Haddad para retomar o estado dos tucanos, o PSB quer lançar o ex-governador Márcio França, que é próximo de Alckmin e que também teve papel central na costura da aliança com Lula.

PSB diz que petista tem juízo e o alerta sobre palanque duplo em PE

Catia Seabra e José Matheus Santos

SÃO PAULO E RECIFE O presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, disse nesta terça (22) que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva só terá um palanque em Pernambuco, da frente popular integrada pelo PT. Segundo Siqueira, Lula "tem muito juízo" e, por isso, não contrariaria seu principal aliado em âmbito nacional. "O PSB nem sequer imagina a hipótese de palanque duplo em Pernambuco. Acho que Lula é um homem sensato e tem muito juízo, não faria isto com seu principal aliado", afirmou. A declaração veio um dia após o encontro em que a deputada federal Marília Arraes (PT) avisou a Lula que quer concorrer ao governo do estado em oposição à chapa encabeçada pelo deputado federal Danilo Cabral, do PSB. Prestes a deixar o PT rumo ao Solidariedade, Marília ofereceu a Lula a possibilidade de ocupar dois palanques em Pernambuco, proposta que Siqueira refuta. "Lula deve ter apenas um palanque em Pernambuco: o da Frente Popular, integrado por 12 partidos, incluindo o PT", disse ele. Além de lançar-se contra o PSB, Marília ameaça desartar a aliança que sustenta o governo no estado. Ela ofereceu ao PSD a vaga para o Senado. Na segunda (21), ela se reuniu com o presidente nacional do Solidariedade, Paulinho da Força (SP). Após o encontro com Lula, que consumiu quase uma hora e meia, ela publicou uma foto ao lado do ex-presidente. No mesmo dia, petistas procuraram parlamentares do PSB na tentativa de tranquilizá-los quanto ao risco de Lula apoiar Marília. Ele é o principal cabo eleitoral em Pernambuco. A ação de Marília se deu dois dias antes da filiação do ex-governador Geraldo Alckmin (SP) ao PSB. Alckmin é potencial vice da chapa de Lula à Presidência. Sua filiação consolidaria a aliança entre PT e PSB pela sucessão de Jair Bolsonaro. Nesta terça (22), Marília se despediu dos colegas petistas, aos quais informou a filiação ao Solidariedade.

Tarcísio fragiliza candidatura com investimentos federais travados em SP

Adversários devem explorar atuação tímida no estado; ministro aposta em concessões

Artur Rodrigues
e Carolina Linhares

SÃO PAULO. Pré-candidato do presidente Jair Bolsonaro ao Governo de São Paulo, o ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) é vendido por seu grupo político como um entregador de obras e concessões. Levantamento da Folha, porém, mostra que os investimentos da pasta caíram em relação a gestões anteriores. Além disso, em São Paulo, estado que ele quer administrar, há entregas tímidas na comparação com outras unidades da federação e até obras importantes travadas pelo Ministério da Infraestrutura. Diante disso, ele aposta nas grandes concessões, como a do Porto de Santos e a da rodovia Presidente Dutra, como marcas de sua gestão. Chegou a ser apelidado de “Thorcízio” por aliados, em brincadeira com a força que aplica ao martelo nos leilões de ativos públicos. Como mostrou a Folha, a candidatura de Tarcísio preocupa rivais, pois ele pode crescer com a polarização e o apoio de Bolsonaro. Além disso, há a avaliação de que o ministro, por ser visto como técnico e menos afeito aos arroubos do presidente, é capaz de furar o teto de votos bolsonarista.

Tarcísio tem sido criticado até por grupos empresariais e a fama de realizador é contestada pelos gestores da pasta, que mostram que o Ministério investe menos que no passado. A média de investimento anual nos últimos três anos foi de R\$ 8,5 bilhões, em valores executados e corrigidos, conta o site Siga Brasil, do Senado. Nas administrações Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB), esse valor médio foi de R\$ 10,5 bilhões, contabilizando pasta equivalente, a de Transportes, Portos e Aviação Civil. Sob outra realidade econômica e no auge do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o investimento da primeira gestão de Dilma chegava ao dobro disso. O Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que fica na pasta de Tarcísio, tem R\$ 6,2 bilhões em investimentos previstos para este ano. Em 2012, o órgão investiu R\$ 21 bilhões. Os números em queda têm reflexos na qualidade das estradas. Levantamento da CNT (Confederação Nacional do Transporte) mostra que o investimento público em rodovias federais, que em 2018 foi de R\$ 156 mil por km, caiu para R\$ 143 mil em 2020 e teve previsão de R\$ 109 mil em 2021. Em São Paulo, a fama de pavimentador de Tarcísio enfrentará a máquina da gestão João Doria-Rodrigo Garcia (ambos do PSDB), que também buscou a construção de estradas como ativo, de forma que o tema das rodovias deve ser motivo de embate na campanha. O estado lançou dois programas de recuperação de estradas, o Novas Vicinais, com R\$ 6,5 bilhões para 5,8 mil km, e o Estrada Asfaltada, de R\$ 1,7 bilhão para 2,3 mil km. O investimento do Dnit em São Paulo foi de R\$ 44,8 milhões em 2021 e está estimado em R\$ 14 milhões para 2022. Já os investimentos da Secretaria de Logística e Transportes, que contempla as obras em rodovias, foram de R\$ 3,5 bilhões em 2021 e têm previsão de R\$ 6,8 bilhões em 2022. Tarcísio também tem investido no discurso de que destravou obras paradas. “De vez em quando me perguntam o que acho de críticas da oposição de que estamos concluindo obras de governos anteriores. Eu acho um elogio.

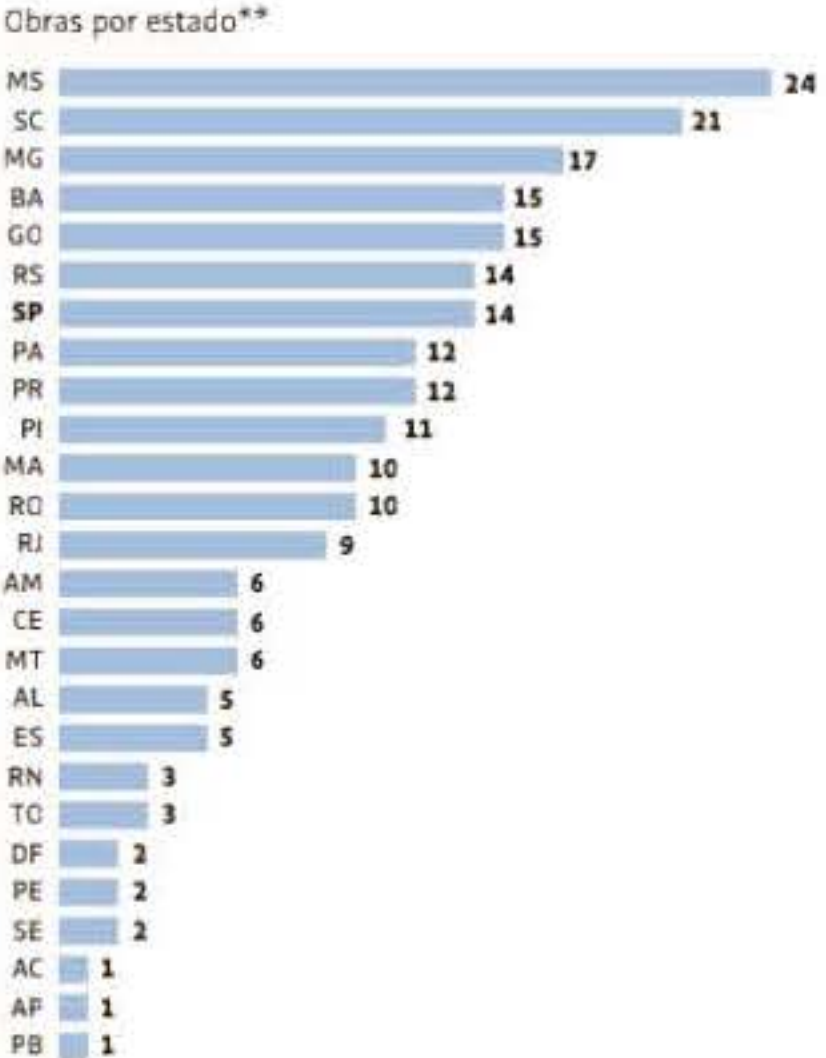
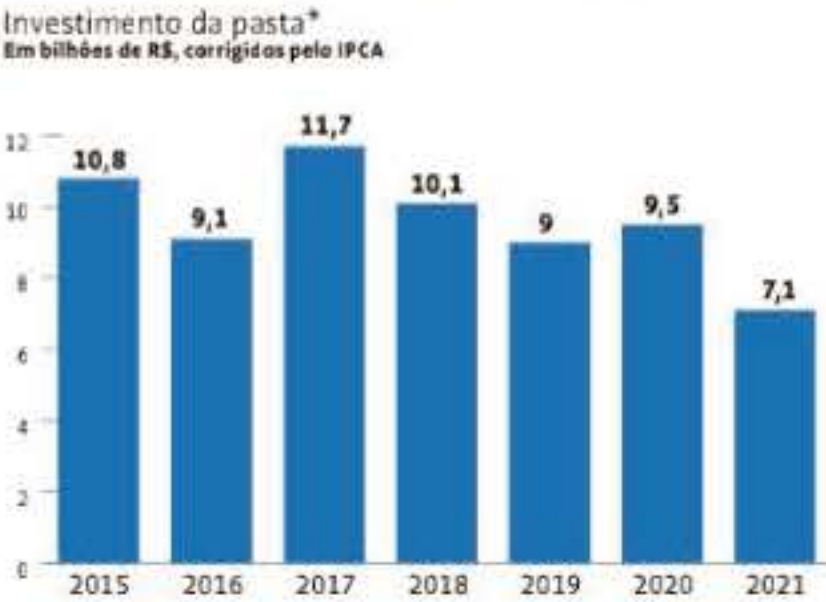


O ministro Tarcísio de Freitas é pré-candidato ao Governo de São Paulo com o apoio de Bolsonaro. Zazone Fraissat - 15.mar.22/Folhapress

Acho que meu papel em pensar infraestrutura como política de Estado, e não de governos, está sendo cumprido”, escreveu em suas redes sociais. Até o momento, ele entregou 263 obras no país, segundo listagem feita pela pasta. Com 14 obras identificadas pela reportagem, São Paulo teve menos entregas que ao menos outros cinco estados —Mato Grosso do Sul liderou com 24 delas, seguido por Santa Catarina (21), Minas Gerais (17), Bahia (15) e Goiás (15). Ao menos quatro delas já estavam avançadas, já que foram inauguradas no primeiro ano da gestão Tarcísio. Há a previsão de mais três entregas da pasta em São Paulo neste ano, mas nenhuma com potencial de se tornar uma marca. O portfólio do ministro em território paulista vai da reforma na pista do aeroporto de Congonhas a melhorias no Porto de Santos, passando por restauração de trecho da BR-101 em Ubatuba. Nessa seara, por outro lado, o ministro é tido como um dos responsáveis pelo travamento de obras no estado governado por João Doria, rival do presidente. Entre aliados do vice-governador Rodrigo Garcia, que deve assumir o governo em abril e disputará a reeleição ao Palácio dos Bandeirantes, a leitura é a de que a gestão Bolsonaro agiu para prejudicar o estado

no âmbito da rixa com Doria. Para eles, o ministro, que antes não cogitava candidatura em São Paulo, mas em Goiás, será cobrado pelos imbróglis. Um caso simbólico é o da concessão da Dutra, que prevê duplicação da rodovia Rio-Santos só no trecho fluminense. Prefeitos e entidades do Vale do Paraíba (SP) reclamam ainda do desconto maior dado nos pedágios no Rio. No último dia 4, em São José dos Campos (SP), em evento com Bolsonaro para oficializar a concessão, Tarcísio disse que “o trecho até Angra dos Reis [RJ] vai ser duplicado”, uma gafe para os paulistas. A pasta afirma que o maior tráfego no trecho fluminense justifica a duplicação e que o preço dos pedágios foi definido sem distinção entre estados, pela distância entre cada praça. O usuário terá a possibilidade de pagar conforme a quilometragem rodada. Outra questão emblemática é a ponte entre Santos e Guarujá, que Doria prometeu tirar do papel e que depende do aval do ministério por envolver o Porto de Santos. A gestão tucana fez uma série de alterações no projeto a pedido do governo federal e entregou a última versão em novembro de 2020 —desde então aguarda o retorno da pasta sobre a obra de R\$ 3,9 bilhões. Se a autorização do governo Bolsonaro não for dada até o fim deste mês, o Governo de São Paulo deve entrar com ação judicial, que também pode ser usada contra o ministro. Em resposta à Folha, o ministério diz ter conhecimento sobre o projeto da ponte, mas “entende que um túnel atende melhor a solução da mobilidade urbana e não cria impedimentos à operação e à expansão dos serviços portuários”. O túnel deve ir a leilão neste ano, segundo a pasta, e será financiado pela empresa vencedora da licitação da desestatização do Porto de Santos. Também estava pendente de aval do Dnit a ampliação de um canal da Hidrovia Tietê-Paraná. O governo Doria enviou o projeto ao ministério em setembro de 2020 e aguardava o repasse de verba desde então. A aprovação ocorreu apenas em fevereiro deste ano, e as obras podem ter início ainda em 2022. Tucanos associam a recente resolução à pré-can-

Raio-X do Ministério da Infraestrutura



didatura de Tarcísio, que pode tentar capitalizar a obra. A construção do canal de Avanhandava está parada desde 2019. A hidrovia chegou a parar por sete meses com a seca, algo que a obra deve evitar. Procurado pela Folha, o ministério diz que o atraso se deve à necessidade de contratação de uma nova empresa, já que a anterior era pouco efetiva. E que a demora na aprovação foi causada pelos estudos insuficientes apresentados, o que a gestão Doria contesta. O ministério admite “redução orçamentária nos últimos anos” e diz trabalhar com a concessão de ativos à iniciativa privada para “destravar investimentos e melhorar a infraestrutura de transportes”. Desde o início da gestão, já foram concedidos 81 ativos, que, segundo o governo, garantirão investimento de quase R\$ 90 bilhões. Para este ano, estão previstas outras 56 privatizações, com mais de R\$ 165 bilhões em investimentos. Tarcísio tem exaltado como estrela a privatização do Porto de Santos que, diz ele, será a maior do hemisfério sul. Ele quer bater o martelo do máximo possível de concessões, que considera vitrine de sua gestão. Antes de deixar o cargo para concorrer, ele participa, em 30 de março, do leilão da Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo) e de outros três terminais portuários. Apostando nesse discurso, que lembra mais Doria do que Bolsonaro, Tarcísio já voltou seu raio privatizador para São Paulo, onde, se eleito, promete vender também a Sabesp. A pasta cita várias concessões previstas no estado. Na aviação, Congonhas e o Campo de Marte estão entre os 15 aeroportos a serem concedidos à iniciativa privada. Além disso, há desestatização de ferrovias e portos, como o de Santos e São Sebastião, na lista. A respeito da queda nos investimentos, a pasta afirma que os dados enviados pela Folha “são referentes aos empenhos das despesas discricionárias do orçamento fiscal e da seguridade social, investimentos, excluídas as agências reguladoras”. Os dados informados pelo ministério somam R\$ 27 bilhões nos três primeiros anos de gestão —ainda assim, o investimento permanece em queda, com gasto médio anual na casa dos R\$ 9 bilhões. O ministério afirmou que atuou de forma eficiente no uso dos recursos públicos e na parceria com a iniciativa privada. “Assim, foi possível superar os resultados obtidos desde 2019”, diz. Ainda segundo o governo, o orçamento atual “prevê a destinação de R\$ 5,9 bilhões para o Dnit”. “O valor é maior do que o previsto inicialmente no projeto de lei. Entre a tramitação e a sanção presidencial, houve um incremento de R\$ 1,4 bilhão, que irá favorecer diversos empreendimentos em andamento.” Sobre a quantidade de obras em São Paulo, a pasta afirma ter “atuação nacional” e estar orientada “para atuar na formulação de políticas e na provisão da infra de transportes para as 27 unidades da federação”. Em nota após a publicação da reportagem, o Ministério da Infraestrutura argumenta que “São Paulo tem o maior PIB do país, ou seja, é o estado mais rico do Brasil”. “Justamente por isso, tem grande parte de sua infraestrutura atualizada e sob administração da iniciativa privada, abrindo espaço no orçamento federal para demais obras prioritárias espalhadas pelo país”, completa. O ministério afirma ainda atuar no fortalecimento da parceria com a iniciativa privada no estado e cita R\$ 54 bilhões planejados para investimentos privados para projetos como a Ferrovia Norte-Sul, a concessão da Dutra, a privatização do Porto de Santos, as concessões dos aeroportos de Congonhas, Viracopos e Campo de Marte, entre outros.

mundo

guerra na ucrânia



Militares ucranianos removem corpo de soldado morto em ataque contra centro de pesquisa da Academia Nacional de Ciências, ao norte de Kiev

Biden discute reação se Putin usar arma nuclear, e Rússia vê banditismo

Americano fala em ataques químicos e cibernéticos e critica Índia por não condenar Moscou

Igor Gielow

SÃO PAULO Quase um mês após a invasão russa da Ucrânia, a guerra diplomática entre o Kremlin e os Estados Unidos subiu vários degraus às vésperas do encontro dos líderes da Otan, a aliança militar ocidental, na quinta-feira (24). Depois de ter sido acusado de preparar ataques hackers contra empresas americanas e de tramocar o uso de armas químicas contra alvos ucranianos pelo presidente Joe Biden, o governo russo disse que a Casa Branca adota o “banditismo” nas relações internacionais. Já o americano deverá pedir que a Otan adote um protocolo de reação em caso de uso de armas nucleares por Putin, além de trabalhar por mais sanções contra o Kremlin. Biden fez as acusações em tom acima do usual por serem tratadas como certezas, não especulações, na noite de segunda (22). Nesta terça, veio a reação. “Diferentemente de muitos países ocidentais, incluindo os EUA, a Rússia

não se envolve com banditismo no nível estatal”, afirmou o porta-voz Dmitri Peskov. O caso das armas de destruição em massa tem ganhado corpo. A Rússia acusa os EUA de montar uma rede de laboratórios para estudar agentes biológicos na Ucrânia, sem provas. Já a Casa Branca e a Otan afirmam que isso é uma desculpa dos russos para usar armas químicas na guerra. Esse cenário ocorreria, especulam analistas ocidentais, devido à percepção de Putin em vencer a guerra com rapidez. A este ponto, a ofensiva generalizada está parada em volta de algumas cidades principais, embora mantenha a iniciativa em pontos como o sul do país. Nesta terça, houve registros pontuais de bombardeios em Kiev, onde um ataque de drone teria matado uma pessoa num instituto científico, além de ataques em Avdivka, Tchernihiv, Odessa e Mariupol. Para o Instituto de Estudos da Guerra, ONG de Washington, os russos já estão inclu-

27º dia de incursões da Rússia sobre a Ucrânia

- Reivindicado por separatistas, mas sob domínio ucraniano
- Sob domínio dos separatistas e agora reconhecidas por Moscou
- Ocupado por tropas russas
- Anexada pela Rússia em 2014
- Ataques relatados
- Maiores usinas nucleares da Europa



Fontes: Graphic News e The New York Times

sive assumindo posições defensivas em alguns locais, o que sugere a vontade de tentar ganhar a guerra pelo atri- to, destruindo as forças numericamente inferiores de Kiev. Nesse cenário, especula-se o uso de uma arma química ou mesmo de uma bomba nuclear tática, de baixa potência, para subjugar a Ucrânia. Segundo o assessor de Segurança Nacional de Biden, Jake Sullivan, a Otan deverá discutir novas medidas de reforço no Leste Europeu e um protocolo de reação caso Putin use uma arma nuclear. É incerto que isso detenha o russo. Peskov foi instado a falar sobre a bomba em uma entrevista à CNN e repetiu o que está na doutrina militar russa: arma nuclear só em caso de ameaça existencial contra o país. Como Putin chamou a crise ucraniana disso e tem feito ameaças atômicas a quem intervisse no conflito, a carta segue na mesa, blefe ou não. Em Washington, por outro lado, altos funcionários do Departamento de Defesa relativizaram a repórteres a fala de Biden, dizendo que o risco do uso de armas químicas não era iminente. Na segunda, o governo russo chamou o embaixador americano em Moscou para lhe dizer que as relações dos dois países estavam à beira do colapso após o presidente ter chamado Putin de criminoso de guerra. Também nesta terça, Peskov foi pessimista acerca do andamento das negociações com Kiev, ressaltando que a Ucrânia precisa ser “mais ativa e substantiva” nas conversas. O presidente Volodimir Zelenski disse que pode discutir até o status da Crimeia e do Donbass se Putin aceitar um encontro. “Resolveríamos tudo lá? Não, mas existe a possibilidade de que possamos ao menos parar parcialmente a guerra. Estou pronto para abordar essas questões”, afirmou, reforçando a ideia de um referendo para ratificar acordos fechados com os russos. O premiê Dmitri Kuleba, por sua vez, escreveu no Twitter que a guerra deverá acabar em duas ou três semanas — com um acordo que, na visão dele, equivale à derrota das tropas invasoras. Os tremores secundários da crise seguem por todo o mundo. No evento empresarial em que alertou sobre o risco de guerra química, Biden admitiu que a aliada Índia está reticente em agir contra o Kremlin. EUA, Índia, Austrália e Japão compõem a aliança Quad, que visa conter a expansão chinesa no Indo-Pacífico. Biden disse que a Índia “está algo instável” em relação a Putin — Nova Délhi não condenou a guerra. Os indianos são os maiores clientes de armas russas, ficando com 28% das exportações de Moscou no setor de 2017 a 2021, mantendo o discurso de independência.

Opositor do Kremlin é condenado de novo e pega mais 9 anos de cadeia

SÃO PAULO O mais conhecido opositor do governo Vladimir Putin, Alexei Navalni, foi considerado culpado em um novo julgamento realizado nesta terça (22), em Moscou. Ele pegou mais 9 anos de cadeia — já cumpre uma sentença de dois anos e meio desde 2021. Navalni, 45, foi condenado pela acusação de fraude e desrespeito à Justiça. O primeiro crime teria ocorrido, segundo a Procuradoria russa, ao longo de anos em que sua Fundação Anticorrupção recebeu doações para fazer projetos de denúncia de malfeitos de políticos e organizar protestos contra o Kremlin. Seus advogados, um dos quais havia sido detido e depois solto na terça, disseram que vão recorrer e acusam o julgamento de ser farsa política. Segundo os procuradores, Navalni embolsou US\$ 4,7 milhões (R\$ 23,2 milhões) no processo. O valor foi reduzi-

do, ao longo do julgamento, para apenas 2,7 milhões de rublos (R\$ 128 mil), mas apenas a definição da sentença dirá qual foi o entendimento da juíza Margarita Kotova. Ela considerou o ativista culpado por desrespeito à corte por seu comportamento durante o julgamento. Ele ocorreu dentro de uma corte improvisada na colônia penal em que Navalni cumpre pena, em Pokrov, 100 km a leste de Moscou. Ele foi multado em 1,2 milhão de rublos (R\$ 57 mil). Navalni foi preso em janeiro de 2021, após voltar de tratamento na Alemanha devido ao envenenamento que sofreu em agosto de 2020 na Sibéria. Ele acusou o FSB (Serviço Federal de Segurança, principal sucessor da KGB) e Vladimir Putin, que fez graça, dizendo que, se a agência quisesse matá-lo, o teria feito. Ao chegar à Rússia, teve seu avião desviado para outro ae-



Alexei Navalni durante seu julgamento na colônia penal IK-2, em Pokrov

roporto de Moscou e foi preso ao desembarcar. O motivo alegado é de que ele, que estava em coma, ao deixar o país violava a liberdade condicional da sentença suspensa de um outro julgamento — que Navalni também diz ser meramente perseguição política. Assim, foi detido e levado para longe da capital. Fez gre-

ve de fome e, segundo aliados, quase morreu. Agora, sua porta-voz, Kira Iarmich, disse no Twitter que a nova sentença “não é sobre a liberdade de Navalni, mas sobre sua vida”. “Putin tem medo da verdade, como sempre digo. A luta contra a censura, levando a verdade ao povo da Rússia, segue sendo nossa prioridade”, disse Navalni em tuítes publicados em sua conta por aliados. O Fundo Anticorrupção, que sempre fez segredo sobre seu financiamento, foi declarado “entidade extremista” e fechado pelas autoridades russas no ano passado. O mesmo ocorreu com a ONG de direitos humanos Memorial, que nesta terça-feira teve o fim de suas atividades confirmado pela Suprema Corte. A condenação ocorre em meio à repressão interna na Rússia devido à guerra na Ucrânia. O conflito tem de ser chamado de “operação militar

especial” pela mídia, e qualquer pessoa pode pegar até 15 anos de cadeia se for considerada responsável por disseminar fake news sobre a ação ou sobre as Forças Armadas. O movimento tornou o trabalho da imprensa, que já era tolhido, quase impossível. Meios independentes como a TV Chuva e a rádio Eco de Moscou fecharam as portas, e o último jornal de linha editorial livre, o Novaia Gazeta, parou de publicar sobre a guerra. Jornalistas e ativistas deixaram o país, no que Putin chamou de “purificação natural”. Para ele, todos que se opõem ao conflito são “traidores”. “Essa decisão perturbadora é outro exemplo da crescente repressão ao dissenso e à liberdade de expressão do governo russo, que procura esconder a guerra brutal na Ucrânia”, afirmou Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado americano.

Navalni surgiu na cena política russa em 2012, nos protestos de classe média que pela primeira vez questionaram o poder de Putin, então reeleito para um terceiro mandato. Foi candidato a prefeito de Moscou, com boa votação, e em 2017 começou a liderar atos em todo o país. Tentou transformar o ativismo em prática eleitoral, defendendo candidatos de qualquer partido que não fosse o de sustentação do Kremlin, o Rússia Unida. Obteve alguns sucessos locais e tentou viabilizar sua candidatura a presidente, em 2018, mas foi impedido pela Justiça por ter a condenação anterior. A repressão que se abateu sobre a oposição a partir de 2019 e 2020 selou seu destino, simbolizado na cadeia em 2021 — os últimos grandes atos contra Putin na Rússia foram na esteira de sua prisão, sendo abafados pela polícia. IG

Ucraniana descreve desespero após ataque a abrigo em Mariupol

Gerente de dormitório transformado em refúgio relata dias de pouca comida, bombardeios e fuga para Zaporíjia

André Liohn

ZAPORÍJIA (UCRÂNIA) Apenas algumas colunas sobraram do prédio onde Haliana Ivanivna mantinha sua hospedaria em Mariupol. Antes da guerra, o antigo dormitório soviético, uma construção de nove andares feita de colunas de concreto e aço, era usado para abrigar funcionários da indústria metalúrgica da cidade. Em 27 de fevereiro, quando a invasão russa apenas começava, um funcionário da prefeitura falou com Haliana para saber como ela poderia ajudar. Tropas russas e ucranianas estavam se enfrentando em Sartana, comunidade a 18 km do centro de Mariupol, e, na véspera, ao menos dez civis haviam sido mortos em um ataque aéreo, o que fez o governo local buscar um lugar mais seguro para a população. O conflito não era novidade na vida de Haliana, 63. O marido morreu em Donetsk, em 2017, durante batalha contra separatistas pró-Rússia. Agora, disse ela, era a sua vez de se sacrificar pela Ucrânia. Assim, o dormitório que

antes alojava 60 trabalhadores recebeu 172 pessoas, entre as quais 50 crianças, muitas mulheres e poucos homens, na maioria idosos, todos moradores de Sartana que ficaram desabrigados em razão dos combates. A prefeitura de Mariupol havia prometido garantir alimento, água e medicamentos a todos, mas o local que deveria ser uma zona segura logo se tornou alvo. As ruas ficaram desertas, e as explosões, mais próximas. Os que estavam em quartos foram levados para o porão, que não era usado havia décadas. “Tinha muita sujeira, muito pó, não havia aquecimento e não tínhamos como preparar comida. Conseguimos levar algumas camas, colchões, cobertores e aquecedores elétricos, mas com tantas pessoas não tínhamos espaço nem para caminhar”, diz Haliana. Ela decidiu então deixar sua casa, localizada na periferia oeste da cidade, com medo de não conseguir chegar ao dormitório devido aos bombardeios. Organizou-se com a prefeitura, que forneceu mil litros de água potável e

vegetais suficientes para que eles pudessem se alimentar por ao menos duas semanas. A filha, o genro e os dois netos de Haliana também se mudaram para o local, tanto para ajudá-la quanto para garantir que a família não se separasse. Do lado de fora, soldados ucranianos se instalaram em um prédio próximo e disparavam contra os invasores. Temendo um ataque russo, ela tentou falar com os militares, alertando que quase 200 pes-

“Se pudesse, voltaria para ajudá-los. Sonho todas as noites que as crianças estão bem, que as mães estão bem, que todos eles sobreviveram

Haliana Ivanivna
dona de hospedaria transformada em abrigo em Mariupol, alvo de bombardeio russo

soas estavam no porão perto de onde eles montaram a base. Não houve tempo. Em 2 de março, bombas atingiram o dormitório. Naquele dia, os abrigados ficaram sem luz e gás, e parte dos alimentos foi destruída sob os escombros de onde ficava a cozinha. Mesmo sob o risco de novos bombardeios, Haliana e sua filha passaram a cozinhar do lado de fora do prédio, duas vezes por dia, queimando a madeira que encontravam nos restos dos edifícios vizinhos. Diariamente, 60 litros de rassolnik, uma sopa típica russa feita de cevada, pickles e batata, eram divididos com cuidado. Duas conchas e meia para mulheres com filhos, uma concha para os homens. Mesmo com toda a economia, sem receber mais alimentos ou água da prefeitura eles logo ficaram sem comida. A solução momentânea foi derreter neve para conseguir água, mas a comida disponível já não matava a fome das pessoas. No dia em que militares ucranianos tentaram entregar mantimentos, um bombardeio intenso impediu que os itens chegassem ao local. Em 15 de março, quando Haliana, a filha e outras mulheres cozinham a sopa que seria servida, um ataque com dezenas de foguetes atingiu o lugar onde estavam reunidas. Haliana, mesmo machucada, viu a filha correndo com uma ferida no rosto, o olho esquerdo arrancado por um estilhaço. Também conseguiu ver que a entrada do porão havia sido atingida, mas não pôde se aproximar para checar o que havia acontecido com quem estava lá. “Se pudesse, voltaria para ajudá-los. Sonho todas as noites que as crianças estão

bem, que as mães estão bem, que todos eles sobreviveram”. Ambulâncias e caminhões do corpo de bombeiros chegaram ao local, e ela foi levada a um hospital que ainda funcionava no centro da cidade. A clínica estava cheia, os médicos não conseguiam cuidar de todos. Não havia luz, e muitas pessoas ficaram no chão, deitados sobre cobertores. Haliana, que não conseguia caminhar, deixou o hospital dois dias depois, quando ouviu que os russos permitiriam a saída de feridos da cidade. Ela, a filha, os dois netos e o genro observaram os primeiros carros com civis saindo e pensaram em esperar para ver se voltavam. Nos dias anteriores, quem tentou fugir de Mariupol retornou assim que percebeu que a fuga seria ainda mais arriscada do que ficar. Ainda assim, continuaram com o plano. Os vidros do carro estavam quebrados, e o vento gelado que batia em seus rostos aumentava o desconforto. Quando chegaram a um posto de controle russo, os militares, ao verem as bandagens cobrindo o rosto da filha de Haliana, perguntaram o que havia acontecido. Disseram que eles deveriam voltar ao hospital, ignorando que o local havia sido bombardeado e não tinha mais condições de receber pacientes. Mesmo com os percalços, Haliana chegou a Zaporíjia, onde foi internada. Esta terça-feira (22), diz ela, foi o melhor dia de sua vida, porque enfim conseguiu voltar a caminhar. Para ela, a guerra tem gosto de água salgada quente, porque a sopa que ela fazia para os abrigados em seu dormitório, após as batatas acabarem, tinha gosto de água quente.

UCRANOTAS

Nobel da Paz russo vai leiloar medalha e dar o dinheiro à Ucrânia
Dmitri Muratov, editor-chefe do jornal independente Novaia Gazeta e um dos ganhadores do Nobel da Paz de 2021, anunciou que irá leiloar a medalha de ouro que representa o prêmio e dará o dinheiro para um fundo de refugiados da guerra na Ucrânia.

Ao menos 62 ataques atingiram hospitais ucranianos, diz OMS
Ao menos 15 pessoas morreram e 37 ficaram feridas em 62 ataques a hospitais na Ucrânia desde o início da guerra, em 24 de fevereiro, informou a OMS (Organização Mundial da Saúde).

Otan convida Zelenski para uma reunião, informa agência russa
O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, participará de reunião da Otan na próxima quinta-feira (24), informou a filial ucraniana da agência de notícias russa Interfax. Os detalhes não foram divulgados.

Jornalista que noticiou ataque a maternidade é investigado na Rússia
O jornalista russo Aleksandr Nevzorov, 63, é a primeira pessoa enquadrada pela Rússia na lei que proíbe a publicação de “informações falsas” sobre a guerra na Ucrânia, que prevê até 15 anos de prisão.



Sobrevivente do cerco russo a Mariupol recebe atendimento médico no hospital regional de Zaporíjia André Liohn/Folhapress

Governo conservador da Polônia usa conflito para obter vantagem com a União Europeia

Pedro Lovisi

BELO HORIZONTE Oito dias antes de a Rússia iniciar a guerra na Ucrânia, a mais alta corte da União Europeia decidiu em julgamento que “é legal suspender o acesso a financiamento de países-membros que descumpram princípios básicos do Estado de Direito”. A resolução era uma mensagem aos governos de Polónia e Hungria, que há anos avançam contra a democracia e contrariam o direito europeu. Hoje, Varsóvia tem 36 bilhões de euros (R\$ 196 bilhões) bloqueados pela UE, que tenta pressionar o governo local a reverter decisões consideradas inconstitucionais pelo bloco —o valor corresponde a

7% do PIB do país; Budapeste tem 7 bilhões de euros (R\$ 38 bi) congelados, 5% do PIB. Na guerra, porém, o discurso polonês se alinhou ao da Europa Ocidental, com o governo se colocando como um dos mais agressivos porta-vozes contrários a Vladimir Putin. Varsóvia já acolheu mais de 2 milhões dos 3,5 milhões de refugiados e insistiu no envio de caças MiG-29 a Kiev, numa operação que envolveria EUA e Otan —Washington rejeitou o plano, sob o temor de levar a guerra a outro patamar. Na semana passada, o primeiro-ministro Mateusz Morawiecki participou de um dos mais fortes gestos diplomáticos de apoio à Ucrânia e, acompanhado dos premiês tcheco

e esloveno, foi de trem a Kiev em meio ao cerco russo. Para o encontro com o presidente Volodimir Zelenski, o político levou Jarosław Kaczyński, líder do Lei e Justiça (PiS), partido que lidera a coalizão majoritária no Parlamento. O simbolismo dos gestos, para analistas, visa a mudar a visão sobre o país para ajudar a convencer a Comissão Europeia, o Executivo da UE, a desbloquear o fundo para recuperação pós-pandemia. O vice-ministro das Relações Exteriores Pawel Jablonski, falando a Bloomberg, pediu no dia 14 que a UE libere a verba, citando que “milhões de euros” serão necessários para integrar os refugiados. “Esse é um desafio que a Euro-

pa não enfrentava havia décadas. Precisamos deixar de lado coisas menores”, disse. Para Jakub Jaraczewski, coordenador do think tank Democracy Reporting International, o bloco precisa pesar até que ponto vale pressionar Varsóvia no momento em que há um inimigo comum. “A Comissão Europeia sabe que parar de ajudar financeiramente a Polónia significa não apoiar um país que precisa de auxílio, mas está ciente de que não pode abdicar do Estado de Direito por completo.” O principal ponto de conflito com a Polónia gira em torno de uma reforma do Judiciário implementada em 2020. O projeto criou, entre outros pontos, uma câmara discipli-

nar com poderes para reduzir salários e revogar a imunidade de juízes —uma forma de interferência do Executivo. Outra camada de disputa se deu quando o Tribunal Constitucional, alinhado ao governo, decidiu em outubro que trechos de tratados da UE afetam a soberania do país por serem incompatíveis com a lei local. Antes da guerra, Varsóvia chegou a fazer acenos a Bruxelas, com indícios de que estaria disposta a negociar. No início de fevereiro, o presidente Andrzej Duda enviou ao Parlamento um projeto que extingue a câmara disciplinar, argumentando ser necessário apaziguar as relações com a Comissão Europeia. Para Monika Sus, professora associada da Academia Polonesa de Ciências, não há saída sem que o partido governista tome uma decisão alinhada a Bruxelas. “Não consigo imaginar um acordo com

a Comissão Europeia sem que o governo restaure a independência do Judiciário”, afirma. O cenário é distinto na Hungria, igualmente parte da Otan e da UE e governado por um nacionalista conservador. Viktor Orbán também pediu à UE o desbloqueio de fundos, mas tem evitado declarações firmes contra o Kremlin. Para analistas, Orbán tenta vender à população a ideia de que está ajudando o país ao se manter longe da guerra. Nos últimos anos, o político se aproximou de Putin, ainda que agora tenha apoiado sanções contra os russos. A postura dúbia, porém, pouco deve valer nas negociações com a UE, porque, para Nic, do Conselho Alemão de Relações Exteriores, violações do Estado de Direito na Hungria são mais sistemáticas e não podem ser resolvidas só com o desmantelamento de um órgão ou o veto a uma lei.

mundo

Após subestimar ultradireita, esquerda se divide na França

A 3 semanas do pleito, Mélenchon quer voto útil, mas campo não deve ir ao 2º turno

Mayara Paixão e
 Patrícia Pamplona

SÃO PAULO A menos de três semanas das eleições presidenciais na França, as forças de esquerda, que há cinco anos governavam a segunda maior economia da UE, somam 25% das intenções de voto. As principais legendas do espectro, enfraquecidas e divididas, penam para retomar fôlego diante de uma crescente direita populista. Caso a fórmula de 2017 se repita, aquele que poderá sair fortalecido dessa equação será, novamente, Emmanuel Macron, o presidente mais jovem da história do país, que tem tirado da diplomacia em torno da guerra na Ucrânia capital político doméstico e internacional. A possibilidade de uma frente única de esquerda, apoiada por muitos eleitores como al-

ternativa para oxigenar essa via, foi rechaçada pelos partidos. Assim, um quarto de votos se encontra esfarelado entre as principais siglas de esquerda, sem que nenhuma aglutine o apoio necessário para um segundo turno. Jean-Luc Mélenchon (França Insubmissa) lidera o espectro. Com 14% das intenções de voto, porém, o político egresso do Partido Socialista está atrás dos nomes que despontam na corrida eleitoral: Macron (República em Marcha, de centro), com 28%, e Marine Le Pen (Reunião Nacional, de ultradireita), com 18,5%. Os demais esquerdistas estão estacionados abaixo de 10%: o eurodeputado Yannick Jadot (Verdes, 5,5%), o deputado Fabien Roussel (Partido Comunista, 4%) e a prefeita da capital Paris, Anne Hidalgo (Partido Socialista,

2%), segundo a mais recente pesquisa do Ifop (Instituto Francês de Opinião Pública). Ao longo das últimas semanas, um movimento ainda sem apoio institucional das demais siglas tem sido posto em prática pelo França Insubmissa: pedir que eleitores da esquerda e os que pretendem se abster — o voto não é obrigatório no país — deem voto útil a Mélenchon, de modo a levar a esquerda ao segundo turno. “Cada um é pessoalmente responsável pelo resultado da eleição, porque cada pessoa tem a chave do segundo turno, que abre as portas para uma sociedade melhor”, disse o candidato em comício no domingo (20). Ainda é difícil medir o sucesso que a tentativa de aglutinar votos terá. Para analistas locais, o enfraquecimento da esquerda francesa teve razões bem

claras: diante das mudanças acarretadas pela globalização e por ondas migratórias, os partidos não souberam reinventar seus programas, subestimaram a capacidade da direita populista de apresentar respostas à sociedade e minguaram, pouco a pouco, sua habilidade de diálogo com a classe trabalhadora. “Sobretudo o Partido Socialista, que estava muito à vontade no exercício do poder, não soube reinventar uma cartilha ideológica”, diz Jean-Yves Camus, analista e pesquisador do Instituto de Relações Internacionais e Estratégicas. “Todos subestimamos a capacidade ideológica da direita de tirar proveito de problemas como a insegurança, atentados terroristas e a globalização.” Pascal Perrineau, professor da SciencesPo de Paris, faz leitura semelhante. Ele diz que,

nos últimos anos, tem sido observada uma guinada da sociedade francesa para a direita. Diversas razões explicam o movimento, mas Perrineau chama a atenção para uma: os fenômenos migratórios. “A esquerda fica constrangida com essa questão, não apresenta uma resposta homogênea e, assim, se afasta dos problemas das classes trabalhadoras”, afirma. “E também não conseguiu até agora encontrar uma resposta crível para questões da globalização e do estado de bem-estar social, o que fez com que a direita ocupasse um terreno ideológico que foi deixado vago.” Desse vácuo surgem o que os analistas descrevem como figuras de ruptura política. “Os franceses se sentem cada vez mais desconfortáveis com a velha divisão entre esquerda e direita e buscam uma alternativa.” Eric Zemmour (Reconquista), polemista de ultradireita que se lançou candidato com uma agenda anti-islã, seria o principal exemplo. Ele soma 13% das intenções de voto — está em 4º na corrida eleitoral — e tem conseguido fazer estragos na base de Le Pen. Perrineau diz que Macron também já simbolizou a alternativa para aqueles que não

estavam dispostos a votar na esquerda tradicional (Socialistas), tampouco na direita (Republicanos). Em 2017, ele venceu o segundo turno contra Le Pen com quase o dobro de votos da ultradireitista — 20,7 milhões contra 10,6 milhões. De lá para cá, concordam os especialistas, os Republicanos (do ex-presidente Nicolas Sarkozy, que em 2022 concorrem com Valérie Pécresse) foram inábeis em retomar parte de seu eleitorado que migrou para a ultradireita, e os Socialistas (do ex-presidente François Hollande) falharam em atualizar seu programa de propostas. Uma opção à esquerda, que demandaria mais diálogo e possíveis alianças entre os partidos, também fracassou. “A ideia de uma candidatura única à esquerda é utópica porque as esquerdas não pensam o mesmo em um grande número de questões. Eles não têm a mesma cartilha ideológica, seja na questão da guerra ou das instituições, da relação com a União Europeia ou na agenda econômica”, afirma Jean-Yves Camus. No caso de Mélenchon ter sucesso em sua tentativa de voto útil, o setor terá o desafio de fazer com que os eleitores abram mão do centro e priorizem a volta da esquerda.

Chuva e lama atrapalham buscas de vestígios de avião que caiu na China

WUZHOU (CHINA) | REUTERS E AFP Equipes de resgate enfrentavam nesta terça (22) chuva e lama na busca de vestígios das 132 pessoas a bordo do Boeing 737-800 da China Eastern que caiu em uma área montanhosa no sudeste da China. Além de rastros das vítimas, as equipes procuram as caixas-pretas, dispositivos que guardam dados do voo e registros de áudio da cabine do piloto, na tentativa de entender a causa do acidente. Com os dados disponíveis até o momento não é possível saber o motivo da queda do avião, disse a jornalista Zhu Tao, diretora de segurança aérea da Administração de Aviação Civil da China, que regula o setor. As esperanças de encontrar sobreviventes são praticamente nulas um dia depois do acidente, que deve ser a catástrofe aérea com o maior número de mortes na China em quase três décadas. As dúvidas se acumulam sobre os motivos da queda da aeronave, que perdeu mais de 26 mil pés (quase 8.000 metros) em dois minutos, antes de cair, viajando entre as cidades de Kunming, no sudoeste, e Guangzhou, no sul. A empresa aérea reconheceu que pessoas a bordo morreram, mas não deu detalhes. “A companhia expressa profundas condolências pelos passageiros e membros da tripulação que morreram no acidente”, afirmou a China Eastern em um comunicado di-

vulgado na noite de segunda. O líder chinês, Xi Jinping, ordenou investigação detalhada sobre as causas do acidente, e a imprensa estatal afirmou que o vice-primeiro-ministro Liu He, muito próximo a Xi e que atua mais em questões econômicas, foi enviado à região para supervisionar as tarefas de resgate e apuração. Cerca de 600 pessoas de equipes de resgate, bombeiros e agentes de unidades de emergência foram deslocados para o local do acidente, na zona rural da província de Guangxi. Entre pedaços queimados do avião e rastros do incêndio florestal, um disse que os passageiros podem ter sido “totalmente incinerados” pela intensidade das chamas. Partes da aeronave ficaram espalhadas pelas encostas carbonizadas. Restos queimados de documentos e carteiras também foram localizados, segundo a mídia estatal. O local é cercado por montanhas, com apenas uma pequena trilha de acesso, e escavadeiras trabalham para abrir caminho até o ponto em que a aeronave caiu. “O avião foi seriamente danificado na queda, e a investigação enfrenta nível muito alto de dificuldade”, afirmou Zhu Tao. A previsão é de chuva na região nesta semana. A polícia montou um posto de controle na vila de Lu, próximo ao local, e impediu a entrada de jornalistas. Moradores da região se reuniram nesta terça-fei-



Equipes de resgate e bombeiros vasculham o local do acidente

ra para uma cerimônia budista perto da área do acidente. O desastre aconteceu após uma queda vertical em alta velocidade, de acordo com vídeo divulgado pela imprensa chinesa. O voo MU5735, que decolou pouco depois das 13h (2h de Brasília), “perdeu contato quando sobrevoava a cidade de Wuzhou”, segundo um comunicado da Administração da Aviação Civil da China. Segundo o rastreador de voos FlightRadar24, a aeronave perdeu quase 21.250 pés (6.477 metros) em apenas um minuto antes de desaparecer dos monitores de radar. Depois, após breve subida, despencou novamente, a 1.410 metros, para 983 metros acima do solo, desaparecendo dos radares às 14h22 (3h22 de Brasília). Jean-Paul Troadec, ex-diretor do Escritório de Investigação e Análises de Segurança Aérea da França, disse à agência de notícias AFP que é cedo para tirar conclusões, mas que os dados do FlightRadar são “muito incomuns”. Especialistas ouvidos pela Folha também disseram que a trajetória do avião chama a atenção. Dan Elwell, ex-chefe da Administração Federal de Aviação, a agência reguladora dos EUA, disse à Reuters que “acidentes que começam na altitude de cruzeiro geralmente são causados por clima, sabotagem deliberada ou erro do piloto”. Nos últimos anos, a China se destacou por padrões de segurança da aviação rígidos, apesar do rápido e amplo crescimento do setor. A imprensa estatal informou que a China Eastern suspendeu os voos com os modelos Boeing 737-800. Em comunicado, a fabricante americana disse que tenta “reunir mais informações”.



MORAL Alemães como FAZ e Süddeutsche cobriram viagem de ministro aos Emirados, em busca de opção à Rússia, anotando ser ‘moralmente questionável’; cobrado, o político verde defendeu o país, que faz guerra no Iêmen

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Sem fertilizantes, vem aí 'uma crise global de alimentos'

Na Bloomberg, os fazendeiros brasileiros “erraram aposta” e podem ficar sem fertilizantes para plantar, entre outros, soja. Geralmente compram muito antes, mas os preços subiram em 2020, em parte “devido a sanções contra Belarus, levando a adiar a compra”. Rússia e Belarus estão entre “os maiores fornecedores de fertilizantes do mundo”. Agora, com guerra e mais sanções, só estão certas 28% das necessidades do Brasil, “o maior importador do mundo”. A mesma Bloomberg notici-

ou que Lula creditou a crise à “irresponsabilidade total” de se fechar, no governo Michel Temer, as sete fábricas de insumos para fertilizantes da Petrobras. “O Brasil poderia ser autossuficiente”, afirmou ele à rádio Som Maior. Em reportagem no alto da primeira página, assinada pelo correspondente no Brasil com relatos dos Estados Unidos, China e Afeganistão, o New York Times alertou para “uma crise global de alimentos”. “Fazendeiros do Brasil ao Texas estão cortando fertili-

zantes, ameaçando tamanho das próximas safras”, publica. “Os preços de alimentos e fertilizantes estão subindo rapidamente”, num quadro de “catástrofe sem precedente desde a Segunda Guerra”. “O aumento dos preços e a fome apresentam uma nova dimensão para a visão sobre a guerra”, diz o NYT. “Poderia ampliar a raiva contra a Rússia? Ou a frustração seria direcionada às sanções ocidentais que ajudam a aprisionar alimentos e fertilizantes?” O jornal ouviu de um importador afegão que “os Estados Unidos pensam que só sancionaram a Rússia e seus bancos, mas os Estados Unidos sancionaram o mundo inteiro”.



REVOLTA No El Periódico de España, ‘Um troféu genocida para Bolsonaro: artistas declaram guerra ao presidente’, numa revolta que vai ‘da arte visual ao teatro, da escultura ao cinema, passando por literatura, música’



Vinícius Aguiar, 26, na sala de aula do cursinho de preparação para concurso para a PM de SP, que presta pela segunda vez; ele, que se divide entre os estudos e o trabalho como motorista de app e caminhoneiro, cita como motivações as oportunidades de crescimento que a carreira oferece

Mathilde Missioneri/Folhapress

Concursos militares ganham força com afago do governo

Matrículas em cursinhos preparatórios quadruplicam; vagas para as Forças Armadas superam 2.600 em 2021

Douglas Gavras

SÃO PAULO Enquanto se divide entre os estudos e o trabalho como motorista de app e caminhoneiro, Vinícius Aguiar, 26, não consegue conter a ansiedade. Tentando o concurso para a Polícia Militar de São Paulo pela segunda vez, ele acha que agora irá passar.

"Nunca tinha pensado em tentar um concurso até 2017 e, como nunca gostei muito da área administrativa, a PM me pareceu a opção perfeita. Como não passei da primeira vez, acabei colocando a ideia em segundo plano por um tempo, até me preparar melhor para a prova deste ano."

Entre as motivações, ele cita as oportunidades de crescimento que a carreira oferece. "Isso ficou mais importante nos últimos anos, de crise, mas virar policial sempre foi um sonho." Aguiar não é o único a buscar estabilidade em uma carreira na Polícia Militar ou nas Forças Armadas.

No ano passado, o total de vagas não temporárias autorizadas em concursos públicos federais foi de 739 —chegando a 2.187, se considerados os provimentos para a Polícia Rodoviária Federal, segundo dados do Ministério da Economia.

Ao mesmo tempo, as vagas abertas em 2021 em concursos para as Forças Armadas somaram 2.605, e estados como São Paulo tiveram concursos semestrais para a Polícia Militar com editais que chegam a 2.700 vagas, segundo levantamento do site especializado JC Concursos.

Enquanto militares ganharam protagonismo e tratamento diferenciado em pautas impopulares do governo, como a reforma da Previdência, parte das demais carreiras da administração pública perde espaço com o discurso de austeridade nos últimos anos.

A forte presença militar no

governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) e a baixa oferta de concursos públicos em órgãos federais desde a crise de 2015 e 2016 também afetaram o cotidiano das escolas voltadas para concursos.

Em uma das unidades do curso preparatório Central de Concursos, em São Paulo, o aumento no número de alunos matriculados em turmas para os concursos militares foi de 294% entre 2018 e 2021, de 53 para 209.

"O aumento da força de concursos voltados para a área de segurança e Forças Armadas é visível nos últimos anos, tanto por governos estaduais mais conservadores quanto pelo governo federal. Com a proximidade das eleições, estamos observando uma tendência ainda mais forte nesse sentido", diz Gabriel Henrique Pinto, diretor da escola.

Ele diz acreditar que, além de a proximidade de discursos com as Forças Armadas ser uma marca do atual governo, havia uma carência de seleções na área civil desde o fim do governo Dilma Rousseff, em 2016, e um número crescente de candidatos passou a ver a carreira militar como opção.

"O perfil, geralmente, é de candidatos mais jovens, que querem entrar na carreira ganhando em torno de R\$ 4.000. E os cursinhos tiveram de se adaptar: há cerca de três anos, praticamente não ofereciam turmas voltadas para a área de segurança; hoje, é impossível não oferecer."

Segundo dados da Pnad Continua, a ocupação na categoria de serviço público que inclui as Forças Armadas somava 7,6 milhões, enquanto outros funcionários públicos com e sem carteira assinada eram 3,8 milhões no quarto trimestre de 2021.

Diretora do Mag Educacional, em Brasília, Cristiane Barbosa diz que a procura

por turmas preparatórias para seleções para as Forças Armadas triplicou em quatro anos. A maior parte das turmas é voltada para as provas que exigem ensino fundamental, buscadas por adolescentes que querem terminar a formação em escolas militares, mas a procura também cresceu entre os adultos.

"Muita gente passou a considerar a carreira militar como opção, e recebemos alunos dos 14 aos 23 anos. Quem já passou do limite de idade exigido acaba indicando para os filhos ou sobrinhos", diz a diretora. Um curso preparatório de um ano para uma carreira nas Forças Armadas na escola sai por cerca de R\$ 17 mil.

Barbosa concorda que, embora as carreiras militares sempre tenham atraído um público que se identificava com a atividade e as particularidades dessas carreiras, essas provas entraram em evidência com o desemprego elevado e a baixa disposição do governo para lançar concursos para as áreas civis disputadas, como a Receita e a Previdência.

"Em alguns casos, já são sete anos sem concursos novos. As seleções para Receita, Previdência e Banco Central seguem sendo muito aguardadas, e em algum momento esses concursos vão ter de voltar. Mas temos alunos que acabaram optando pelas carreiras de segurança", diz Marcos Brito, diretor pedagógico da Degrau Cultural, no Rio.

O cursinho, que antes esperava os editais para oferecer turmas para seleções de oficiais da Marinha, com salário inicial na casa de R\$ 9.000, agora já começa a ofertar turmas o ano inteiro. Um curso de carga horária de 90 horas na escola carioca custa R\$ 1.200.

"Desemprego e busca por estabilidade são questões que se tornaram mais relevantes nos anos recentes, de turbulência

Exemplos de concursos militares em 2022

AERONÁUTICA

Oficiais aviadores, intendentess e de infantaria
Inscrições de 7 a 23 de março
Vagas 85
Escolaridade ensino médio
Remuneração de R\$ 1.500 a R\$ 10 mil

Oficial
Inscrições até 13 de março
Vagas 159
Cargos médico, engenheiro, dentista
Remuneração de R\$ 7.490 a R\$ 8.245

EXÉRCITO

EsPCEx (Escola Preparatória de Cadetes)
Inscrições até 23 de maio
Vagas 440
Cargo cadete, até 22 anos
Remuneração de R\$ 1.300 a R\$ 7.500

MARINHA

Aprendiz marinheiro
Inscrições de 28 de março a 10 de abril
Vagas 686
Cargo aprendiz, até 21 anos
Remuneração de R\$ 1.398 a R\$ 2.294

Fontes: Organizadoras e JC

e crise. Sempre destacamos que a decisão de tentar um concurso assim deve ser um plano de dois anos", diz Brito.

Segundo ele, os alunos das turmas das outras carreiras hoje não esperam uma enxurrada de novos concursos para carreiras civis neste ano, mas tentam começar a se preparar agora para as seleções futuras. "Em algum momento, os outros concursos vão voltar. Lembra que o governo precisou colocar militares para fazer atendimento em agências da Previdência? É simbólico."

Em São Paulo, o governo estadual suspendeu concursos e nomeações até 31 de dezembro do ano passado, para priorizar recursos para o combate à pandemia. A decisão afetou quem buscava uma oportunidade em órgãos, como o Detran-SP, levando a um volume de reclamações.

Segundo o governo paulista, o concurso público do Detran foi prorrogado por dois anos a partir de dezembro de 2021. "Em razão de uma ampliação dos processos digitais e de integração do órgão com o Poupatempo ainda estar em andamento, o Detran avalia onde haverá necessidade de mais colaboradores."

A Secretaria de Governo também diz estar analisando a continuidade do andamento nas fases do concurso da SPPrev (São Paulo Previdência), que ficaram pendentes de conclusão.

O governo estadual também rebateu a possível predileção pelas provas para a PM. "É ilógico apontar disparidade de tratamento nos concursos entre militares e civis, uma vez que foi aberto, neste mês, edital para a contratação de 2.500 policiais civis em todo o Estado."

Questionado sobre os concursos abertos nos últimos anos, o Ministério da Defesa disse que as seleções são organizadas diretamente por cada Força. De acordo com a Aeronáutica, foram abertas 4.856 entre 2018 e 2021, na Academia da Força Aérea, Escola Preparatória de Cadetes do Ar, Escola de Especialista de Aeronáutica e Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica.

Segundo o Exército, foram abertas 7.128 vagas no mesmo período, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, na Escola de Formação Complementar, na Escola de Saúde do Exército, na Escola de Sargentos das Armas e no Instituto Militar de Engenharia.

A Marinha não respondeu.

Doméstica resgatada terá indenização de R\$ 350 mil, define Justiça

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A Justiça determinou que uma trabalhadora doméstica mantida em situação análoga à escravidão em uma casa na região do Alto de Pinheiros, área nobre da capital paulista, receba R\$ 350 mil de indenização por danos morais. O montante deve ser pago pelos ex-patrões.

A decisão judicial foi confirmada pela 12ª Turma do TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) na quinta (17), quando também foi retirado o segredo de Justiça do processo. A defesa disse que vai recorrer.

A mulher foi resgatada em junho de 2020 em operação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Civil, depois de uma denúncia anônima feita por meio do Disque-100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Além da indenização, a Justiça também determinou que ela tenha seus direitos trabalhistas reconhecidos, como a assinatura da carteira e o recolhimento de salários, contribuição previdenciária e FGTS.

Para o juiz federal Jorge Eduardo Assad, relator do caso na 12ª Turma, os três ex-patrões —mãe, filha e o marido desta— não conseguiram provar que a mulher era só uma diarista, sem vínculo de longo prazo com a família, nem mesmo que ela era autônoma.

Em depoimentos, eles disseram que ela trabalhava também para outras pessoas na vizinhança e defenderam que não havia vínculo de trabalho.

Os três ex-patrões também foram condenados a pagar R\$ 300 mil por danos morais coletivos, dinheiro que deve ser recolhido ao FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Os valores foram aumentados pelo TRT —na primeira instância, o dano coletivo havia sido calculado em R\$ 100 mil, e o individual, em R\$ 250 mil.

Somado à indenização para a empregada doméstica, os réus devem pagar um montante total de ao menos R\$ 650 mil.

O advogado Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, que representa a família no processo, diz que vai apresentar recurso contra a condenação. "Com todo respeito à decisão, entendemos que realmente não é um caso de trabalho análogo a escravo", disse.

"As condições podiam não ser das melhores, mas ela tinha a chave, entrava e saía, não havia dívida [com a família]. Qual é a ausência de liberdade?"

Segundo o Ministério Público do Trabalho apurou na época do resgate, a mulher começou a trabalhar com a família em 1998 e permaneceu por 13 anos sem registro formal em carteira. Sem direito, portanto, a férias ou 13º salário.

A partir de 2011, ela foi morar em uma casa de uma outra pessoa da família, pois o imóvel em que vivia desabou. Continuou trabalhando como empregada, mas deixou de receber salário. Ela havia se mudado em 2017 para a casa de onde foi resgatada.

Lá, ela vivia em um quarto nos fundos do terreno, que funcionava como uma espécie de depósito, com cadeiras, estantes e caixas amontoadas. Um sofá velho era usado como cama, e não havia banheiro.

mercado

PAINEL S.A.

Boca do povo

O radar das campanhas eleitorais deve provocar uma mudança que as redes sociais começam a mostrar neste mês. Em março, a inflação foi o tema mais debatido na internet, segundo pesquisa da agência .MAP com 1,4 milhão de publicações diárias feitas no Twitter e no Facebook. Esta é a primeira vez que a alta dos preços ocupa o primeiro lugar do ranking dos assuntos mais populares desde que o monitoramento começou a ser feito, em 2015, segundo a empresa.

TELA A conversa sobre economia também deu um salto, chegando 28% de participação entre os temas mais discutidos nas redes sociais, junto com política e bem-estar. Em março do ano passado, o assunto representava apenas 9%.

BOMBA Só a alta da gasolina ocupou mais de 87% das postagens em economia.

CLIQUE Na política, o bloqueio no Telegram, na última sexta (18), inflou ataques a Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal. O tema ficou em segundo lugar.

BOLETO As contas de telefone foram a dívida mais negociada no Feirão Serasa Limpa Nome na semana passada em São Paulo. Segundo a Serasa, o estado concentra mais de 15 milhões de inadimplentes, sendo 4,2 milhões deles na capital. A dívida média entre os paulistanos é de quase R\$ 5.000, cerca de R\$ 951 acima da nacional, diz a empresa.

BOLSO Na ação montada no largo da Batata, na região oeste da capital, entre os dias 15 e 19 de março, foram feitos mais de 5.900 acordos de débitos atrasados e negativados. Outros 230 mil foram realizados em todo o estado.

ELEVADOR O volume de ações por falta de pagamento de condomínio deu um salto em fevereiro, segundo levantamento do Secovi-SP (sindicato da habitação) com base em dados do Tribunal de Justiça de São Paulo. No mês, a alta foi de 50% em relação a janeiro com 688 ações protocoladas por falta de pagamento da taxa na capital paulista. Na comparação com fevereiro do ano passado, o crescimento é de 8%.

JANELA O movimento pode vir a acender uma luz amarela, especialmente no cenário de perda de renda sem perspectiva de retomada significativa. Porém, segundo Moira Toledo, vice-presidente de administração de imóveis do Secovi-SP, ainda não é possível afirmar que os números atuais representem um aumento de inadimplência, porque podem sinalizar apenas um represamento sazonal.

com Andressa Motter e Ana Paula Branco

INDICADORES

JUROS

Mar., em % ao mês

| | |
|--------------------|------|
| Cheque especial | 7,73 |
| Empréstimo pessoal | 8,00 |

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência fevereiro

| | | | |
|------------------------|--------------|-----|--------------|
| Autônomo e facultativo | | | |
| Valor mín. | R\$ 1.212,00 | 20% | R\$ 242,40 |
| Valor máx. | R\$ 7.087,22 | 20% | R\$ 1.417,44 |

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.mar

MEI (Microempreendedor)

| | | | |
|------------|-----------|----|-----------|
| Valor mín. | R\$ 1.212 | 5% | R\$ 60,60 |
|------------|-----------|----|-----------|

Assalariado

| Até R\$ | Alíquota |
|----------------------------------|----------|
| R\$ 1.212,00 | 7,5% |
| De R\$ 1.212,01 até R\$ 2.427,35 | 9% |
| De R\$ 2.427,36 até R\$ 3.641,03 | 12% |
| De R\$ 3.641,04 até R\$ 7.087,22 | 14% |

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 18.mar. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

COELHINHO A presença de ovos de chocolate nos carrinhos de supermercado acelerou nas últimas semanas. Porém, o comportamento desses consumidores aponta tendência de uma Páscoa da lembrancinha para 2022, de acordo com análise da empresa de inteligência de mercado Horus com base no monitoramento das notas fiscais.

CESTA A proporção das notas fiscais que contêm a categoria de ovos de Páscoa, subiu seis vezes entre 15 a 19 de fevereiro e o intervalo de 6 a 13 de março, segundo Luiza Zacharias, diretora da Horus. O ticket médio, que mostra o valor gasto por compra em média, fica pouco acima dos R\$ 40.

BARRA O que chama a atenção, segundo Zacharias, é que o preço médio por quilo do produto, em torno de R\$ 250, aponta uma compra de ovos menores. Ela avalia que, neste ano, o consumidor deve adotar um comportamento típico de momentos inflacionários, trocando os ovos por bombons e barras de chocolate.

SACOLA VAZIA As vendas no varejo brasileiro devem cair em março, segundo as projeções do Ibevar (instituto de varejo e mercado de consumo). A entidade diz que o varejo restrito, que integra combustíveis, alimentos, eletrodomésticos e farmacêuticos, vai recuar 0,32% neste mês. Para abril e maio, a tendência é de oscilação nos resultados.

VITRINE Já o varejo ampliado, que considera também veículos e materiais de construção, deve registrar queda de quase 1,6% na comparação com fevereiro. A previsão, considerando cenário ruim de renda e emprego, indica que as vendas devem fechar o acumulado de 12 meses em queda —o varejo restrito de 2,55% e o ampliado, 1,44%.

DEU ZEBRA O Reino Unido multou em mais de 3 milhões de euros a operadora de loteria nacional, Camelot, por erros em seu app, um deles informando a 20 mil ganhadores que o bilhete não havia sido premiado. Segundo a Gambling Commission, os jogadores foram prejudicados entre novembro de 2016 até 2020.

Governadores prorrogam congelamento de ICMS da gasolina por mais 90 dias

Medida está em vigor desde novembro e valerá até o fim deste mês; estados dizem que já perderam R\$ 3,4 bi em arrecadação

Fábio Pupo

BRASÍLIA Os governadores decidiram prorrogar o congelamento de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre a gasolina e o GLP (gás liquefeito de petróleo) até o fim de junho. A medida valerá até o fim de março, mas foi postergada por mais 90 dias.

A decisão foi tomada nesta terça (22) em reunião do Fórum de Governadores e ainda precisa ser formalmente confirmada em reunião do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), marcada para esta quinta-feira (24).

Com a prorrogação do congelamento, a base de cálculo do tributo sobre a gasolina continua inalterada desde novembro —quando a medida foi adotada para combustíveis em geral por decisão dos próprios estados. A previsão inicial era que ela valerá até o fim de janeiro.

O Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal) afirma que o congelamento levou os estados a reduzir suas receitas em R\$ 3,4 bilhões no período de novembro de 2021 até 15 de fevereiro.

A nova prorrogação abrange apenas a gasolina e o GLP, enquanto a cobrança sobre o diesel será modificada em outro processo, por consequência de lei já aprovada pelo Congresso e sancionada por Jair Bolsonaro (PL) neste mês.

A sistemática da cobrança de ICMS sobre combustíveis usa como base o chamado Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (o PMPF) —valor calculado quinzenalmente a partir de pesquisas feitas pelo estado sobre os valores observados em uma amostra de postos.

Após verificar o PMPF, o estado aplica a ele a alíquota de ICMS em vigor, o que resulta, na prática, em um valor de tributo por litro —que é estendido a todo o estado. Ou seja, um aumento no PMPF costuma elevar a cobrança do ICMS para todos os postos.

A lei complementar 192 altera as regras. Ela foi sancionada integralmente por Bolso-

naro em 11 de março e zera as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel e gás até o fim de 2022, além de modificar o ICMS.

Em vez do preço nas bombas, a lei determina que a cobrança de ICMS estabeleça um valor fixo por litro. Além disso, a alíquota do imposto será a mesma em todos os estados.

Ao longo das últimas semanas, estados afirmaram que a nova lei poderia até mesmo aumentar o imposto cobrado. Mais recentemente, no entanto, eles sinalizaram que estudavam uma alternativa para evitar a elevação da carga.

A ideia é estabelecer como alíquota única o valor equivalente ao percentual máximo usado pelos estados, hoje em 18%, e permitir, em convênio do Confaz, a concessão de benefício fiscal sobre o combustível. Assim, cada estado poderia cobrar valor equivalente à alíquota que cobra atualmente.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), afirmou nesta terça-feira que os estados ainda discutem quais serão os efeitos da lei, sem dar detalhes. Segundo ele, será contestada apenas a constitucionalidade de um trecho da lei sancionada que trata da transição das regras.

O texto determina nesse ponto que, enquanto não disciplinada a incidência do ICMS nos termos da nova lei, a base de cálculo do imposto neste ano será a média móvel dos preços médios praticados nos 60 meses anteriores à sua fixação.

Dias evitou fazer estimativas sobre o ICMS a ser aplicado por litro sobre o diesel, mas técnicos envolvidos nas discussões dizem que ficará próximo de R\$ 0,99 —embora os debates ainda continuem e devam ser concluídos ainda nesta semana.

Dias também afirmou que os governadores irão contestar no Supremo o decreto que reduziu em 25% o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados). O impacto para os cofres públicos é de aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano, sendo metade para a União e outra metade para estados e municípios.

ENEVA, PETRORECONCAVO E 3R FAZEM OFERTA POR CAMPOS DA PETROBRAS

As empresas de energia Eneva, Petro-Reconcavo e a 3R Petroleum estão entre as companhias que apresentaram ofertas vinculantes por um complexo de campos terrestres da Petrobras, conforme comunicados nesta terça-feira (22) e três fontes com conhecimento direto do assunto disseram à Reuters. O valor da oferta não foi revelado.

Estoques serão acompanhados diariamente

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) declarou nesta terça-feira (22) sobreaviso no abastecimento de combustíveis no país, determinando que refinarias e distribuidoras informem diariamente seus estoques para acompanhamento da oferta.

A decisão ocorre em um cenário de crescimento da demanda que elevou a dependência de importações de diesel em meio a incertezas sobre a evolução dos preços internacionais dos combustíveis.

Em nota, a agência diz que, "no momento, o abastecimento está regular em todo o território nacional" e que o sobreaviso "visa tão somente permitir que esse acompanhamento dos estoques e das importações de produtores e distribuidores seja intensificado".

A medida segue iniciativa do MME (Ministério de Minas e Energia), que criou no dia 11 um grupo de trabalho para estudar medidas para evitar problemas no abastecimento de combustíveis no país diante das incertezas geradas pela guerra na Ucrânia.

Distribuidores e revendedores vinham reclamando de dificuldades pontuais para encontrar combustíveis diante da redução de importações privadas quando os preços da Petrobras tinham grandes defasagens em relação às cotações internacionais.

A própria estatal usou o risco de desabastecimento como uma das justificativas para o mega-aumento nos preços da gasolina, do diesel e do gás de cozinha implementado no dia 11.

Executivos do setor de combustíveis consultados pela Folha dizem que ainda não há sinais de problemas graves de abastecimento, mas o risco permanece, já que o prazo entre a decisão de importar e a chegada dos navios leva entre 45 e 60 dias.

TSE rejeita consulta da gestão Bolsonaro sobre reduzir preço de combustível em ano eleitoral

José Marques

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) rejeitou nesta terça-feira (22) uma consulta da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a possibilidade de reduzir alíquota de impostos de produtos e insumos em ano eleitoral por meio de lei aprovada no Congresso. A questão envolvia, sobretudo, o preço dos combustíveis.

Por unanimidade, a corte decidiu não conhecer (ou seja, rejeitar sem nem sequer analisar o caso) o pedido da AGU, órgão do governo Jair Bolsonaro (PL), que queria saber se seria possível essa redução por meio de proposta legislativa.

Para o tribunal, a forma como a consulta foi feita não é adequada para obter a informação antecipada sobre eventual redução.

A dúvida do órgão do governo era se essa redução entraria em conflito com um trecho da

Lei das Eleições que veta em ano eleitoral "a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública", com exceção em casos de calamidade, estado de emergência ou de programas sociais já em execução desde o ano anterior.

A AGU afirmava, no pedido, que insumos e produtos, a exemplo de petróleo, medicamentos e trigo "estão sujeitos à variação cambial, que, diante de determinadas questões macroeconômicas e de pressão internacional ou doméstica, podem experimentar variações significativas em seus valores, com consequente impacto econômico interno relevante e repercussão sobre cadeias produtivas, relações de consumo e de emprego".

O relator do processo, ministro Carlos Horbach, afirmou que não cabe ao Poder Judiciário se manifestar sobre demandas "particularizáveis e que já se encontram em estado

'NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE GASTOS INFINTOS', DIZ SECRETÁRIO

Em meio à pressão da ala política do governo por mais medidas para conter o preço dos combustíveis, o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Collnago, disse que desonerar tributos sobre gasolina "não é uma boa política", pois beneficiaria também famílias de classe média alta que usam carro particular.

de gestação" e nem de maneira "excessivamente abstrata".

Segundo ele, já há proposições legislativas que são destinadas a alterar a forma de tributação dos combustíveis, com o objetivo de limitar ou reduzir o preço final para o consumidor.

Ele citou matérias a respeito do tema tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado.

"Diante da ausência do preenchimento da abstração, que se traduz, à luz do entendimento deste tribunal Superior, na completa desvinculação de casos concretos, aliada à necessária objetividade do questionamento, compreendo que a consulta não preenche os pressupostos indispensáveis à sua análise", disse Horbach.

Ele foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Sérgio Banhos e Edson Fachin.

POSITIVO TECNOLOGIA AVANÇA NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO E CRESCE EM SEUS SEGMENTOS DE ATUAÇÃO. AFINAL, O FUTURO SE CONSTRÓI.



Receita Bruta recorde de **R\$ 4 bilhões**, 54% superior a 2020, com forte crescimento pelo segundo ano consecutivo.



EBITDA anual de **R\$ 345 milhões** com 112% de crescimento em 2021.



Lucro líquido recorrente de **R\$ 203 milhões** em 2021, 4 vezes acima do resultado de 2020.



Lançamento das marcas **Compaq** de notebooks e **Infinix** de smartphones, completando o portfólio de marcas Positivo, Vaio e 2 A.M.



Ingresso das ações da Companhia (POSI3) no **IBOV**, reflexo do aumento de liquidez do papel nos últimos 12 meses.



Lançamento da **Positivo Tech Services** para prestar serviços e suporte avançado para corporações de todo o Brasil.



Comercialização do **55º** maior servidor do mundo e **1º** da América Latina.



Ampliação de clientes para fornecimento de **máquinas de pagamento**.

positivotecnologia.com.br

POSITIVO
TECNOLOGIA

mercado

Governo precisa bloquear R\$ 1,7 bi para não furar teto

Tesourada deve recair sobre gastos de custeio ou investimentos

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo precisará realizar um bloqueio de R\$ 1,72 bilhão em despesas do Orçamento de 2022 para não furar o teto de gastos.

Há necessidade de cobrir o aumento de gastos com subsídios do Plano Safra e com outras despesas que acabaram subindo mais que o esperado, como com pessoal. A revisão bimestral do Orçamento foi divulgada nesta terça (22) pelo Ministério da Economia. O valor foi antecipado pela Folha.

Para fazer a recomposição das despesas, será preciso cortar recursos de outras áreas, dada a limitação do teto, que impede a expansão de gastos em ritmo acima da inflação.

O governo tem até o fim do mês para definir os alvos da tesourada, que deve recair sobre gastos de custeio ou investimentos.

Inicialmente, a necessidade de bloqueio era maior, de R\$ 2,9 bilhões. No início da noite de segunda (21), integrantes do governo retomaram as negociações para reduzir o tamanho do buraco e evitar a imposição de restrições severas aos órgãos em ano eleitoral.

Com isso, uma recomposição de R\$ 1,2 bilhão em des-

pesas obrigatórias foi adiada para um segundo momento. Trata-se de recursos referentes a contratações do banco de professores do Ministério da Educação e aos subsídios para a contratação de operações do Plano Safra 2022/2023 —que será iniciado apenas no segundo semestre.

A avaliação dos técnicos é que essas despesas poderão ser tratadas no próximo relatório de avaliação do Orçamento, a ser divulgado em maio.

Representantes da Economia chegaram a sugerir o uso da reserva de R\$ 1,7 bilhão destinada à concessão de reajustes. Bolsonaro pretende ampliar salários de categorias policiais, que compõem sua base eleitoral, mas esbarra nas demais categorias, que cobram o mesmo tratamento e pressionam por aumentos.

O uso da reserva permitiria a recomposição integral das necessidades ao mesmo tempo que diminuiria o corte feito nas despesas de funcionamento dos órgãos do governo. Mas Bolsonaro vetou essa possibilidade e determinou a manutenção da verba para reajustes, segundo fontes do governo ouvidas pela Folha.

Em entrevista para anunciar os dados, o secretário

especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que não houve “redução de última hora” e que as estimativas são baseadas em notas técnicas do governo. “Essa é uma fotografia do momento. Pode mudar? Pode”, afirmou.

“Todas as projeções são baseadas em estimativas técnicas”, disse o secretário de Orçamento Federal, Ariosto Culau. “O relatório traz tudo aquilo que é obrigação. Agora, decisões futuras são decisões futuras”, acrescentou.

Apesar da pressão no lado dos gastos, as receitas do governo seguem em alta e devem contribuir para amenizar o déficit previsto para o ano.

A projeção do rombo para as contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) em 2022 foi atualizada para R\$ 66,9 bilhões —abaixo da previsão de déficit de R\$ 76,2 bilhões fixada na sanção do Orçamento, no fim de 2021.

Houve um crescimento de R\$ 87,5 bilhões na projeção de arrecadação, puxado principalmente pelo maior volume de receitas com royalties de petróleo (alta de R\$ 38,6 bilhões), dividendos de empresas estatais (acréscimo de R\$ 12,9 bilhões) e concessões

(aumento de R\$ 11,2 bilhões).

A arrecadação de tributos administrados pela Receita Federal também cresceu, mas esse efeito foi atenuado pela inclusão das recentes desonerações feitas pelo governo, que somam R\$ 49,8 bilhões.

Duas desonerações são mais significativas. Em fevereiro, Bolsonaro assinou um decreto que promoveu um corte linear de 25% nas alíquotas do IPI, medida que tem um impacto de R\$ 21,1 bilhões, sendo praticamente metade dis-

so na arrecadação federal. O restante é subtraído dos cofres estaduais.

Em março, o Congresso aprovou e o presidente sancionou mudanças na cobrança do ICMS sobre combustíveis. O texto também zerou as alíquotas de PIS/Cofins sobre diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação. O impacto é de R\$ 14,9 bilhões, porque a medida começou a valer apenas em março.

A projeção atualizada do rombo não inclui, porém, um gasto contábil de R\$ 23,8 bilhões, que precisará ser considerado no resultado primário devido ao acordo entre União e a Prefeitura de São Paulo para encerrar a disputa judicial em torno do Campo de Marte.

Como o acordo significa uma espécie de pagamento de indenização do governo federal à prefeitura, esse valor precisará ser contabilizado no resultado das contas públicas, embora não gere nenhum desembolso efetivo —em troca do fim da disputa, o governo vai extinguir a dívida do município de São Paulo com a União.

A inclusão desse impacto deve ser feita nas próximas avaliações do Orçamento, pois o acordo, embora já assinado, ainda precisa ser homologado pela Justiça.

O foco na divulgação desta terça foi a necessidade de bloqueio de despesas. Como mostrou a Folha, o governo tem precisado remanejar recursos para bancar o gasto adicional com subsídios a produtores do agronegócio no âmbito do Plano Safra e com outras subvenções custeadas pelo Tesouro Nacional.

A fatura extra decorre do aumento significativo nas taxas de juros, que ampliou a despesa com a chamada equalização —o governo paga a diferença entre a taxa cobrada dos produtores, mais baixa, e o custo efetivo das instituições financeiras que emprestam o dinheiro.

Segundo a Economia, as despesas com subsídios subiram R\$ 5,1 bilhões. Parte do aumento é para cobrir gastos extras com as subvenções para a área agrícola.

Houve ainda altas de R\$ 2,4 bilhões nas despesas com salários do funcionalismo e de R\$ 2,4 bilhões nos gastos com sentenças judiciais.

Outra parcela do aumento no custo com subsídios agrícolas ficou para ser compensada em um segundo momento. Com isso, o valor total do bloqueio é suficiente apenas para cobrir parte do aumento de gastos obrigatórios, ou seja, que o governo não pode deixar de executar.

Há ainda outras situações emergenciais que não foram endereçadas. A pasta do ministro Paulo Guedes (Economia) teve os recursos cortados em 50% pelos parlamentares durante a discussão do Orçamento no Congresso.

Da tesourada de R\$ 2,5 bilhões na Economia, menos de R\$ 500 milhões puderam ser remanejados por meio de portarias até agora.

Na ala política, porém, há forte resistência a bloqueios mais agressivos, dado o espaço exíguo para cortes. No início do ano, a Economia chegou a pedir um bloqueio de R\$ 9 bilhões, mas o veto presidencial foi de apenas R\$ 3,2 bilhões.

R\$ 66,9 bi

é a previsão, revisada, de rombo para as contas do governo central (que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) em 2022

R\$ 87,5 bi

é a alta na estimativa de projeção de arrecadação, puxado principalmente pelo maior volume de receitas com royalties de petróleo, dividendos de empresas estatais e concessões



Pista na BR-101, entre Mangaratiba e Angra dos Reis (RJ); trecho foi classificado pela CNT como ruim, principalmente por causa da pavimentação e geometria da via

Eduardo Anizelli/Folhapress

Corte no Orçamento federal deixa estradas sem manutenção

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO As estradas federais estão entre os ativos de infraestrutura que mais sofrem diante dos cortes nos investimentos da União nos últimos anos.

Levantamento anual sobre a condição das rodovias no país realizado pela CNT (Confederação Nacional dos Transportes) mostrou que o valor aplicado em 2021 foi o mais baixo nas últimas duas décadas.

Em dezembro do ano passado, o governo federal lançou o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura 2021-2050, no qual traça caminhos para que seja possível elevar a taxa de investimento.

A expectativa é que o setor

privado, por meio de contratos de concessão, seja responsável pela ampliação da infraestrutura do país nessas três décadas, com exceção de rodovias, nas quais parcela considerável de investimentos virá dos orçamentos federal e estaduais.

Segundo a CNT, dos quase 110 mil quilômetros de estradas federais e estaduais pavimentadas em todo o país, 62% são consideradas regulares, ruins ou péssimas em questões como pavimentação e sinalização. Dessas, 91% estão sob gestão do poder público.

Nas estradas federais sob administração pública, a qualidade da sinalização regrediu aos níveis de 2014, quando teve início uma melhora puxada pelo programa BR-Legal.

Os dez melhores trechos analisados estão em São Paulo. Os dez piores ficam em Pernambuco, Maranhão, Bahia, Amazonas, Acre, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O gasto federal anual médio em obras caiu de R\$ 204 mil por quilômetro em 2016 para R\$ 109 mil no ano passado. Nas vias concedidas, foi de R\$ 381 mil na média do período 2016-2020.

O plano integrado para 2021-2050 do governo federal prevê um crescimento do investimento total rodoviário de R\$ 14,4 bilhões no ano passado para uma média de R\$ 27 bilhões no período 2022-2030, com considerável parcela vinda do setor público.

Entre as principais concessões

destacadas no plano está a gestão conjunta da Dutra e da Rio-Santos (BR-101/116/RJ/SP) por 30 anos pelo grupo CCR, que venceu leilão em outubro e assumiu a concessão recentemente.

Um trecho da Rio-Santos, entre Itaguaí (RJ) e Angra dos Reis (RJ), foi classificado pela CNT como ruim, principalmente por causa da pavimentação e da geometria da via.

A concessionária deve investir ao longo da concessão R\$ 14,8 bilhões na modernização das duas vias e aplicar outros R\$ 10,8 bilhões em serviços operacionais, segundo o Ministério da Infraestrutura.

No Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura 2021-2050, o governo afirma

que o estoque de capital de infraestrutura no Brasil é muito inferior, proporcionalmente ao tamanho da economia, ao de países-membros da OCDE (Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico), além de reduzir a competitividade e a produtividade da economia.

São traçados dois cenários principais. Caso sejam aprovadas reformas para o equilíbrio fiscal, mas com ausência de outras mudanças que atraiam mais capital para o país, a taxa de investimento média seria de 18% do PIB no período, e o crescimento da produtividade seria nulo.

Se além da questão fiscal for implementado um amplo e profundo conjunto de medi-

das voltadas para o aumento do investimento e da produtividade da economia, a taxa de investimento média atingiria 19,5% do PIB. A proporção do investimento em infraestrutura corresponderia a 18,5% do total.

Em reais, o estoque poderia quase triplicar nesse cenário classificado como “desafiador”, na hipótese de manutenção de uma taxa de investimento em infraestrutura de 3% do PIB no período. Passaria dos atuais R\$ 3 trilhões para mais de R\$ 8 trilhões em 2050.

Com isso, um estoque de infraestrutura, estimado em 36% do PIB em 2018, poderia ultrapassar os 50%, nível próximo ao de países desenvolvidos, segundo o documento.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| ISS | 258 | 223 |
| PASEP e COFINS | 463 | 361 |
| IRRF - Terceiros e Funcionários | 2.031 | 2.351 |
| COFINS - Retenção | 58 | 36 |
| PASEP - Retenção | 10 | 8 |
| IRPJ/CSLL | 651 | 0 |
| Outros | 40 | 14 |
| Total de impostos e contribuições a recolher | 3.511 | 2.993 |
| Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P. | 1.234 | 1.190 |
| | 4.745 | 4.183 |

quais, repete-se, não poderão ser registrados como uma receita de doação de acordo com a Lei federal nº 11.638/07.

Paralelamente do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades - Receita de coação - Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| a) Composição | | |
| Trabalhistas (1) | 12.877 | 14.366 |
| Cíveis (1) | 5.442 | 3.944 |
| Fiscais e tributárias | 599 | 670 |
| Indenizações contratuais | 232 | 262 |
| Provisão - descontaminação - Jaguari-S.P. (2) | 3.300 | 0 |
| Provisão para descarte coletivo (3) | 8.430 | 0 |
| | 30.880 | 19.242 |

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

(2) No exercício do mês de Abril/2021 o IPT efetuou o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial-Jaguari-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77.

(3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão onte a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des., Ciê e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguardo o julgamento.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------|------------|------------|
| Trabalhistas | 6.658 | 4.458 |
| Cíveis | 3.178 | 7.524 |
| | 11.836 | 11.982 |

16. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitua a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferidos quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal diferido em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2021, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 228.925,91, de acordo com a AGO/AGOE de 28/04/2021 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretária da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) Capital Social: O Capital Social, subscrito e integralizado é composto de 28.819.743.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de Capital: Decorrente de coações e/ou subvenções para investimento devendo ser utilizada para aumento de capital.

c) Recurso para Aumento de Capital: Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2022, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 114.119.076, conforme Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual 2022).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2021, existe cobertura de seguros contra incêndio, raios, explosão, imolação e fumaça dos prédios do Instituto com vencimento em 05 de dezembro de 2022.

| RISCO | COBERTURA | VALOR EM RISCO |
|---|---|----------------|
| Compreensivo Empresarial - Riscos operacionais | Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de T.I. | R\$ 329.155 |
| Responsabilidade Cível | Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações do IPT | R\$ 4.153 |
| Responsabilidade Cível de Administradores - D&O | Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos danosos pelos quais se busque sua responsabilização | R\$ 20.000 |

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Deliberação CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 1, de 16/03/2018, com redação alterada pela Deliberação CODEC nº 1, de 29/04/2019.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal, no caso de Conselho Fiscal.

| Remuneração dos Administradores | Nº de Membros* | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|----------------|------------|------------|
| Honorários da Diretoria * | 5 | 1.787 | 1.834 |
| Honorários do Conselho Fiscal | 5 | 337 | 341 |
| Honorários do Conselho de Administração | 8 | 659 | 642 |
| Honorários do Comitê de Auditoria | | | |
| Estadual | 4 | 679 | 667 |
| TOTAL | | 3.463 | 3.484 |

*a partir do 4º trimestre de 2021 a composição é de 4 membros.

21. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|------------|
| a) Composição do custo | | |
| Remuneração, encargos e benefícios | 80.366 | 82.417 |
| Serviços de terceiros | 7.565 | 8.550 |
| Utilidades | 5.133 | 3.863 |
| Impostos e taxas | 3.930 | 3.590 |
| Depreciação e amortização | 14.444 | 17.348 |
| Outros custos | 2.579 | 1.392 |
| TOTAL | 114.017 | 117.160 |
| b) Composição das despesas administrativas | | |
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Remuneração, encargos e benefícios | 29.301 | 29.446 |
| Utilidades | 727 | 641 |
| Impostos e taxas | 1.655 | 1.571 |
| Outras | 1.521 | 1.880 |
| TOTAL | 33.204 | 33.538 |

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu coordenador membro do Conselho de Administração.

O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei nº 13.303/16, Estatuto Social e seu Regimento Interno.

Compete assessorar o Conselho de Administração nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (ii) analisar as demonstrações financeiras; (iii) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (iv) supervisionar a diretoria no desenvolvimento de controles internos efetivos; (v) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna; (vi) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e integridade da sociedade; (vii) avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; e (viii) monitorar as denúncias de infração ao Código de Conduta e integridade registradas no Canal de Denúncias e seus procedimentos de apuração e responsabilização.

As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras, além das informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras do IPT, observada a diretiva de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. Aos Auditores independentes cabe assegurar que as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE reuniu-se 12 vezes para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social de 2021 até o dia 07 de dezembro de 2021 e diversas vezes com o Conselho Fiscal nas quais comunicaram-se nesse período, com o presidente do IPT, a diretoria de inovação e negócios, a diretoria financeira e administrativa, o diretor do IPT Open, o diretor de operações, o responsável pela auditoria interna, a auditoria independente, o conselho de administração e os responsáveis pelas áreas de contabilidade, jurídico, manutenção, tecnologia da informação, recursos humanos.

controladoria, ouvidoria, integridade, gestão de riscos e controles internos, tecnologia da informação, encarregado de dados, gestão administrativa, além de representantes da Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT.

Nas interações com o Conselho de Administração, foram apresentados o status dos trabalhos em andamento, principais preocupações com o IPT, apresentação do Plano de Trabalho do Comitê para 2021, aprovado por unanimidade, conforme registro em atas.

Dentre as áreas que interagem com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

Auditoria Interna: o CAE obteve informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna por meio de reuniões periódicas, bem como acompanhou o Plano de Trabalho de 2021, revisou o Plano de Trabalho para 2022, fez ainda diversas considerações para a melhoria no nível de maturidade da Auditoria Interna e aceitação da área às necessidades do IPT. Adicionalmente revisou os principais pontos identificados pela Auditoria.

Auditoria Independente: o CAE avaliou como satisfatórias as informações fornecidas pela auditoria independente, a qual suporta a opinião do CAE acerca da adequação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Ao longo de 2021, o CAE reuniu-se diversas vezes com a auditoria independente, Auditores Auditores & Consultores, sendo apreciado o Plano de Trabalho para o exercício de 2021, bem como o relatório circunstanciado com os principais temas de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, o CAE solicitou ao IPT um prazo para implantação dos pontos abordados pela Auditoria. Também apreciou o relatório dos auditores independentes, emitido em 08 de fevereiro de 2022, sem ênfases ou ressalvas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos: o CAE avaliou, em reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos - GECON, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do IPT, considerado como um processo ainda em amadurecimento. Foram recomendadas diversas ações para o fortalecimento das atividades, inclusive o suporte de um especialista externo, que foi viabilizado em 2021 e iniciou, em conjunto com a GECON, um projeto de identificação, classificação e avaliação de riscos corporativos nas unidades de negócios do IPT. O CAE entende que, com a conclusão desse projeto e a manutenção dos entregáveis, o IPT avança significativamente na maturidade de gestão de riscos. O CAE revisou a política de transações com partes relacionadas, fazendo as contribuições para a melhoria do documento. Adicionalmente, também tomou conhecimento e acompanhou as demandas dos órgãos de fiscalização de controle externo.

Programa de Integridade e Ouvidoria: o CAE recomendou que o fluxo das informações, do Canal de Denúncias, fosse revisado, bem como revisou o relatório com os principais relatos apresentados pela Ouvidoria. Tomou ciência do andamento do recebimento do processo de tratamento de denúncias do IPT, monitorou o tratamento das denúncias de infrações ao Código de Conduta e Integridade, os encaminhamentos São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

para apurações pelo Comitê de Conduta e Integridade e a aplicação de sanções pela diretoria, além dos treinamentos anuais relacionados ao Programa de Integridade.

Demonstrações Financeiras: com base nos trabalhos realizados pelos auditores independentes, Auditores Auditores & Consultores, o CAE analisou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das demonstrações financeiras. Conforme recomendação do CAE, a companhia passou a publicar as demonstrações contábeis trimestrais revisadas pela empresa de auditoria externa e disponibilizá-las para consulta na página de governança corporativa do IPT. O CAE monitorou o trabalho de revisão de taxas de depreciação de bens do ativo imobilizado, conforme laudo de avaliação externa, emitido pela empresa FACTUM - Avaliações e Consultoria Ltda. O CAE recomendou o tratamento a quantificação a provisão e a divulgação em demonstrações financeiras relacionadas a passivo ambiental do IPT e, adicionalmente, recomendou que o critério das provisões contábeis cíveis e trabalhistas sejam revisados periodicamente.

Outras Atividades: foi apreciado o status da regularização do auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB), considerando as obras e orçamento e foi acompanhado o status de regularização da titularidade do terreno da sede em São Paulo. O CAE se reuniu com a diretoria do IPT Open com objetivo de entender os projetos em andamento e a forma de contabilização dos contratos. Também teve reunião com a diretoria de inovação e negócios a respeito do Comitê de Sustentabilidade e do relatório de sustentabilidade do IPT - ESG. Complementarmente, o CAE acompanhou as atividades de segurança da informação e monitorou o plano de adequação do IPT à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei federal nº 13.709/2018) e fez algumas recomendações, entre elas, elaboração da matriz de risco de implantação dos requisitos da lei, prazo para implantação dos requisitos remanescentes, tempos e formas para atendimento a requerimentos de titulares de dados. Política de Privacidade, adequações do ERP e treinamentos. Cabe destacar que o CAE realizou sua autoavaliação de desempenho para o ano de 2021, bem como concluiu o treinamento anual de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e compliance, promovido pelo IPT e ministrado pela consultoria T4 Compliance, completando 12 horas de educação continuada.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, considerando os trabalhos e avaliações realizadas e com base nas informações das diretorias, contabilidade e opinião do auditor independente Auditores Auditores & Consultores, expressa no relatório da auditoria sem ênfases ou ressalvas, concluiu que os assuntos perferentes que lhes foram caídos a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e nas notas explicativas do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, entendendo que as referidas demonstrações estão adequadas, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração do IPT.

WILLIAM PEREIRA PINTO

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

IVAN STAGLIANO ISMAEL

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

JOÃO FRANCISCO CARVALHO JUNQUEIRA

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDLINK & CIA. AUDITORES de 08 de fevereiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

MARCOS VINICIUS DE SOUZA

Presidente do Conselho

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA

Conselheira

WILLIAM PEREIRA PINTO

Conselheiro Independente

Coordenador do Comitê de Auditoria

JAIRO KLEPACZ

Conselheiro Independente

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Conselheira Diretora-Presidente

JOÃO GABBARDO DOS REIS

Conselheiro

FELIPE JALORETTO DA SILVA

Conselheiro

Representante dos Empregados

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDLINK & CIA. AUDITORES de 08 de fevereiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa. São Paulo, 18 de março de 2022

KATHELEEN REGINA DA SILVA DARDIS DE CAMARGO

Conselheira

TATIANE GONÇALVES RODRIGUES

Conselheira

WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR

Conselheiro

TARCILA REIS JORDÃO

Conselheira

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Conselheiro

DIRETORIA

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Diretora-Presidente

ADRIANO MARIN DE OLIVEIRA

Diretor de Operações

ALESSANDRO PANSANATO RIZZATO

Diretor IPT Open

FRANCISCO SOUTO OUTEIRA

Contador - CRC 1SP154222/O-1

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Ítem 5. Srs. Administradores e Acionistas do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT, São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 5 da seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com o intuito de e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment de ativos não financeiros

Detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução do valor recuperável dos ativos estão descritos na nota 2.10 - Avaliação do valor recuperável dos ativos (Impairment) às demonstrações contábeis.

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados líquidos no montante de R\$ 77.905 mil envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela administração da Companhia para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados, por UGC. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos, e como resultado não foi identificada a necessidade de ajuste via impairment, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), tendo sido avaliada a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução do valor recuperável dos ativos e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs. Utilizamos nossos técnicos para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração, tais como: taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requeriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos as divulgações relacionadas a esse assunto nas demonstrações contábeis.

Revisão da vida útil dos ativos imobilizados

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8, a Companhia finalizou em outubro de 2021 a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, conforme Laudo emitido pela

FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S. O referido Laudo avaliou a nova vida-útil de cada bem, como também instituiu as taxas de depreciação societárias que foram reconhecidas a partir da data do Laudo, tendo sido observadas as instruções do item 30 da TG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09 e itens 32 ao 38 da NBC TG 23 (R2), aprovada pela Resolução CFC nº 1.139/09, em relação à mudança de estimativas contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto

Para validar os procedimentos adotados na implantação dessas novas estimativas contábeis, tomamos por base o Laudo de Avaliação emitido pela FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S, com as novas vidas-úteis e suas consequentes taxas de depreciação societárias. Através do mencionado Laudo, verificamos os cálculos das depreciações, a correta classificação contábil, os efeitos no resultado corrente e os respectivos ajustes às taxas fiscais antes adotadas. Também observamos os efeitos tributários sobre os novos valores e a correta classificação na escrita fiscal. Com base nesses procedimentos, julgamos procedentes os critérios adotados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Provisões para contingências

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com o suporte e aconselhamento de seus assessores jurídicos internos e externos, determina a probabilidade de perda e os valores envolvidos para cada processo, registrando na contabilidade uma provisão quando os critérios para o reconhecimento são atendidos, perdidas prováveis, e divulga aquelas com classificação de risco de perda possível (passivo contingente).

Resposta da auditoria ao assunto

Solicitamos aos assessores jurídicos da Companhia a confirmação de todos os processos a respectiva avaliação de riscos e valores para todos os processos em esfera administrativa ou judicial. Avaliamos o montante da provisão e as divulgações feitas em notas explicativas quanto aos requerimentos descritos nas normas contábeis relevantes para esse item. Com base nos procedimentos acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas às provisões de contingências e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração que deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nos termos da NBC TA 720 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações, e em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade seria de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outra informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Até a data do nosso Relatório do Auditor Independente, não nos foi disponibilizado o Relatório da Administração para que fosse cumprido os termos descritos naquela norma, quanto à leitura e avaliação de sua consistência com as demonstrações contábeis.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela Governança,

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgação, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, burlar a classificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

**AudiLink**
Auditores e Consultores

AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2F85003688/O-2 T SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador
CRC/RS 040078/O-7 T SP

Guerra e economia no resto do ano

Para alguns economistas, Brasil pode faturar uns trocados com alta de commodities

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

A guerra na Ucrânia tende a beneficiar o crescimento da economia brasileira a curtíssimo prazo — digamos, até o fim do ano. O argumento zanza faz uns dez dias por relatórios de conjuntura escritos por economistas de bancos.

Nem é argumento novo: preços de commodities em alta costumam estar associados a um crescimento maior no Brasil. O país exporta petróleo, grãos, minério e carnes. Qual o tamanho da melhoria? Alguns décimos de porcentagem. O bastante para o pa-

ís não fechar o ano no vermelho, com encolhimento do PIB.

A inflação será maior, afora milagres. O povo continuará esfolado, e dificilmente haverá aumento do salário médio real (uma abstração, está certo, mas uma medida sintética da dureza geral). A conta da crise vai pesar no ano que vem, com taxas de juros mais altas (por causa da inflação mais alta). Enfim, o efeito político para quem está no poder tende a ser de nenhum a negativo (por um tempo, o PIB pode crescer e o povo continuar esfolado).

As projeções de crescimento da economia em 2022 têm sido revistas — costumam estar muito erradas a esta altura do ano, mas é o que temos. Outros fatores também provocaram revisões.

O PIB do fim do ano passado foi melhor do que o previsto. Os governos estão gastando. O governo federal diminuiu impostos e vai liberar um bom dinheiro do FGTS, por exemplo. Há aumentos de salários de servidores nos estados e municípios, que de resto também devem aumentar a despesa de

investimento, pois é ano de eleição e os caixas estão cheios.

Para ajudar, o preço do dólar vem caindo desde janeiro, por motivos variados (preço de commodities, juros altos, ativos financeiros com valor de xepa, não teremos recessão no sentido estrito etc.).

O conflito não afeta o Brasil diretamente, se diz, pois as relações econômicas diretas com os países afundados na lama da guerra são pequenas (a não ser que o fornecimento de fertilizantes vá à breca). A guerra tem seu peso negativo também

porque o crescimento econômico mundial será menor, em particular na Europa.

Ainda assim, o argumento do “benefício” da guerra tem alguns problemas. De que efeitos da guerra estamos tratando? Estão todos mapeados? Sabe-se o tamanho da desaceleração europeia?

Ainda não há perspectiva de fim do conflito. Ainda que venha um cessar-fogo ou armistício, as mudanças econômicas causadas pela crise geopolítica vão continuar fervendo baixo (regionalização de comércio, protecionismos, problemas em cadeia de abastecimento internacional, insegurança, incerteza).

A guerra ainda pode ter efeitos daninhos explosivos no comércio mundial de energia, comida e metais. A partir de qual tamanho de choque inflacionário o aumento de preços de commodities não nos que-

bra as pernas?

Difícil saber, até porque ninguém sabe o destino da guerra e de possíveis sanções e interrupções de comércio por vir. Há pouco acordo até sobre o que vai ser da taxa de juros no Brasil daqui a dois ou três meses, um assunto aqui do nosso vilarejo. Para alguns bancos, a Selic não passa de 12,75%. Para outros, vai a 13,75%. Não temos ideia, como de costume, do que vai ser da taxa de câmbio. De fevereiro de 2020 a dezembro de 2021, o dólar ficou 30% mais caro, um choque brutal. Desde dezembro, caiu quase 11% (comparações com base nas médias dos meses).

Em suma, a melhoria pode ser nenhuma, e os riscos são enormes. MUITÍSSIMO mais importante é saber se haverá acordo nacional para lidar com o desastre a partir de 2023. Por ora, vemos candidatos apenas se esmerando no disparate.

Ações de incorporadoras avançam com anúncios do governo

Lucas Bombana

SÃO PAULO Em meio aos planos do governo Jair Bolsonaro (PL) de retomar os lançamentos de moradias populares no âmbito do programa Casa Verde Amarela, as ações de incorporadoras negociadas na B3 experimentam algum alívio.

Nesta terça-feira (22), o Imob (Índice Imobiliário) da Bolsa brasileira, que acompanha as cotações das principais ações do setor, avançou 3,4%, enquanto o índice amplo Ibovespa teve ganhos mais moderados, de 0,96%.

No acumulado de 12 meses, no entanto, o benchmark do

setor imobiliário da Bolsa tem perdas de 22,6%. Já o Ibovespa fica perto do zero no mesmo intervalo, com alta de 0,90%.

Após mais de três anos de paralisação, o governo Bolsonaro prepara a primeira contratação de novas unidades habitacionais subsidiadas com recursos do Orçamento, destinadas a famílias com renda de até R\$ 2.000 mensais.

Os novos contratos serão firmados no ano em que Bolsonaro buscará a reeleição ao Palácio do Planalto. O programa tem sido uma de suas vitrines políticas e foi usado para ampliar a inserção do presidente na região Nordeste, a

única onde ele não foi vencedor na disputa de 2018.

Os planos para o setor, contudo, são olhados com certa desconfiança por especialistas.

“Já estamos quase em abril, é preciso acompanharmos os próximos passos para entender até que ponto o governo consegue fazer as entregas prometidas, ou se é só um anúncio político”, diz Alberto Ajzenal, coordenador do curso de Desenvolvimento de Negócios Imobiliários da FGV.

Os subsídios do governo, diz, vêm em um ambiente macroeconômico desfavorável para a aquisição de imóveis, em especial pelas parcelas de

menor renda da população.

Cálculos do especialista apontam que, a cada 1 ponto percentual de aumento no custo efetivo total (CET) envolvido na contratação de um financiamento, cerca de 1 milhão de famílias perdem a capacidade financeira de adquirir um imóvel.


Segundo Raul Grego, sócio e analista responsável por mercado imobiliário da Eleven Financeira, a pressão inflacionária global e o aumento dos custos, principais fatores a pressionar os papéis de incorporadoras mais focadas no programa, como Tenda, Plano e Plano, Direcional e MRV, devem

seguir ainda bastante presentes por mais algum tempo.

“Acho que essa pressão de custos, que aumentou com a guerra na Ucrânia, vai seguir punindo as margens das incorporadoras”, afirma Grego.

O INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção-M), medido pela FGV, acumula uma alta de 13,04% em 12 meses, até fevereiro.

O programa tem um teto para o valor de comercialização das unidades — hoje em R\$ 264 mil em São Paulo, após aumento de 10% em 2021. Assim, se o custo para construir os apartamentos subir, é preciso reduzir as margens de lucro.

 **Dólar cai mais 0,6% e fecha a R\$ 4,91**

Cotação é a menor desde 24 de junho de 2021. O Ibovespa subiu 0,96% nesta terça (22), para 117.272 pontos, maior nível desde setembro de 2021. Ações desvalorizadas na Bolsa, a possibilidade de ganhos no setor de commodities devido a ameaças de escassez do petróleo, além de juros domésticos altos, criam uma combinação que favorece a entrada de dólares no país. O resultado é a queda da taxa de câmbio.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Valores em R\$ 1.000

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, consistentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.530 mil. Gerenciamentos de Riscos e de Capital: Em cumprimento às disposições estatutárias dispostas nas Resoluções número 4.557/17 e 2.554/99, julgados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Magnetis DTVM mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais da Magnetis DTVM, que são apurados mensalmente e, apresentamos níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | |
|---------------------------------------|-----|----------|----------|
| | NE | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Ativo | | | |
| Circulante | | 7.792 | 5.798 |
| Disponibilidades | 4 | 4.754 | 1.398 |
| Instrumentos Financeiros | | 3.007 | 4.399 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 2.956 | 4.390 |
| Rendimentos a receber | | 44 | - |
| Negociação e intermediação de valores | | 7 | - |
| Outros Ativos | | 25 | 1 |
| Outros créditos e Diversos | | 25 | 1 |
| Não Circulante | | 8 | - |
| Imobilizado de Uso | 3,4 | 8 | - |
| Outros imobilizações de uso | | 8 | - |
| Total do Ativo | | 7.792 | 5.798 |

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
|--|-------------------|---------------------|---------------|--------------------------------|
| Semestre de 01/07/2021 a 31/12/21 | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais e de Lucros |
| Saldo no início do Semestre em 01/07/21 | 4.100 | 37 | 194 | 167 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | (194) | (197) |
| Reserva Legal/Estatutária | - | - | (194) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | - |
| Saldo no fim do Semestre em 31/12/21 | 4.100 | 37 | - | - |
| Mutações do Semestre: | - | - | (194) | (197) |
| Exercício de 01/01/21 a 31/12/21 | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais e de Lucros |
| Saldo no início do Exercício em 01/01/21 | 4.100 | 37 | 194 | 167 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | (194) | (197) |
| Reserva Legal/Estatutária | - | - | (194) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | - |
| Saldo no fim do Exercício em 31/12/21 | 4.100 | 37 | - | - |
| Mutações do Exercício: | - | - | (194) | (197) |
| Exercício de 01/01/20 a 31/12/20 | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais e de Lucros |
| Saldo no início do Exercício em 01/01/20 | 968 | 37 | 194 | 268 |
| Aumento de capital | 3.132 | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | - | - |
| Atribuição de prejuízos com reservas | - | - | - | - |
| Saldo no fim do Exercício em 31/12/20 | 4.100 | 37 | 194 | 167 |
| Mutações do Exercício: | 3.132 | - | - | (197) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), foi constituída por tempo indeterminado de duração, e tem como objeto social (a) a prática de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis pelas autoridades competentes; e (b) a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, desde que previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e serão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) através dos métodos estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Coat), incluindo a Resolução nº 4.818 de 29/05/2020 e Resolução Bacen nº 02/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em atendimento ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); Resolução CMN nº 3.568/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; Resolução CMN nº 3.940/09 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; Resolução CMN nº 3.750/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução CMN nº 3.959/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 23 - Políticas Contábeis; Mudança de Estimativa e Retificação da Erro Resultante; Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 34 - Evento Subsequente; Resolução CMN nº 2.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado; Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios e Emprego; Circular Bacen nº 3.959/19 - CPC 41 - Resultado por Ação; Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 48 - Mensuração do valor justo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 21 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apreciação do resultado
O regime contábil de apreciação do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" das, existentes sobre ativos e passivos avaliados até as datas dos balanços.

3.2. Disponibilidades
São representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da avaliação aplica-se igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas para liquidação para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez, estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorrentes, calculados em base "pro rata de".

3.3. Instrumentos Financeiros
Títulos e Valores Mobiliários
De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.089/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos mantidos até o vencimento
são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados a taxa de juros contratada pelo regime de competência "pro rata de".

Títulos para negociação
considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Títulos disponíveis para venda
não são classificados como "títulos para negociação" ou como "mantidos até o vencimento", esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Negociação e intermediação de valores
Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3, S.A., Brasil, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores.

Despesas
São demarcadas pelas vendas das disponibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata de". As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimentos dos papéis que lastreiam as operações.

3.4. Outros ativos e passivos circulares e a longo prazo
Demonstradas pelas vendas de negociação até exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até o momento até as datas dos balanços, calculados "pro rata" de e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

3.5. Imobilizado de uso
São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o valor útil e econômico dos bens, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados" e de 10% a.a. para as demais coisas.

3.6. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta-Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• Ativos contingentes
Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• Passivos contingentes
São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• Provisões
São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base no opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscas e previdenciárias) - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de perda. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A Distribuidora é tributada pelo Lucro Real, o encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescido de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano. A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.130/2021, é calculada à alíquota de: a) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021; b) 15% do período de 01/01/2022 até 30/06/2022; c) 15% a partir de 01/07/2022. Os créditos

A DIRETORIA
Maycon Biquiera Passão - Diretor

Demonstrações Financeiras: Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua emissão em 16 de março de 2022. Ouvidoria Institucional: A estrutura da Ouvidoria da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., está em conformidade com a Resolução CMN

Aos Administradores e Acionistas da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima relatadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
CNPJ: 87.963.450/0001-68

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | |
|---------------------------------------|-----|----------|----------|
| | NE | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | 4.874 | 1.351 |
| Instrumentos Financeiros | | 4.798 | 1.333 |
| Depósitos | 6,1 | 4.798 | - |
| Negociação e intermediação de valores | 6,2 | - | 1.333 |
| Outros Passivos | | 76 | 18 |
| Fiscas e previdenciárias | | 33 | 2 |
| Diversos | 6,3 | 43 | 16 |
| Patrimônio Líquido | | 2.918 | 4.438 |
| Capital: | 6,1 | 4.100 | 4.100 |
| De donos/acionistas no país | | 4.100 | 4.100 |
| Reservas de capital | | 37 | 37 |
| Reservas de lucros | | - | 301 |
| (Prejuízos acumulados) | | (1.219) | - |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 7.792 | 5.798 |

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
|--|-------------------|---------------------|---------------|--------------------------------|
| Semestre de 01/07/2021 a 31/12/21 | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais e de Lucros |
| Saldo no início do Semestre em 01/07/21 | 4.100 | 37 | 194 | 167 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | (194) | (197) |
| Reserva Legal/Estatutária | - | - | (194) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | - |
| Saldo no fim do Semestre em 31/12/21 | 4.100 | 37 | - | - |
| Mutações do Semestre: | - | - | (194) | (197) |
| Exercício de 01/01/21 a 31/12/21 | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais e de Lucros |
| Saldo no início do Exercício em 01/01/21 | 4.100 | 37 | 194 | 167 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | (194) | (197) |
| Reserva Legal/Estatutária | - | - | (194) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | - |
| Saldo no fim do Exercício em 31/12/21 | 4.100 | 37 | - | - |
| Mutações do Exercício: | - | - | (194) | (197) |
| Exercício de 01/01/20 a 31/12/20 | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais e de Lucros |
| Saldo no início do Exercício em 01/01/20 | 968 | 37 | 194 | 268 |
| Aumento de capital | 3.132 | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - |
| Destinações: | - | - | - | - |
| Atribuição de prejuízos com reservas | - | - | - | - |
| Saldo no fim do Exercício em 31/12/20 | 4.100 | 37 | 194 | 167 |
| Mutações do Exercício: | 3.132 | - | - | (197) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Ativos e passivos devedores são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos
Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.568/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos ("impairment"), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecida no resultado do período as eventuais perdas apuradas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Mensuração a valor justo
A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes das estimativas.

3.10. Estimativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

3.11. Transações com partes relacionadas
A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é elaborada em consonância a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.12. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades - depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5.2. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades - depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5.3. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades - depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5.4. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades - depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5.5. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades - depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5.6. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Disponibilidades - depósitos bancários | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 253 | 1.388 |
| Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a) | 4.501 | - |
| Total | 4.754 | 1.388 |

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2023.

5.7. Resultado recorrente e não recorrente
Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.</

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022
O Prefeito Municipal de Cardoso/SP anexo a esta publicação legal que lhe é conferida, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto, na Secretaria da Administração e Finanças / Departamento de Licitação e Licitação da Prefeitura Municipal de Cardoso, o Processo Licitatório nº 022/2022, modalidade: Tomada de Preços sob nº 001/2022, para contratação de EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DA LUMINAÇÃO EM PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS, NESTE MUNICÍPIO DE CARDOSO/SP. Encerramento: 13/04/2022 - ÀS 09:00 HORAS. Os interessados poderão participar desta licitação desde que previamente inscritos no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura Municipal, e atenda às exigências constantes no edital. O Edital completo encontra-se à disposição de todos os interessados, através do site: www.cardoso.sp.gov.br Informações pelo telefone: (11) 3466-3900. Cardoso, 23 de março de 2022. JAIR CESAR NATTES - Prefeito Municipal

PREFEITURA DE BOITUVA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/22
ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva. EDITAL: PP/2022. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USADO. MODALIDADE: Pregão Presencial. ENCERRAMENTO: 13/04/2022 às 09h00min. O edital completo poderá ser retirado na Prefeitura de Boituva, no Depto. de Licitação e Av. Tancredi Neves, 01, Centro, Boituva/SP, no horário das 08:30 às 17:00 horas ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 22 de março de 2022 Adilson Aparecido Leite Secretário Municipal de Serviços.

Município da Estância Turística de Pirajá
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 93/2022
Objeto: contratação de empresa para execução de obras/serviços de recuperação da pavimentação com lajotas de vidro infantes do Reduto de Exposições Prefeito Claudio Gândes, neste município, a serem executadas com recursos da Secretaria de Turismo e Viagens e Capacitamento de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades Turísticas - DADATUR, por meio de Convênio 119/2021. Valor Orçado: R\$ 1.326.186,79 (um milhão duzentos e vinte e seis mil cento e cinquenta reais e setenta e nove centavos). Vencimento: 11 de abril de 2022, às 09:00 horas. Edital ao custo de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) no Setor de Licitações, ou por meio de download gratuito no site eletrônico: www.estanciaoturistica.org.br. Mais informações: Setor de Licitações da Prefeitura - Praça Alameda Leonel, 173, centro, Pirajá/SP. Fone: (14) 3345-9006/3305-9037. Município da Estância Turística de Pirajá/SP, 16 de março de 2022. José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL

FUNDAÇÃO CASA
CONVOCAÇÃO
Elcio Marra Junior, portador do RG 44.921.303-1, Carteira Profissional nº 83828 - série: 318 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 45918-6, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sito à Rua Firrêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 462, alínea "d" da CLT.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
PREGÃO ELETRÔNICO
PE.180/2022 – PEC.00449/2022 – BRINQUEDOS E JOGOS - Abertura do Pregão em 05/04/2022 às 09:00 horas.
PE.181/2022 – PEC.00512/2022 – REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - Abertura do Pregão em 05/04/2022 às 09:00 horas.
O(s) edital(s) encontra(m)-se disponível(is) no quadro de editais na Av. Kennedy, nº 1100 – “Fênix Gilberto Passin”, Pq. Anchieta - SBC, das 8:30 às 17 horas e no site www.compras.sabernardocampo.sp.gov.br. Telefones: (11) 2630-5495/5498/5503/5495

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA
Sector de Licitações
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS
Tomada de Preços nº 93/2022 – Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de revitalização e reforma do Centro Hípico e de Eventos da Torrinha, mediante fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e infraestrutura necessária à execução dos trabalhos com recursos financeiros oriundos do FUNDO DE MELHORIAS DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS - Termo de Convênio nº 0251/2021. ENTREGA DOS ENVELOPES: 1-“DOCUMENTAÇÃO” 2-“PROPOSTA DE PREÇO” até às 09:00h, do dia 11/04/2022. ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO: 11/04/2022 às 09:00h, LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES E REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: Setor de Licitações da Prefeitura, sito à Rua José Arturino, nº 900 – Parque Residência Paralela, Torrinha - SP (Praça Municipal). EDITAL NA ÍNTEGRA: A disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura e no site oficial do Município (www.torrinha.sp.gov.br), a partir do dia 23/03/2022. Informações pelo telefone: (14)3656-9600 no horário das 13:00h, às 17:00h, em dias de expediente. Marcio Sarrafim - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

MUNICÍPIO DE ITAPEÇERICA DA SERRA
“AVISO DE LICITAÇÃO”
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022 - EDITAL Nº 016/2022
Objeto: Registro de Preços para Prestação de Serviços de poda e corte de árvores, incluindo serviços de irrigação, remoção, transporte e destinação dos resíduos. Encerramento: 06 (seis) de abril de 2022 às 09h00. Informações: A cópia completa do Edital poderá ser adquirida no site da Prefeitura <http://www.itapecerica.sp.gov.br> ou no Portal da Transparência. O mesmo também poderá ser adquirido, mediante apresentação de multa, no Departamento de Suprimentos, sito à Av. Eduardo Roberto Daher, 1.135 – Centro – Itapeçerica da Serra, no horário das 08:30 às 16:30 horas, nos dias úteis, ou mediante solicitação através do endereço eletrônico pregao@itapecerica.sp.gov.br, informando os dados cadastrais de interesseado, bem como mantendo seu cadastro atualizado para receber todos os comunicados referentes ao certame. Dados e informações poderão ser obtidas pelo telefone 4688-9000 ramal 9100 ou 9112, com código de acesso (CDD) 0XX11. Itapeçerica da Serra, 22 de março de 2022. EDNÉIA P. OLIVEIRA - Assessora Especial - Secretária de Assuntos Jurídicos

Sistema FIEPE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 – Aquisição de insumos para os laboratórios de metrologia da Diretoria Industrial do SENAI/PE, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no anexo I do edital. Data de abertura: 01/04/2022 – 09h - Pregoeira: Kátarine Barbosa.

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: www.pe.senai.br ou pelo telefone 81 3412-8525/8504, e-mail: licitacao@systemafiepe.org.br e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 23 de março de 2022.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE

Sistema FIEPE
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 – Aquisição de insumos para os laboratórios de Diretoria Industrial do SENAI/PE. Data de abertura: 04/04/2022 – 09h. Pregoeira: Kátarine Barbosa.

Demais informações e aquisição do Edital, poderão ser obtidas, no site: www.pe.senai.br ou pelo telefone 81 3412-8525/8504, e-mail: licitacao@systemafiepe.org.br e no Edif. Casa da Indústria, localizado na Avenida Cruz Cabugá nº 767.

Recife, 23 de março de 2022.
Comissão Permanente de Licitação – Sistema FIEPE

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
EDITAL
Encerrado-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2022, do tipo menor preço, destinado à aquisição de TERAPISSINA INJETÁVEL. A realização da Sessão será no dia 04/04/2022, às 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bec.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 23/03/2022. OC Nº: 0922010905620220000168. O edital na íntegra está disponível no site: www.e-negociospblicos.com.br ou www.bec.sp.gov.br ou www.fmrp.usp.br. Telefone: (16) 3602-2152. Ribeirão Preto, 22 de março de 2022. ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA, Diretora do Serviço de Compras

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
CONVOCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de gêneros alimentícios básicos para o suprimento dos cardápios de Educação Infantil, Creches, Escolas de Ensino Fundamental e Médio do município de Jaboticabal/SP. Com referência ao Pregão em epígrafe, após a conclusão da análise das propostas, o Pregoeiro vem CONVOCAR os interessados para realização da abertura da Sessão Pública, a fim de proceder à abertura dos Envelopes nº 02, para julgamento dos documentos de habilitação, concessão da oportunidade de interposição de recurso administrativo e demais atos inerentes ao referido Pregão. Para tanto, o Pregoeiro comunica que a abertura da Sessão Pública da referida licitação ocorrerá no dia 25 de março de 2022 às 14h00, na Sala de Reuniões do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio, sito na Esplanada do Lago “Carlos Rodrigues Serra” nº 160, bairro Vila Serra, no município de Jaboticabal/SP. Jaboticabal, 22 de março de 2022. ZELIO ANTONIO MORETTO JUNIOR, Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2.021 - PROCESSO Nº 436/2021
COMUNICAÇÃO: Fica designada para o dia 25 (vinte e cinco) de março de 2022, às 09:00 h, na sala de Licitações do Paço Municipal, sito a Rua Porto Alegre, n.º 350, Jardim Santa Rita, sessão para abertura das envelopes propostas do referido processo licitatório. Fernandópolis-SP, 22 de março de 2022. CIBELE BERGER SANCHES CARBONE, Gerente de Suprimentos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/22
Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico <https://licitacoes.com.br>. A disputa de preços será dia 05/04/22 a partir das 09h30min. Edital disponível nos endereços <https://licitacoes.com.br> e www.lavinia.sp.gov.br. Salvador Cazuza Matsunaka - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARABUNA - SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Modalidade: Carta Convite Nº. 0002/2022 - Edital Nº 0018/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de sondagem e projeto executivo para estrada intermunicipal Parabuna – Redenção da Serra. Critério de Julgamento: Menor Preço Por Lote. Encerramento e abertura: Recebimento dos envelopes até às 08:30 horas e abertura da sessão às 09:00 horas do dia 04/04/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARABUNA - SP
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Modalidade: Pregão Presencial Nº. 0011/2022 - Edital Nº 0019/2022. Objeto: Aquisição de bebedouros para atendimento às unidades escolares do Departamento Municipal de Educação da Estância Turística de Parabuna. Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item. Encerramento e abertura: 09:00 horas do dia 11/04/2022. Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (12) 3974-2080 Ramal 4 ou pelo e-mail: licitacao@parabuna.sp.gov.br. Parabuna, 23 de março de 2022. Victor de Cassio de Miranda - Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP
CONVOCAÇÃO PARA CONTINUIDADE DA SESSÃO DE JULGAMENTO DOS ENVELOPES Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 82/2022
A Comissão Permanente de Licitação (CPL) da Prefeitura Municipal de Jaboticabal, informa aos interessados, que após a análise das propostas de recursos apresentadas pela empresa PUBLICAÇÕES BRASIL CULTURAL LTDA. (P.A. nº 3024-2/2022), contra o edital técnico elaborado pela Comissão Especial de Licitação, constante dos autos do processo licitatório, modalidade Tomada de Preços nº 02/2022, que trata da contratação de empresa especializada, na prestação de serviços de Educação, visando a implantação do Sistema de Ensino para o Ensino Infantil Creche-Maternal II (3 a 4 anos) para atendimento aos alunos e professores da Creche na Educação Infantil, com assessoria pedagógica e formação continuada para todos os professores, realizada por especialistas nas áreas de conhecimento, de acordo com as especificações de Termo de Referência do edital, VEM CONVOCAR AS LICITANTES: PUBLICAÇÕES BRASIL CULTURAL LTDA. e EDITORA DANGUS LTDA. (NETRILÉDICA ACADÊMICA), para a realização da sessão de continuidade de julgamento de recursos, com a apresentação da “proposta técnica revisada” pela Comissão Especial de Seleção, que ocorrerá no dia 25/03/2022 às 09h00h na sala de Reuniões do Departamento de Gestão de Material e Patrimônio. Esta decisão deverá ser publicada na imprensa oficial, no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Jaboticabal, e ainda, deverá ser dada ciência desta decisão à Comissão Especial de Seleção, bem como às licitantes. Jaboticabal, 22 de março de 2022. ANGELA PAULA GIMENEZ DE OLIVEIRA, Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SINDIFRANCO - SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE CORREIO FRANQUEADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ - 14.504.811/0001-43
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÕES 29 DE ABRIL DE 2022
O Presidente do SINDIFRANCO - SINDICATO DAS AGÊNCIAS DE CORREIO FRANQUEADAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Sr. Francisco Antonio Paris, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, convoca todos os associados, cíveis ou não, para a realização da Assembleia Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B – Sala 804 – (antiga da ALBRAPOST-SP) na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleições dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Delegação junto à Federação - SP, a que está filiada, bem como para seus Suplentes, para o mandato de 2022 a 2026. As empresas associadas terão participação da Assessoria Geral de Eleições a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 9h, em primeira convocação e às 09h30m em segunda convocação, na Avenida Doutor Gastão Vidigal, 1132 – Bloco B

SAAB **Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Arapiraca**

LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2022 - Edital nº 001/2022, Sistema de Água e Esgotos de Arapiraca/PE – MODALIDADE: Pregão nº 35/2021 (Presencial) – REABERTURA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, CATEGORIA 35, DO SISTEMA DE REDE DE ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS E CREDENCIADOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MATERIAIS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS DE MANUTENÇÃO EM GERAL CONFORME EDITAL E ANEXOS. ABERTURA: 06/04/2022 às 09:35 horas – Edital disponível para consulta e download no endereço eletrônico: <https://www.saabpe.com.br/licitacoes>, a partir das 9h00 às 18h00 através do site: <https://www.saabpe.com.br/licitacoes>. INFORMAÇÕES: Tel (19) 3908-5400, ramal 267 ou 261, com Thais ou Márcia Arapiraca, 22.000-000, Arapiraca, SP, CEP 13.202-000. E-MAIL: licitacoes@saabpe.com.br - **GOLEDO MAIOR** - Gerente de Suprimentos -

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

LICITAÇÕES PROGRAMADAS

Fragas (precatório nº 01302021. Edital nº 137/2021. Objeto: Registro de preços para aquisição de fragas e grãos alimentícios e substitutos destinados a merenda escolar. Abertura: 26/04/2022 às 13:00h.

Fragas (precatório nº 02402021. Edital nº 620/2021. Processo nº 1330/2021. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de ar condicionado Split Inverter. Abertura: 26/04/2022 às 13:00h.

Cota Estágio na (matéria econômica)-se desclassificou no processo da licitação, ver pautado no Gov.br. Pde, 22 de março de 2022, Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

SAAB Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP

LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001112/2022 – OBJETO: Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP – LOCAL: Data: Projeto nº 09/2022 (Presencial) OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REDE DE COLETA DE LIXO COMPREENDENDO: MONITORAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PROVIDOS PELO DATA CENTER DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE AMPARO/SP, DESENVOLVIMENTO DE REDES DE POSTOS A INCIDENTES DE SEGURANÇA, INCLUINDO INFRAESTRUTURA, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MANUTENÇÃO E AUMENTO DE TECNOLOGIA PARA O CETA, LIGAMENTO CONSTATANTE ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA, PERÍODO DE 12 MESES CONFORME EDEI E ANEXOS. ABERTURA: 05/04/2022 às 09:30 horas

• Edital disponível a partir do dia 24/03/2022 na página do Edital no link: <https://www.saab-sp.org.br/portal/licitacao/licitacoes>

INFORMACOES: Tel: (19) 3803-8400 ramal 237 ou 261 e/ou Tauxi ou Matti. Amparo, 22 de março de 2022, MARCELO ROQUE MORAES, Gerente Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Amparo/SP.

**AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/
REGISTRO DE PREÇOS
Nº 362/2021
TIPO: MENOR PREÇO**

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Central de Compras da Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, comunica a todos os interessados que a sessão inicialmente agendada para o dia 22/3/2022, conforme publicado no Diário Oficial de Minas Gerais, página 22, e Diário Oficial do União, página 201, seção 3, ambos do dia 3/3/2022, fica ALTERADA para o dia 5/4/2022, às 10 horas, no site www.compras.mg.gov.br.
Motivo: retificação do instrumento convocatório. Mais informações: comprascentrais@planejamento.mg.gov.br.
BH/MG, 21/3/2022. Jaffer Alves Jabour
– Superintendência Central de Compras – CSC/SEPLAG.

 **MINAS
GERAIS** GOVERNO
ESTADUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA
Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico nº 02/202022 – Projeção nº 981/2022.
 O/Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e conservação de mobiliário coletivo, devidamente adequados e equipados com sistema e cobertura de lanchonete/estância, com as autorizações necessárias, para atendimento dos usuários de transporte coletivo desta Municipalidade.
 Tipo: Menor preço – Sessão de lances: 03 de abril de 2022 às 09h00 – O edital eletrônico está disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.compras.gov.br.
 Local – Formação: Praça dos Plântanos nº 55, Lençóis Paulista, Fone (14) 3297-1123/3297-1088. Local: Lençóis Paulista, 22 de março de 2022. LUZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

COMUNICADO PÚBLICO
A CLARO S.A. comunica aos seus clientes do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na modalidade Local, que estará em operação atendendo a prestação regular do serviço a partir de seus veículos de localidades de Baixa e SF no dia 22/03/2022, a partir das 00h22 (horário de Brasília). A CLARO S.A. adotará imediatamente todas as providências necessárias para a regularização do serviço, normalizando-o integralmente às 00h19 (horário de Brasília).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENUCCI
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 010/2022. PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2022;
REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022. PROCESSO Nº 072/2022.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. Abertura dia: 06 de abril de 2022. O Edital
estará disponível no site www.sudmenucci.sp.gov.br a partir do dia 21 de março de 2022.
Massas interessadas lerem (1748-0095) e 5015 Vitoriano, 12 de março de 2022.
JOSE URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL SALGADO/SP
SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de General Salgado/SP, torna público o aviso de Suspensão por tempo indeterminado para adequação no edital do procedimento Básico Pregão Presencial nº 07/2022, cujo objeto é contratação de empresa para Transporte de paciente simples remoção. Local e Data: General Salgado, 22 de março de 2022.
Mauro Gilberto Fantini-Prefeito

[illegible]

Autos de Licitação Pública – Chamamento Público n.º 82/2020

Homologação e Adjuvação

Considerando o parecer jurídico do fls. 96/98, dando conta que todos os requisitos, exigências e formalidades legais acham-se satisfeitos, e bem como os valores finais apresentados estão compatíveis com o mercado e com as expectativas da Administração, Homologo o julgamento efetuado pela Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, conforme descrito em ata, de fls. 707, e em consequência, adjudica a execução da obra a licitante mais econômica, a empresa LANCOS SANT'ANDER (BRASIL) S.A. Caloteira a execução de Odebrecht Pedreira de Cimento Portland, com unidade – Santa Cruz do Rio Pardo, 21 de março de 2022. Diego Henrique Senguliani Costa - Prefeito

PREFEITURA DE MIRANDÓPOLIS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24777022 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2022 EDITAL Nº 1/2022 - T.P.C. Menor preço. OBJETO
Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de informática,
na modalidade locação, abrangendo manutenção, para atender as necessidades da
Prefeitura do Município de Mirandópolis. DATA PARA ENTREGA DOS DOCUMENTOS
E PROPOSTA DE PREÇOS: 07 de abril de 2.022, às 09h00. LOCAL DA REALIZAÇÃO
DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Sala de Licitações da Prefeitura – Rua das Nações
Unidas, nº 400, Centro. às 09h00. O Edital completo será fornecido aos interessados por
meio eletrônico, através do site www.mirandopolis.sp.gov.br. Mirandópolis, 22 de março
de 2.022. Everton Luiz Fernandes Sedano Raimundo – Prefeito.

CATI - SEMENTES E MUDAS
LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL

O Senhor Diretor Geral da CATI – Sementes e Mudanças comunica que se encontra aberto neste Departamento, PREGÃO PRESENCIAL CATI-SM-PM nº 01/2022, destinado à PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO E CONDUÇÃO DE 861 HECTÁREAS DE CANA-DE-AÇÚCAR, PARA RECUPERAÇÃO, EM 2022, DO PRODUTIVO DA ÁREA DE PRODUÇÃO DE CENOURA, NO MUNICÍPIO DE ATALIBA/LONDEL, de tipo MENOR PREÇO. Realização da reunião na data de 09/04/2022, horas 09:00 horas, no Centro de Produção "Ataliba Londeal", localizado na Rodovia SP 287, Km 50, no Estado de Mato Grosso do Sul. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos sites www.comprasnet.gov.br, portal.cati.ms.gov.br (logão editais), informadas para conhecimento do edital no Centro de Atendimento Administrativo, situado no endereço: Rua General Carneiro, 100, Jd. Primavera, no Centro de Produção "Ataliba Londeal", telefone (14) 9374-7413 e fornecedores@cati.ms.gov.br.

**HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE
DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

EDITAL

Encoraja-se a abertura, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2022, do tipo menor preço, destinado a aquisição de MUNGOLÓBULINA DE COELHO. OC Nº: 092201909562022oc0165. A realização da Sessão será no dia 01/04/2022, às 09:09 horas, no endereço eletrônico: www.bids.sp.gov.br. Data de início do envio da proposta eletrônica: 22/03/2022. O edital na íntegra está disponível no site: www.bids.sp.gov.br ou www.bids.sp.gov.br ou www.hcfrp.usp.br. Telefone: (16) 3632.2152.

Ribeirão Preto, 22 de Março de 2022

ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

HOSPITAL OTÁVIO DE FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PL.Nº1137.2021.CPL.HOE.PE.0026.HOF Objeto:Algodão Hidrófilo, ortopédico, atadura de crepe; atadura gessada, de borracha, cular cervical; compressa cirúrgica, campo operatória, compressa de gaze, cotenelidos, esparadrapo, fita micropore e malha tubular, período 12(dozes) meses, menor preço por item, valor estimado R\$2.243.866,3632 Recebimento das propostas

Insumos para Central de material de Esterilização-CME, período 12(dozes)meses. Menor preço por item, valor estimado R\$ 743.393,1994. Recebimento das propostas até 26/04/2022 às 09h30min. Abertura das propostas 26/04/2022 às 09h05min. Início da Disputa 26/04/2022 às 09h30min. PL.Nº1266.2021.CPI.HOF.HOE.0034.HOF Ob.jeto: Alcool, Éter, Formol, Detergente, desinfetante, Detergente Enzimático, Cloroexida, Acido Peracético, Glutaraldeído, Gel para ECG e Usg. Água oxigenada, Vaseline, Biorridor, período 12(dozes)meses, menor preço por item, no valor estimado R\$877.613,6656. Recebimento das propostas até 11/04/2022 às 09h00min. Abertura das propostas 11/04/2022 às 09h05min. Início da Disputa 11/04/2022 às 09h30min. PL.Nº1262.2021.CPI.HOF.HOE.0030.HOF Ob.jeto:MMH Insumos para o Setor de Ultrassonografia, período de 12(dozes) meses, menor preço por item, valor estimado de R\$ 790.466,4208. Recebimento das propostas até 28/04/2022 às 09h00min. Abertura das propostas 28/4/2022 às 09h05min. Início da Disputa 28/04/2022 às 09h30min. PL.Nº1263.2021.CPI.HOE.HOE.0031.HOF Ob.jeto:Medicamentos Enxaparranas, período 12(dozes) meses, menor preço por Lote, no valor estimado R\$2.623.584,7680. Recebimento das propostas até 09/05/2022 às 09h30min. Abertura das propostas 09/05/2022 às 09h05min. Início da Disputa 09/05/2022 às 09h30min. PL.Nº1266.2021.CPI.HOF.HOE.0046.HOF Ob.jeto: MMH Insumos para o Serviço de Urologia, com cota de Equipamentos Cirúrgicos em Regime de Comodato, período de 12(dozes)meses, menor preço por Lote, no valor estimado R\$5.199.612,3120. Recebimento das propostas até 04/04/2022 às 09h00min. Abertura das propostas 04/04/2022 às 09h05min. Início da Disputa 04/04/2022 às 09h30min. PL.Nº1735.2021.CPI.HOF.HOE.0010.HOF Ob.jeto: MMH Equipos para Administração Parenteral e Enteral, período de 12(dozes)meses, menor preço por item, valor estimado R\$1.339.312,0500. Recebimento das propostas até 02/05/2022 às 09h00min. Abertura das propostas 02/05/2022 às 09h05min. Início da Disputa 02/05/2022 às 09h30min.

Recite-PE, 22/03/2022, Ana Paula da Silva - Presença/HOF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 01/2022 – PROCESSO N° 19/2022
 A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública com a finalidade de Concessão de uso por prazo determinado de 01 (um) quilo que localizado na Praça de Alimentação Papa João Paulo II, no centro do município de Fartura, para exploração conforme especificações do Termo de Referência. Vencimento: 30 de abril de 2022, às 08:30 horas. Informações: Setor de Licitações da Prefeitura – Telefone: (14) 3308-9332 – Site: www.fartura.sp.gov.br
 Fartura, 22 de março de 2022.

LUCIANO PERES – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
EXTRATO DE DECISÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
 Processo Licitatório nº 086/2022 – Tomada nº 01/2022
 A Comissão de Julgamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Quatá comunica a todos os interessados do Tomada de Preços nº 001/2022, Processo Licitatório nº 008/2022, destinado a contratação de empresa para recapaceamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, que declarou HABILITADA a única empresa participante, cu seja, **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A**, inscrita no CNPJ nº 06.948.240/0001-06, com sede na Lfiteira Avenida, cu seja, em nº 1 lugar, a empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A**, com preço de total de R\$ 352.118,33 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e deztois reais e sessenta e dois centavos). Foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos contra a habilitação/classificação da empresa, nos termos do artigo 109, inciso I, letras "a" e "d", da Lei 8.666/93. Comunique-se a decisão as empresas interessadas e publique-se.

Int. Curitiba-PR, em 22 de março 2022.

Lúciaara Aparecida Casadei -Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A direção da Associação dos Aduaneiros de Unidades do Empreendimento "Fazenda da Ita" por seu diretor presidente Sr. José Raimundo Pereira dos Santos, convida a todos os Associados e Membros a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no Galpão de Café da Administração no Bônito II situado na Rua Consaga 200 - Fonecia 2 - Fazenda da Ita - Embu-Guaçu no Estado de São Paulo, no próximo dia 03/04/2022 em primeira convocação às 08:00h com a seguinte qualificação de 50% dos associados, e em segunda convocação às 08:30h, com qualquer número de presentes, a fim de discutirem a seguinte ordem do dia:

- Eleição e Posse da Diretoria Interina 2022/2024
- Eleição e Posse da Comissão Consultiva Interina 2022/2024
- Ratificação dos Atos Administrativos do Período 2020/21 a 2021/22
- Assuntos Livres de Interesse da ASSOCIAÇÃO

Embu-Guaçu, 21 de Março 2022

JOSE RAIMUNDO PEREIRA DOS SANTOS

Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
EXTRATO DE DECISÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
Processo Licitatório nº 009/2022 – Tomada de Preços nº 002/2022

A Comissão de Julgamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Quatá comunica a todos os interessados o Tomada de Preços nº 002/2022, Processo Licitatório nº 009/2022, visando a contratação de empresa para recapetimento, acrílico em suas instalações, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, que declarou HABILITADA a única empresa participante, ou seja, **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A** e consequentemente CLASSIFICADA a proposta da Licitante habilitada, ou seja: em 1º lugar a empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A**, com preço de total de R\$ 333.602,48 (trezentos e trinta e três mil, seiscentos e dois reais e quarenta e oito centavos). Foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos contra a habilitação/classificação da empresa, nos termos do artigo 109, Inciso I, letras "a" e "b", da Lei 8.666/93.

Comunique-se a decisão às empresas interessadas e publique-se
Int. Compra-se

Quatá-SP, em 22 de março 2022.

Luziana Aparecida Casaroli – Presidente do Comissão de Julgamento de Licitações

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO
CONCURSO DE SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS
N.º01/2022—PROCESSO N.º 215/2022.

O objeto do presente edital de concurso, tem por finalidade a seleção de projetos nas áreas culturais, de: Produções Artísticas Culturais, Oficinas Formativas de Cultura, conforme especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Edital através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para compras@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou através do site www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br sem ônus aos interessados e oitantes Abertura das inscrições às 09:00 do dia 24 de março de 2022 e encerramento das inscrições às 17:00 horas do dia 08 de abril de 2022. Informações: das 9:00 às 17:00 horas. Endereço: Praça Antônio Ferreira Leme, n.º 53, Centro, SMA, Telêmaco (15) 3279-8000 São Miguel Arcanjo, 22 de março de 2022. Páuli Ricardo da Silva – Prefeito Municipal

 **CEARÁ**
GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20220273

A Secretária da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico Nº 20220273 de interesse da Secretária da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através da Nº 2732022, atil e da 07/04/2022, às 9h (Horário de Brasília-DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 18 de Março de 2022. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

EDITAL DE LEILÃO

Fernando de Melo Franco, Leiloeiro Oficial, Matrícula JUCENMG nº 1200 e JUCESP nº 1261, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCENMG, Cassia Maria de Melo Pessoa, CPF: 746.127.919-19, RG: MS-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto nº 21.389/12, se realizará o LEILÃO PÚBLICO de 09 (nove) Presentes e/ou, indistintamente a seguir caracterizado, nas seguintes condições: **IMÓVEL** - UM LOTE DE TERRENO RESIDENCIAL, sob nº 29 da quadra nº 42, com área de 500m² (quinhentos), localizada na Rua Elvira Oliveira Damasceno, descrito no Loteamento: "Residencial Bem-Viver", em Macaúbas/SP, imóvel objeto da Matrícula nº 3088 do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Macaúbas/SP. Dispense-se a transcrição completa do **IMÓVEL**, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 7.433/95 e do Artigo 3º do Decreto nº 83.438/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula mencionada. Ocaso de caso de imóvel cupado, a desocupação corresponderá ao prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 18, caput e parágrafo único da Lei 51.467/67.

DATA DO LEILÃO: 1º Leilão: dia 26/03/2012, às 11:15 horas, e 2º Leilão: dia 30/04/2012, às 11:15 horas. **LOCAL**: Auditório do Banco de Minas, 2222 - Sala 402 - Estre - CEP: 30048-410 - Belo Horizonte/MG. **DEVEDORES** P/OS CANTOS: MARCELO DIAS, brasileiro, optante - CPF: 056.775.555-45, RG: 988.586-50 e SP/SENAE TATIANE FRANCO DE OLIVEIRA, C.A., brasileira, quitante de fiação, CPF: 236.902-40/85, RG: 162.8947.559P, casados entre si sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, residentes e domiciliados na Rua Bento Passos Oliveira Leme, nº 163, Jaconi Sociedade, Macaúbas/SP, CEP: 17200-000. **CREDORES FIDUCIÁRIOS** - BEM VIVER MACAÚBAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A, inscrita no CNPJ sob nº 06.908.208/0001-00, com sede na cidade de Belo Horizonte/SP, matrícula 518.005, sala 50 - 5º andar - Correo: CEP: 17340-000, Jaconi

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
TERMO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 025/2021

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARILIA

TERMO DE ABERTURA

Edital de Licitação nº 08/2022 TOMADA DE PREÇOS nº 01/2022. Órgão: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Tomada de Preços. OBJETO: Contratação de empresa especializada para Purificação de um poço tubular profundo, incluindo as formações de concreto Geral, próximo ao Rio das Índias, as coordenadas são 16° 06' 28" Sul e 49° 38' 58" Leste, com o objetivo de equiparar o equipamento existente, sob o controle da Planilha de Custos, Memorial Descritivo e Projetos anexos. ENCERRAMENTO: Dia 08/04/2022 às 09:30 horas; ABERTURA: 08/04/2022 às 09:40 horas. O edital completo bem como as informações poderão ser obtidas no site: www.daeam.com.br ou pelo email daseg@daeam.com.br. Assessoria Jurídica: Aumento de Valor da obra. Assessoria Técnica: Prefeitura Municipal de Marília, 22 de março de 2022. João Augusto de Oliveira Filho – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARATAIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2022
Objeto: Aquisição de veículos, zero quilometro, para atender o Departamento da Educação da Prefeitura Municipal de Sarataia, conforme emenda parlamentar nº 2020.044.17684. **Data de abertura da sessão:** 08 de Abril de 2022, às 13:00 horas. Edital disponível no site eletrônico www.sarataia.sp.gov.br e www.blicompra.com. **Local:** Bolsa de Licitações e Leilões – BLL. **Maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Sarataia licitacoes@sarataia.sp.gov.br.
Município de Sarataia - 22 de Março de 2022
Isaías Francisco Soares - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
 EDITAL DE REABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2022 - PROCESSO Nº 13.002.012.020 - OBJETIVO: CANCELAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE E RETORNO DE ARQUIVOS DE FORMA PARAMETRIZADA, POR MEIO DE DAM, EM PADRÃO FEBRABRAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, POSTOS DE SERVIÇOS E OUTRAS REPRESENTAÇÕES EM TERRITÓRIO NACIONAL, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS, CONFORME ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E FINANÇAS, Encerramento: 08 de abril de 2022, às 10:00 horas. LOCAL: Rua João Lopes Filho, nº 120. Maiores informações através do telefone: (15) 3255-9050.
 O Edital completo está disponível no site: www.angatuba.sp.gov.br. Angatuba, 22 de março de 2022, NICOLAS BASILE ROCHEL, PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
EXTRATO DE DECISÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
Processo Licitatório nº 011/2022 – Tomada de Preços nº 094/2022
A Comissão de Julgamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Quatá comunica a todos os interessados que o processo licitatório nº 011/2022, destinado à contratação de empresa para recapetamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, sou declarada HABILITADA e única empresa participante, cujas OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A e consequentemente CLASSIFICADA a proposta da Licitante habilitada, cujas, em 1º lugar a empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A, com preço de total de R\$ 257.672,53 (duzentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos). Foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos contra a habilitação/classificação da empresa, nos termos do art. 109, inciso I, letras "a" e "b", da Lei 8.666/93. Comunique-se a decisão aos empresários interessados e publique-se.
Int. Curitiba-PR
Quatá-PR em 22 de março 2022
Luciana Aparecida Casadei - Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO
COMUNICADO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2472/2022
 A Prefeitura Municipal de São Sebastião comunica a todos os interessados do pregoão presencial nº 003/2022 que tem por objeto o registro de preços de medicamentos para fornecimento aos pacientes da rede pública de saúde e para uso no âmbito das unidades públicas de saúde, que por determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, fica suspensa sine die a licitação em epígrafe, cuja abertura estava designada para as 09:00 do dia 23/03/2022. Renaldo Alves Moreira Filho - Secretário Municipal de Saúde. São Sebastião 22 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ
EXTRATO DE DECISÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA
Processo Licitatório nº 016/2023 - Tomada de Preços nº 003/2022
A Comissão de Julgamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Quatá comunica a todos os interessados do Tomada de Preços nº 003/2022, Processo Licitatório nº 016/2022, destinado à contratação de empresa para recapamento asfáltico em ruas municipais, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, que declarou HABILITADA a única empresa participante, ou seja, OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A e consequentemente CLASSIFICADA a proposta da Licitante habilitada, cujas sejas em 1º lugar a empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A, com preço da total de R\$ 350.367,93 (trezentos e cinquenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos). Foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos contra a habilitação/classificação da empresa, nos termos do artigo 109, inciso I, letra "a" e "b", da Lei 8.666/93.
Comunique-se a decisão an empresas interessadas e publique-se.
Int. Curitiba - 44
Quatá-SP, em 23 de março 2023.
Luciana Aparecida Casarini - Presidente da Comissão de Julgamento de Licitações

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franca, Leiloeira Oficial, Matrícula JUCENMG nº 130 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo Poder Judiciário, atendei qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCENMG, Cláudia Maria de Viveiros, CPF: 746.127.273-49, RG: 902-0898.235, faz saber que, na forma da Lei nº 5.497 e do Decreto-lei nº 21.912/12 levada à LANCE PÚBLICO de modo PROCESSIONAL Online em virtude a seguir caracterizada, nas seguintes condições: 1) Nº 107/2016 - LOTE DE TERREIRO RESIDENCIAL, sob nº 15 de quadra nº 12, com área de 200,00m², localizado na Rua Nazar Nazareno Monteiro Ricci Haros, ex denominada Loteamento "Residencial Bem-Viver", em Macaúba/SP, imóvel objeto da Matrícula nº 3058 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Macaúba/SP, Dispensase a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do Artigo 2º da Lei nº 7.433/85 e do Artigo 3º do Decreto nº 93.240/88, estando o mesmo cedido e caracterizado na matrícula mencionada. O Lote nº 15 em caso de imóvel ocupado, a despeção ocorrerá por conta do adquirente, nos termos de art. 30, caput e parágrafo único da Lei nº 5.545/71. **DATAS DO LEILÃO:** 1º Leilão dia 28/04/2022, às 11h 09 horas, e 2º Leilão dia 05/05/2022, às 11h 09 horas. **LOCAL:** Av. Barão Romão de Mello, 2224 – Sala 402 – Estoril – CEP 04944-000 – Boto Horizonte/MS, DEVEDORES: **EDUCADORES LUIZ CARLOS DE CARVALHO**, brasileiro, lido de pessoas de estuários, CPF: 450.000.999/91, RG: 22.515.124-3 SSP/SP, casados entre si e regime de comunhão Parcial de Bens, residentes e domiciliados na Rua Rike, 1104/54, Cabaie V, Macaúba/SP, CEP: 12290-000. **CREDORES:** **RICARDO BEM VIVER MACAUBA** EM PRÉDIO DE CONDOMÍNIO MOBILIÁRIO S/A LTDA, com sede na cidade de Santa Bárbara/SP, CNPJ nº 17.131.800/0001, sala 501 - 9 andar, Centro, CEP:

Devemos aceitar o curador-mor?

Internet repele a censura com interações voluntárias; ainda bem

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

A obsessão estatal pela censura continua. De ofício, o STF vem coagindo redes sociais a bloquear, em seu nome, o discurso inaceitável, desagradável, hiperbólico. Os inquéritos secretos que correm há quase três anos foram criados para alegadamente combater fake news e críticas ao STF ou outras instituições. Mas o alvo real é conhecido por todos: o presidente Bolsonaro e um de seus mais ativos escudeiros, o jornalista bolsonarista Allan dos Santos.

Liminares de alcance nacional têm sido expedidas por meio

de decisões monocráticas. São violações ao direito constitucional de liberdade de imprensa e de expressão. O porrete estatal de censura se tornou incontornável com a extrema audácia de impor multa de R\$ 100 mil por dia a todo brasileiro que encontrasse meios de acessar o Telegram durante o bloqueio. Não há nenhum amparo legal para tal arbitrariedade.

Telegram, WhatsApp e outras formas de comunicação direta, sem curadoria, são serviços de utilidade pública que permitem comunicação eficaz e gratuita para milhões de brasileiros. São

plataformas fundamentais para o trabalho, o contato pessoal e familiar, o debate de ideias, e até para a segurança pública, caso das Defesas Cíveis espalhadas pelo Brasil que utilizam a rede Telegram para proteger a população contra desastres.

Por que a população inteira deve ser punida por ações supostamente ilegais de terceiros? Por que violar a liberdade de expressão (mesmo na ausência de ameaça iminente de agressão física a alguém, que justificaria a intervenção)? Por que devemos referendar essa nova “função de Estado”, de curador-mor do

país, como diz um amigo jornalista? Essa é a questão central.

Abundam as racionalizações da supressão de direitos do brasileiro apontando que o Telegram deve obrigatoriamente se submeter às determinações do STF e ponto final, sem discussão. Deve apagar posts, bloquear o canal dos divulgadores de “fake news”, impedir que abram novos canais, revelar os dados pessoais etc.

É óbvio e consensual que a empresa e todos os brasileiros deveriam ter o juízo de obedecer ao STF, em razão das consequências para si ou para a so-

riedade. Mas não se justifica a proibição do uso dos celulares de todos os brasileiros para se comunicarem. É desproporcional punir milhões para responsabilizar três indivíduos que constam da decisão (ilegal. É como fechar avenida Paulista porque há criminosos ali).

O que está em jogo é a censura. Não esqueçamos que o bloqueio do Telegram adveio da ordem para excluir conteúdos. Muitos inimigos do presidente racionalizaram a censura em prol de o calar. Não se dão conta de que a história demonstra que, uma vez inventada, a mordaça será pregada na boca de qualquer um que desafie ou critique o poder ou o establishment.

A dança entre STF e Telegram na semana passada é apenas o treino para o evento principal, as eleições. O STF celebra o êxito no treino e escalará o TSE como curador-mor a seu lado durante a campanha. A

torcida dos oponentes do presidente é que encontrem justificativa para derrubar seus canais pessoais. Se ocorrer, suspeito que o efeito será o contrário do esperado.

Como ilustração, desde sexta (18) o efeito Streisand nutrido pelo STF agregou 200 mil seguidores ao canal do presidente do Telegram (agora com cerca de 1,3 milhão de seguidores). Lula tem menos de 60 mil.

Tais cifras são muito menos determinantes do que a interação voluntária entre os brasileiros, que multiplica conteúdos relevantes em todas as redes e na internet, independentemente do grau de veracidade. O canal de onde parte a informação é pouco relevante, pode ser em qualquer lugar. A rede é suprema, pois trabalha com disseminação exponencial e instantânea. A internet interpreta censura como uma avaria e segue o fio por outro caminho. Ainda bem.

| DOM, Samuel Pessôa | SEG, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecília Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan



Changpeng Zhao, fundador da Binance, mostra, em Brasília, tatuagem com logo da empresa

Changpeng Zhao

É um mal-entendido que criptomoedas são usadas para atividades ilegais

Bilionário chinês fundador da Binance, maior Bolsa de ativos digitais do mundo, diz que pretende aumentar presença no Brasil

ENTREVISTA

Julio Wiziack

BRASÍLIA O bilionário chinês Changpeng Zhao, 45, tem o logo da Binance, a maior Bolsa de ativos digitais do mundo, tatuado no braço direito. Motivos não lhe faltam. Em menos de quatro anos, a companhia que ele fundou se tornou a maior potência das criptomoedas do planeta e desenvolve sistemas de negociação para mais de uma centena de transações comerciais digitais envolvendo moedas e até a venda de jogadores de futebol.

CZ, iniciais de seu nome e como ele gosta de ser chamado, já foi atendente no McDonald's, e, segundo a Bloomberg, acumula uma fortuna estimada em US\$ 64,4 bilhões (o

equivalente a R\$ 323,2 bilhões na cotação de sexta-feira, 18) —o que o torna o chinês mais rico e um dos 20 maiores bilionários do mundo.

O crescimento de sua fortuna, no entanto, ocorre na mesma velocidade das controvérsias envolvendo a empresa. Ao menos 13 países, incluindo o Brasil, questionam a forma de atuação da Binance, que estaria burlando regras locais de mercado. Pressionada, a empresa adquiriu uma corretora local como forma de se ajustar às normas no Brasil.

Zhao esteve no Brasil na semana passada, e concedeu entrevista à Folha em Brasília.

*
Muitos países se preocupam com o uso das criptomoedas para crimes. A Binance esteve

envolvida em alguns casos. O que a empresa tem feito para tornar as transações digitais mais seguras? Há um mal-entendido de que as pessoas usam as criptos para atividades ilegais. Dentre todas as transações [financeiras] realizadas em 2021, somente 0,15% estava relacionado a fraudes [com moedas digitais], segundo relatório da ONU.

Em 2016, a Bitfinex sofreu um ataque de hackers e os criminosos foram bloqueados do sistema de negociação imediatamente após começaram a usar o dinheiro roubado [no mundo digital, as moedas têm uma espécie de rastreador]. É muito difícil praticar essas atividades ilegais em transações com blockchain [plataforma que sustenta essas transações] sem ser pego.

Changpeng Zhao, 45 Fundador e presidente da Binance, maior Bolsa de criptomoedas do mundo, é formado em ciência da computação pela Universidade McGill, em Montreal (Canadá); em 2005 fundou a Fusion Systems, na China, que desenvolvia sistemas de negociação para o mercado de futuros; em 2013, foi diretor de tecnologia da OKCoin, já atuando com blockchain e criptomoedas; em 2017, fundou a Binance

Então por que a Binance demorou tanto a detectar a fraude praticada pelo empresário conhecido como “faraó do Bitcoin”? Se as autoridades disserem que algum agente pratica alguma dessas atividades, não negociaremos mais. Nesse caso, trabalhamos diretamente com a polícia e eles foram imediatamente bloqueados.

Defende uma regulação mais dura? Podemos ajudar os empreendedores a aumentar suas receitas globalmente. Patrocinamos times de futebol, e o PSG, por exemplo, ampliou em US\$ 1,2 bilhão sua renda. O time não teria contratado o [Lionel] Messi se não tivesse adotado os “fan tokens” [uma espécie de carteirinha virtual do clube que dá direito a várias atividades como comprar ingressos, participar de votações e adquirir brindes] para vender merchandising. Penso que a regulação deve encorajar esse tipo de coisa e bloquear os maus jogadores.

Comprar uma corretora no Brasil, que já tem licença para operar, foi o jeito mais fácil de atuar sob as regras brasileiras? Não sei se será mais rápida porque a aquisição depende da aprovação do Banco Central. Mas pretendemos adquirir outras empresas. Queremos ser globais sendo locais. Nosso time no Brasil conta com 70 pessoas, e podemos chegar a 500. Mas, se a regulação brasileira banir as criptos, teremos de sair daqui.

Pouco após a invasão da Ucrânia pela Rússia, as duas moedas locais despencaram, e o ouro, antes um ativo que as pessoas sempre buscaram em momentos de guerra, também caiu. O bitcoin e outras criptomoedas subiram. Elas já são mais seguras que ouro? A guerra mostrou que as moedas tradicionais não são estáveis porque dependem de decisões de uma pessoa ou de poucas. Numa situação de emergência, você não pode carregar ouro na mala. É pesado. Seria pego por detector de metais. O bitcoin cresceu porque não é associado a nenhum país, é uma forma mais neutra da tecnologia do dinheiro.

Por que a Binance não interrompeu os negócios com russos mesmo após as sanções? A Binance não faz as regras de quem deve ou não ser punido. A lista [de sanções] foi feita pelos Estados Unidos, por países europeus, pelo FBI, militares. É uma lista pública. Se eu bloqueasse quem não está na lista, seria um roubo.

As criptomoedas vão substituir as cédulas nacionais? No futuro, sim, talvez em uma ou

duas décadas. Não a curto prazo. Veja, a Uber não acabou com os táxis. Existe uma sobreposição. O mesmo ocorre com as criptos. Você não vai pagar um lanche, um café com criptomoedas. Mas vai levantar dinheiro globalmente para um fundo por moeda digital.

O BC do Brasil estuda lançar o real digital. Seria o primeiro passo na digitalização da economia? Hoje, do dinheiro que circula no mundo, alguns são digitais, mas rodam pelo sistema bancário. A maior parte dessas transações é digital, mas não em blockchain. El Salvador lançou uma moeda, mas ela é um bitcoin. Lançar uma moeda digital via BC é um progresso, mas usar um bitcoin, como El Salvador, é um grande passo.

As moedas digitais não pressupõem inflação. Valem o que valem. Uma moeda que possa ser emitida diversas vezes pelo BC gera inflação. E isso não existe no bitcoin. Não tem inflação no bitcoin.

Além disso, muitos reguladores têm diferentes restrições de controle de capital. Na China, um cidadão que movimenta mais de US\$ 50 milhões fora do país é pego em lavagem de dinheiro.

Foi seu caso então? (risos) É por isso que muitos chineses não fazem muito dinheiro na China. Deixei o país quando tinha 12 anos. A sede da Binance é em Dubai [Emirados Árabes Unidos] e Paris [França].

O senhor é considerado o chinês mais rico do mundo. O seu casaco, no entanto, não me parece de grife. O senhor deve ter ao menos uma Ferrari na sua casa, não (risos)? Só tenho uma van daquelas grandes da Toyota. Só isso. É meu único carro. Comprei um imóvel em Dubai e até recentemente morava de aluguel em Singapura. Não gasto com artigos de luxo. Este casaco comprei no aeroporto e não me custou mais que US\$ 30. Resisto em usar a lavanderia dos hotéis porque, provavelmente, eu pagaria mais do que custou meu casaco para limpá-lo.

Dinheiro não é um fator determinante. Liberdade financeira é o mais importante. Posso dizer que consegui minha liberdade e quero usá-la para construir outras coisas. A Binance tem dinheiro suficiente para fazer o que for preciso, investir em outras empresas, gerar mais riqueza. Eu nunca tiro dinheiro da Binance. Nunca vendi minhas ações [ele detém 90% da empresa]. A empresa me permite fazer o que faço hoje.

Investe em criptomoedas? Todo o meu dinheiro [pessoal] está aplicado em criptomoedas, bitcoins (1%) e BNB (99%).

Cracolândia muda de endereço e se fixa na praça Princesa Isabel, em SP

Segundo a Polícia Civil, um terço dos dependentes químicos migrou após ordem do crime organizado



Alameda Cleveland e a rua Helvetia, na região central de São Paulo, vazias após a saída dos usuários de drogas



GCM observa homem na alameda Dino Bueno com a rua Helvetia vazias em São Paulo

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO A concentração de usuários de drogas deixou de ocupar o entorno da praça Júlio Prestes, na região central de São Paulo, e se mudou para a praça Princesa Isabel, a poucos metros dali. A troca foi feita após ordem do crime organizado para que a multidão saísse das ruas que antes formavam a cracolândia, de acordo com a polícia.

Há divergências, contudo, entre versões da polícia, da prefeitura e de integrantes de movimentos sociais sobre o

que motivou a mudança. Ao menos um terço do fluxo se mudou para a praça, segundo o delegado da 1ª Delegacia Seccional do Centro, Roberto Monteiro —o que representa cerca de 200 pessoas.

“O resto se espalhou pelas ruas do centro e para o trecho entre as avenidas Paulista e Doutor Arnaldo”, diz.

Asaída do fluxo do entorno da praça Júlio Prestes na madrugada de sexta-feira (18) pegou muita gente de surpresa. Uma comerciante da alameda Dino Bueno conta que chegou para trabalhar no sábado (19)

e simplesmente não viu mais os usuários de drogas.

A maior parte dos dependentes químicos que ocupa agora a praça Princesa Isabel afirma que deixou a cracolândia na madrugada da sexta devido a um “salve geral dos irmãos”, como se referem às ordens da cúpula da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). O “salve” foi para todos deixarem a praça Júlio Prestes. Não foram dadas explicações, segundo contam.

Integrantes da ONG da Pedra para a Rocha, que distri-

Movimentação na cracolândia



buem sanduíches na hora do almoço, improvisaram recipientes de metal para levar a comida até a praça Princesa Isabel nesta terça (22).

O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo de Rua, disse que dobrou a quantidade de marmitas distribuídas na mesma praça nesta terça. “A mudança não é resultado de políticas sociais. Ainda é nebulosa a causa que levou a cracolândia a mudar de lugar”, afirma.

Na manhã seguinte à dispersão, o governador João Doria (PSDB) esteve na cracolândia para anunciar a abertura do

edital que escolherá a organização social para gerir o hospital Pérola Byington, em fase final de construção na alameda Glete.

A previsão é que os atendimentos comecem no segundo semestre, mas a parte administrativa começará a ocupar o prédio até o fim de abril.

De acordo com o delegado Monteiro, a saída ordenada dos usuários de drogas da praça Júlio Prestes é a prova de que a cracolândia tem dono, no caso, a facção criminosa PCC. “Não se trata apenas de uma aglomeração desorde-

nada de dependentes químicos. Eles são usados pelos criminosos como massa de manobra para defender interesses do tráfico”, diz.

A prefeitura afirma que a dispersão da cracolândia ocorreu de forma pacífica. Não houve “nenhum tipo de negociação com o crime organizado”, diz o secretário-executivo municipal de Projetos Estratégicos, Alexis Vargas.

O secretário atribui a mudança da cracolândia às prisões feitas desde junho do ano passado, quando foi deflagrada a operação Caronte na cracolândia.

Segundo a Polícia Civil, 92 pessoas foram presas sob suspeita de tráfico de drogas até o momento. “As prisões ocorreram em todos os níveis do tráfico. Ficou mais difícil chegar droga na cracolândia, e os preços subiram”, afirma Vargas.

A interdição de hotéis que, segundo a polícia, eram usados pelos traficantes para esconder as drogas e receber “clientes VIPs” é outro fator apontado pelo delegado Monteiro para explicar a saída do fluxo. Os imóveis foram desocupados e emparedados pela prefeitura sob ordem da Polícia Civil. “A área se tornou imprópria para a ação dos traficantes”, afirma.

Outro fator para a movimentação da cracolândia seriam as obras de recapeamento que estão sendo feitas pela prefeitura na alameda Cleveland, onde ficavam as barracas usadas por traficantes para vender drogas. A via está tomada por caminhões e máquinas pesadas.

Segundo funcionários ouvidos pela reportagem, a equipe tem prazo até o fim desta semana para terminar as obras, o que exigiu trabalhos no período da noite, quando há maior concentração de usuários.

Há ainda frequentadores que dizem que a ocupação da praça Princesa Isabel foi uma forma de evitar as abordagens de oficiais da Iope (Inspeção Regional de Operações Especiais da Guarda Civil Metropolitana), descritas por eles como violentas.

Ao menos duas vezes por dia a Iope trabalha com as equipes de limpeza da prefeitura para viabilizar a retirada do lixo na cracolândia. Para isso, os oficiais obrigam os usuários a liberar as vias e muitas vezes há confrontos.

Para o padre Lancellotti, a “estratégia do sufoco” usada pela polícia e pela prefeitura não resolve o problema da cracolândia. “As pessoas sempre vão para algum lugar, não somem simplesmente.” O clima tem sido de tensão crescente na praça Princesa Isabel, segundo Lancellotti, devido à divisão de território por grupos com perfis diferentes.

O endereço é ocupado na maior parte por famílias de sem-teto que perderam a renda durante a pandemia.

Ataque com faca deixa 2 alunos feridos em colégio de São Paulo

Isabella Menon e Alfredo Henrique

SÃO PAULO Uma estudante de 12 anos foi esfaqueada por um colega na sala de aula, nesta terça-feira (22), no Colégio Floresta, na zona leste de São Paulo. Um garoto de 11 anos que tentou protegê-la também foi ferido. O aluno suspeito de cometer o ataque disse que sofria bullying, segundo a polícia.

A estudante foi golpeada ao menos dez vezes e teve o pulmão perfurado, de acordo com a polícia. Ela foi levada para o hospital municipal de Ermelino de Matarazzo e não corria risco de morte. O garoto que tentou protegê-la foi levado à delegacia, acompanhado pela mãe, com um curativo no local do ferimento, para prestar depoimento.

O ataque ocorreu na sala de aula, por volta das 11h20. Co-

mo era a faixa de horário de troca de aula, não havia professor no local. A Polícia Militar foi acionada em seguida.

A polícia informa que, após o episódio, o aluno suspeito de ferir os colegas com uma faca de cozinha foi encontrado na quadra da escola. Ele foi levado ao 24º DP, da Ponte Rasa, acompanhado pelos responsáveis. De acordo com o tenente da PM Fernando Grisi, o aluno suspeito, que tem 13 anos, afirmou que sofria bullying da colega.

As aulas foram suspensas para a realização de perícia no local. A rua onde fica a escola chegou a ser interditada, mas por volta das 13h foi liberada.

A diretora do colégio, Elotisa Maria Otavia Garcia, disse à **Folha** que a situação deixou todos os professores da escola surpresos e negou que o aluno suspeito fosse vítima de bullying pelos colegas, como teria

sido afirmado por ele à polícia.

“Temos uma equipe de apoio no colégio com psicólogas que orientam e fazem trabalho com os alunos. Em nenhum momento nossa psicóloga percebeu qualquer dificuldade desse aluno”, afirmou ela.

“Em nenhum momento, nem ele nem ela nos procuraram para falar. Não temos problemas de disciplina, os alunos são educados, e as famílias são presentes. Para nós, foi uma surpresa muito grande”, acrescentou a diretora. Com a ajuda de um professor da escola, ela levou a aluna ferida ao hospital.

A educadora disse que, após o ocorrido, os professores ficaram supervisionando grupos de alunos para que nenhum ficasse sozinho. Logo depois, os responsáveis dos alunos foram informados sobre o ocorrido para buscá-los.

A advogada da escola, Lucía-

na Gaston Schwab, disse que, quando o garoto foi abordado pelos policiais, estava tranquilo, apesar de assustado. “Não sabemos se ele teve um surto ou se tinha consciência [do que fez]. Uma avaliação será necessária para analisar o ocorrido.”

Apesar de a ocorrência ter

acontecido em uma escola particular, a assessoria de imprensa da Diretoria de Ensino Leste 1, da Secretaria da Educação do Estado, afirmou por telefone acompanhar o caso e que, eventuais medidas, não especificadas, podem ser tomadas assim que as circunstâncias fo-

rem esclarecidas pela polícia.

A SSP (Secretaria de Estado da Segurança Pública) não havia se manifestado sobre o caso até a conclusão desta edição.

Também não havia informações na delegacia se o aluno suspeito de cometer o ataque tinha defesa constituída.

Renovação de coleção,
Renovação para sua casa.



LAFER Outlet Tel: 3208.6722
R. do Lavapés, 6 - Estacionamento grátis - de 2ª a 6ª das 9h às 18h - Sábados das 9h às 14h

cotidiano

Doria promete aumentar em 50% escolas de tempo integral

Plano é que número de unidades com a modalidade salte de 2.050 para 3.000

Laura Mattos

SÃO PAULO O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e seu secretário de educação, Rossieli Soares, anunciaram nesta terça-feira (22) um plano de expansão de quase 50% no número de escolas em tempo integral do Estado, das atuais 2.050 para 3.000 até 2023. O número de municípios contemplados com colégios nesse formato, segundo o governo, também irá aumentar, dos 464 de hoje para 494, o que representa 76,5% do total. A previsão é de que seja implementado o ensino integral em cem unidades ainda neste ano e em outras 850 até o final de 2023. A dez dias de deixar o cargo para concorrer à Presidência da República, Doria irá alardear o crescimento da edu-

cação integral em seu governo. Em 2018, ano anterior ao do início de sua gestão, o sistema integral estava presente em 364 escolas, segundo a secretaria de Educação. O investimento em escolas integrais é uma determinação do Plano Nacional de Educação, um documento do Ministério da Educação que estipulou diretrizes e estratégias para a política educacional no país, de 2014 a 2024. Entre as metas está a de que 25% dos alunos estejam matriculados em ensino integral até 2024. Segundo a secretaria de Educação de São Paulo, atualmente, com as 2.050 escolas, já há 838 mil estudantes em tempo integral, o que representa 27% do total. Com as 3.000 unidades, o número de vagas oferecidas passará para 1,4 milhão. O ensino integral, que é uma

tendência em países desenvolvidos, ganhou relevância no Brasil com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento com diretrizes pedagógicas elaborado entre 2015 e 2018 pelo Ministério da Educação, por governos estaduais, municipais e representantes da sociedade civil. A BNCC determina não só os conteúdos obrigatórios para cada ano escolar como o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência, pensamento crítico e capacidade de se comunicar. Diante dessa ampliação do papel das escolas, surge a necessidade de se ter mais tempo com o aluno. O programa de ensino integral de São Paulo, segundo o governo, prevê práticas que envolvam conceitos que

são tendências da educação, como o protagonismo do estudante, o desenvolvimento da autonomia e da liderança, além da orientação para os estudos e para que os alunos sejam capazes de elaborar um projeto de vida. Se o ensino integral era estratégico em razão dessas novas exigências da educação, com a pandemia, a implementação do sistema passou a ser ainda mais urgente para especialistas. Tendo em vista os prejuízos que o fechamento das escolas causou ao aprendizado e à saúde mental dos estudantes, a ampliação do tempo nas escolas é considerada uma saída para recuperação dos conteúdos e dos danos socioemocionais. Depois do período de fechamento das escolas e das aulas apenas para uma parce-

la dos estudantes, neste ano, com a retomada presencial mais efetiva, 973 novas escolas paulistas ingressaram no programa integral. Segundo a secretaria, há 264 escolas integrais no fundamental 1 (1º ao 5º ano), o que representa 18% do total, e 1.587 no fundamental 2 (6º ao 9º ano), ou 42,6%. No ensino médio, são 1.576 colégios (43,1%). Há dois formatos de programa integral. Em um deles os estudantes permanecem durante nove horas na escola, das 7h às 16h. No outro, são sete horas diárias, e os colégios podem se dividir em dois turnos, das 7h às 14h, e das 14h15 às 21h15. De acordo com a secretaria, para a adesão, as escolas devem manifestar interesse à Diretoria de Ensino de sua região. A partir daí, os critérios para a seleção levarão em conta critérios técnicos como a estrutura da escola e a vulnerabilidade da comunidade. Sem citar sua pré-candidatura à Presidência da República, Doria sugeriu que Rossieli será seu escolhido para o Ministério da Educação caso ele ganhe o pleito. Na pesquisa Datafolha mais recente, de dezembro, o tucano oscila entre 3% e 4% das intenções de voto. "E agora Rossieli, que duran-

te dois anos foi um brilhante ministro da Educação no governo Temer, poderá num futuro próximo quem sabe voltar a ser ministro e fazer aquilo que teve que interromper pelo curto tempo em que foi ministro", disse o tucano. No momento em que o ex-governador Geraldo Alckmin ensaia uma aproximação com Lula, Doria comparou o desempenho de sua gestão na expansão do PEI com o de seus antecessores no Palácio dos Bandeirantes. "Foram 16 anos para fazer 364 escolas de tempo integral. O desafio dado ao Rossieli, que ele não só aceitou como aumentou, era fazer cinco vezes mais. Ele fez seis." Doria afirmou ainda que São Paulo assumiu a liderança do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). No ensino médio, porém, o estado ficou em quinto lugar, atrás de Goiás, Espírito Santo, Pernambuco e Paraná. Em Pernambuco, 75% das escolas de ensino médio já são de tempo integral. Em sua fala, Doria afirmou que a meta é chegar a 100% das escolas estaduais paulistas até o final de 2024 se o seu candidato à própria sucessão, Rodrigo Garcia, for eleito.



O governador João Doria durante evento em São Paulo

Carla Carmel/Reuters

Sob ameaça de greve, Alesp aprova reajuste a servidores em SP

Carlos Petrócilo

SÃO PAULO A Alesp (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) aprovou nesta terça (22) o projeto de lei que reajusta em 20% os salários dos servidores da segurança pública e da saúde e em 10% o de outras categorias. A proposta é do governador João Doria (PSDB), que agora deverá sancioná-la. Segundo o governo, mais de 276 mil servidores devem ser beneficiados na área da segurança pública, entre os quais policiais militares e civis. A saúde reúne 69 mil médicos e profissionais de outras carreiras. Servidores de outras categorias que devem receber o reajuste de 10% somam 195 mil. Entre eles, estão os que atuam nas autarquias, Procuradoria-Geral, pesquisadores científicos e pertencentes às classes do quadro de apoio escolar. Pelo texto do projeto, o re-

ajuste passa a valer em 1º de março deste ano, independentemente da data de publicação do decreto no Diário Oficial. Segundo o deputado Vinícius Camarinha (PSDB), líder do governo na Assembleia, os aumentos terão impacto anual de R\$ 5,7 bilhões na folha de pagamento estadual. "É um índice de reajuste aprovado muito importante. Inclusive, se compararmos com a iniciativa privada, ninguém teve esses percentuais. O estado fez e sem inferir na responsabilidade fiscal", disse. A distinção de percentual de reajuste desencadeou divergências entre deputados e entre servidores. Opositores justificaram o voto como garantia de um "mínimo" de recursos extras aos trabalhadores em meio à crise financeira e à alta da inflação. "Apesar de o projeto ser ruim, injusto, entendemos que deve-

mos votar favorável, porque é melhor ter um pouquinho do que não ter nada", disse a deputada Márcia Lia (PT). Em carta ao governador, a APQC (Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo) convocou para esta quarta (23) uma manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes, no Morumbi. A entidade diz que a última correção real dos vencimentos foi em 2011 e que a defasagem é de 68,56% calculada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). "O discurso de valorização da ciência deve vir acompanhado de ações concretas", diz trecho da carta. "Vossa Excelência anunciou o reajuste salarial em 20% apenas aos funcionários das áreas da Saúde e da Segurança, o que causou grande indignação a todos os servidores das instituições abrangidas pela Lei Complementar nº 125/75 [cria a carreira do pesquisador científico] que com-

põem os quadros dos Institutos protagonistas no combate à Covid-19, contemplados em 10% de reajuste", continuou. A entidade reúne pesquisadores lotados, por exemplo, nos institutos Butantan, que atuou no desenvolvimento da vacina Coronavac, e Adolfo Lutz, responsável pelo processamento de exames de detecção de Covid-19. Descontentes com o reajuste de 10%, os quase 600 colaboradores do Procon (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor) ameaçam entrar em greve na semana que vem. A classe reivindica aumento de 25,26%, de acordo com Lineu Mazano, presidente do Sispesp (Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo). Em assembleia, os funcionários do órgão decidiram ingressar com pedido de intermediação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para seguir ne-

gociando com o governo estadual, e vão pedir uma reunião com a equipe de Doria. "Caso não aconteça nada até o dia 29, faremos assembleia para greve geral no Procon no dia 30 [de março]", diz Mazano. Fernando Capez, diretor do órgão, diz que os reajustes aos fiscais devem ser equiparados aos da segurança pública e da saúde. "A fiscalização atuou com essas duas classes na pandemia", explica, argumentando que o Procon repassou aos cofres do estado mais de R\$ 500 milhões entre 2019 e 2021. "O Procon é superavitário para o governo." Mas esses argumentos não têm convencido Doria. Para evitar queda de braço com servidores de outros órgãos, o governo diz que o dissídio deve ser aplicado, de forma igual, para todas as autarquias, independentemente do seu resultado financeiro.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Deixa importante legado para a genética

CHANA MALOGOLOWKIN-COHEN (1924-2022)

Marcelo Lima Loreto

NOVA YORK Morreu na manhã do último domingo (20), em Tel Aviv, Israel, a geneticista Chana Malogolowkin-Cohen, 97, em decorrência de um AVC. Filha de imigrantes judeus russos e nascida em Minas Gerais, em 1924, a pesquisadora deixou importante legado para a genética brasileira e mundial.

Suas pesquisas abriram caminho para experiências que contam a história do mosquito Aedes aegypti com uma bactéria que o impede de transmitir os vírus da dengue, zika, chikungunya e febre amarela. A cientista foi uma das pioneiras em genética de drosófilas (moscas da fruta) no Brasil. As moscas são utilizadas como animais modelo nas pesquisas em genética.

Nas décadas de 1940 e 1950, ela atuou nas universidades de São Paulo (USP) e na federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Continuou sua carreira nos Estados Unidos e em Israel. Foi a primeira brasileira a publicar artigo na prestigiada revista científica Science, em 1957. No estudo, de repercussão mundial, ela descreveu um fator que reduzia a proporção de nascimento de machos, em relação às fêmeas, nas proles das drosófilas. Descobriu que essa alteração poderia ser transmitida para outras moscas. Anos depois, desvendou-se que esse fator era, na realidade, uma bactéria que infecta-

va as moscas, explicou o biólogo e historiador Miguel Oliveira, da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz). Selma Ciornai, sobrinha da geneticista, contou que quando era criança sua tia a levava para ver as drosófilas nos microscópios do laboratório no centro do Rio (atual UFRJ). "Ela tinha umas botas compridas, de couro, que usava para acampar e buscar moscas e nos pedia para coletar moscas em casa, atraindo-as com bananas", lembra Selma. Ela também foi a primeira mulher a obter doutorado em história natural no país, em 1951. Em 1958, foi trabalhar

na Universidade de Columbia (EUA), a convite do renomado biólogo Theodosius Dobzhansky, a quem depois substituiu após ele se aposentar. Casou-se em 1964 e mudou-se para Israel, onde continuou suas pesquisas e ajudou a criar o departamento de genética e o instituto de evolução na Universidade de Haifa. Chana Malogolowkin-Cohen deixa filha e netos.

7º DIA
JOSÉ CÁSSIO PUPO DUTRA VAZ
Quarta (23/3) às 11h, Igreja São José, Jardim Europa, São Paulo (SP)

287º MÊS
NORMA VASQUES DOMINGUEZ
Quinta (24/3) às 20h, Igreja Nossa Senhora da Saúde, Vila Mariana, São Paulo (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo:
tel. (11) 3396-3800 e central 156, prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.
Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-2000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.
Aviso gratuito na seção: folha.com.br/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (15h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. É fornecido um número de telefone para checagem das informações.

Momento da virada democrática

Estamos exhaustos, mas precisamos ser resilientes para enfrentar os próximos meses

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo".

Neste ano de 2022 estamos diante de uma batalha civilizacional. Já se foram mais de três anos de um desgoverno que dispensa apresentações. Finalmente voltaremos às urnas. Há muita coisa em jogo, a começar por nossa jovem democracia. Estamos exaustos, mas precisamos ser resilientes para enfrentar os próximos meses.

Desde 2019, o Instituto Igarapé monitora veículos da imprensa e identifica os ataques ao espaço cívico, classificando os episódios de abuso de poder, violação de direitos, intimidação e assédio, dentre ou-

tras táticas usadas por líderes populistas-autoritários para minar a democracia. As reações das instituições do Estado e da sociedade civil também são registradas.

E para melhor nos preparar para o que ainda está por vir, organizamos uma retrospectiva da situação do espaço cívico no ano de 2021. Começo com uma boa notícia: mesmo diante de ofensivas antidemocráticas diárias estamos resistindo. Se por um lado mapeamos 1.551 ameaças ao espaço cívico, por outro, foram 1.349 respostas institucionais e 750

ações de resistência da sociedade. Portanto, há esperança.

Porém, ao longo de 2021, as ameaças se diversificaram e se tornaram mais graves, o que deixou ainda mais claro o objetivo de seus perpetradores: centralizar o poder, alienar a população e silenciar a oposição. O avanço no aparelhamento de órgãos-chave contribuiu para o enfraquecimento de áreas vitais como educação, meio ambiente, cultura, saúde e direitos humanos. Ao todo, foram 240 casos de abuso de poder identificados.

Por sua vez, o assédio ins-

titucional e a perseguição de servidores não alinhados cegamente ao governo agravaram o desmonte de políticas públicas. A aplicação abusiva da Lei de Segurança Nacional expôs o uso ilegítimo do aparato policial e judicial para silenciar vozes dissidentes por meio de prisões, intimações e investigações arbitrárias. Os 325 casos contabilizados de intimidação e assédio restringiram a liberdade de expressão de jornalistas, ativistas, pesquisadores, dentre outros. Em certos casos, as agressões verbais escalararam para a violência física.

Para driblar o sistema de freios e contrapesos republicano, o governo usou e abusou de atos infralegis: consolidou-se a era do "governar por decretos". Foram 308 decretos em 2021, muitos deles invadindo a competência do Congresso para legislar, como é o caso dos decretos sobre armas de fogo — que enfraquecem o pacto democrático em que cidadãos confiam ao Estado a sua segurança e o monopólio responsável do uso da força.

Além disso, foram identificados 142 casos de jogo duro constitucional — uso indevido de prerrogativas institucionais, forçando os limites da legalidade para obter ganhos pessoais ou para grupos políticos. Essas táticas vieram acompanhadas da escalada do discurso autoritário. O episódio do desfile de blindados, por mais caricato que tenha sido, e as manifestações de 7 de setembro foram, possivelmente, prenúncios de atos antideмо-

cráticos que ainda estão por vir.

Nesse contexto, também ganharam palanque campanhas de descredibilização da ciência e do sistema eleitoral. Por um lado, a retórica autoritária e enganosa foi ecoada por uma onda de fake news e desinformação — 412 casos —, que, somando-se à gestão irresponsável da pandemia, impactou sobremaneira a população indígena, quilombola, negra e de baixa renda — principais alvos dos 145 casos de violação de direitos civis e políticos.

E, por outro, as alegações sem provas de fraude nas eleições contribuíram para minar a confiança da população nas instituições e preparar o terreno para os ataques planejados para, no mínimo, gerar dúvida e confusão nas eleições.

Em outubro temos a chance de corrigir o rumo e voltar a trilhar o caminho da consolidação democrática. É mais que chegada a hora de virar esse jogo.

POM: Antonio Prata | SEG: Marcia Castro, Maria Hornem | TER: Vera Iaconelli | QUA: Ilona Szabo de Carvalho, Jairo Marques | **QUI: Sérgio Rodrigues** | SEX: Tati Bernardi | SAB: Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

Matrículas em cursos a distância na área da saúde crescem 78%

Isabela Palhares

SÃO PAULO Os cursos a distância na área da saúde tiveram um aumento de 78% no número de matrículas entre 2019 e 2020. Eles já somam mais de 78 mil alunos, segundo o Censo da Educação Superior.

O levantamento foi feito pela empresa Educa Insights e divulgado nesta terça-feira (22) pela Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior). O censo é realizado pelo Inep (Ins-

tituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao Ministério da Educação.

A modalidade a distância vem crescendo de forma acelerada no Brasil desde 2010 em todas as áreas. Nos últimos anos, a liberação de cursos da saúde nessa modalidade impulsionou ainda mais o número de matrículas.

Enfermagem é o curso com mais ingressantes na modalidade, foram 43,3 mil novos alunos em 2020 —um aumento de 30% em relação a 2019.

Desde 2015, os conselhos de enfermagem do país lideraram uma mobilização nacional pelo ensino presencial. O CNS (Conselho Nacional de Saúde) também se uniu a diferentes associações e entidades da área para defender que profissionais que cuidam do atendimento médico não podem ter formação a distância.

Depois de enfermagem, o curso com o maior número de ingressantes foi nutrição, com 27.839 novos alunos — um aumento de 70,5% em

relação a 2019. Farmácia teve um crescimento de 416% e chegou a 21.980 novos alunos. Biomedicina aumentou 190%, com 27.045 ingressantes.

"O crescimento da procura pelos cursos na área de saúde já vinha acontecendo e foi acelerado pela pandemia. Tanto por ser uma área com mercado de trabalho aquecido, como por termos avançado no entendimento de que a saúde também pode ser bem assistida a distância, por exemplo, com a telemedicina".

afirma o presidente da ABMES, Celso Niskier.

Ele explica que nenhum curso da área da saúde ocorre apenas com aulas a distância. Segundo Niskier, as aulas práticas são presenciais, por isso, diz que as críticas dos conselhos profissionais não se justificam. "Se os conselhos aprovaram ter telemedicina, por que não aprovam que os profissionais possam ter aulas teóricas a distância? Lembrando que aos conselhos cabe fiscalizar a execu-

ção da profissão, não como deve ser o ensino. Consideramos indevida essa posição deles ao querer definir a metodologia de formação dos profissionais", disse.

Niskier diz ainda que muitos dos que ingressam em cursos a distância já são profissionais com formação em nível técnico, mas que querem melhorar sua qualificação. "Por conciliar o trabalho com os estudos, eles precisam de uma flexibilidade maior nos horários dos cursos. O que o EaD permite",

100 ANOS
DE CAPAS
DA FOLHA
CHEGANDO
À SUA CASA
DE UMA
SÓ VEZ.

Feitas no calor da hora, as primeiras páginas dos jornais são o rascunho inaugural da história. Não por acaso, décadas depois, tornam-se um documento essencial para a compreensão do passado e dos fatos que mais intensamente marcaram o país e o mundo.

A mais nova edição do livro "Primeira Página" reúne as capas mais importantes da **Folha** nos últimos 100 anos e convida o leitor a viajar no tempo por meio das manchetes e entender o momento presente. Não perca.

FRETE
GRÁTIS*

APENAS
3x de
R\$ **43,30**

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

folha.com/primeirapagina

Compre por aqui
ESCANEE O QR CODE

*Para os estados de SP, MG, RJ e PR.

saúde

Vacinação infantil despencou ao pior nível de adesão em 3 décadas no Brasil

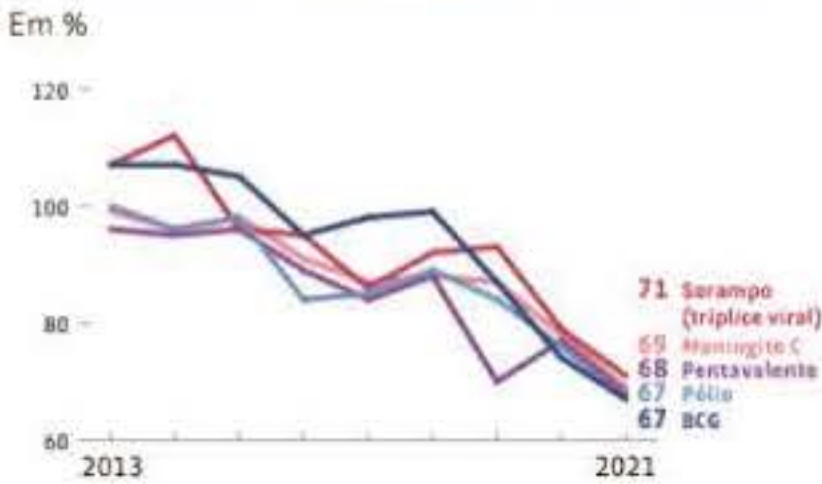
Em um ano, Ministério da Saúde cortou mais de 50% dos gastos com propaganda das campanhas

Diego Junqueira

REPÓRTER BRASIL A pandemia de Covid prejudicou a aplicação de todas as vacinas do calendário infantil, como as que protegem contra meningite, coqueluche e sarampo. O recomendado por especialistas, então, era reforçar as campanhas de vacinação, para incentivar mães e pais a levarem os filhos para tomarem as doses mesmo com as dificuldades trazidas pelo coronavírus. Mas o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) fez o oposto: cortou mais de 50% dos gastos com propaganda da vacinação, segundo dados inéditos obtidos pela Repórter Brasil via Lei de Acesso à Informação. O resultado? Queda histórica na imunização de crianças e adolescentes em 2021, com a pior cobertura vacinal em mais de 30 anos. E, juntamente com esse quadro considerado "retrocesso absurdo", vem o risco do retorno de doenças erradicadas há anos, como a paralisia infantil (poliomielite). No ano passado, o Ministério da Saúde gastou R\$ 33 milhões em apenas duas campanhas (gripe e multivacinação), redução de 52% ante 2020, quando foram gastos R\$ 69 milhões nas campanhas de gripe, sarampo, poliomielite, vacinação geral e febre amarela. O corte é maior se comparado com 2017, quando o PNI (Programa Nacional de Imunizações) aplicou R\$ 97 milhões em cinco campanhas: hepatites, febre amarela, multivacinação, gripe e HPV. Os valores foram corrigidos pela inflação. "Eu ouço as pessoas dizendo que não tem mais campanha de vacinação. Mas todo ano tem. O que não tem mais é a comunicação", afirma Isabella Ballalai, vice-presidente

da SBIIm (Sociedade Brasileira de Imunizações). As ações de comunicação incluem campanhas publicitárias em rádio, TV e internet, além de outdoors, cartazes, folders, cartilhas e materiais educativos, distribuídos em postos de saúde e locais de grande circulação, como o transporte público. Os cortes nas propagandas não poderiam vir em pior época. Isso porque o país vem enfrentando redução persistente nas taxas de vacinação infantil — queda iniciada em 2016 e que se agrava desde 2019. "As coberturas de hoje estão no patamar de 1987. Isso é um retrocesso absurdo", diz Ballalai. Entre as maiores quedas está a da vacina triplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola), que em 2015 chegou a 96% das crianças, mas em 2021 caiu para 71%; a pentavalente (difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e hemófilo B), que caiu de 96% para 68% no mesmo período; e a de poliomielite (ou paralisia infantil), que foi de 98% a 67%, segundo dados do PNI no DataSUS — os números de 2021 estão sujeitos à revisão. Outro ponto grave nos dados é a ausência de campanhas para a vacina contra o HPV desde o início da gestão Bolsonaro. O imunizante, que previne câncer de colo de útero, é destinado a meninas de 9 a 14 anos e meninos de 11 a 14 anos, mas nunca atingiu a meta de vacinar 80% desse público. "Há um mito de que a vacina de HPV estimula a atividade sexual. Mas essa teoria, que é falsa, parece estar prevalecendo entre os gestores do ministério", diz a epidemiologista Carla Domingues, que coordenou o PNI de 2011 a 2019. Com a baixa vacinação, o te-

Taxa de cobertura das principais vacinas infantis



Fonte: PNI DataSUS (valores acima de 100% significam vacinação acima do público-alvo estimado)

Gasto do Ministério da Saúde com propaganda da vacinação infantil

Governo cortou mais da metade da publicidade em 2021 em relação a 2020 (em R\$ milhões*)



*Valores deflacionados para dezembro de 2021 | Fonte: Ministério da Saúde (dados obtidos pela Repórter Brasil via Lei de Acesso à Informação)

“A alavanca principal que leva a população a se vacinar é a percepção de risco. Por muitos anos, os brasileiros viam as doenças de perto e se preocupavam. Mas, aos poucos, essa memória começa a desaparecer, os índices de cobertura caem e os surtos acontecem

Isabella Ballalai
vice-presidente da SBIIm (Sociedade Brasileira de Imunizações)

657.773 mortes
410 entre segunda e terça

29.683.686 casos
41.838 infecções em 24 horas

mor hoje é o retorno de doenças consideradas sob controle, como a poliomielite. Nos últimos anos, o retrocesso já causou surtos de sarampo, febre amarela e coqueluche no Brasil, além de casos de difteria e doença meningocócica, segundo Ballalai. Ela ressalta que a culpa não é de pais e mães. "Não tem como criticar a população se o ministério não investe mais em comunicação [acerca das vacinas] do PNI". Para recuperar a cobertura e evitar novos surtos, a comunicação deveria exercer um papel central na estratégia do governo, pois um dos motivos que explicam a baixa vacinação é o fato de a população ter se esquecido dos danos causados pelas doenças. De 1980 a 1994, quando as doenças alvo das vacinas infantis causavam hospitalizações e mortes, como a pólio e o sarampo, as taxas de vacinação cresceram de forma constante, segundo a SBIIm. Nos anos seguintes, o Brasil viveu período de altas coberturas vacinais, até começarem a cair em 2016. "A alavanca principal que leva a população a se vacinar é a percepção de risco. Por muitos anos, os brasileiros viam as doenças de perto e se preocupavam. Mas, aos poucos, essa memória começa a desaparecer, os índices de cobertura caem e os surtos acontecem", diz a vice-presidente da SBIIm. "Precisa de publicidade o tempo todo. A imunização não é ação pontual. Não adianta fazer campanha este ano e no ano que vem não. Todo ano tem novos nascimentos e novas vacinas para reforçar. É ação eterna que não pode ser desmobilizada", diz Domingues. "Sem a comunicação, a população começa a achar que a vacinação não é tão impor-

tante e a coloca em segundo plano, que foi o que aconteceu." A pandemia de coronavírus também prejudicou a vacinação, segundo as especialistas. Contudo, mais uma vez, faltou uma campanha de comunicação eficiente. "No início da pandemia, houve interrupção por três meses da vacinação de rotina. Depois, não houve nenhuma mensagem adequada sobre reabertura dos postos. Faltou uma comunicação das autoridades públicas de que havia riscos altos para a população além da Covid", diz Ballalai. Para a ex-coordenadora do PNI, o cenário da vacinação de crianças contra a Covid é "ainda mais grave", pois não só faltou campanha de esclarecimento sobre a importância da vacina e contra as fake news, como o próprio ministério desestimulou a aplicação das doses, atrasando o início da vacinação e difundindo a mensagem de que a vacina era "voluntária", não obrigatória. "O próprio governo deixou a população confusa", diz Domingues. O resultado é que a vacinação da Covid até hoje não decolou — só 39% das crianças de 5 a 11 anos receberam a primeira dose e menos de 5%, a segunda, segundo a Fiocruz. "Não só faltou comunicação positiva, como setores do Ministério da Saúde abraçaram a causa antivacina e passaram a ouvir esses grupos", diz Ballalai. O Ministério da Saúde disse, em nota, que "monitora atentamente as coberturas vacinais e tem trabalhado para intensificar as estratégias para reverter o cenário de baixas coberturas". E ressaltou que nos últimos três anos fez campanhas de vacinação contra influenza, poliomielite, sarampo e multivacinação para a atualização da carteira de vacinação. O órgão não comentou sobre o corte nas verbas de propaganda nem sobre a ausência de campanhas sobre o HPV. A Repórter Brasil solicitou as taxas de vacinação de HPV, que não estão no sistema de informação do PNI, mas a pasta não enviou os números. A nota destaca só que, de 2014 a 2020, 18,5 milhões dessas doses foram aplicados.

Quarta dose para 70 anos ou mais começa no dia 29 em São Paulo

SÃO PAULO A Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo começará a aplicar na terça-feira (29) a quarta dose da vacina contra a Covid-19 em idosos a partir de 70 anos. Para receber a vacina é preciso ter tomado a terceira dose há pelo menos quatro meses. A vacinação será realizada com os imunizantes disponíveis, segundo a pasta. A vacinação será realizada nas UBSs (Unidades Básicas

de Saúde) e nas AMAs (Assistências Médicas Ambulatoriais) Integradas, no horário das 7h às 19h, além dos megapostos e dos drive-thrus, no horário das 8h às 17h. Os idosos que estão nas Instituições de Longa Permanência ou acamados e impossibilitados de se locomoverem até as unidades serão vacinados pelas equipes de ESF (Estratégia Saúde da Família). Para se vacinar, é necessá-

rio apresentar um documento de identificação, preferencialmente CPF ou cartão do SUS (Sistema Único de Saúde), além da carteirinha com o registro das doses recebidas anteriormente. Dos 556 mil paulistanos com mais de 70 anos, 450.347 estão elegíveis para receberem a quarta dose contra a Covid. Na última sexta-feira (18), a secretaria começou a aplicar a quarta dose em idosos a par-

tir de 80 anos de idade. Para o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, adiantar a segunda dose de reforço é proteger ainda mais os idosos contra o novo coronavírus nesta fase da pandemia. "A logística de vacinação construída pela gestão municipal permanece para imunizar toda a população contra a Covid-19 na cidade de São Paulo", afirmou Aparecido. Até esta segunda-feira

(21), a capital paulista aplicou 29.228.750 doses de vacina contra a Covid-19, sendo 11.693.918 primeiras doses, 10.715.918 segundas doses, 347.946 doses únicas, 6.440.878 primeiras doses adicionais e 30.090 segundas doses adicionais, incluindo adultos imunossuprimidos com mais de 18 anos. A cobertura vacinal da população com mais de 18 anos na cidade está em 110,1% pa-

ra primeira dose, em 106,1% para a segunda, 69,7% para a primeira dose adicional e 0,3% para a segunda adicional. Em relação a adolescentes de 12 a 17 anos, foram aplicadas 972.534 primeiras doses (cobertura de 115,2%) e 850.422 segundas doses (100,8%). Em crianças de 5 a 11 anos, foram aplicadas 905.236 primeiras doses (83,6%) e 419.672 segundas doses (38,7%).

A pandemia passa; a infodemia, não

O excesso de informações contribuiu para atrapalhar a luta contra a Covid-19

Atila Iamarino

Doutor em ciências pela USP, fez pesquisa na Universidade Yale. É divulgador científico no YouTube em seu canal pessoal e no Nerdologia

O Sars-CoV-2 é um vírus pavoroso. Mas sua pandemia certamente foi piorada pela infodemia, que aqui no Brasil começou há dois anos. A Organização Mundial da Saúde define a infodemia como o excesso de informação, incluindo "informações falsas ou enganosas em ambientes digitais e físicos durante um surto de doença". A ignorância é comum. Até o começo do século passado, não sabíamos nem quais organismos causavam pandemias. O vírus influenza só foi iso-

lado 15 anos depois da pandemia que causou em 1918. Desinformação em saúde também é comum. Na busca por uma forma de controle sobre o que nos aflige, não faltam "terapias" para problemas que ainda não têm solução. Como a fosfoetanolamina, que já foi demonstrada como ineficaz contra o câncer em 2017, mas ainda pode ser comprada como suplemento alimentar. E não foi diferente na Covid. No Irã, centenas morreram por beber metanol contra o coronavírus. Aqui na América La-

tina, as pessoas consumiram água com dióxido de cloro pelo mesmo motivo. Mas no Brasil as informações falsas e a desconfiança das autoridades de saúde foram promovidas pelas próprias autoridades. Até março de 2020, o governo federal agiu proativamente para barrar o vírus e o ministro da Saúde avisou que o sistema de saúde chegaria ao limite de capacidade no final de abril. Daí em diante, começa o questionamento da severidade da doença (a "gripezinha"), a promoção da cloroqui-

na, o movimento "O Brasil não pode parar" e a troca de ministros cada vez mais obedientes. Um estudo publicado recentemente comparando as mortes por Covid nos municípios brasileiros mostra o estrago dessa campanha oficial. Em 2020, as mortes pela Covid seguiram fatores comuns a vários outros países: foram concentradas nas grandes cidades e nas regiões de menor infraestrutura de saúde, menor índice de desenvolvimento e maior concentração de renda. Mas, em 2021, a onda da va-

riante gama (a P1) nos pegou quando muitos achavam que o pior já havia passado e depois da pulverização de medidas de saúde do ministério para os municípios. Foi quando a infodemia fez o maior estrago. Mentiras sobre a doença, tratamento precoce e "kit Covid", o atraso na compra de vacinas e a vulnerabilidade de prefeitos à pressão de eleitores e da economia regional mudaram a distribuição das mais de 410 mil mortes registradas em 2021. Nesta segunda fase da pandemia, entre muitas cidades que deveriam ter uma resposta à Covid comparável, as com maior alinhamento eleitoral ao governo em 2018 tiveram significativamente mais mortes. Segundo os autores do estudo, no pior ano da pandemia, "ideologia e orientação política determinaram a capacidade de cada cidade de se proteger da infecção e os efeitos subse-

quentes sobre a mortalidade". Estamos vendo menos mortes a cada dia graças às vacinas. Poderíamos ver números ainda melhores se incorporássemos ao SUS tratamentos que realmente funcionam contra a Covid, como anticorpos monoclonais e antivirais. Mas caminhamos na direção oposta. A Anvisa, que agiu de maneira exemplar em relação às vacinas e à cloroquina, acaba de perder parte do controle sobre medicamentos com a sanção da lei nº 14.313, que autoriza o SUS a receitar e usar remédios fora das condições aprovadas pela agência — como o "kit Covid". Ainda tentam emplacar que a rainha do Reino Unido tomou ivermectina. Ainda querem pintar a pandemia de verde e chamar de endemia. A vacinação infantil ainda patina. A infodemia não acabou. E com a ajuda dela, nem a pandemia.

Temperatura e intensidade das chuvas aumentaram no Brasil

Levantamento do Inmet mostra impacto da crise climática no país

Fabio Serapião

BRÁSILIA Dados coletados em 271 estações meteorológicas espalhadas pelo Brasil mostram que a temperatura e as chuvas intensas aumentaram nas últimas décadas, segundo estudo do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

O levantamento do órgão está no documento "Normais Climatológicas do Brasil 1991-2020". As normais são as médias históricas sobre temperatura, umidade, precipitação, umidade e vento, por exemplo.

No documento, que terá sua íntegra divulgada nesta quarta (23), o Inmet afirma que a elevação da temperatura nos últimos anos pode estar relacionada à variabilidade natural e ao aquecimento global. Essas mudanças, diz o Inmet, têm como "causa mais provável" a atuação do ser humano.

Segundo o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança do Clima da ONU), já está clara a influência humana para o aquecimento do planeta.

O Inmet comparou, por exemplo, as normais coletadas entre 1931 até 2020 sobre a temperatura mínima do ar em São Paulo. Os dados mostram aumento em todos os meses do ano, se comparado o período entre 1931-1960 com 1991-2020. "As madrugadas estão ficando mais quentes em São Paulo. A elevação é maior que 1,6° C em todos os meses do ano, com destaque para os meses de julho e abril, apresentando uma elevação da temperatura mínima de 2,7° C", diz o documento.

Quando comparados os períodos de 1991-2020 com 1961-1990, é possível observar a elevação da temperatura mínima — a maior elevação foi menor, de 1,2°C. O mês de abril desses anos teve o maior aumento.

A alta da temperatura também foi captada pelas estações em Brasília. De acordo com o monitoramento, "as temperaturas médias elevaram-se em todos os meses do ano e, especificamente no mês de outubro, a elevação é de 1,5°C quan-



Chuva alaga ruas e deixa carros submersos em Artur Alvim, em SP

Rivaldo Gomes - 18 mar. 23 / Folhapress

do comparados com períodos de 1961-1990 e 1991-2020”.

Em Fortaleza, a comparação entre as normais de 1961-1990, 1981-2010 e o período mais recente de 1991-2020 mostra uma elevação da temperatura máxima ao longo dos anos.

Se comparados os dois últimos períodos analisados, os dias estão cada vez mais quentes e há registro de picos nos meses de agosto e setembro, com elevação de 1,2°C.

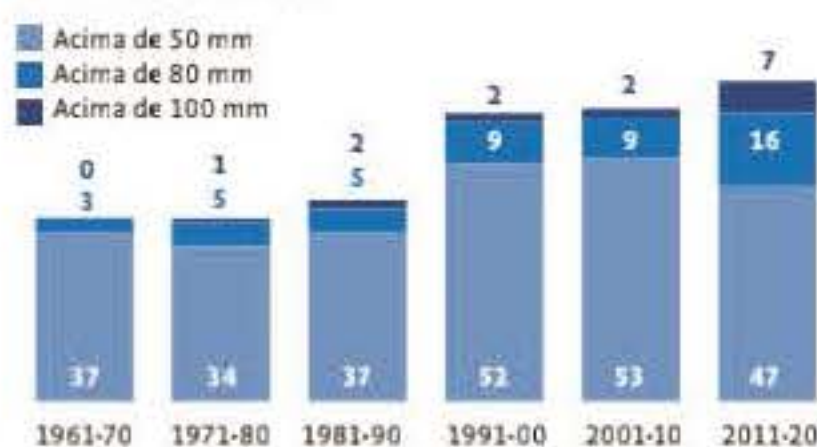
Os registros de chuvas extremas, como as que já mataram mais de 230 pessoas em Petrópolis (RJ), também aumentaram, segundo o Inmet, com mais ocorrências de tempestades com volume de 80 mm e 100 mm.

A análise também sugere mudança no padrão de chuvas em determinadas regiões. Um desses casos ocorreu em Maceió. Os dados dos períodos de 1931-1966 e 1961-1990 mostram que o mês com maior precipitação é maio. Nos períodos posteriores, porém, o mês mais chuvoso foi junho.

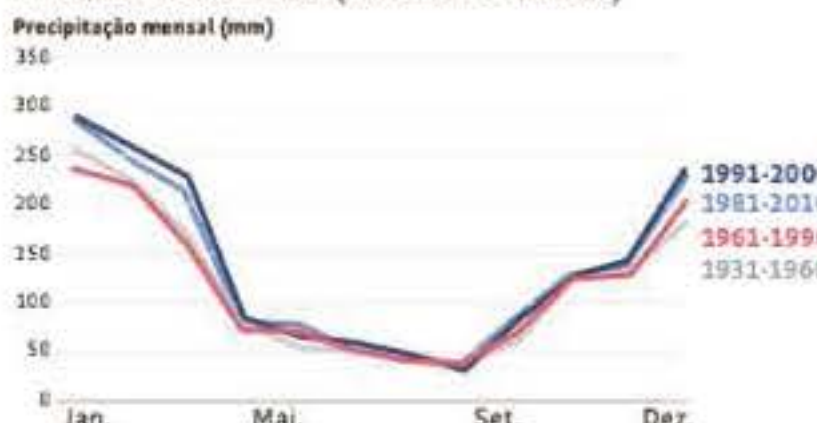
Barcelos, cidade no norte do AM, também viu mudar o mês mais chuvoso, antes era maio

Valores médios climatológicos em São Paulo

Frequência (dias) de extremos de precipitação na cidade de São Paulo



Comparação de valores médios de precipitação mensal na cidade de São Paulo (Mirante de Santana)



Fente: Internet

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse
folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

EMPREGOS

NEGÓCIOS

AGÊNCIAS DE APROXIMAÇÃO

MOLETON S/ CUECA
7/ Homens, 11-9575-4052

COMUNICADO
Solicitação que o senhor
Lopado da Silva LOPES, CPF:
36.721.518/01-04,
refere ao trabalho de
intermediação no meio de
emprego,
VIAÇÃO CAMPO LÍQUIDA

COMUNICADOS

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS

FOLHA

LIGUE AGORA
11/3224-4000

ADVOCACIA

Especializada em
INSS com 30 anos
de experiência

Auxílio - Doença
Perícia Negada
Acidente do trabalho
Aposentadorias
Benefício para idoso e deficiente
Pensão por morte

11- 95001-9143

2362-0162 - 2361-5366
2366-8842 - 2362-3214

COMUNICADO À PRAÇA

Lidiana Sora, Esp. em
contábil, convoca
- KARMIA D LARA NASC-
MENTO COSTA
CPF: 9446666/3806
- SARAH CRISTINA DE ARAU-
JO PEREIRA
CPF: 9799914/2621
- VICTOR CARVALHO VALLE
CPF: 4795436/7844
A comparecer em sua
votação para o dia 24
de maio (quarta-feira) de
2014, para confirmar o abandono de em-
prego, ou seja, deponha sobre as pre-
visões no ART. 452 da CLT.

LEILÕES

**LEILÃO DE ARTES E ANTI-
QUIDADES**
Dia 26 de março de 2014, com-
eço às 14h, no endereço: 225, Lacer-
do, sob o nome de Roberto Bortolotto Junior
Tel: (11) 3773-9012

PROFISSIONAIS LIBERAIS

#siga a folha

PARA EMPREGO

SOLD 5

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º LEILÃO: 04 de abril de 2012, às 08h00min. 2º LEILÃO: 11 de abril de 2012, às 14h00min. 3º LEILÃO: 18 de abril de 2012, às 14h00min. 4º LEILÃO: 25 de abril de 2012, às 14h00min. 5º LEILÃO: 02 de maio de 2012, às 14h00min. 6º LEILÃO: 09 de maio de 2012, às 14h00min. 7º LEILÃO: 16 de maio de 2012, às 14h00min. 8º LEILÃO: 23 de maio de 2012, às 14h00min. 9º LEILÃO: 30 de maio de 2012, às 14h00min. 10º LEILÃO: 06 de junho de 2012, às 14h00min. 11º LEILÃO: 13 de junho de 2012, às 14h00min. 12º LEILÃO: 20 de junho de 2012, às 14h00min. 13º LEILÃO: 27 de junho de 2012, às 14h00min. 14º LEILÃO: 04 de julho de 2012, às 14h00min. 15º LEILÃO: 11 de julho de 2012, às 14h00min. 16º LEILÃO: 18 de julho de 2012, às 14h00min. 17º LEILÃO: 25 de julho de 2012, às 14h00min. 18º LEILÃO: 01 de agosto de 2012, às 14h00min. 19º LEILÃO: 08 de agosto de 2012, às 14h00min. 20º LEILÃO: 15 de agosto de 2012, às 14h00min. 21º LEILÃO: 22 de agosto de 2012, às 14h00min. 22º LEILÃO: 29 de agosto de 2012, às 14h00min. 23º LEILÃO: 05 de setembro de 2012, às 14h00min. 24º LEILÃO: 12 de setembro de 2012, às 14h00min. 25º LEILÃO: 19 de setembro de 2012, às 14h00min. 26º LEILÃO: 26 de setembro de 2012, às 14h00min. 27º LEILÃO: 03 de outubro de 2012, às 14h00min. 28º LEILÃO: 10 de outubro de 2012, às 14h00min. 29º LEILÃO: 17 de outubro de 2012, às 14h00min. 30º LEILÃO: 24 de outubro de 2012, às 14h00min. 31º LEILÃO: 31 de outubro de 2012, às 14h00min. 32º LEILÃO: 07 de novembro de 2012, às 14h00min. 33º LEILÃO: 14 de novembro de 2012, às 14h00min. 34º LEILÃO: 21 de novembro de 2012, às 14h00min. 35º LEILÃO: 28 de novembro de 2012, às 14h00min. 36º LEILÃO: 05 de dezembro de 2012, às 14h00min. 37º LEILÃO: 12 de dezembro de 2012, às 14h00min. 38º LEILÃO: 19 de dezembro de 2012, às 14h00min. 39º LEILÃO: 26 de dezembro de 2012, às 14h00min. 40º LEILÃO: 02 de janeiro de 2013, às 14h00min. 41º LEILÃO: 09 de janeiro de 2013, às 14h00min. 42º LEILÃO: 16 de janeiro de 2013, às 14h00min. 43º LEILÃO: 23 de janeiro de 2013, às 14h00min. 44º LEILÃO: 30 de janeiro de 2013, às 14h00min. 45º LEILÃO: 06 de fevereiro de 2013, às 14h00min. 46º LEILÃO: 13 de fevereiro de 2013, às 14h00min. 47º LEILÃO: 20 de fevereiro de 2013, às 14h00min. 48º LEILÃO: 27 de fevereiro de 2013, às 14h00min. 49º LEILÃO: 06 de março de 2013, às 14h00min. 50º LEILÃO: 13 de março de 2013, às 14h00min. 51º LEILÃO: 20 de março de 2013, às 14h00min. 52º LEILÃO: 27 de março de 2013, às 14h00min. 53º LEILÃO: 03 de abril de 2013, às 14h00min. 54º LEILÃO: 10 de abril de 2013, às 14h00min. 55º LEILÃO: 17 de abril de 2013, às 14h00min. 56º LEILÃO: 24 de abril de 2013, às 14h00min. 57º LEILÃO: 01 de maio de 2013, às 14h00min. 58º LEILÃO: 08 de maio de 2013, às 14h00min. 59º LEILÃO: 15 de maio de 2013, às 14h00min. 60º LEILÃO: 22 de maio de 2013, às 14h00min. 61º LEILÃO: 29 de maio de 2013, às 14h00min. 62º LEILÃO: 05 de junho de 2013, às 14h00min. 63º LEILÃO: 12 de junho de 2013, às 14h00min. 64º LEILÃO: 19 de junho de 2013, às 14h00min. 65º LEILÃO: 26 de junho de 2013, às 14h00min. 66º LEILÃO: 03 de julho de 2013, às 14h00min. 67º LEILÃO: 10 de julho de 2013, às 14h00min. 68º LEILÃO: 17 de julho de 2013, às 14h00min. 69º LEILÃO: 24 de julho de 2013, às 14h00min. 70º LEILÃO: 31 de julho de 2013, às 14h00min. 71º LEILÃO: 07 de agosto de 2013, às 14h00min. 72º LEILÃO: 14 de agosto de 2013, às 14h00min. 73º LEILÃO: 21 de agosto de 2013, às 14h00min. 74º LEILÃO: 28 de agosto de 2013, às 14h00min. 75º LEILÃO: 04 de setembro de 2013, às 14h00min. 76º LEILÃO: 11 de setembro de 2013, às 14h00min. 77º LEILÃO: 18 de setembro de 2013, às 14h00min. 78º LEILÃO: 25 de setembro de 2013, às 14h00min. 79º LEILÃO: 02 de outubro de 2013, às 14h00min. 80º LEILÃO: 09 de outubro de 2013, às 14h00min. 81º LEILÃO: 16 de outubro de 2013, às 14h00min. 82º LEILÃO: 23 de outubro de 2013, às 14h00min. 83º LEILÃO: 30 de outubro de 2013, às 14h00min. 84º LEILÃO: 06 de novembro de 2013, às 14h00min. 85º LEILÃO: 13 de novembro de 2013, às 14h00min. 86º LEILÃO: 20 de novembro de 2013, às 14h00min. 87º LEILÃO: 27 de novembro de 2013, às 14h00min. 88º LEILÃO: 04 de dezembro de 2013, às 14h00min. 89º LEILÃO: 11 de dezembro de 2013, às 14h00min. 90º LEILÃO: 18 de dezembro de 2013, às 14h00min. 91º LEILÃO: 25 de dezembro de 2013, às 14h00min. 92º LEILÃO: 01 de janeiro de 2014, às 14h00min. 93º LEILÃO: 08 de janeiro de 2014, às 14h00min. 94º LEILÃO: 15 de janeiro de 2014, às 14h00min. 95º LEILÃO: 22 de janeiro de 2014, às 14h00min. 96º LEILÃO: 29 de janeiro de 2014, às 14h00min. 97º LEILÃO: 05 de fevereiro de 2014, às 14h00min. 98º LEILÃO: 12 de fevereiro de 2014, às 14h00min. 99º LEILÃO: 19 de fevereiro de 2014, às 14h00min. 100º LEILÃO: 26 de fevereiro de 2014, às 14h00min. 101º LEILÃO: 05 de março de 2014, às 14h00min. 102º LEILÃO: 12 de março de 2014, às 14h00min. 103º LEILÃO: 19 de março de 2014, às 14h00min. 104º LEILÃO: 26 de março de 2014, às 14h00min. 105º LEILÃO: 02 de abril de 2014, às 14h00min. 106º LEILÃO: 09 de abril de 2014, às 14h00min. 107º LEILÃO: 16 de abril de 2014, às 14h00

COB planeja mais medalhas e define base para Paris-2024

Presidente diz ter estudo que permite imaginar posição melhor que em Tóquio

SALVADOR O mais curto ciclo olímpico da história será, para o COB (Comitê Olímpico do Brasil), um dos mais concorridos. O intervalo entre Tóquio-2020 (realizado em 2021) e Paris-2024 será de inéditos três anos. O tempo menor faz com que a concorrência seja mais acirrada com os países europeus por locais de treinamento.

O comitê já definiu que sua base de apoio para a Vila Olímpica será em Saint Ouen, no departamento de Seine-Saint-Denis, nos arredores da capital francesa. Ela vai ser em 2024 o que Chuo, no Japão, foi em 2021.

“Eu vou para lá em junho para assinar um convênio com a cidade e fazer uma visita. Fica a cerca de um quilômetro da Vila Olímpica, e a ideia é que seja a base central. Um serviço exclusivo para brasileiros”, afirma o presidente do COB, Paulo Wanderley.

Não será a única. Está resolvendo que Marselha será a base da vela. O Brasil também terá outros locais fora da França por causa da facilidade de deslocamento e as curtas distâncias.

“Portugal está sempre no nosso radar porque demonstrou ser um [bom] centro de treinamento. Confederações como a do triatlo e do judô fazem muitos treinamentos lá. Então, Portugal certamente será uma base”, completa.

A preocupação e a pressão são para driblar o interesse de outros países, principalmente os europeus que têm, em tese, mais facilidade para encontrar lugares de preparação. Mas a logística será bem mais sossegada para Paris do que foi para Tóquio.

“Japão tinha fuso horário louco, a distância também. Na França, vai ser mais fácil, mas mais concorrido. Os europeus são muito entrosados entre eles, são mais amigos, conseguem as coisas com mais facilidades e conhecem mais o terreno. Mas nós temos muitas modalidades que têm o hábito de fazer treinamentos na Europa. Isso é um facilitador”, avalia.

Na presidência do COB desde outubro de 2017, o judoca, técnico e presidente da Confederação Brasileira de Judô gosta de definir este seu período no esporte como o de alguém “que adquiriu o péssimo hábito de ganhar sempre” por causa das medalhas olímpicas da modalidade. Ele não quer fazer projeções de qual pode ser o resultado brasileiro em Pa-



Paulo Wanderley, presidente do COB, em evento em 2019 Ana Patrícia - 13.abr.19/Enemplus/COB

ris. Diz que em 2023 será possível ter um cenário mais claro.

É certo que ele espera mais pódios do que em Tóquio. O objetivo que fica subentendido, embora não declarado, é terminar entre os dez primeiros colocados. No Japão, o Brasil ficou em 12º, com o maior número de medalhas de sua história. Foram sete de ouro, seis de prata e oito de bronze.

Wanderley afirma que o COB tem um estudo com a projeção de onde é possível chegar. Mas não quer revelá-lo.

“Nós não vamos ser 20º, mas também não seremos o quinto neste curto espaço de tempo. Mas temos um estudo, sim. A gente está naquele bolo ali do oitavo ao 15º. Eu não pretendo descer um pouquinho. Só quero subir um pouquinho.”

Isso terá de acontecer sem a presença de Jorge Bichara, diretor de esportes do COB, que supervisionou o desempenho brasileiro em Tóquio. Ele deixou o cargo nesta terça-feira (22), dois dias após a entrevista do presidente da entidade à Folha. O diretor-geral Rogério Sampaio assumiu o posto de forma interina.

Paulo Wanderley é presidente do COB desde o afastamento de Carlos Arthur Nuzman, há quase quatro anos e meio. O dirigente saiu do cargo por causa da investigação da Operação Unfair Play, da Polícia Federal, que investigou a compra de votos para escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, e foi con-

denado a 30 anos de prisão.

O sucessor assumiu como vice e foi eleito para um novo mandato em janeiro de 2021. Prometeu mudar a imagem do comitê, manchada pelas acusações de corrupção. Acredita ter conseguido. Ao mesmo tempo, crê que sua missão seja fazer o comitê mais conhecido mesmo fora de períodos olímpicos.

“Grandes eventos, eu não vou fazer. Todos já foram feitos. É muito difícil recebê-los de novo em menos de 20 anos. Eu vou vender o produto COB, que vai ser conhecido dos brasileiros muito mais do que era antes, e não apenas pelos Jogos Olímpicos. Eu quero que seja reconhecido pela credibilidade e pela responsabilidade com o país”, diz.

Mas, se puder ser admirado pelos resultados olímpicos também, melhor ainda. Mesmo que admita poder ser um processo frustrante, com alegrias e tristezas inesperadas.

“Há muitas variáveis que não estavam previstas e acontecem [nas Olimpíadas]. A questão do [resultado ruim] do vôlei, por exemplo. Todo o mundo tem uma expectativa com o vôlei porque é um esporte em que estamos acostumados a ganhar. E nós temos essa cultura também de que só vale o primeiro. Mas não é bem assim. Tire pelo nosso próprio exemplo. Ficamos em 12º, e quantos países tinham lá [em Tóquio-2020]? Foram 206. Para mim, é um baita índice positivo.”



Na França, vai ser mais fácil [definir bases de treino que no Japão], mas mais concorrido. Os europeus são entrosados entre eles e conhecem mais o terreno. Mas temos muitas modalidades que têm o hábito de fazer treinamentos na Europa. Isso é um facilitador

Nós não vamos ser 20º [em Paris], mas também não seremos o quinto neste curto espaço de tempo. Temos um estudo, sim. A gente está no bolo do oitavo ao 15º. Não pretendo descer um pouquinho, só quero subir

Paulo Wanderley presidente do COB

Aranha vê mudanças, mas cobra maior punição em casos de racismo

Havolene Valinhos

SÃO PAULO Vítima de gritos de conteúdo racista em uma partida de 2014 — e em muitas outras —, Aranha, 41, observou uma mudança de comportamento nos torcedores de lá para cá. Segundo o ex-goleiro, no entanto, há muito a evoluir, e uma verdadeira transformação só ocorrerá quando houver punições mais duras.

Na segunda (21), foi celebrado o Dia Internacional contra a Discriminação Racial. No Brasil, racismo é crime inafiançável e imprescritível. Lei nº 7.716, de 1989, estabelece pena que varia de um a cinco anos de prisão, e multa. Outro crime, previsto no artigo 140 do Código Penal, é a injúria racial, com pena de reclusão de um a três anos e multa.

Mesmo com as punições estabelecidas na legislação, o embate com a discriminação racial no país é constante. É o que mostra a própria trajetória de Aranha, que defendeu clubes como Santos, Palmeiras, Atlético-MG e Ponte Preta.

No caso que marcou sua carreira, em 28 de agosto de 2014, quando atuava pelo Santos, ele foi vítima de berros e gestos racistas por parte da torcida do Grêmio e pediu ao árbitro que interrompesse o jogo, válido pela Copa do Brasil. O caso foi encaminhado ao Ministério Público, e, na esfera esportiva, a equipe gaúcha foi eli-

minada do torneio.

Desde então, ele passou a ser convidado a participar de programas esportivos com maior frequência, mas, em vez de futebol, o racismo passou a dominar a pauta. Ele virou alvo de críticas e diz ter sido prejudicado profissionalmente por seu ativismo.

De lá para cá, Aranha não só fala, como passou também a escrever sobre racismo. Publicou um livro, “Brasil Tumbeiro”, em julho de 2021, e prepara um segundo para este ano, que terá como personagem central José do Patrocínio, um dos nomes mais atuantes do movimento abolicionista.

Voltado sobretudo para o público infantojuvenil, “Brasil Tumbeiro” traz personagens como o marinheiro João Cândido Felisberto, que em 1910 liderou a Revolta da Chibata, e o escritor Machado de Assis.

Dentro dos estádios, relatos de racismo continuam ocorrendo. Mas Aranha vê mudança considerável no comportamento dos torcedores. “O estádio era quase um território sem lei. Em nome do amor pelo time, tudo era justificável, como xingar ou entoar cantos racistas.”

“O racismo deve deixar de ser algo comum. Quem decidir cometer uma injúria ou ato racista deverá estar ciente de que responderá legalmente e que racismo é crime, não apenas ficar seis meses sem ir ao estádio e tudo bem.”

São Paulo sai atrás, vira e goleia para ir à semifinal do Paulista

SÃO PAULO 4
SÃO BERNARDO 1

SÃO PAULO O São Paulo demorou a deslanchar diante do São Bernardo nesta terça (22), no Morumbi. Chegou a sair atrás no placar, mas não só buscou uma virada, como conseguiu avançar à semifinal do Campeonato Paulista com uma vitória por 4 a 1.

Davó foi quem abriu o placar na casa tricolor, mas Rodrigo Nestor, Pablo Maia, Marquinhos e Calleri comandaram a virada dos donos da casa, atuais campeões do Estadual.

O primeiro tempo já indicava que não seria fácil. Apesar de ter finalizado 14 vezes ao gol, a equipe tricolor demorou quase a metade da etapa inicial para conseguir trocar passes mais próximos à grande área.

O gol dos visitantes saiu logo após o intervalo, aos 7 minutos, quando Reinaldo per-

deu a bola na saída da defesa. Davó tentou duas vezes antes de conseguir finalizar rasteiro e abrir o placar.

Pouco depois, Luciano chegou a empatar, mas o gol foi anulado por impedimento. Foi a senha para Ceni fazer uma série de mudanças. Wellington, Calleri e Rigoni entraram em campo. As trocas deixaram o time mais ofensivo e Rodrigo Nestor, que havia perdido chance clara de gol no primeiro tempo, empatou aos 19 minutos da segunda etapa.

A disputa por pênaltis já estava no horizonte, mas aos 37 minutos Pablo Maia recebeu a bola na entrada da área, em jogada ensaiada de escanteio, e deixou os donos da casa na frente do placar. Antes do fim do duelo, Marquinhos ainda ampliou, aos 42, e Calleri fechou a conta aos 46.

Paquetá, que já atuou bem no lugar de Fred e de Neymar e também pelos lados, pode ser uma boa opção no ataque, revezando-se com Neymar, nas funções de meia e de atacante, ainda mais que o Brasil não definiu um centroavante. Neymar e Paquetá se alternariam no recuo de um dos dois para armar as jogadas no meio-campo.

Não falta à seleção um clássico centroavante. Falta um centroavante de altíssima qualidade, como Benzema e outros. No mesmo raciocínio, Palmeiras e Corinthians não precisam de um centroavante, mas sim de um centroavante especial, para reforçar a equipe.

O futebol brasileiro adora a terminologia, o reducionismo, o comentário pronto, o lugar-comum, o chavão. Tudo teria uma explicação, e tudo se resolveria pela estratégia do treinador. Alguns, como acontece

em todas as profissões, têm o dom de iludir e de cativar, mesmo com ações, palavras e gestos óbvios.

Uma das razões de tantas trocas de técnicos no Brasil é a supervalorização que dirigentes, torcedores e imprensa dão aos treinadores, como se eles fossem os únicos grandes responsáveis pelas atuações e resultados.

No Brasil, os chavões são repetidos milhares de vezes, como “centroavantes que têm faro de gol”, “meias ofensivos que atuam entre as linhas e pisam na área”, “o ponta driblador que faz muita fumaça e que, com o pé trocado, dribla para o centro para chutar a bola para o gol”, “o primeiro volante, o cão de guarda, e o segundo, que sai para o jogo” e dezenas de outros lugares-comuns.

Paquetá joga bem em várias posições e joga de todos esses estereótipos.

Chavões e estereótipos

Paquetá foge de todos os clichês e pode ser boa opção no ataque da seleção

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Nesta quinta-feira (24), o Brasil, já classificado, no Maracanã, enfrenta o Chile, que precisa vencer para ter chances de ir à Copa do Mundo.

Pelas últimas partidas, o Brasil deve manter a maneira de jogar, com dois pontas rápidos, dribladores e abertos (Raphinha está fora, por causa da Covid, e deve ser substituído por Antony), uma dupla centralizada de atacantes, dois volantes (um que avança mais) e a linha de quatro defensores. Quando o time perder a bola e não der para

pressionar, vai formar uma linha de quatro no meio-campo, com os dois volantes e um ponta de cada lado. Com isso, Neymar não precisa voltar para marcar.

Essa formação tem funcionado bem. Porém receio que, contra fortes seleções, que prioriza a aproximação, a troca de passes e o domínio da bola, o time brasileiro poderia deixar muitos espaços no meio-campo, já que os pontas atuariam abertos e os dois volantes ficariam sobrecarregados. Neymar não tem con-

dições para atuar de uma intermediária à outra, como tem feito. No último ano, não tem mostrado as mesmas mobilidade, intensidade e velocidade, o que facilita a marcação adversária.

A presença de Daniel Alves, que fecha para armar as jogadas próximo ao volante, pode minimizar o problema, pois o meio-campista que atua ao lado de Casemiro terá mais chances de avançar. Contra o Chile, deverá jogar Danilo, que também tem condições de ter o mesmo posicionamento de

Daniel Alves, mais pelo meio.

Se jogar Daniel Alves, haverá mais espaços para o adversário na lateral. Na vitória por 4 a 0 do Barcelona sobre o Real Madrid, o técnico Xavi escalou o rápido zagueiro Araújo no lugar de Daniel Alves, para marcar, com sucesso, Vinicius Junior.

Pela primeira vez, vi Marquinhos jogar mal uma partida, na derrota do PSG para o Real Madrid. Isso não diminui em nada o talento do zagueiro, um dos melhores do mundo na posição.

O duelo da equação cúbica

Matemáticos não estão imunes a troca de farpas com seus pares

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France

Em 10 de agosto de 1548, dois homens se encontraram na igreja de Santa Maria del Giordano, em Milão, para um duelo feroz. No lugar de espadas, as armas eram ideias matemáticas. Mas nem por isso a luta era menos implacável, pois ao vencedor iria glória e fortuna; ao perdedor vergonha e astra-

cismo. Para ambos, que nunca tinham deixado a pobreza em que nasceram, muita coisa estava em jogo.

Niccolò Fortuna (Tartaglia, que significa "gago", era um apelido cruel) nasceu em Brescia por volta de 1500. Seu pai morreu quando ele tinha seis anos, deixando a família na mi-

séria. Autodidata por necessidade, descobriu cedo seu talento para a matemática, que lhe valeu empregos como professor em Verona e Veneza. Sabemos que tinha família e vivia com dificuldades.

Em 1535, adquiriu fama ao enfrentar em duelo matemático Antonio Maria del Fiore,

que aprendera de seu mestre Scipione del Ferro um método para resolver as equações da forma $x^3+px=q$. Tartaglia redescobriu a solução, e conseguiu estendê-la a outros tipos de equações cúbicas. Isso lhe permitiu derrotar Fiore de forma contundente.

Mas, em 1539, ele aceitou re-

velar o seu método a outro matemático, Girolamo Cardano. Este prometeu que o colega teria a prioridade na publicação, mas acabou incluindo a solução em sua grande obra "Artis Magnae", publicada em 1545. Isso enfureceu Tartaglia, que passou a atacar e insultar Cardano em seus escritos.

Ludovico Ferrari nasceu em Bolonha em 1522. Tendo perdido o pai na infância foi morar com um tio em Milão, onde se tornou empregado de Cardano. Percebendo o brilho excepcional do jovem, o patrão lhe ensinou grego, latim e matemática, e logo começou a usar seus serviços como secretário. Ferrari lhe retribuiu com lealdade total ao longo de sua vi-

da. Nunca publicou trabalhos matemáticos no seu nome, e suas melhores descobertas — inclusive a espetacular solução da equação de grau 4 — ele cedeu para publicação em "Artis Magnae".

Perante os ataques de Tartaglia, que Cardano ignorou, Ferrari tomou as dores pelo seu mestre. Entre 10 de fevereiro de 1547 e 24 de julho de 1548 escreveu seis brochuras (cartelli), a que Tartaglia deu igual número de respostas (riposte). A par de insultos e ataques pessoais, cartelli e riposte têm notável conteúdo matemático. A correspondência culminou no fatídico duelo de 10 de agosto. Não perca a continuação.



RESIDÊNCIA ARTÍSTICA

Luiz Bispo vive no rio da Pavuna, que deságua na baía da Guanabara, em uma casa flutuante; segundo ele é uma instalação para conscientizar sobre a poluição no Rio 

HASHTAG

Naná de Luca
folha.com/hashtag

WhatsApp bane usuários por uso de versão pirata

O WhatsApp recentemente derrubou um volume considerável de contas de usuários que recorrem ao chamado WhatsApp GB, versão modificada (MOD) e pirata do aplicativo de mensagens.

O WhatsApp GB viola os termos de uso do aplicativo original. "Não existe nenhuma outra versão do WhatsApp a não ser a oficial (WhatsApp Messenger ou WhatsApp Business). Os aplicativos não compatíveis são versões modificadas do WhatsApp. Eles foram desenvolvidos por terceiros e violam nossos Termos de Serviço. O WhatsApp não é compatível com esses aplicativos

porque não podemos validar as medidas de segurança implementadas por eles", afirma o WhatsApp.

Em seu site, a empresa reforça que o uso de versões modificadas coloca em risco a privacidade e segurança do usuário. Para quem é pego usando o WhatsApp GB, a punição é ter a conta temporariamente banida. Caso insista na prática, a conta pode ser banida de forma permanente — ou seja, o número de telefone não pode mais ser vinculado a uma conta do WhatsApp.

O WhatsApp GB tem modificações como a possibilidade de visualizar mensagens apa-

gadas, retirar o status de online, personalizar a interface, agendar o envio de mensagens, enviar arquivos de áudio e vídeo maiores ou mais opções de emojis. Modificações que parecem valer muito pouco diante do risco de deixar vulneráveis dados sensíveis, como a localização, tanto do usuário quanto de terceiros.

No Twitter, há uma conta que afirma ser "oficial" do WhatsApp GB. Diferente de contas oficiais, no entanto, esta não possui o selo de verificação, concedido pela rede social apenas após um processo de averiguação da identidade do dono da conta. A descrição, em inglês, diz: "Ainda podemos ver as suas mensagens e status deletados". Temerário para qualquer pessoa minimamente

preocupada com segurança digital.

A prática da modificação é muito popular no universo dos videogames, em que jogadores com domínio da programação desenvolvem arquivos que, uma vez instalados corretamente, transformam o jogo original. Nestes casos, os MODs podem servir para aprimorar gráficos e texturas de um jogo ou até acrescentar personagens e corrigir falhas (bugs) da versão original.

A Bethesda, por exemplo, produtora das famosas franquias de RPG Fallout e The Elder Scrolls, abraçou a prática de seus jogadores e incorporou ao seu site oficial uma página para download de MODs de seus jogos, desenvolvendo um manual de boas práticas para as modificações.

ACERVO FOLHA | Há 100 anos 23.mar.1922

Explosão danifica a Diretoria de Armamento da Marinha em Niterói

A explosão que se deu na quarta-feira (22) na Diretoria de Armamento da Marinha, em Niterói (RJ), não atingiu, felizmente, o grande paiol e as oficinas.

Cinco integrantes do batalhão naval e um da polícia fluminense ficaram feridos e não foi registrada nenhuma morte.

O ministro da Marinha, João Pedro da Veiga Miranda,

visitou o local da explosão, louvando os marinheiros, soldados e bombeiros que trabalhavam com denodo.

As munições dos navios de guerra Minas e S. Paulo foram salvas e recolhidas à Ilha do Boqueirão, no Rio.

Ainda não é possível avaliar o prejuízo.

 LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br





As veias abertas

Adriana Varejão tem maior retrospectiva de sua carreira, em que suas representações de ruínas refletem a terra arrasada do país hoje

'Acougue Song', de Adriana Varejão
V. Cente de Mello/Divulgação

Carolina Moraes

SÃO PAULO Está na Pinacoteca de São Paulo meia tonelada de anjos que Adriana Varejão não via desde 1989. É a brincadeira que sua equipe faz com o que está dentro da imensa caixa de 500 quilos que veio do museu Stedelijk, em Amsterdã, que protege uma pintura barroca da artista mostrada só uma vez no Brasil.

E foi por pouco que "Anjos" não voltou para cá. O museu holandês, que é público, hesitou em mandar a obra com um funcionário no meio da pandemia. A artista brasileira chegou a fazer uma campanha em suas redes sociais e enviar uma carta ao museu explicando a importância da pintura para essa mostra que é a maior retrospectiva já realizada em sua carreira.

O quadro veio e se soma ao esforço de trazer a própria artista de volta para o país que ela retrata com suas carnes expostas, fissuras e superfícies craqueladas. As mais de 60 obras da exposição, que começa neste sábado, chegaram de sete países diferentes — e com concierges de cada um deles — para montar esse panorama das principais séries feitas pela artista nas últimas quatro décadas.

"A obra tem que estar interagindo com o público para fazer parte da história. É muito importante que os museus tenham essa consciência, de que a obra é um capital cultural", diz Varejão. "Sendo mostrada para o público é como a obra sobrevive."

A exposição organizada por Jochen Volz, que já trabalhou com Varejão na construção do pavilhão da artista no Instituto Inhotim, traça um arco que vai desde os trabalhos barrocos do final dos anos 1980, quando ela ainda estudava na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro, até trabalhos inéditos da série que ela considera pinturas tridimensionais, as suas ruínas de charque.

Seis obras, duas feitas especialmente para a mostra, vão ocupar a parte central do museu, o octógono. Está ali a "Ruína Brasília", uma coluna com a carne exposta e revestida de azulejos verdes e amarelos que foi apresentada em Nova York no ano passado e agora foi doada ao acervo da Pinacoteca. Está aí, aliás, um outro esforço de Varejão para ficar no Brasil — ela acaba de doar uma obra também para o acervo do Masp.

"A talavera", uma cerâmica mexicana que ela conheceu no próprio país, "usa a composição verde e amarela", conta ela. "Mas foi emocionante porque há pessoas que sentem o resgate dessas cores que foram sequestradas por um outro discurso", afirma ela em relação ao governo atual, de Jair Bolsonaro.

E nesse cenário agitado pelo bicentenário da independência do Brasil e pelo centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, não é só a violência da gestão atual que atravessa as obras de Adriana Varejão.

Os azulejos coloniais craquelados de uma Europa decadente, as fissuras abertas nas cenas de escravidão e a miscigenação do país em tantos tons de tintas escancaram as heranças da nossa formação. E tudo volta ao barroco brasileiro, que a arrebatou ainda jovem durante uma visita a Ouro Preto, em Minas Gerais — outro lugar a ter o patrimônio ameaçado.

"No período dos anos 1980, ela realmente mergulhou na pintura e apresenta nas pinturas algumas buscas ou ideias que percorrem toda a trajetória dela", afirma Volz, o organizador da exposição. "Uma delas, por exemplo, é a ideia da ilusão, um motivo vindo do barroco. É a ideia de que uma coisa pode ser uma pequena janela que se abre para dentro. Há a ilusão da tridimensionalidade, a ilusão de ser um outro material, que aparece nas ruínas."

Continua na pág. C2

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

LADEIRA ABAIXO

O ministro Milton Ribeiro, da Educação, já tinha perdido apoio de grande parte da bancada evangélica no Congresso por causa da pouca atenção que ele dá aos parlamentares do grupo, a quem sempre dedicou pouco espaço em sua agenda de trabalho.

LADEIRA 2 A revelação de que ele dava tratamento preferencial para os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, acusados de fazer lobby na pasta e intermediar a liberação de verbas para prefeitos, aumentou a irritação dos deputados religiosos.

LADEIRA 3 Enquanto os dois pastores conseguiam levar prefeitos para se encontrar com os ministros e tinham seus pleitos atendidos, integrantes da bancada evangélica sequer recebiam resposta dos chamados feitos a Ribeiro.

A VOZ A divulgação, pela Folha, de um áudio em que Ribeiro dizia atender “a todos os que são amigos” do pastor Gilmar, a pedido de Jair Bolsonaro (PL), gerou por isso mesmo revolta na bancada evangélica, que deu a ele 24 horas para se explicar.

VAGO Uma das lideranças mais próximas do presidente Jair Bolsonaro, o pastor Silas Malafaia, do Rio de Janeiro, afirma que o ministro Milton Ribeiro foi vago na nota em que negou favorecimento Gilmar Santos e Arilton Moura, dois pastores acusados de fazer lobby e de intermediar a distribuição de recursos do Ministério da Educação (MEC).

ENDEREÇO Segundo Malafaia, “o ministro é pastor, e tem que provar que é honesto”. Para isso, “ele não pode ser genérico nas afirmações. Ele tem que mostrar, com documentos, o que esses dois caras pediram, se era lícito, o que foi liberado e onde o dinheiro foi parar”.

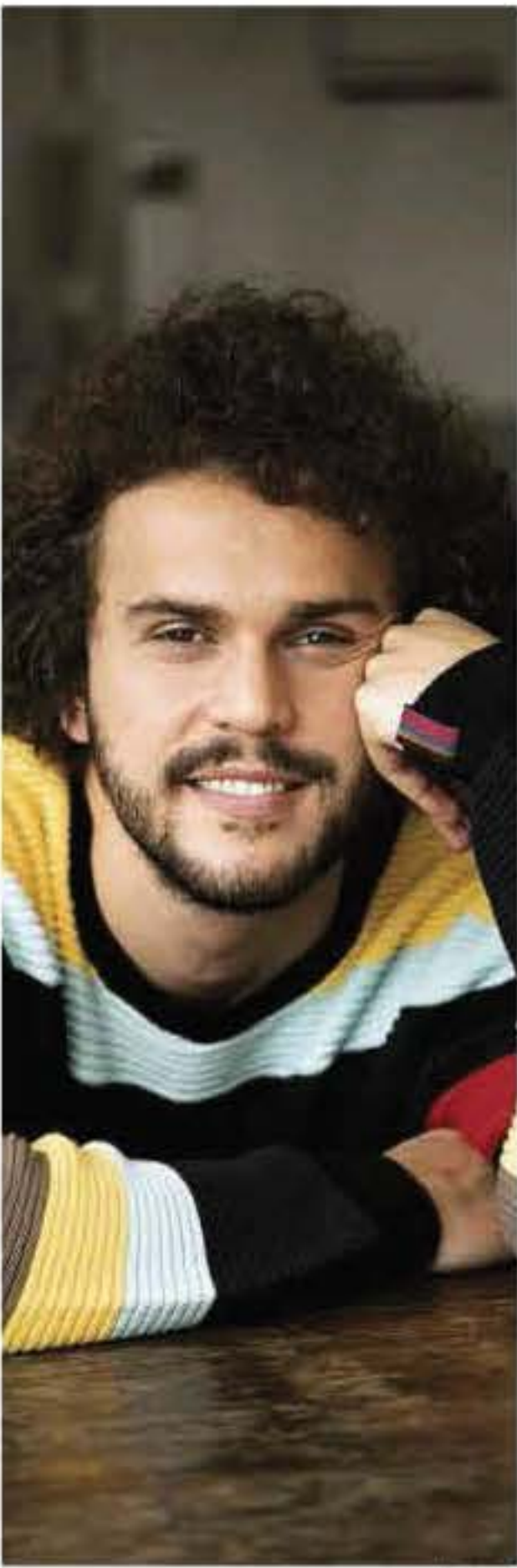
EM DOBRO Malafaia afirma que a população brasileira já tem “preconceito quando se fala de dinheiro e de pastor”. Por isso, a responsabilidade de Milton Ribeiro, que é pastor presbiteriano, seria redobrada. “Ele tem que agir com transparência total. Na política, não basta ser honesto, o que eu acredito que ele é. Tem que provar”, repete.

ASSINATURA Malafaia diz que a coisa fica ainda mais séria pois envolve também outros dois religiosos.

ASSINATURA 2 “O ministro é pastor e tem pastores envolvidos na história. A transparência tem que ser a máxima possível”, diz ele.

IMAGEM A DPU (Defensoria Pública da União) enviou uma nota técnica ao Congresso sugerindo mudanças no projeto de lei que modifica as regras sobre o reconhecimento fotográfico de suspeitos de cometerem crimes. O texto foi aprovado pelo Senado, e agora precisa passar pela Câmara.

IMAGEM 2 O procedimento é atualmente praticado pelas polícias, mas não é regulamentado pela lei. A defensoria quer que a obrigatoriedade de gravação em vídeo do procedimento seja incluída no texto do PL. O órgão diz que o sistema resulta em falhas que alimentam uma máquina de prisões injustas no país.



Leo Aversa/Divulgação

O músico Theo Bial, filho do apresentador Pedro Bial e da atriz Giulia Gam, lança nesta sexta-feira (25) o single “Ela”. A canção faz parte do seu álbum de estreia, que chega às plataformas digitais em maio, produzido por Celso Fonseca. Serão dez faixas, todas autorais. O disco terá participações de artistas como Mart'nália e Moacyr Luz. “Este trabalho começou a ser feito durante a pandemia. Pensei nele com muito carinho, para imprimir boa parte das minhas referências, que vão da bossa nova ao pop, passando pelo samba e o jazz”, diz

RAINHA DO SAMBA A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta terça-feira (22) o prêmio Elza Soares. A iniciativa é da Bancada Feminista, mandato coletivo do PSOL na Casa, que protocolou o projeto em janeiro, poucos dias após a morte da cantora. A homenagem será destinada a mulheres negras de destaque no cenário musical.

RAINHA 2 As artistas selecionadas por uma comissão julgadora terão seus trabalhos divulgados por todos os meios de comunicação da Câmara na semana de 23 de junho, data de nascimento de Elza.

FONE “Tristonho”, primeira música de Alaíde Costa em parceria com Nando Reis, chega às plataformas musicais no dia 8 de abril. A canção faz parte do álbum “O Que Meus Calos Dizem Sobre Mim”, que será lançado pela cantora em maio. O CD tem produção de Emicida e Marcus Preto, e direção musical de Pupillo.

FONE 2 Nando Reis diz escutar Alaíde desde que nasceu. O músico afirma ter escrito a letra de “Tristonho”, melodia que Alaíde tinha guardada na cabeça desde os anos 1960, em meia hora. “Foi como se as palavras estivessem escondidas atrás das notas. Eu simplesmente as descortinei”, completa.

PIPOCA A comédia “Incompatível”, estrelada por Giovanna Lancellotti e Nathalia Dill, chega aos cinemas no dia 28 de abril. O filme acompanha um homem (Gabriel Louchard) que está prestes a se casar com a garota dos seus sonhos, vivida por Lancellotti.

*

Os planos do casal vão por água abaixo quando ela conhece uma youtuber que dá conselhos amorosos (Dill).





Eduardo Knapp / Folhapress



“A obra tem que estar interagindo com o público para fazer parte da história. É muito importante que os museus tenham essa consciência, de que a obra é um capital cultural”

Adriana Varejão
artista plástica

No alto, Adriana Varejão em frente à obra 'O Iluminado'; à esq., 'Altar Amarelo', de 1987; à dir., 'Azulejaria de Cozinha com Caças Variadas'

Fotos: Vicente de Mello / Divulgação



As veias abertas

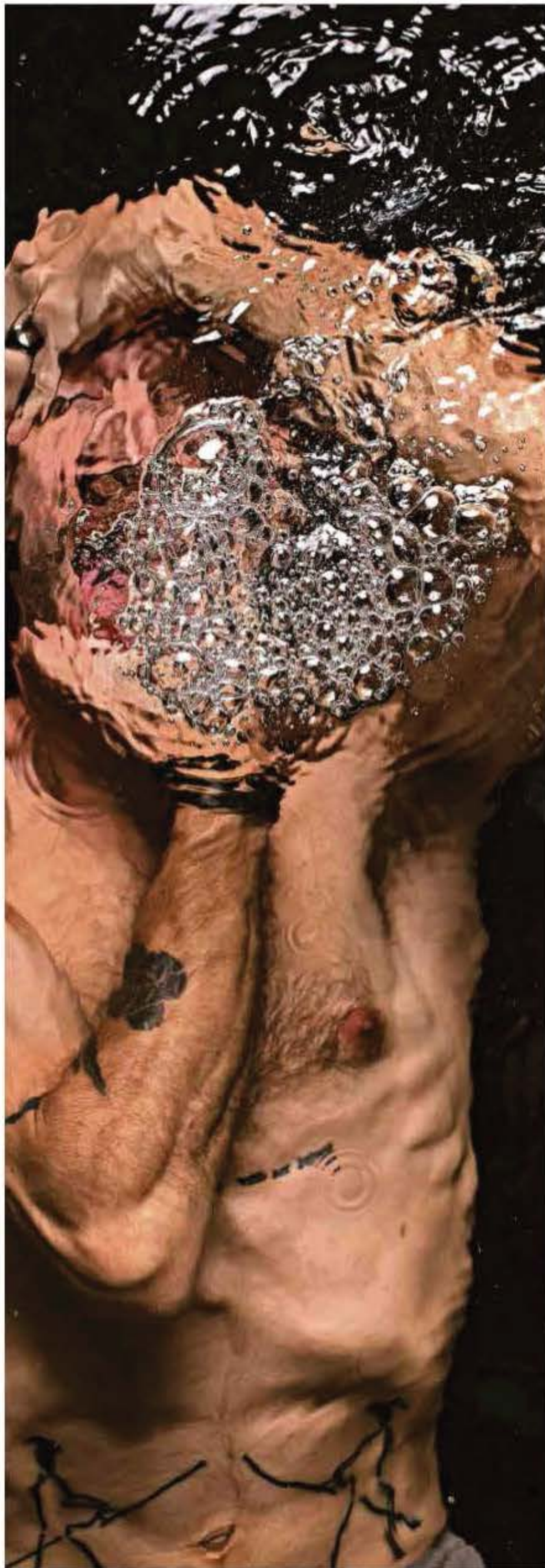
Continuação da pág. C1
É como se nas camadas espessas que ela cria naquelas pinturas do começo da trajetória — e que se multiplicam nos trabalhos com ainda mais materialidade que vieram depois — Varejão escondesse e revelasse ao mesmo tempo através de cortes, de frestas. “Adriana Varejão: Suturas, Fissuras, Ruínas” abre o calendário da Pinacoteca que debate a arte decolonial. Segundo Volz, as obras dela dialogam justamente com es-

sa pauta agitada pelo bicentenário da independência, do mito de uma certa diversidade na formação do Brasil. “Ela tem essa ideia do que é a arte brasileira e esse olhar cuidadoso para uma história visual que é dominada por um olhar, influência e academicismo europeus, e a partir disso faz a estratégia da paródia”, diz o curador. Varejão conta que, nos últimos tempos, fez uma incursão por textos de Mário de Andrade e nas ideias que ele defen-

deu de construir uma brasilidade que fosse “inclusiva em termos culturais”. “A gente vê que o projeto dele não se deu justamente por essa inviabilidade do próprio Brasil, das questões políticas do país. Acho que sou uma artista que tenta pensar também nesse projeto”, afirma Varejão. Parece fazer parte desse esforço o diálogo com uma geração mais nova de artistas, que voltou com força à pintura. Segundo Varejão e Volz, é o exercício da pintura que cos-

tura a organização da mostra. “Pintar nos anos 1990 perdeu completamente a força, era o patinho feio. Todo mundo fazia instalação, escultura”, lembra ela. “Agora eu vejo toda uma geração extremamente política e muito vigorosa em relação à pintura figurativa.” Volz também vê essa carga política no trabalho da própria Varejão, que trabalha temas que são caros a essa nova geração de pintores. “Nessa pesquisa social, ou sobre a história visual desde o final

dos anos 1980 até hoje, Adriana tem desenvolvido uma forma própria de apontar que há feridas na história brasileira.” Ou como a própria Varejão definiu ao curador numa entrevista que integra o catálogo da exposição, “minha ferida serve para profanar a história contada pelos vencedores”.
Adriana Varejão: Suturas, Fissuras, Ruínas
Pinacoteca - pça. da Luz, 2, São Paulo. Qua a seg.: 10h às 18h. Abre neste sábado (25). Até 1º de agosto. R\$ 20, em: p.nacoteca.org.br



Chris Couto, Ricardo Gelli e Carolina Borelli na peça 'Anjo de Pedra', em montagem dirigida por Nelson Baskerville com base no texto de Tennessee Williams

Fotos Ronaldo Gutierrez/Divulgação

‘Anjo de Pedra’ não revigora Tennessee Williams

Montagem faz referência à pandemia de Covid de maneira simplista e não supera entraves prolixos do texto original

TEATRO

Anjo de Pedra

★★★★★

Tucarema - r. Monte Alegre, 1.024, São Paulo. Sex. e sáb.: às 21h, dom.: às 18h. Até 15 de maio. R\$ 40 a R\$ 80. 12 anos

Paulo Bio Toledo

Nas “Memórias” de Tennessee Williams, publicadas em 1975, ele diz que Alma Wine-miller, protagonista de sua peça “Summer and Smoke” —traduzida no Brasil como “Anjo de Pedra”— talvez seja

a melhor personagem feminina que ele criou para o teatro.

A afirmação superlativa provavelmente tem a ver com o fato de Alma ser uma personagem que encarna, em seu interior dilacerado, todo o embate titânico que fundamenta aquela peça.

Filha de um pastor anglicano, criada sob estrita educação religiosa, Alma se vê tomada de paixão por John Buchanan Junior, um jovem médico, cético, que despreza o misticismo religioso e que, apesar do que sente por Al-

ma, está inebriado pelos prazeres materialistas da carne —jogos, bebidas, festas, sexo.

Segundo Tennessee Williams, que escolheu como pseudônimo o nome de um estado no sul dos Estados Unidos —seu nome de batismo é Thomas Lanier Williams 3º—, esse tipo de conflito não é uma abstração filosófica, ou uma especificidade daquelas personagens, mas algo intensamente ligado ao país.

Em sua obra, Williams vai fundo na investigação subjetiva de suas person-

gens, mas faz isso para delas extrair um tipo de substância dos Estados Unidos.

A conjugação da moral religiosa protestante com o pragmatismo desumanizador da sociedade capitalista, cada qual carregando seus próprios mecanismos repressores, cria estrago social e ambientes asfixiantes e violentos que o autor soube bem mostrar, sobretudo na forma como incidem sobre a mulher.

Entretanto, no espetáculo dirigido por Nelson Baskerville, a conexão da peça

com os Estados Unidos da primeira metade do século 20 —e, portanto, a forte diferença de latitude com relação ao Brasil— não parece ser um problema a ser enfrentado. São tímidas as tentativas de propor novos horizontes reflexivos, a partir da peça, que poderiam atualizar e reativar o interesse por ela.

Num desses breves rearranjos, quando John Buchanan decide seguir os passos do pai e atuar no combate à pandemia de gripe espanhola, um vídeo reproduzido em

cena mostra imagens da pandemia atual e do negacionismo de fundamento religioso que se contrapõe ao isolamento, vacinação, máscaras.

Mas essa tentativa mais autoral da montagem, que poderia dar novo vigor para a peça de Williams, se desenvolve de forma simplista. A julgar pela analogia, John Buchanan, médico que atuou no combate científico a uma pandemia, faria parte, naquela altura da trama, de um tipo de consciência esclarecida.

Continua na pág. C5



Continuação da pág. C4

Seria, assim, um contraponto à moral religiosa que asfixia a pulsão de vida de Alma.

Mas Tennessee Williams sempre desconfiou dos dois lados dessa equação. Se a moral religiosa é terrível e castradora, também o pragmatismo científico é arrogante, desumanizador e violento.

Alma termina viciada em algum tipo de ansiolítico prescrito por John —ela chega a decorar o número da receita médica e diz a certa altura “penso nesses algarismos como se fossem o número de telefone de Deus”. Com cirúrgico sarcasmo, o autor ironiza a crença de que a ciência é, em si, a superação do obscurantismo religioso.

Na justa tentativa de conectar a obra à atualidade, o es-

petáculo acaba por criar um dualismo e, assim, neutralizar parte da viva representação dialética que Williams fez da sociedade moderna.

Ao mesmo tempo, entretanto, a montagem se apega demais ao andamento excessivamente prolixo do texto original, insiste nos longos debates entre Alma e John, que giram em falso e são repletos de uma sentimentalidade quase patética.

A versão atual de “Anjo de Pedra” parece reproduzir esses entraves da obra —que, ao que tudo indica, são um dos porquês do texto nunca ter empolgado demais em suas incursões pela cena e telas desde a década de 1940— e, ainda assim, se afastar de suas melhores qualidades reflexivas.

Peça revive o elo entre o estilista Dener e a viúva de João Goulart

Montagem com memórias de Maria Thereza, mulher de Jango, detalha bastidores do início da moda no país

Gustavo Zeitel

RIO DE JANEIRO No dia 13 de março de 1964, a então primeira-dama, Maria Thereza Goulart, sentiu medo. Ela recebera informações de que o presidente, João Goulart, sofreria um atentado em seu derradeiro ato popular. Às portas da ditadura, o comício da Central do Brasil reuniu 200 mil pessoas no centro do Rio de Janeiro. Jango pressionava o Congresso para implantar as reformas de base, que garantiriam a justiça social no país.

“Ele estava com pressão alta. No carro, suava frio. Perguntei ‘por que você vai fazer isso?’ E ele respondeu ‘esse discurso eu tenho que fazer, nem que seja o último’”, ela conta. Além da preocupação com a saúde do marido, a ex-primeira-dama, conhecida pelo trabalho na Legião Brasileira de Assistência, a LBA, reafirmava sua atuação política. “Jango não foi compreendido na época. Ele sonhava com as reformas, mas foi tachado de comunista.”

Aos 80 e muitos —sua idade permanece em segredo— Maria Thereza se lembra de tudo. Não à toa, as memórias sobem ao palco do teatro Eva Herz, destacando outra faceta de sua personalidade.

A peça “Maria Thereza e Dener”, do diretor Ricardo Grasson, mostra como a amizade da ex-primeira-dama com o estilista Dener Pamplona de Abreu ajudou a fundar a moda brasileira.

“Os diálogos ali reproduzidos são idênticos aos que eu tinha com Dener. Ele foi um dos amigos que mais lamentei perder”, diz.

Os atores Angela Dippe e Thiago Carreira recordam a amizade da dupla, desde os altos e baixos do ateliê Dener Alta-Costura até o exílio da família Goulart. A ideia da peça nasceu do livro “Uma Mulher Vestida de Silêncio - A Biografia de Maria Thereza Goulart”, de Wagner William publicado pela editora Record, em 2019.

Entre as primeiras-damas, Maria Thereza não esconde a preferência pelo carisma e trabalho de Ruth Cardoso. Atualmente, diz desconhecer as funções de Michelle Bolsonaro. “Eu não a vejo, ela aparece tão pouco. Não sei o que ela faz”, afirma.

Encantada com o trabalho de Dener, que ainda trabalhava na boutique Casa Canadá, Maria Thereza passou a tomar lições de moda e comportamento com o estilista. A peça mostra cenas em que ela desfilava na Granja do Torto para aprender, sob o escrutínio do amigo, a caminhar com elegância. Também entendeu o inverso —como deveria se sentar— e, sobretudo, o que fazer numa festa de desconhecidos. “Dener foi um guru na minha vida”, afirma.

O estilista, por sua vez, encontrou a modelo ideal para a fundação da moda brasileira. Se antes as mulheres imitavam as tendências francesas, na década de 1960 tiveram uma referência de estilo em território nacional.

Naquela época, Dener já era famoso por ter vestido a modelo Danuza Leão e a primeira-dama Sarah Ku-

bitschek. O estilista cultivou uma personalidade excêntrica. Uma das lendas conta que ele tomava banho de leite para dar viço à pele. Em seguida, distribuía o líquido sagrado para as pléiades do bairro. Folclores à parte, ele foi o único amigo a visitar o casal João e Maria Thereza Goulart no exílio, quando moraram numa fazenda no Uruguai. Dener morreu de cirrose hepática em 1978.

No guarda-roupa de Maria Thereza, havia oito vestidos. O estilista não desenhava peças “bafônicas”. Segundo ele, o gênero deveria ser a simplicidade, e as cores claras eram ideais ao tipo “moreno e bem brasileiro”.

Dessa forma, Maria Thereza passou a estampar capas de revistas do Brasil e do mundo. A Time, dos Estados Unidos, a considerou uma das “belezas reinantes”, ao lado de Grace Kelly, a princesa de Mônaco, e Jacqueline Kennedy. A comparação com a primeira-dama americana era constante, tanto que Dener se inspirava nos vestidos de Kennedy para vestir Maria Thereza.

“Ele fez tudo. De roupas para usar pela manhã até para coquetéis. Só pedi para que ele não fizesse *tailleur*, porque não gosto de usar. Ele me dizia que eu não podia me vestir como uma adolescente.”

Maria Thereza e Dener estiveram juntos no esboço da modernização do país. A moda era confluyente ao projeto de Brasília, de Juscelino Kubitschek. Tendo sido segunda-dama nos governos JK e Jânio Quadros, Maria Thereza viu que a beleza não era dádiva, mas sim uma conquista individual.

Dener não imitava as grifes europeias. Criou um estilo próprio para as brasileiras, que admiravam a primeira-dama. Morando na Lagoa, zona sul do Rio de Janeiro, a ex-primeira-dama gosta de fazer caminhadas e ginástica, três vezes na semana. “Isso é importante, porque nessa idade, qualquer coisa, você morre de repente.”

Maria Thereza ecoa um projeto de Brasil inacabado. “Eu sou fã da mulher brasileira, principalmente a carioca, que é simples e elegante.”

Ela avalia que a moda mudou muito. Não há mais o luxo de outrora. Mesmo em 1980, quando morou no Rio Grande do Sul, ainda usava vestidos pomposos, que caíram em desuso, segundo ela, porque já não há mais festas e encontros como no passado. Maria Thereza sustenta a tese de que a moda brasileira é “descontraída” —sendo, ela mesma, praticante da descontração. “A moda precisa combinar com a personalidade de cada um.”

Depois de décadas, ela segue os ensinamentos de Dener que, certa vez, declarou ser agradável costurar para Maria Thereza, porque a primeira-dama tinha as medidas perfeitas. Po-dre de chique, ela concorda. “Como sou muito magrinha, tudo fica bem em mim.”

Maria Thereza e Dener

Direção: Ricardo Grasson. Com: Angela Dippe e Thiago Carreira. No teatro Eva Herz - av. Paulista, 2.073, São Paulo. Qua. e qui.: às 20h. De R\$ 25 a R\$ 50. Até 28 de abril 12 anos



A ex-primeira-dama Maria Thereza Goulart 15.jul.1967/Folhapress



Angela Dippe e Thiago Carreira na peça Priscila Prade/Divulgação

ilustrada

HBO Max terá novela com vilã interpretada por Camila Pitanga

Plataforma entra na nova onda dos folhetins para o streaming em trama criada pelo escritor Raphael Montes

Leonardo Sanchez

SÃO PAULO Certo dia, enquanto andava pela rua, Raphael Montes percebeu a quantidade gigantesca de clínicas de estética em seu caminho. Quando pegou o celular, se deparou com o narcisismo das redes sociais. Nas rodas de conversa, passou a notar que muita gente do seu convívio estava passando por procedimentos como harmonizações faciais e lipoaspirações. Foi aí que teve a ideia de seu novo projeto, "Segundas Intenções".

A epifania sobre o quão imersa nossa sociedade está na indústria da beleza, no entanto, não originou um livro, como os sucessos "Suicidas" e "Dias Perfeitos", que deram a ele a sua fama — acabou sendo transformada em roteiro e agora deve inaugurar um novo formato que mistura novela e série na HBO Max.

Batizado de telessérie, ele é cria de uma disputa entre a linguagem da TV tradicional e as revoluções trazidas com o sob demanda, que nos últimos anos tem provocado debates sobre o futuro do audiovisual especialmente no Brasil, onde as novelas, tão clássicas e particulares, estão arraigadas na cultura local.

"Existe uma mudança na maneira de o público consumir conteúdo, e isso por mil questões, não só pelo streaming. Mas ao mesmo tempo existem estudos que apontam para uma volta do melodrama. As últimas grandes séries de sucesso no mundo bebem do melodrama, tratam de questões de amor, dinheiro e morte", diz Montes, que tem "Succession" e "Euphoria" como referências em sua carreira de roteirista.

"Para o público da América Latina, a telessérie é o meio do caminho ideal, porque traz os conflitos dos folhetins e, ao mesmo tempo, uma certa agilidade. É um for-

mato que pode ser a resposta para o futuro da teledramaturgia no Brasil. Muito se fala sobre o fim das novelas, mas eu prefiro pensar que elas vão mudar, não acabar."

Seu mentor no projeto concorda. "As telesséries são um passo adiante no entretenimento, porque conjugam a emoção da novela com a razão das séries em diversos gêneros", afirma Silvio de Abreu, showrunner de "Segundas Intenções". Ele supervisiona outros projetos semelhantes na HBO Max — que do melodrama partirá ainda para o policial, a comédia e o épico —, meses depois de deixar um contrato de quatro décadas com a Globo, onde foi chefe de dramaturgia.

"Eu não acredito que o streaming vá matar a TV aberta, da mesma forma que nunca acreditei que a televisão mataria o cinema. São divertimentos diferentes e sempre existirão, mas é verdade que, na disputa da preferência popular, cada nova modalidade ganha um pouco do favoritismo da outra", afirma. "O que queremos é ser apenas uma boa opção para o público cansado da TV tradicional."

Além de Silvio de Abreu, a HBO Max capturou outro nome de peso que participou do recente êxodo de atores, executivos e mentes criativas que deixaram os contratos fixos com a Globo — Camila Pitanga. Ela será a protagonista, que no caso também é vilã, de "Segundas Intenções".

Na trama, a atriz dará vida a Lola, uma mulher bonita e ambiciosa que sonha em ter sua própria clínica de estética. Ela então se envolve com um playboy que é herdeiro de uma poderosa família de cirurgias plásticas e, ao ser confrontada por seu marido, decide matar o homem. Rocambolosa, a história ainda vai mostrar como a personagem convence sua empregada



A atriz Camila Pitanga, que fará vilã em novela da HBO Max Divulgação

a assumir a autoria do crime.

Novos nomes do elenco devem ser anunciados em breve, e as gravações dos cerca de 50 episódios estão marcadas para começar no segundo semestre. Provando a sinergia entre TV e streaming da qual "Segundas Intenções" deriva, uma atriz novata será escolhida para o projeto numa competição transmitida dentro do programa diário de Faustão na Band.

A combinação entre Montes e Abreu ilustra bem a motivação por trás dessas telesséries. O primeiro, aos 30 anos, tem imensa popularidade entre os leitores jovens — fatia de público que nem Larissa Manoela tem conseguido atrair para as novelas — e escreveu a série de sucesso "Bom Dia, Verônica" para a Netflix. O segundo, aos 79, é um dos pais do estilo folhetinesco que conhecemos e grande conhecedor do público brasileiro.

"A visão jovem que ele traz para o projeto me encanta e a minha experiência permite que ousemos sem medo de errar", afirma Abreu, sobre a parceria de agora no streaming.

Mas a HBO Max não é a única a enxergar tanto esgotamento, quanto potencial nas novelas. A Netflix já anunciou que está trabalhando em projetos folhetinescos no Brasil, enquanto a Globo criou uma versão de "Verdades Secretas 2" para a televisão e outra para o Globoplay. O serviço também trabalha com João Emanuel Carneiro numa outra novela original para o streaming.

Nessa simbiose, "Segundas Intenções" deve preservar elementos importantes como o já citado melodrama, o número grande de capítulos, os ganchos, as viradas surpreendentes e a trilha sonora romântica. Já das séries, vai incorporar os personagens menos maniqueístas e mais aprofundados, um único núcleo principal e a agilidade da narrativa. Também terá maior liberdade na hora de tratar de alguns temas, abordando, por exemplo, a violência e a sensualidade de maneira menos pudica.

Os dois temas serão onipresentes na telessérie, que tem uma história movimentada pela vingança. É prova de que Montes não renegou as raízes policiais de seus livros. Em paralelo a "Segundas Intenções", ele trabalha ainda na segunda temporada de "Bom Dia, Verônica" e num projeto para o Disney+, o que não o atrapalhou na hora de assinar um contrato de primeira mão, de três anos, com a HBO Max.

Novas séries virão em breve, mas novos livros também estão nos planos, garante ele.

Globo abusa do streaming como plataforma de experimentação

ANÁLISE

Tony Goes

Em entrevista a este colunista em dezembro do ano passado, Ricardo Waddington, diretor de entretenimento da Globo, contou que a emissora estava pensando em arriscar mais justamente no produto que é seu carro-chefe há mais de 50 anos — a telenovela.

Durante três anos, alguns autores teriam carta branca para contar histórias fora dos padrões, sem o compromisso de arrebanhar na audiência. A tentativa de alargar os limites do gênero serviria para atrair de volta um público que parece ter se desinteressado pelos folhetins, os jovens.

Parece que o plano começará a ser posto em prática no final deste ano, mas não na TV aberta. Em sua principal janela, a Globo continuará privilegiando tramas de sabor tradicional. Como o remake de "Pantanal", que entra no ar no dia 28 de março.

A experimentação, pelo menos num primeiro momento, ficará relegada ao streaming. Já há um exemplo bem-suce-

dido — "Verdades Secretas 2", lançada pelo Globoplay em outubro do ano passado. Com só 70 capítulos e tórridas cenas de sexo, a novela de Walcyr Carrasco alcançou um alto número de visualizações e uma ampla repercussão nas redes sociais, apesar de ter sido enxovalhada pela crítica.

Na semana passada, a Globo surpreendeu o mercado ao confirmar que "Olho por Olho", anunciada há pelo menos dois anos como a sucessora de "Pantanal" na faixa das nove da noite, desembarcará diretamente no Globoplay, sem data prevista para chegar à TV aberta. A trama de João Emanuel Carneiro terá só 85 capítulos, bem menos que os 150 habituais, e estreará com o final ainda em aberto — o desfecho dependerá da reação do público.

"Pantanal" será substituída por "Travessia", assinada por Glória Perez. Ou seja, na TV aberta, a Globo prefere apostar na fórmula que ainda garante ao canal uma liderança folgada, apesar de distante dos índices estratosféricos de duas décadas atrás. Prefere não alienar o espectador que



Cena de episódio de 'Verdades Secretas 2', lançada pelo Globoplay Divulgação

ainda é fiel a ela, enquanto testa as novidades no Globoplay.

É uma estratégia que faz sentido. Até porque a concorrência está se mexendo. O curioso é que o novelão nos moldes antigos, com centenas de capítulos e vilões e mocinhos bem demarcados, parece longe de seu último suspiro. Na Netflix, a caretíssima trama colombiana "Café com Aroma de Mulher" passou vários dias como a atração mais vista da plataforma.

Mas a garotada, habituada ao ritmo vertiginoso das séries e à variedade temática que elas oferecem, não quer mais acompanhar novela todo dia no mesmo horário, como seus pais e avós faziam. Até porque o final é para lá de previsível — o par romântico fica junto no último capítulo, e todos vivem felizes para sempre.

As novelas no streaming serão bem-sucedidas? É muito provável que sim. Com menos subtramas e nenhuma enrolação, elas podem de fato se transformar num gênero híbrido da teledramaturgia. Mas a metamorfose só estará completa no dia em que chegarem à TV aberta.

O carioca e o micuim

Não entendo por que amo o Rio e entendo menos ainda quem não ama

Gregorio Duvivier

É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

O leitor urbano talvez não terá tido a sorte de ser escolhido como hospedeiro de um micuim. Aconteceu quando eu tinha uns oito anos. Não sei se há um índice pra coceiras. Acredito que o filhote de carrapato-estrela, a despeito do tamanho milimétrico, provoca a maior cafubura que um ser humano pode experimentar. Nunca vi tanto comichão, por tanto tempo, e nos lugares mais irritantes. O bicho gosta das nossas dobras, debaixo do braço

ou da virilha, isso se você der sorte. Meu primo Miguel hospedou por um bom tempo um desses no saco escrotal, e as tias tinham que ajudá-lo a mergulhar as bolas num copo de água gelada com anti-inflamatório. Meu micuim de estimação viveu em mim por poucos dias mas pareceram séculos, porque foram poucos os minutos em que me deixou pensar em outra coisa. Mas o pior, por incrível que pareça, veio depois que

ele foi embora, numa pinça. Ao partir, o bicho não deixou dor, nem marcas, mas algo pior: a saudade. Tinha poucos anos mas lembro a estranheza de sentir algo tão complexo quanto o vazio. Percebi que minha vida tinha se organizado ao redor daquele comichão e tinha ficado órfão sem ele. Olhava minha pele e faltava alguma coisa naquele mar de epiderme virgem, sem picada, sem função. Minha virilha tinha virado terreno baldio.

Por que estou falando de carrapato? Fazia tempo que não saía do Rio de Janeiro. E percebi que minha relação com a cidade parece muito com a relação com o micuim. Passo os dias me irritando com ela, mas quando me afasto fico órfão da coceira. Essa cidade coça nos lugares mais irritantes —mas de teste quando para de coçar. Assim que saio do Rio, começo a sonhar com ele. Esqueço tudo o que me enlouquece na cidade e me sinto culpado por isso, passo a me odiar por não odiá-la. Mal me afasto do Rio e me torno um bairrista inveterado. Não suporto que alguém fale mal da cidade na minha frente. As feridas cicatrizam e não consigo fugir do saudosismo. É um paradoxo: não entendo por que amo essa cidade, mas entendo menos ainda como é que alguém consegue não amá-la. “Quando me perguntam ‘por que você mora em Nova York?’ não sei responder”, diz a Fran Lebowitz, “só sei que tenho profundo desprezo por quem não tem coragem de morar aqui”.

Ouvi uma vez de uma esposa, preocupada com a demora do consorte: “marido quando atrasa preocupa, quando chega incomoda”. Me senti contemplado. O Rio de Janeiro, de perto, enlouquece. De longe? Faz falta.



Catrina Bessel

DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Série abusa de nu masculino ao tratar de revista para mulheres

Minx - Uma para Elas

HBO Max, 16 anos. No início da década de 1970, surgiu uma novidade nos Estados Unidos —revistas como “Playgirl” e “Viva”, que traziam fotos de homens nus para o público feminino. Essa época é retratada em chave cômica nesta série, que gira em torno da fictícia revista “Minx”. É uma sitcom bastante tradicional, a não ser por um detalhe — não faltam nus frontais masculinos, até hoje raros na TV e no cinema. Dois episódios já estão disponíveis.

Boletim de Notícias

YouTube da Sou 1 de 11 Milhões, grátis. Associação Movimento Nacional Sou 1 de 11 Milhões de Trabalhadores da Cultura estreia nova temporada do programa, com apresentação de Ana Luiza Pradella e Paulo Barros e foco nos profissionais da cultura de 13 cidades paulistas. Um novo episódio toda quinzena, às quartas. O primeiro é dedicado a Santos.

Regeneração dos Espaços Urbanos

YouTube, 19h, grátis. Celebrando o sexto Italian Design Day, o Instituto Europeo di Design, o consulado italiano em Belo Horizonte e a Casa Fiat de Cultura promovem um debate online entre os arquitetos Alexandre Salles e Nara Grossi.

Lost + Found

Curtal, 20h, 1v. Série inédita sobre os profissionais brasileiros que trabalham com a preservação do audiovisual. O primeiro episódio é dedicado a Saulo Pereira de Mello, que restaurou o filme “Limite”.

Midsommar: O Mal Não Espera a Noite

Telecine Premium, 22h, 18 anos. Um grupo de amigos americanos vai a uma ilha na Suécia para participar de um festival de verão. Logo eles descobrem que o evento esconde algo de aterrador. De Ari Aster, diretor de “Hereditário”.

A Ilha da Fantasia

Globo, 23h20, 14 anos. Um hotel de luxo numa ilha remota garante a seus hóspedes a realização de todos os seus sonhos, mas nem tudo sai como o esperado. Um dos maiores sucessos dos anos 1970, a série ganha versão contemporânea. A sessão “Cinema do Líder” exibe dois episódios em sequência.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Daiquiri Caco Galhardo



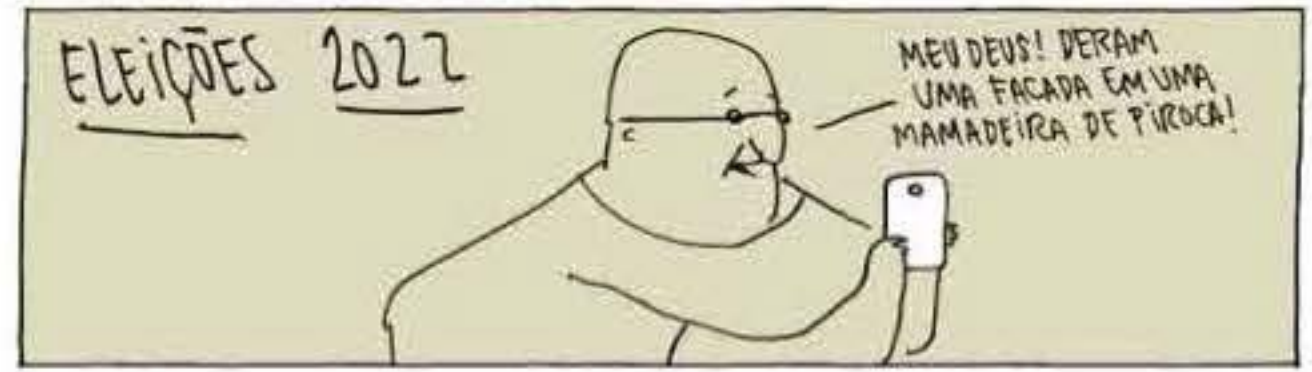
Níquel Náusea Fernando Gonsales



A Vida Como Ela Yeah Adão Iturrusgarai



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



SUDOKU

texto art.br/fsp

DIFFÍCIL

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 9 | | |
| | 4 | | | 2 | 3 | 7 | | |
| 1 | | 2 | 5 | | | 6 | | |
| | 8 | | | 6 | | | | 3 |
| 3 | | | | 9 | | | | 1 |
| 9 | | | | 4 | | | 8 | |
| | 7 | | | 6 | 1 | | 8 | |
| | | 1 | 4 | 5 | | | 7 | |
| | 5 | | | | | | | |

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid.

SOLUÇÃO

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9 | 4 | 2 | 5 | 6 | 1 | 8 | 3 | 7 |
| 6 | 8 | 3 | 9 | 7 | 2 | 5 | 1 | 4 |
| 3 | 1 | 5 | 7 | 4 | 8 | 2 | 9 | 6 |
| 7 | 9 | 1 | 6 | 3 | 4 | 5 | 2 | 8 |
| 5 | 2 | 8 | 3 | 1 | 7 | 9 | 6 | 4 |
| 8 | 6 | 4 | 2 | 9 | 3 | 1 | 5 | 7 |
| 2 | 3 | 7 | 8 | 5 | 6 | 4 | 1 | 9 |
| 4 | 5 | 6 | 1 | 2 | 9 | 3 | 7 | 8 |
| 1 | 7 | 9 | 4 | 8 | 5 | 6 | 3 | 2 |

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. (Cin.) Forma popular de se denominar os filmes com duração mínima de 70 minutos / (-Francorchamps) Famoso circuito belga de corridas 2. Segregação das populações negra e branca da República da África do Sul (século XX) 3. Sarnento 4. Guiar e irritar animais por meio de palavras / Abreviatura inglesa de Nações Unidas 5. Plutônio, elemento químico / Um tipo de laranja com sabor adocicado 6. Nexo causal ou lógico / Roçar 7. História cheia de acontecimentos / Barrilha 8. Em uns / Uma forma de se abreviar o nome do sexto mês do ano 9. Temposo, afincado ao seu parecer 10. Grande entusiasmo 11. Examinar a exatidão de instrumentos de medição / Sigla de um estado da região Nordeste 12. Qualidade daquilo que é negro, escuro 13. Um animal como o porco ou o tico-tico / Um carro da GM.

VERTICAIS

1. (Rel.) Uma cerimônia da Quinta-Feira Santa, onde o sacerdote imita um dos atos que Jesus fez a seus discípulos na Última Ceia / Luz 2. (Mús.) Abreviatura de opus (obra) / O primeiro de três anônimos / Uma abreviatura do nome do segundo mês do ano 3. (Valley) Famosa região vinífera da Califórnia, nos EUA / Orixá que preside às lutas e às guerras 4. (Ingl.) Acessório de cozinha usado para grelhar / A parte da flor que contém os grãos de pólen 5. Trazer para si / Do RS, SC ou PR 6. O da Fonseca, político e militar gaúcho (1855-1923), ex-presidente do Brasil / O antônimo de guaçu 7. (Trigon.) Símbolo de seno / Dar pousada / Agência Estado 8. Camarão de água doce / Expor, apresentar 9. O compositor Barbosa (1910-1982), de “Trem das Onze” / Um grão de mamífero felino do Brasil.

| | | | | | | | | | |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| 1 | | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | |

Sen. Alojzije, 8. P. tu, Aduzit, 9. Adoniran, Onça. Ogundele, 4. Grill, Anteria, 5. Atzait, Sulino, 6. Hermes, Milim, 7. VERTICAIS: 1. Lava-pés, Chama, 2. Op, Fulano, Fey, 3. Neapa, 4. Delirio, 11. Aferir, RN, 12. Mela, 13. Ave, Omega. UN, 5. Pu, Lima, 6. Elo, Seda, 8. Nuns, 9. Con- HORIZONTAIS: 1. Longa, Spa, 2. Apartheid, 3. Pireto, 4. Afetar

ilustrada



André Stefanini

O efeito ogro não passará tão fácil

O isolamento imposto pela Covid-19 acarretou prejuízos às boas maneiras

Marcelo Coelho

Autor dos romances 'Jantando com Melvin' e 'Noturno', é mestre em sociologia pela USP

Lembro bem: no começo da pandemia, houve gente que resolveu aproveitar o tempo dentro de casa. Muita coisa parecia possível: entrar num programa sério de fitness, aprender italiano, voltar a tocar um instrumento. Artesanato, quem sabe? Daria até para ganhar algum dinheiro. Ocorreram casos de sucesso. O mais comum, entretan-

to, foi a vitória da entropia, da rotina, da falta de imaginação e de vontade.

O fenômeno ganhou um nome em inglês: as pessoas entraram em "goblin mode". Modo gnomo, ou, talvez mais propriamente, modo ogro.

Nem falo do consumo exagerado de bebidas alcoólicas. As pesquisas variam, e às vezes aumentam a confusão: li, por exem-

plo, que as vendas online de bebidas cresceram de modo alarmante durante o confinamento. Mas isso é óbvio — toda venda online cresceu na pandemia.

Outra notícia dizia que "as mortes por intoxicação alcoólica cresceram enormemente" — mas foi dado menor destaque ao fato de que mortes por embriaguez no trânsito caíram fortemente.

Não importa: se os bons amigos Hilton e Jaiminho deixaram de se ver toda sexta-feira no bar, é provável que tenham matado a saudade um do outro dentro de casa mesmo, confiando na companhia de outra boa amiga, a garrafa.

O efeito "ogro", em todo caso, é mais amplo. Hilton e Jaiminho não tiveram garçom e ajudante para deixar as gar-

rafas vazias no lixo. O homem ou a mulher que ficam sozinhos dentro de casa vão naturalmente relaxar na limpeza.

Tive comportamentos contraditórios. Comecei a reparar em sujeirinhas e gastei dinheiro com produtos milagrosos. Ao mesmo tempo, tive um comportamento pouco admirável.

Depois de uns meses, acabei cedendo e resolvi chamar de volta a faxineira, para visitas semanais. Mas tive vergonha do que ela poderia encontrar de nojento, de escandaloso, de depressivo no ambiente aos seus cuidados.

Comecei a deixar minha casa "preparada" para quando ela viesse. Assim como na frase "para inglês ver", dediquei um pouco de tempo no esforço de deixar as coisas "para a faxineira ver".

E nisso talvez esteja a chave do "comportamento ogro": O olhar dos outros civiliza. O olhar do estrangeiro, mais ainda. Não se trata só do descalabro de quem vive sozinho — e começa a achar que banho e barba todos os dias não passam de uma convenção, de um artificialismo social.

Há anos, fiz um curso intensivo de inglês numa escola bem pequena, que era dirigida quase como uma empresa familiar. As aulas eram diárias, e, quando chegava sexta-feira, a dona organizava uma espécie de "brunch" coletivo. Cada pessoa trazia um prato, e se comemorava o fim de semana com uma comilança.

Para deixar todos à vontade, a dona era a primeira a falar com a boca cheia. "Nhow are nhyou? Nhare nhyou happy wnhith

nhyour worgress in Enwlish?" Tenho certeza de que era de propósito. Ela queria que nos sentíssemos em casa.

Pelo que sei, as maneiras à mesa conheceram deterioração semelhante desde que as famílias se isolaram com a pandemia de Covid.

Fragmentos de alface são extraídos, à vista dos outros, com o dedo indicador. Falas habituais se tornam incompreensíveis pelo excesso de arroz. Narizes, ouvidos e outros orifícios vão sendo explorados com pouca cerimônia.

A civilização declina, no espaço circunscrito do clã.

Voltamos, também, à mentalidade dos humanos que se sentiam sob ameaça. Ressurgiram instintos de acumulação. Guardo ainda hoje os desinfetantes e tubinhos de álcool em gel comprados ao primeiro pânico.

Síndrome da fome noturna: não sabia da existência disso até vivenciá-la. A ansiedade surge do excesso de exposição ao computador, que causa insônia, que por sua vez aumenta o tempo que passa depois do jantar, e termina no brutal assalto à geladeira às quatro da manhã.

Adeus, planos de sair da pandemia como o "Davi" de Donatello! Adeus, projetos de sair por aí falando em alemão! Ti-ro a máscara cirúrgica. A tonalidade esverdeada de Shrek se expõe à luz das ruas. A barriga busca lugar entre a cadeira e a mesa do restaurante. Nem tudo está perdido. As orelhas de Shrek eram minúsculas. As minhas cresceram um pouco, pela pressão do elástico.

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | QUA. Marcelo Coelho | QUI. Drauzio Varella, **Fernanda Torres** | SEX. Djamilia Ribeiro | SÁB. Mario Sérgio Conti

‘Terra-Pátria’ desenha os horrores da guerra

Obra de Nina Bunjevac enfatiza choque de ideologias que culminou nos conflitos bélicos nos Bálcãs nos anos 1990

Ramon Vital

SÃO PAULO O pai da quadrinista canadense Nina Bunjevac morreu em agosto de 1977, numa garagem de Toronto, na explosão acidental de uma bomba que ele e dois colegas de um grupo nacionalista sérvio construíam para um ataque terrorista ao consulado local da Iugoslávia.

A autora tinha três anos de idade na época e vivia em Belgrado, então capital iugoslava e hoje capital da Sérvia. Em 1975, ela e a irmã foram levadas à Europa pela mãe, em fuga da vida de abusos com o marido com posicionamentos cada vez mais radicais.

No país natal de sua família, Nina Bunjevac foi criada na casa dos avós maternos comunistas, sobreviventes da Segunda Guerra Mundial e apoiadores do então presidente Josip Broz Tito, morto em 1980. A autora narrou nas 160 páginas em preto e branco do álbum "Terra-Pátria" parte de sua infância, com ênfase no choque de identidades e ideologias que culminou tanto em sua existência quanto na dissolução da Iugoslávia e nos conflitos bélicos nos Bálcãs nos anos 1990.

"O questionamento de uma herança ancestral permeou o zeitgeist da minha geração, especialmente aqueles que cresceram na antiga Iugoslávia", diz a autora, sobre o ponto de partida de "Terra-Pátria".

"Após a dissolução do país, nossas culturas individuais foram profundamente enraizadas em nacionalismo e tribalismo. 'Ou você está conosco ou está contra nós' passou a ser o lema do dia. Fazer um indivíduo deixar o coletivo e questionar o status quo era visto como o maior dos pecados. As pessoas que fizeram isso foram incrivelmente corajosas. 'Terra-Pátria' foi a minha contribuição para es-

sa causa que, neste momento particular da história, se tornou uma questão existencial."

Bunjevac deu a "Terra-Pátria" ares documentais. A autora diz ter encontrado o tom da obra depois de participar de um workshop com artistas nascidos ou criados em ex-repúblicas iugoslavas que fugiram e se estabeleceram em outras partes do mundo. A quadrinista classifica a experiência como "quase mística".

"Depois dessa experiência, mudei meu ponto de vista para uma perspectiva mais pacífica, como uma contadora de histórias neutra, que expõe os fatos e conta com a inteligência do leitor para tirar suas próprias conclusões."

A história de Bunjevac como autora de HQs é recente. Ao retornar da Iugoslávia para o Canadá aos 16 anos, ela planejava viver como escritora, mas não dominava plenamente o inglês. Ela então estudou design gráfico e artes plásticas. Depois de anos trabalhando com pinturas a óleo e escultura, uma década atrás ela publicou seu primeiro álbum, "Heartless", inédito em português, narrando as aventuras suburbanas de uma protagonista depressiva antropomorfizada com feições felinas.

"Terra-Pátria" foi publicada no Canadá em 2014 e depois, em 2019, saiu "Benzimena", publicada no Brasil no mesmo ano pela editora Zarabatana Books. É uma livre adaptação do mito grego de Arêmis e Sipriotes, mas inspirada nas vivências da autora como sobrevivente de duas tentativas de estupro na juventude.

Bunjevac começou a experimentar com quadrinhos para dar vazão à sua persona contadora de histórias, influenciada pela avó materna, uma das protagonistas de "Terra-Pátria", sobrevivente da Segunda Guerra Mundial e grande antagonista ideoló-



Mistura de nanquim com técnicas de pontilhismo da HQ 'Terra-Pátria' | Divulgação

gica do pai da autora. "Se não fosse por minha avó, eu nunca teria me tornado uma contadora de histórias. Ela foi uma criança-soldado e se juntou aos guerrilheiros iugoslavos aos 16 anos. E, caramba, como ela sabia contar uma história! Ela mantinha uma sala inteira sob seu feitiço!"

Bunjevac vai longe em seu retrato dos conflitos entre sérvios e croatas, com a chegada dos dois grupos à península balcânica por volta do mesmo período, há cerca de 1.500 anos, com ambos pertencentes a uma mesma etnia, mas rompidos depois de a Croácia se aproximar da Igreja Católica e a Sérvia, da Igreja Ortodoxa.

Na avaliação dela, essa cisão entre as duas igrejas é análoga às tensões entre Ocidente e Oriente, em curso até hoje e representada pelas tensões entre Estados Unidos e Otan e a Rússia. "O que estamos testemunhando agora [com a guerra na Ucrânia] é o mais recente na disputa global entre as encarnações mais modernas dessa divisão, a Otan e a Rússia."

"Em nenhum lugar estão as réplicas dessa divisão do cristianismo em catolicismo e ortodoxia oriental tão evidentes quanto nos Bálcãs, já que a península balcânica tem sido uma fronteira histórica entre os dois. Misturar a mentalidade de tribo de guerra com religiões institucionais impostas pelas culturas guerreiras dominantes, e a subsequente divisão do cristianismo em catolicismo e ortodoxia oriental, foi uma receita para o desastre. Então, irmão lutou contra irmão, porque um apoiou Roma, ou a Otan, e outro apoiou Constantinopla, ou ortodoxia oriental, ou seja lá o que for", avalia a quadrinista.

Terra-Pátria

Autor: Nina Bunjevac. Trad.: Claudio R. Martini. Ed.: Zarabatana Books. R\$ 98 (160 páginas)

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 00.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado pela continuação da luta contra a Covid-19 e o Instituto, assim como em 2020 gerenciar o campus e seus negócios tendo como diretriz a proteção e preservação da vida. Ao longo do ano, com o aumento do número de vacinados, as operações no campus foram sendo retomadas e os negócios da instituição foram se aquecendo.

O faturamento com o mercado no primeiro semestre de 2021 ainda foi torjado na esteira de 2020 ficando abaixo da previsão do orçamento. Já no segundo semestre o ritmo de recuperação começou a tomar forma e houve aumento de 11,2% do faturamento em relação ao executado no ano de 2020.

As medidas do primeiro semestre 2021 para que as pessoas pudessem ter concepções de trabalhar a ciência foram mantidas como as de 2020. Foi realizada campanha de vacinação da gripe, mantido esquema de testagem de Covid para aqueles que ficaram trabalhando presencialmente. O que corroborou para manter a contaminação controlada e baixa, e repassada orientação e realizado controle da vacinação por Covid dos empregados, conforme orientação governamental.

Para a gestão do Instituto esse cenário exigiu grande atenção para os gastos, sendo necessário planejamento rigoroso para cortar o que não fosse extremamente relevante para operar os negócios já em carteira, o que exigiu coordenação e integração entre as áreas de operações, compras e finanças.

Em termos de gestão, o ano de 2021 foi o terceiro ano do processo de implantação do planejamento estratégico quinquenal desenhado em 2019 que traz como bandeiras transparência, comunicação e agilidade. A metodologia Agil foi foco relevante das ações do Instituto, foram realizados treinamentos e organizado grupo que será responsável pela estruturação e implantação dessa jornada. Para 2022 serão realizados projetos piloto tanto na área administrativa quanto em grandes projetos buscando ampliação da geração de valor para o negócio e sua rede de parceiros.

Outro importante projeto foi o Observatório, grupo de trabalho que estruturou metodologia de prospecção de tecnologia com olhar de mercado para embasar decisões estratégicas tecnológicas nas áreas de negócios. O estudo de energia identificou 12 plataformas tecnológicas relevantes para o Instituto e criação de dashboard de mercado, artigos e patentes. Estes estudos estão direcionando ações de negociação da área, testando proposta de unidade Embrapi em hidrogênio verde, aproximação da unidade Energia com a rede de líderes no setor elétrico da ANEEL e submissão de propostas a editais. Um resumo do estudo setorial foi elaborado para divulgar ao mercado.

No mercado privado um dos projetos prioritários implantado pelo IPT é o Centro de Pesquisa Aplicada em Inteligência Artificial do IPT, denominado Plataforma iAsmin (Inteligência Artificial Soluções para Manufatura Inteligente) que tem por objetivo compreender os desafios e oportunidades para o ecossistema da indústria de IA no Brasil e que iniciou operação com seis parceiros industriais fundadores, 85 pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa brasileiros, assessoria de oito instituições de pesquisa e universidades internacionais. Esse projeto conta com recursos da Fapesp, MCTI e também apoio das duas unidades Embrapi do IPT. A participação do Instituto no Programa Rota 2030 voltado para fomentar o desenvolvimento tecnológico e a engenharia autônoma no Brasil continua intensa. Atualmente são R\$ 83,4 milhões em projetos contratados com a participação do Instituto. No mercado público é interessante destacar a atuação do IPT no programa Cidades Inteligentes do Governo do Estado de São Paulo. Foi desenvolvida ferramenta para que as cidades se auto avaliassem em relação à sua maturidade no tema de Cidades Inteligentes. No total, 264 municípios realizaram seu autodiagnóstico. Os resultados mostram que 58% dos municípios ainda estão com maturidade baixa em tecnologias para Cidades Inteligentes.

O IPT Open atingiu taxa de ocupação da área destinada à instituição de Centros de Inovação de 80%. Foram assinados 5 novos contratos com as empresas Intel, Lenovo, V2COM, Cecl e Gendau Graphene. A parceria com a Lenovo tem gerado grande número de projetos de P&D, tornando-se um dos grandes parceiros da Instituição. Finalmente, em termos de resultado de operação o Instituto gerou um dos maiores caixa de instituição melhorando caixa de R\$ 17,5 milhões o que melhorou os índices de liquidez, embora com pequeno aumento no endividamento.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS) | | | | | |
|--|-------------|----------------------------------|-------------------------------------|---|--|
| | | Exercício Atual 31/12/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 | | |
| ATIVO | Nota | | | Exercício Atual 31/12/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 |
| CIRCULANTE | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 47.870 | 30.295 | 3.286 | 2.496 |
| Aplicações financeiras créditos vinculados | 4 | 6.180 | 6.173 | 1.364 | 1.428 |
| Contas a receber | 5/6 | 6.056 | 4.549 | 285 | 0 |
| Aciantamentos a colaboradores e terceiros | | 893 | 190 | 5.458 | 5.779 |
| Impostos antecipados e a recuperar | 7 | 4.451 | 5.265 | 3.511 | 2.993 |
| Estoque | | 336 | 351 | 787 | 705 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 43 | 169 | 12.159 | 11.910 |
| Depósitos compulsórios | | 173 | 179 | 1.234 | 1.190 |
| Outros valores a receber | | 311 | 52 | 10.227 | 8.148 |
| Total do Ativo Circulante | | 68.313 | 47.217 | 38.506 | 34.882 |
| NÃO CIRCULANTE | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | 3.573 | 2.585 | 5.964 | 6.938 |
| Imobilizado | 8 | 145.854 | 156.522 | 31.235 | 35.963 |
| Intangível | 9 | 338 | 458 | 22.450 | 19.242 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 149.825 | 159.563 | 59.649 | 52.143 |
| TOTAL DO ATIVO | | 218.138 | 206.780 | 98.155 | 87.025 |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS) | | | | | |
|--|----------------|--------------------|--------------------------------------|---------------------------------|----------------------|
| | Capital Social | Reserva de Capital | Reserva de lucros Incentivos Fiscais | Recurso para Aumento de Capital | Prejuízos Acumulados |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 | 286.368 | 9.382 | 264 | 1.601 | (183.273) |
| Aumento de capital | 1.601 | - | - | - | - |
| Recurso para aumento de capital | - | - | - | 229 | - |
| IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91 | - | - | - | - | 96 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (6.806) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 | 287.969 | 9.382 | 264 | 229 | (189.983) |
| Aumento de capital | 229 | - | - | - | - |
| Recurso para aumento de capital | - | - | - | 156 | - |
| IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91 | - | - | - | - | 96 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (1.995) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 | 288.197 | 9.382 | 264 | 156 | (191.882) |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender à demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo, e por outras instituições de ensino superior em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades do setor público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT oferta serviços tecnológicos a empresas públicas e privadas e em alguns projetos acessa por canais competitivos subvenções governamentais de agências de fomento.

O IPT é um Instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo e há mais de cem anos colabora para o processo de desenvolvimento tecnológico do País.

O IPT vem buscando constantemente o uso racional dos recursos de que dispõe, adotando métodos de administração a uma configuração organizacional que reflete suas possibilidades e as finalidades legais a que está adstrito. Neste sentido, em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração aprovou no exercício de 2018, a proposta para o resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei Federal nº 13.303/16. Com essa operação societária, a Companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Considerado um dos maiores institutos de pesquisas tecnológicas do Brasil, o IPT acumula conhecimento voltado para o desenvolvimento do patrimônio científico, tecnológico e de inovação da nação. Do apoio à construção civil à atuação em biomototecnologia, o IPT conta com laboratórios capacitados e equipe de pesquisadores e técnicos altamente qualificados e oferece ensaios calibrações, soluções tecnológicas, pesquisa, desenvolvimento e inovação a clientes públicos e privados de diversos segmentos, ampliando assim a competitividade das empresas e promovendo maior qualidade de vida às pessoas.

1.1. Impactos relacionados à pandemia de Covid-19

Em conexão com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, a administração do IPT adotou as medidas preventivas recomendadas pelas autoridades sanitárias e seguiu as normas estabelecidas na legislação brasileira, em resposta ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus - COVID-19, evento amplamente divulgado pelas mídias com reflexos em escala mundial. Contudo, com o advento da segunda onda de contaminações pela COVID-19, a paralisação temporária da atividade econômica e as incertezas quanto à sua retomada levaram a um cenário de extrema incerteza e de difícil mensuração dos impactos na economia brasileira e mundial.

Diante disso o IPT manteve as decisões tomadas em 2020 regarding como suas principais prioridades: a saúde e segurança de seus colaboradores, a continuidade da operação e a manutenção dos empregos.

Manteve todas as medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, que se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto atual. As várias medidas de prevenção para que seus empregados não fossem expostos a situações de risco foram mantidas, tais como: (i) utilização da prática de trabalho remoto nas áreas administrativas, sistema home office, com retorno da estrutura de TI para suportar essas ações até que os profissionais completassem seu plano vacinal; (ii) realização de viagens nacionais e internacionais apenas em casos de necessidade; (iii) utilização de meios de comunicação remota; (iv) antecipação da campanha de vacinação de gripe; (v) ações para estímulo de vacinação de Covid e processo para obter a comprovação de vacinação de todos os funcionários, entre outras. Além disso, o Instituto tomou todas as medidas de prevenção necessárias para que os empregados com funções estratégicas possam cumprir suas atividades com o risco de contaminação, garantindo a continuidade na prestação dos serviços essenciais para atendimento aos clientes.

As políticas internas de prevenção adotadas ao longo do ano de 2021 continuam sendo aplicadas em 2022, para o enfrentamento da crise sanitária e até que essa pandemia esteja completamente superada. Os objetivos das políticas adotadas visam assegurar a saúde e segurança de nossos colaboradores, bem como garantir a continuidade e fluxo normal das operações.

A instabilidade econômica, agravada pela COVID-19, trouxe reflexos adversos para o Instituto, como redução nas receitas com clientes, postergação de projetos e adiamento de pagamentos.

Diante disso, o IPT promoveu a redução de custos, despesas e ajustes orçamentários para preservar a sustentabilidade econômico-financeira com êxito.

A expectativa da Administração do IPT é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados somadas aos contratos mantidos com seus clientes serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade da instituição.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

Exceto por aqueles listados na nota explicativa nº 2.8 que resultou em novas taxas de depreciação e amortização societária que foram reconhecidas contabilmente, conforme determina o ICP nº 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 39, as demais práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações anuais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram divulgadas em 23 de fevereiro de 2021 e devem ser lidas em conjunto. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/21 foram aprovadas pela diretoria executiva para divulgação em 08/02/22.

Brasil e que iniciou operação com seis parceiros industriais fundadores, 85 pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa brasileiros, assessoria de oito instituições de pesquisa e universidades internacionais. Esse projeto conta com recursos da Fapesp, MCTI e também apoio das duas unidades Embrapi do IPT. A participação do Instituto no Programa Rota 2030 voltado para fomentar o desenvolvimento tecnológico e a engenharia autônoma no Brasil continua intensa. Atualmente são R\$ 83,4 milhões em projetos contratados com a participação do Instituto. No mercado público é interessante destacar a atuação do IPT no programa Cidades Inteligentes do Governo do Estado de São Paulo. Foi desenvolvida ferramenta para que as cidades se auto avaliassem em relação à sua maturidade no tema de Cidades Inteligentes. No total, 264 municípios realizaram seu autodiagnóstico. Os resultados mostram que 58% dos municípios ainda estão com maturidade baixa em tecnologias para Cidades Inteligentes.

O IPT Open atingiu taxa de ocupação da área destinada à instituição de Centros de Inovação de 80%. Foram assinados 5 novos contratos com as empresas Intel, Lenovo, V2COM, Cecl e Gendau Graphene. A parceria com a Lenovo tem gerado grande número de projetos de P&D, tornando-se um dos grandes parceiros da Instituição. Finalmente, em termos de resultado de operação o Instituto gerou um dos maiores caixa de instituição melhorando caixa de R\$ 17,5 milhões o que melhorou os índices de liquidez, embora com pequeno aumento no endividamento.

| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS) | | | | | |
|---|-------------|--|---|--|--|
| | | Exercício Atual 01/01/2021 a 31/12/2021 | Exercício Anterior 01/01/2020 a 31/12/2020 | | |
| RECEITA | Nota | | | | |
| Receita de serviços e produtos | | 44.352 | 48.506 | | |
| Subvenção econômica - GESP | | 98.952 | 87.886 | | |
| Subvenção econômica - Fomento | | 21.330 | 23.593 | | |
| Receita de doação de bens - Fomento | 14 | 6.407 | 7.123 | | |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA | | 171.032 | 167.108 | | |
| Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados | | (6.081) | (6.622) | | |
| Devoluições e cancelamentos | | (35) | (169) | | |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | 164.916 | 160.326 | | |
| Custo dos serviços prestados e produtos vendidos | 21a | (114.617) | (117.160) | | |
| LUCRO BRUTO | | 50.899 | 43.166 | | |
| (DESPESAS)RECEITAS OPERACIONAIS | | | | | |
| Gerais e administrativas | 21b | (33.204) | (33.538) | | |
| Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE | | (1.666) | (1.649) | | |
| Serviços de terceiros | | (7.376) | (6.945) | | |
| Depreciações e amortizações | | (1.571) | (1.688) | | |
| Provisões diversas | | (12.391) | (6.632) | | |
| Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas | | 2.493 | 1.480 | | |
| | | (53.718) | (48.972) | | |
| RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | | (2.816) | (5.806) | | |
| Receitas financeiras | | 1.975 | 1.085 | | |
| Despesas financeiras | | (503) | (2.085) | | |
| RESULTADO FINANCEIRO | | 1.472 | (1.000) | | |
| RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (1.344) | (6.806) | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (651) | - | | |
| RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | (1.995) | (6.806) | | |
| * Por lote de mil ações de capital social final | | -0,01 | -0,02 | | |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS) | | | | | |
|---|-------------|--|---|--|--|
| | | Exercício Atual 01/01/2021 a 31/12/2021 | Exercício Anterior 01/01/2020 a 31/12/2020 | | |
| LUCRO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO | Nota | | | | |
| Outros Resultados Abrangentes | | (1.995) | (6.806) | | |
| TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | | 2.19 | (6.806) | | |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS) | | | | | |
|--|--|----------------|----------------|--|--|
| | | 2021 | 2020 | | |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | | | | |
| Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL | | (1.344) | (6.806) | | |
| Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa: | | | | | |
| Depreciação/Amortização | | 16.016 | 19.030 | | |
| Demais provisões | | 11.638 | 8.200 | | |
| Provisão/Reversão para perdas de créditos | | 10 | 106 | | |
| Subtotal | | 26.320 | 20.530 | | |
| Variações no Ativo Circulante | | | | | |
| Aplicações financeiras vinculadas | | (7) | 6.632 | | |
| Contas a receber | | (1.517) | 3.587 | | |
| Aciantamentos a colaboradores e terceiros | | (703) | 7 | | |
| Impostos antecipados e a recuperar | | 814 | 1.041 | | |
| Estoque | | 15 | (23) | | |
| Despesas pagas antecipadamente | | 126 | 1 | | |
| Depósitos compulsórios | | - | (13) | | |
| Outros valores a receber | | (259) | 18 | | |
| Subtotal | | (1.531) | 11.250 | | |
| Variações no Passivo Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | 788 | (1.045) | | |
| Arrendamento Mercantil | | 719 | 588 | | |
| Receitas a realizar | | 1.138 | - | | |
| Salários a pagar e encargos a recolher | | (321) | 15 | | |
| Impostos e contribuições a recolher | | 518 | (133) | | |
| Adiantamento de clientes | | 82 | (125) | | |
| Obrigações a pagar - férias e encargos | | 249 | (120) | | |
| Subvenções governamentais - agências de fomento | | (2.649) | (6.546) | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | | (651) | - | | |
| Outras obrigações | | (36) | (51) | | |
| Subtotal | | (162) | (7.417) | | |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 24.627 | 23.363 | | |
| Atividades de Investimento | | | | | |
| Aumento do realizável a longo prazo | | (988) | (2.250) | | |
| Aquisição de bens do imobilizado | | (3.998) | (3.570) | | |
| Baixas de bens do imobilizado e intangível | | 492 | 42 | | |
| Doações recebidas em bens | | (1.685) | (1.829) | | |
| Adição de intangível | | (99) | (44) | | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | | (6.278) | (7.651) | | |
| Atividades de Financiamento | | | | | |
| Parcelamentos | | (930) | (1.825) | | |
| Outras exigibilidades | | - | (5.248) | | |
| Aumento de Capital | | 229 | - | | |
| Recursos para aumento de Capital | | (73) | 229 | | |
| Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento | | (774) | (6.844) | | |
| AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 17.575 | 9.868 | | |
| CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | | | | |
| No início do exercício | | 30.295 | 20.427 | | |
| No final do exercício | | 47.870 | 30.295 | | |
| VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | | 17.575 | 9.868 | | |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS) | | | | | |
|---|--|----------------------------------|-------------------------------------|--|--|
| | | Exercício Atual 31/12/2021 | Exercício Anterior 31/12/2020 | | |
| Receitas | | 173.481 | 168.326 | | |
| Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços | | 44.318 | 48.347 | | |
| Outras Receitas | | 129.173 | 120.084 | | |
| Provisão/Reversão de Créditos Liquidação Duvidosa | | (10) | (106) | | |
| Insumos Adquiridos de Terceiros | | (118.977) | (121.401) | | |
| Custos Produtos, Mercadorias e Serviços Vendidos | | (109.764) | (112.831) | | |
| Materiais: Energia, Serviços de Terceiros e Outros | | (8.470) | (7.886) | | |
| Outros | | (743) | (684) | | |
| Valor Adicionado Bruto | | 54.594 | 46.924 | | |
| Retenções | | (1.571) | (1.688) | | |
| Depreciação, Amortização e Exatidão | | (1.571) | (1.688) | | |
| Valor Adicionado Líquido Produzido | | 52.933 | 45.236 | | |
| Valor Adicionado Recebido em Transferência | | 1.975 | 1.085 | | |
| Receitas Financeiras | | 1.975 | 1.085 | | |
| Valor Adicionado Total a Distribuir | | 54.908 | 46.321 | | |
| Distribuição do Valor Adicionado | | 54.908 | 46.321 | | |
| Pessoal | | 35.906 | 36.558 | | |
| Remuneração Direta | | 17.650 | 17.847 | | |
| Encargos Sociais | | 8.431 | 8.430 | | |
| FGTS | | 5.789 | 5.893 | | |
| Benefícios | | 4.036 | 4.388 | | |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | 8.114 | 7.955 | | |
| Federais | | 4.870 | 4.565 | | |
| Estaduais | | 60 | 33 | | |
| Municipais | | 3.184 | 3.357 | | |
| Remuneração de Capitais de Terceiros | | 12.883 | 8.614 | | |
| Juros | | 503 | 2.085 | | |
| Outros | | 12.380 | 6.529 | | |
| Remuneração de Capitais Próprios | | (1.995) | (6.806) | | |
| Prejuízo do Exercício | | (1.995) | (6.806) | | |

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sendo constatado que não tenha utilidade para o instituto, esses bens que não são considerados comuns poderão ser destinados ao Fundo de Solidariedade do GESP - FUSSESP.

As novas taxas de depreciação e de amortização do intangível foram determinadas com base no valor residual e do tempo de vida útil remanescente dos bens, conforme estabelecido na NBC TG 27(R4), correlação com o IAS 16 (IASB). Essas novas taxas de depreciação e amortização societária foram reconhecidas contabilmente, conforme preceitua o ICPC 10, item 30 e o CPC 23, itens 32 a 38. Esse trabalho foi viabilizado por laudo técnico emitido pela Factum - Avaliações e Consultoria S/A após avaliação de 23.307 itens pertencentes aos bens do ativo imobilizado do instituto.

Este laudo está em consonância com a NBR 14653, partes 1 e 5 prescritas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e também segue os preceitos do IFRS (International Financial Reporting Standards), ASA (American Society of Appraisers) e SFAS (Statement of Financial Accounting Standards).

O IPT no período contábil de novembro/21 efetuou a apuração e contabilização da depreciação e a amortização societária suportado pelo las do emitido pela empresa contratada Factum.

Antes do processo de registro, a contabilidade do instituto efetuou exaustivas análises em conjunto com especialistas externos na matéria, buscando a interpretação e o entendimento da aplicação das normas vigentes para ter a segurança necessária de que as demonstrações contábeis estejam aptas para a sua aprovação pelos órgãos fiscalizadores internos e externos. Dessa forma, foram concluídos e aplicados os métodos conforme as interpretações Técnicas: ICPC 10 (item nº 30).

1 - Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43 e também o CPC 23 (itens c/c nº 32 a 38).

2 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em relação a mudança de estimativas contábeis geradas pela nova vida útil daqueles bens.

1 - INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43; Item nº 30. Revisão inicial das vistas óticas.

"Para a entidade que adotar o custo atribuído (deemed cost) citado no item 22, a primeira análise periódica da vida útil econômica coincide com a data da transição (veja item 23). Para os demais casos a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, exaustão ou amortização, bem como para determinar o valor residual dos itens, será considerada como mudança de estimativa (Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis; Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) e produzirá efeitos contábeis prospectivamente apenas pelas alterações nos valores das depreciações no período a partir da data da revisão. Nessas casos os efeitos contábeis deverão ser registrados no máximo a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 e por ser mudança prospectiva, os valores de depreciação calculados e contabilizados antes da data da revisão não são recalculados." (item 22.2.2)

2 - PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 23 Item nº 38 - MUDANÇAS NAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

"O reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data das mudanças na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente. Porém, a mudança na estimativa da vida útil de ativo depreciable, ou no padrão esperado de consumo dos futuros benefícios desse tipo de ativo, afeta a depreciação do período corrente e de cada um dos futuros períodos durante a vida útil remanescente do ativo. Em ambos os casos, o efeito da mudança relacionada com o período corrente é reconhecido como receita ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como receita ou despesa nesses períodos futuros."

O item 38 do CPC nº 23 adota o critério, reita que a depreciação societária recalculada pela nova vida útil dos bens caracteriza uma mudança prospectiva de estimativa contábil e que seus efeitos afetam a depreciação do período corrente e de cada um dos períodos futuros da vida útil remanescente do ativo, a partir da data da revisão conforme preceitua o ICPC 10 item nº 30. Assim, o resultado do período corrente foi afetado pelos efeitos da nova depreciação e amortização societária pelo valor de R\$ 1.355 conforme nota explicativa nº 8c.

2.8. Intangível
Estão representados por marcas e patentes e licenças de uso de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo do software para sua utilização. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável em cinco anos.

As marcas e patentes por não terem vida útil definida estão sendo amortizadas no período de dez anos. Nota explicativa nº 9.

2.10. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando há indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando há perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o seu valor recuperável; ou seja, o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

No intuito de comprovar que seus ativos geradores de caixa, estão registrados contabilmente pelo seu valor justo de recuperação o referido teste, também conhecido como "Impairment Test", apresenta de forma prudente o valor líquido de realização de um grupo de ativos geradores de caixa.

O referido teste foi efetuado com base na Resolução CFC 2017/NBC TG 01(R4) de 22 de dezembro de 2017 - Redução do Valor Recuperável de Ativos, utilizando-se um período de 05 (cinco) anos de atividades do IPT e comparando o resultado com o valor de mercado do imóvel e seus pertences, através da aplicação de seguro em vigor. O maior resultado encontrado foi comparado com o valor registrado no imobilizado da empresa em 31/12/2021.

A administração da empresa realizou estudos nas estimativas de crescimento durante o período de 05 anos, em bases razoáveis de crescimento do mercado, levando em consideração o conjunto de bens existentes como unidade geradora de caixa bem como as condições econômicas.

O orçamento proposto segue o ritmo de crescimento orgânico do instituto buscando maior eficiência de resultados.

Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do NBC TG 01 (R4) - Redução do valor recuperável dos ativos.

Na data do Balanço Patrimonial findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de reconhecimento de perda adicional nas demonstrações financeiras, prevalece o estudo efetuado em dezembro de 2021.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidos ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após a data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.12. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas e Cíveis

Uma provisão é reconhecida no Balanço Patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constitua como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer ativo de reembolso.

Provisões para demandas judiciais

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Avalizadas até as datas dos balanços pelo montante provável das perdas, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.13. Parcelamentos Fiscais

Avalizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 13.

2.14. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real conforme nota explicativa nº 11.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Tributos cíveis ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas na data do Balanço Patrimonial.

O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração de resultado conforme nota explicativa nº 16.

2.16. Arrendamento Mercantil - IFRS 16

A caracterização de um contrato de arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos, ou ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que se transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo e o bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados no prazo do arrendamento mercantil.

O IPT tem contratos que se enquadram na norma aplicável aos arrendamentos, e foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. Nota explicativa nº 10.

2.17. Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.18. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor faturado pelos serviços prestados e vendas de produtos, e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

A NBC TG 47, com correlação com o IFRS 15, estabelece ainda que no início do contrato com o cliente, em relação a cada bem ou serviço a ser entregue, a Entidade deve determinar se sua obrigação é satisfeita ao longo do tempo ou em momento específico no tempo.

Os princípios da citada norma para reconhecimento da receita são aplicados pelo IPT através do modelo básico de cinco etapas, a saber: a) Identificar o contrato com o cliente; b) Identificar obrigações estabelecidas no contrato; c) Determinar o preço da transação; d) Alocar o preço da transação; e e) Reconhecer a receita somente no cumprimento da obrigação.

As subvenções recebidas do Governo do Estado de São Paulo para custeio são reconhecidas no momento de seu recebimento.

2.19. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

O IPT não possui plano de pensão, operações de hedge, ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda nem conversões monetárias. Neste sentido, a DRA corresponde ao Lucro/(Prejuízo) Líquido dos períodos apresentados.

2.20. Demonstração do valor adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela companhia durante o período bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|------------|------------|
| Caixa | 5 | 87 |
| Bancos conta movimento | 40 | 562 |
| Aplicações financeiras | 47.825 | 29.646 |
| | 47.870 | 30.295 |

Aplicações financeiras

Sistema de Administr. Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM

Fundos de investimento em renda fixa

O saldo da aplicação financeira no SIAFEM tem como origem a transferência de recursos do Banco do Brasil e são remunerados pela taxa aplicável aos fundos de renda fixa.

4. CONTAS CORRENTES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CRÉDITOS VINCULADOS

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| Aplicações financeiras vinculadas | 6.180 | 6.173 |
| | 6.180 | 6.173 |

Referem-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados a título de Subvenção Governamental por agências de fomento para financiamento de projetos específicos não caracterizados como prestações de serviço.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Subvenções Governamentais - Agência de Fomento", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto, receita financeira do IPT.

5. CONTAS A RECEBER

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

O IPT possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação da liberação do crédito ocorre por meio de análise cadastral, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos; informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações e garantias apresentadas (conforme relevância da operação).

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------|------------|
| Contas a receber | 6.584 | 5.095 |
| Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa | (459) | (546) |
| Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - ajuste de acordo com a aplicação da norma CPC 48 (IFRS 09) | (69) | - |
| | 6.056 | 4.549 |

Não ocorreram movimentações significativas nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020.

5.1 - Aplicação de norma CPC 48 (IFRS 09) - Cálculos de perdas de crédito esperadas - 12 meses:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 2018 | 2017 | 2016 | |
|--------------------|------------|------------|------------|------|-------|------|-------|
| A vencer | 5.418 | 82% | 4.224 | 83% | 7.534 | 85% | 7.938 |
| De 1 a 30 dias | 820 | 9% | 330 | 6% | 529 | 6% | 929 |
| De 31 a 60 dias | 87 | 1% | 39 | 1% | 69 | 1% | 13 |
| De 61 a 90 dias | 16 | 0% | 8 | 0% | 79 | 1% | 1 |
| Há mais de 91 dias | 443 | 7% | 494 | 10% | 644 | 7% | 775 |
| | 1.166 | 18% | 871 | 17% | 1.321 | 15% | 1.718 |
| | 6.584 | 100% | 5.095 | 100% | 8.855 | 100% | 9.656 |
| | 6.584 | | 5.095 | | 8.855 | | 9.656 |

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 2018 | 2017 | 2016 | |
|--|------------|------------|------------|---------|-------|--------|-------|
| Contas a receber | 6.584 | | | | | | média |
| Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa | -459 | -8,97% | -546 | -10,72% | -613 | -6,92% | -767 |
| | -459 | | -546 | | -613 | | -767 |
| | 6.125 | | 4.549 | | 8.242 | | 8.889 |
| | 6.125 | | 4.549 | | 8.242 | | 8.889 |

ORÇAMENTO ESTIMADO 2022

Contas a receber - (média mensal)

- exercício - 2022

Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLO

Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLO

- s/Contas a receber - Real

Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLO

- s/Contas a receber

- Base Estimada (6.162 x 8,57%)

Acrescimo de PCLO - estimada

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a abertura de contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------------|------------|------------|
| A vencer | 5.418 | 4.224 |
| De 1 a 30 dias | 820 | 330 |
| De 31 a 60 dias | 87 | 39 |
| De 61 a 90 dias | 16 | 8 |
| Há mais de 91 dias | 443 | 494 |
| | 1.166 | 871 |
| | 6.584 | 5.095 |

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O IPT participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e empresas/entidades a ele relacionados, conforme estabelecido na sua Política de Transações com Partes Relacionadas em conformidade com o inciso VII, artigo 8º da Lei nº 13.303/2016.

Os saldos a receber, decorrentes com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas a Receber", no Ativo Circulante conforme abaixo:

Clientes

Secretarias do Estado de São Paulo-GESP

7. IMPOSTOS ANTECIPADOS A RECUPERAR

COFINS a Compensar

PASEP a Compensar

Contribuição Social a Compensar

Imposto de Renda a Compensar

IRRF sobre Aplicações Financeiras

IRRF a Compensar

ISS a Recuperar

INSS a Compensar

Os saldos de impostos e contribuições a compensar compreendem os montantes desembolsados a título de antecipações de impostos e contribuições e/ou rendos de clientes, efetuados de acordo com a legislação fiscal vigente.

8. IMOBILIZADO

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|
| a) Composição do imobilizado | | |
| Taxa anual de depreciação | | |
| Terrenos | - 37.283 | - 37.283 |
| Edifícios e Benfeitorias | 2% a 50% 92.776 | (48.427) 92.776 |
| Máquinas e Equipamentos | 2% a 50% 182.351 | (152.319) 30.032 |
| Instalações | 2% a 50% 17.397 | (15.308) 2.071 |
| Equipamentos de TI | 5% a 50% 14.791 | (12.403) 2.388 |
| Instrumentos Diversos | 8,67% a 50% 375 | (363) 12 |
| Veículos | 5% a 50% 4.163 | (3.374) 789 |
| Móveis e Utensílios | 4% a 50% 8.379 | (7.244) 1.135 |
| Outras imobilizações | 30.321 | (9.502) 20.819 |
| Imobilizado em Andamento | 4.828 | - 4.828 |
| Direito de Uso - Mács. e Equipamentos | 3.035 | (887) 2.148 |
| Total do imobilizado | 395.681 | (249.827) 145.654 |

b) Movimentação

Descrição

Terrenos

Edifícios

Máquinas equipamentos

Instalações

Equipamentos de TI

Instrumentos diversos

Veículos

Móveis e utensílios

Outras imobilizações

Imob. em andamento

Dir. de Uso - Mács. e equipto

Total

c) Impacto da depreciação e amortização societária no exercício de 2021

Demonstrativo da Depreciação e Amortização Acumulada - 2021

12430 Depreciação Acumulada

12430001 D.C.O. - Edificações

12430002 D.C.O. - Máquinas Aces. Equipos.

12430003 D.C.O. - Instalações

12430004 D.C.O. - Móveis e Utensílios

12430005 D.C.O. - Instrumentos Diversos

12430006 D.C.O. - Veículos, Mács. Transp. Intern.

12430007 D.C.O. - Edificações - C.M. Especial

12430008 D.C.O. - Equipamentos de TI

12430009 D.C.O. - Doação Ag. Fom. - Mács., Aces. e Equip.

12430010 D.C.O. - Doação Ag. Fom. - Instalações

12430011 D.C.O. - Doação Ag. Fom. - Móveis Utens.

12430012 D.C.O. - Doação Ag. Fom. Equipos. de TI

12430013 D.C.O. - Doação Ag. Fom. - Veículos

12430014 D.C.O. - Doação Ag. Fom. - Veículos Não Motorizados

12430020 Amortização S/Benfeitorias

12430030 Amortização Benef. Propr. de Terce.

12430031 Amortização Benef. Propr. de Terceiros - S.J.C. - Doação

12430032 Amortização - Doação - Benfeitorias

12430040 Depreciação - Bens Dir. de Uso - IFRS 16

Total

12430 Amortização Acumulada - Intangível

12530101 Amortização - Societária -

12530102 Amortização - Societária - Doação

12530103 Amortização - Societária - Marcas e Patentes

TOTAL

Total da Depreciação e Amortização Societária no Exercício de 2021

9. INTANGÍVEL

a) Movimentação intangível

Acumulado - 2021

Saldo em 31/12/2020

1.2.5.01.001 - Marcas e Patentes

1.2.5.01.002 - Softwares

1.2.5.01.003 - Softwares - Doação

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|------------|
| ISS | 258 |
| PASEP e COFINS | 463 |
| IRRF - Terceiros e Funcionários | 2.031 |
| COFINS - Retenção | 58 |
| PASEP - Retenção | 10 |
| IRPJ/CSLL | 651 |
| Outros | 40 |
| Total de impostos e contribuições a recolher | 3.511 |
| Parcelamentos Fiscais - Municipal - P.P.I. | 1.234 |
| | 4.745 |

12. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS - AGÊNCIAS DE FOMENTO

| 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------|------------|
| FEHIDRO | 1.837 |
| FINEP | 1.720 |
| CNPQ | 126 |
| EMBRAPPI | 51 |
| MINISTÉRIO DA ECONOMIA | 2.963 |
| Outros | 3.478 |
| | 8.148 |

13. PARCELAMENTOS FISCAIS (Não Circulante)

Os débitos que compõem o ativo do parcelamento estão demonstrados como segue:

| |
|--------------|
| TOTAL |
| <u>6.938</u> |
| <u>5.964</u> |

(a) Em 16 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos do IPTU inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 1996 a 1999 no PPI - Programa de parcelamento incentivado - Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(b) Em 24 de Outubro de 2017 o IPT optou pela inclusão da integralidade dos débitos de ISS inscritos em execução fiscal, relativos aos exercícios 2006 a 2008 e 2011 no PPI - Programa de parcelamento incentivado - Lei 16.680/17, mediante o pagamento da dívida em 120 (cento e vinte) parcelas.

(c) Os valores são atualizados pela variação da Selic, com vencimento final em outubro de 2027.

14. OUTRAS EXIGIBILIDADES - RECEITA DE DOAÇÃO - AG. DE FOMENTO - NBCTG 97 (R2)

Está sendo mencionado nesta nota explicativa, às particularidades inerentes às transações contábeis das doações e subvenções feitas pelas Agências de Fomento (a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES, entre outras instituições), para o incentivo e o desenvolvimento de projetos de P.D.&. mediante a celebração de parcerias, convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres com o Instituto.

Na linha do Balanço Patrimonial Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), estão contabilizados os valores pertencentes aos Ativos recebidos em Doação, que com o tempo sofrerão a depreciação registrada a crédito desta conta amortizando o valor principal do bem recebido em doação.

A linha de Subvenções Governamentais - Agências de Fomento (Passivo Circulante) está intrinsecamente relacionada com a linha de Outras Exigibilidades (Passivo Não Circulante).

O roteiro específico contábil das mencionadas doações e subvenções, que seguem os ditames da Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a qual determina a respectiva

contabilização diretamente como receita no resultado, está na seguinte conformidade: no caso de recebimento de equipamentos (imobilizado depreciable), mesmo que já sob sua propriedade, por ter cumprido todas as condições, a companhia não poderá reconhecer a receita imediatamente no resultado, tendo em vista que eles provocarão depreciações no futuro. Assim, a apropriação à receita dar-se-á paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais ativos. Esse crédito ao resultado poderá ser feito na forma de receita ou mesmo como redução de despesas de depreciação.

Na medida em que os Projetos de Fomento vão sendo finalizados e os itens comprados com recursos dessa origem são doados ao IPT, aplica-se o roteiro de contabilização no grupo do Balanço de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante), em contrapartida do aumento do Ativo Imobilizado, tendo em vista que o Instituto não se valeu de recursos próprios para a aquisição de tais bens, os

quais, repete-se, não poderão ser registrados como uma receita de doação, se acordo com a Lei federal: nº 11.638/07.

Partindo-se do pressuposto de que estes valores contidos na linha de Outras exigibilidades - Receita de doação - Ag. de Fomento (Não Circulante) não representam Dívidas assumidas pelo IPT, as análises dos índices financeiros devem ser consideradas de forma segregada desses valores.

15. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

A administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|---------------|---------------|
| Trabalhistas (1) | 12.877 | 14.366 |
| Cíveis (1) | 5.442 | 3.944 |
| Fiscais e tributários | 599 | 670 |
| Indenizações contratuais | 232 | 262 |
| Provisão - descontaminação - Jaguaré-S.P. (2) | 3.300 | 0 |
| Provisão para dissídio coletivo (3) | 8.430 | 0 |
| | <u>30.880</u> | <u>19.242</u> |

(1) Cíveis e Trabalhistas referem-se a riscos para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o resultado desfavorável ao IPT.

(2) No exercício do mês de Abril/2021 o IPT elebuiu o registro de provisão para gastos futuros baseado nas estimativas apresentadas pela Diretoria Executiva para o desenvolvimento do projeto de descontaminação do terreno ocupado pela sua antiga filial Jaguaré-S.P. no exercício de 2021 conforme o processo CETESB nº 046357/2021-77.

(3) Em 14/10/2021 o IPT foi intimado através de acórdão orde a ação foi julgada parcialmente procedente tendo como adverso o Sindicato de trabalhadores em Atividades de Pesquisa, Des. Ciê. e Tecnologia. O IPT apresentou embargos de declaração e aguarda o julgamento.

b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O IPT é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perdas classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--------------|---------------|---------------|
| Trabalhistas | 8.658 | 4.458 |
| Cíveis | 3.178 | 7.524 |
| | <u>11.836</u> | <u>11.982</u> |

16. IRPJ E CSLL - DIFERIDO

O IPT vem realizando mensalmente, a parcela de depreciação da C.M. Especial - Lei nº 8.200/91, onde tais valores são adicionados na apuração do lucro real e na base de cálculo da CSLL.

A constituição desta reserva especial foi lançada como reserva de capital, no patrimônio líquido e utilizada para absorver prejuízos acumulados no exercício de 1998.

Conforme preceitos a NBC TG 32 (R4) - Tributos sobre o Lucro, a Entidade deve reconhecer ativos e passivos fiscais diferentes quando observarem diferenças dedutíveis ou tributáveis.

A reserva especial constituída é uma diferença temporária tributável, desta forma o IPT efetuou o reconhecimento fiscal ditando em conta do passivo não circulante, que será realizada na mesma proporção da realização da depreciação.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em agosto de 2021, o IPT subscreveu o aumento de capital no montante de R\$ 228.925,91, de acordo com a AGO/AGOE de 28/04/2021 mediante o recurso para aumento de capital autorizado pelo acionista majoritário que a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

a) **Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado é composto de 28.819,743.256 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) **Reservas de Capital:** Decorrente de doações e/ou subvenções para investimento e/ou de ser utilizada para aumento de capital.

c) **Recurso para Aumento de Capital:** Aporte financeiro por parte do Governo do Estado de São Paulo para futuro aumento do Capital Social.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o exercício de 2022, foi planejado pelo Governo do Estado de São Paulo e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Dotação Orçamentária no montante de R\$ 114.119.076, conforme Lei nº 17.498, de 29 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual 2022).

19. COBERTURA DE SEGUROS

O IPT adota uma política de manter apólices de seguros em montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O IPT contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras.

Em 31 de dezembro de 2021, existe cobertura de seguros contra incêndio, raios, explosão, imprecisão e fumaça, dos prédios do Instituto, com vencimento em 05 de dezembro de 2022.

| RISCO | COBERTURA | VALOR EM RISCO |
|---|---|----------------|
| Compreensivo Empresarial - Riscos operacionais | Contra danos materiais a edificações, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de TI. | R\$ 329.155 |
| Responsabilidade Civil | Reparações por danos pessoais e/ou materiais causados à terceiros, em consequência das operações do IPT | R\$ 4.153 |
| Responsabilidade Civil de Administradores - D&O | Prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os segurados, em virtude de atos canosos pelos quais se busque sua responsabilização | R\$ 20.000 |

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Deliberação CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) nº 1, de 16/03/2018, com redação alterada pela Deliberação CODEC nº1, de 29/04/2019.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Deletores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal, no caso do Conselho Fiscal.

| Remuneração dos Administradores | Nº de Membros* | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|----------------|--------------|--------------|
| Honorários da Diretoria * | 5 | 1.787 | 1.834 |
| Honorários do Conselho Fiscal | 5 | 337 | 341 |
| Honorários do Conselho de Administração | 8 | 659 | 642 |
| Honorários do Comitê de Auditoria | | | |
| Estadualário | 4 | 670 | 667 |
| TOTAL | | 3.453 | 3.484 |

*a partir do 4º trimestre de 2021 a composição é de 4 membros.

21. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

a) Composição do custo

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Remuneração, encargos e benefícios | 80.366 | 82.417 |
| Serviços de terceiros | 7.565 | 8.550 |
| Utilidades | 5.133 | 3.863 |
| Impostos e taxas | 3.930 | 3.590 |
| Depreciação e amortização | 14.444 | 17.348 |
| Outros custos | 2.579 | 1.392 |
| TOTAL | 114.017 | 117.160 |

b) Composição das despesas administrativas

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Remuneração, encargos e benefícios | 29.301 | 29.446 |
| Utilidades | 727 | 641 |
| Impostos e taxas | 1.655 | 1.571 |
| Outras | 1.521 | 1.880 |
| TOTAL | 33.204 | 33.538 |

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021.

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança e foi instalado pelo Conselho de Administração em 2018, composto por quatro membros independentes, sendo o seu coordenador membro do Conselho de Administração.

O CAE é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, sem poder decisório ou atribuições executivas atuando com independência em relação à Diretoria da IPT, regido pela Lei nº 13.303/16 - Estatuto Social e seu Regimento Interno.

Compete assessorar o Conselho de Administração nos seguintes assuntos, dentre outros: (i) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna; propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (ii) analisar as demonstrações financeiras; (iii) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (iv) supervisionar a diretoria no desenvolvimento de controles internos efetivos; (v) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da diretoria e da auditoria interna; (vi) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade da sociedade; (vii) avaliar a aderência das práticas da sociedade ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; e (viii) monitorar as denúncias de infração ao Código de Conduta e Integridade registradas no Canal de Denúncias e seus procedimentos de apuração e responsabilização.

As funções do CAE são desempenhadas com base nas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e pela elaboração das demonstrações financeiras, além das informações obtidas em reuniões com responsáveis pelas diversas áreas operacionais do IPT.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras do IPT, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. Aos Auditores independentes cabe assegurar que as demonstrações financeiras representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE reuniu-se 12 vezes para o desenvolvimento de suas atividades relacionadas ao exercício social de 2021 até o dia 07 de dezembro de 2021 e diversas vezes com o Conselho Fiscal nas quais comunicaram-se nesse período, com o presidente do IPT, a diretora de inovação e negócios, a diretora financeira e administrativa, o diretor do IPT Open, o diretor de operações, o responsável pela auditoria interna, a auditoria independente, o conselho de administração e os responsáveis pelas áreas de contabilidade, jurídico, manutenção, tecnologia da informação, recursos humanos,

controladoria, ouvidoria, integridade, gestão de riscos e controles internos, tecnologia da informação, encargo de dados, gestão administrativa, além de representantes da Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - F.I.P.T.

Na interação com o Conselho de Administração, foram apresentados o status dos trabalhos em andamento, principais preocupações com o IPT, apresentação do Plano de Trabalho do Comitê para 2021, aprovado por unanimidade, conforme registro em atas.

Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

Auditoria Interna: o CAE obteve informações sobre os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna por meio de reuniões periódicas, bem como acompanhando o Plano de Trabalho de 2021, revisou o Plano de Trabalho para 2022, fez ainda diversas considerações para a melhoria do nível de maturidade da Auditoria Interna e adequação da área às necessidades do IPT. Adicionalmente revisou os principais pontos identificados pela Auditoria.

Auditoria Independente: o CAE avaliou como satisfatórias as informações fornecidas pela auditoria independente, a qual suportou a opinião do CAE acerca da adequação das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Ao longo de 2021, o CAE reuniu-se diversas vezes com a auditoria independente Auditores Auditores & Consultores, sendo apreciado o Plano de Trabalho para o exercício de 2021, bem como o relatório circunstanciado, com os principais temas de Tecnologia da Informação. Nesse sentido, o CAE solicitou ao IPT um prazo para implantação dos pontos abordados pela Auditoria. Também apreciou o relatório dos auditores independentes, emitido em 08 de fevereiro de 2022, sem ênfases ou ressalvas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Sistema de Controles Internos e de Gestão de Riscos: o CAE avaliou, em reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos - GECON, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do IPT, considerando como um processo ainda em amadurecimento. Foram recomendadas diversas ações para o fortalecimento das atividades, inclusive o suporte de um especialista externo, que foi viabilizado em 2021 e iniciou, em conjunto com a GECON, um projeto de identificação, classificação e avaliação de riscos corporativos nas unidades de negócios do IPT). O CAE entende que, com a conclusão desse projeto e a manutenção dos entregáveis, o IPT avança significativamente na maturidade de gestão de riscos. O CAE revisou a política de transações com partes relacionadas, fazendo as contribuições para a melhoria do documento. Adicionalmente, também tomou conhecimento e acompanhou as demandas dos órgãos de fiscalização de controle externo.

Programa de Integridade e Ouvidoria: o CAE recomendou que o fluxo das informações do Canal de Denúncias fosse revisado, bem como revisou o relatório com os principais relatos apresentados pela Ouvidoria. Tomou ciência do andamento do redesenho do processo de tratamento de denúncias do IPT, monitorou o tratamento das denúncias de infrações ao Código de Conduta e Integridade, os encaminhamentos São Paulo, 22 de fevereiro de 2022.

para apurações pelo Comitê de Conduta e Integridade e a aplicação de sanções pela diretoria, além dos treinamentos anuais relacionados ao Programa de Integridade.

Demonstrações Financeiras: com base nos trabalhos realizados pelos auditores independentes, Auditores Auditores & Consultores, o CAE analisou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das demonstrações financeiras. Conforme recomendação do CAE, a companhia passou a publicar as demonstrações contábeis trimestrais revisadas pela empresa de auditoria externa e disponibilizadas para consulta na página de governança corporativa do IPT. O CAE monitorou o trabalho de revisão de taxas de depreciação de bens do ativo imobilizado, conforme laudo de avaliação externa, emitido pela empresa FACTUM - Avaliações e Consultoria Ltda. O CAE recomendou o tratamento, a qualificação a provisão e a divulgação em demonstrações financeiras relacionadas a passivo ambiental do IPT e, adicionalmente recomendou que o critério das provisões contábeis cíveis e trabalhistas sejam revisados periodicamente.

Outras Atividades: foi apreciado o status da regularização do auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB), considerando as obras e orçamento e foi acompanhado o status de regularização da fundação do terreno da sede em São Paulo. O CAE se reuniu com a diretoria do IPT Open com objetivo de entender os projetos em andamento e a forma de contabilização dos contratos. Também teve reunião com a diretoria de inovação e negócios a respeito do Comitê de Sustentabilidade e do relatório de sustentabilidade do IPT - ESG. Complementarmente, o CAE acompanhou as atividades de segurança da informação e monitorou o plano de adequação do IPT à LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei federal nº 13.709/2018) e fez algumas recomendações, entre elas: elaboração da matriz de risco de implantação dos requisitos da lei, prazo para implantação dos requisitos remanescentes, tempos e formas para atendimento a requerimentos de titulares de dados, Política de Privacidade, adequações do ERP e treinamentos. Cabe destacar que o CAE realizou sua autoavaliação de desempenho para o ano de 2021, bem como concluiu o treinamento anual de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos e compliance, promovido pelo IPT e ministrado pela consultoria T4 Compliance, completando 12 horas de educação continuada.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, considerando os trabalhos e avaliações realizadas e com base nas informações das diretorias, contabilidade e opinião do auditor independente Auditores Auditores & Consultores, expressa no relatório da auditoria sem ênfases ou ressalvas, concluiu que os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e nas notas explicativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, entendendo que as referidas demonstrações estão adequadas, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração do IPT.

PARER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 08 de Fevereiro de 2022, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reafirmam condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022.

MARCOS VINICIUS DE SOUZA

Presidente do Conselho

LUCIANA HARUMI HASHIBA MAESTRELLI HORTA

Conselheira

WILLIAM PEREIRA PINTO

Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê de Auditoria

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Conselheira Diretora-Presidente

JOÃO GABBARDO DOS REIS

Conselheiro

FELIPE JALORETTO DA SILVA

Conselheiro
Representante dos Empregados

PARER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela AUDILINK & CIA. AUDITORES de 08 de Fevereiro de 2021, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reafirmam condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 18 de março de 2022.

KATHELEEN REGINA DA SILVA DARDIS DE CAMARGO

Conselheira

TATIANE GONÇALVES RODRIGUES

Conselheira

WILSON SERGIO PEDROSO JUNIOR

Conselheiro

TARCILA REIS JORDÃO

Conselheira

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Conselheiro

DIRETORIA

LIEDI LÉGI BARIANI BERNUCCI

Diretora-Presidente

CLÁUDIA ECHEVENGUÁ TEIXEIRA

Diretora de Inovação e Negócios

ADRIANO MARIN DE OLIVEIRA

Diretor de Operações

ALESSANDRO PANSANATO RIZZATO

Diretor IPT Open

FRANCISCO SOUTO OUTEIRA

Contador - CRC 1SP154222/O-1

continua

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONTABILIZAÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Ilmos. Srs.
Administradores e Acionistas do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Impairment de ativos não financeiros
Detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução do valor recuperável dos ativos estão descritos na nota 2.10 - Avaliação do valor recuperável dos ativos (impairment) às demonstrações contábeis.

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados líquidos no montante de R\$ 77.905 mil envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso das Unidades Geradoras de Caixa - UGCs da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela administração da Companhia para determinar o valor em uso das UGCs incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados, por UGC. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia revisou o valor recuperável dos ativos acima referidos e como resultado não foi identificada a necessidade de ajuste, via impairment, nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Resposta da auditoria ao assunto
Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") tendo sido avaliada a consistência entre a política contábil relacionada com a provisão para redução do valor recuperável dos ativos e os procedimentos e testes adotados pela administração para determinação do valor em uso das UGCs. Utilizamos nossos técnicos para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia. Adicionalmente, comparamos as projeções utilizadas nos testes realizados nos anos anteriores com os resultados efetivos. Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela administração, tais como, taxa de desconto, projeção de crescimento das vendas e margem de contribuição, com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requeriam necessidade de contabilização de impairment significativamente diferente do considerado e divulgado pela administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem. Avaliamos as divulgações relacionadas a esse assunto nas demonstrações contábeis. **Revisão da vida útil dos ativos imobilizados**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8, a Companhia finalizou em outubro de 2021 a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado, conforme Laudo emitido pela

FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S. O referido Laudo avaliou a nova vida-útil de cada bem, como também instituiu as taxas de depreciação societárias que foram reconhecidas a partir da data do Laudo, tendo sido observadas as instruções do item 30 da ITG 10, aprovada pela Resolução CFC nº 1.263/09 e itens 32 ao 38 da NBC TG 23 (R2), aprovada pela Resolução CFC nº 1.139/09, em relação à mudança de estimativas contábeis.

Resposta da auditoria ao assunto
Para validar os procedimentos adotados na implantação dessas novas estimativas contábeis, tomamos por base o Laudo de Avaliação emitido pela FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S, com as novas vidas-úteis e suas consequentes taxas de depreciação societárias. Através do mencionado Laudo, verificamos os cálculos das depreciações, a correta classificação contábil, os efeitos no resultado corrente e os respectivos ajustes às taxas fiscais antes adotadas. Também observamos os efeitos tributários sobre os novos valores e a correta classificação na escrita fiscal. Com base nesses procedimentos, julgamos procedentes os critérios adotados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Provisões para contingências
Conforme mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, com o suporte e avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos, determina a probabilidade de perda e os valores envolvidos para cada processo, registrando na contabilidade uma provisão quando os critérios para o reconhecimento são atendidos, perdas prováveis, e divulga aquelas com classificação de risco de perda possível (passivo contingente).

Resposta da auditoria ao assunto
Solicitamos aos assessores jurídicos da Companhia a confirmação de todos os processos, a respectiva avaliação de riscos e valores para todos os processos em esfera administrativa ou judicial. Avaliamos o montante da provisão e as divulgações feitas em notas explicativas quanto aos requerimentos descritos nas normas contábeis relevantes para esse tema. Com base nos procedimentos acima, consideramos que são aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração relativas às provisões de contingências e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração que deve ser disponibilizado após a data desse relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Nos termos da NBC TA 720 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações, e em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade seria de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se essa outra informação está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Até a data do nosso Relatório do Auditor Independente, não nos foi disponibilizado o Relatório da Administração para que fosse cumprido os termos descritos naquela norma, quanto à leitura e avaliação de sua consistência com as demonstrações contábeis.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela Governança

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando induzem, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

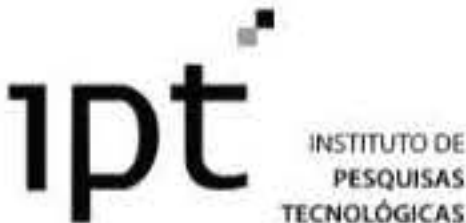
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2022.

AudiLink
Auditores, L. Consultores
AudiLink & Cia. Auditores
CRC 2RS003688/O-2 T° SP

Roberto Caldas Bianchessi
Contador
CRC/RS 040078/O-7 T° SP



semináriosfolha

O Brasil precisa ser discutido.

Existem discussões que não podem mais ser adiadas. Com o propósito de contribuir com ideias para solucionar os maiores desafios do país, a **Folha de S. Paulo** está promovendo debates importantes sobre temas relevantes à nossa realidade. Todos abordados com a credibilidade, o criticismo e o pluralismo que caracterizam o jornal.

- saúde
- tecnologia
- cultura
- economia

- meio ambiente
- educação
- agricultura
- agronegócio

- indústria
- saneamento
- sustentabilidade e muito mais



Acesse o site
folha.com/seminariosfolha

FOLHA100


Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
 CNPJ: 07.963.450/0001-68

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Valores em R\$ 1.000.

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais, submeteremos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O relatório do auditor independente, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 1.520 mil. Gerenciamento de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias depositadas nas Resoluções normativas 4.557/17 e 2.554/96, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Magnetis DTVM mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2021, os limites operacionais da Magnetis DTVM, que são aprovados mensalmente e, apresentamos níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | |
|---------------------------------------|-----|----------|----------|
| | NE | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Ativo | | | |
| Circulante | | 7.798 | 5.789 |
| Disponibilidades | 4 | 4.754 | 1.398 |
| Instrumentos Financeiros | | 3.007 | 4.390 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 2.956 | 4.390 |
| Rendimentos a receber | | 44 | - |
| Negociação e intermediação de valores | | 7 | - |
| Outras Ativos | | 25 | 1 |
| Outros créditos - Diversos | | 25 | 1 |
| Não Circulante | | 8 | - |
| Imobilizado de Uso | 3.4 | 8 | - |
| Outras imobilizações de uso | | 8 | - |
| Total de Ativos | | 7.792 | 5.789 |

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | |
|---------------------------------------|-----|----------|----------|
| | NE | 31/12/21 | 31/12/20 |
| Passivo | | | |
| Circulante | | 4.874 | 1.351 |
| Instrumentos Financeiros | | 4.798 | 1.333 |
| Depósitos | 6.1 | 4.798 | - |
| Negociação e intermediação de valores | 6.2 | - | 1.333 |
| Outros Passivos | | 76 | 18 |
| Fiscos e previdenciários | | 33 | 2 |
| Diversos | 6.3 | 43 | 16 |
| Patrimônio Líquido | | 2.918 | 4.438 |
| Capital | 9.1 | 4.100 | 4.100 |
| De contribuintes no país | | 4.100 | 4.100 |
| Reserva de capital | | 37 | 37 |
| Reserva de lucros | | - | 301 |
| (Prejuízos acumulados) | | (1.219) | - |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 7.792 | 5.789 |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO | | | | |
|---|----|-----------|-----------|-----------|
| | NE | 31/12/21 | 2021 | 2020 |
| Receitas de Intermediação Financeira | | 139 | 196 | 59 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 139 | 196 | 59 |
| Resultado Bruto da Intermediação Financeira | | 139 | 196 | 59 |
| Outras Receitas/Despesas Operacionais | | (563) | (1.716) | (237) |
| Receitas de prestação de serviços | | 142 | 142 | - |
| Outras despesas administrativas | 10 | (961) | (1.783) | (221) |
| Despesas tributárias | | (48) | (78) | (16) |
| Outras receitas operacionais | | 4 | 4 | - |
| Outras despesas operacionais | | - | (1) | - |
| Resultado Operacional | | (424) | (1.520) | (178) |
| Resultado antes da tributação sobre o Lucro e Participações | | (424) | (1.520) | (178) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 11 | - | - | (3) |
| IRPJ - Alvo fiscal diferido | | - | - | (2) |
| CSLL - Alvo fiscal diferido | | - | - | (1) |
| Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre/Exercício | | (424) | (1.520) | (181) |
| Nº de cotas | | 4.100.000 | 4.100.000 | 4.100.000 |
| Lucro/Prejuízo por cota | | (0,10) | (0,37) | (0,04) |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| Semestre de 01/07/2021 a 31/12/21 | | | | |
|---|-------------------|---------------------|---------------|------------------------------|
| | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais de Lucros |
| Saldos no início do Semestre em 01/07/21 | 4.100 | 37 | 194 | 107 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - |
| Destinações: | | | (194) | (107) |
| Reserva Legal/Estatutária | - | - | (194) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | (107) |
| Saldos no fim do Semestre em 31/12/21 | 4.100 | 37 | - | - |
| Mutações do Semestre: | - | - | (194) | (107) |
| Exercício de 01/01/21 a 31/12/21 | | | | |
| | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais de Lucros |
| Saldos no início do Exercício em 01/01/21 | 4.100 | 37 | 194 | 107 |
| Prejuízo do semestre | - | - | - | - |
| Destinações: | | | (194) | (107) |
| Reserva Legal/Estatutária | - | - | (194) | - |
| Reserva especial de lucros | - | - | - | (107) |
| Saldos no fim do Exercício em 31/12/21 | 4.100 | 37 | - | - |
| Mutações do Exercício: | - | - | (194) | (107) |
| Exercício de 01/01/20 a 31/12/20 | | | | |
| | Capital Realizado | Reservas de Capital | Reserva Legal | Reservas Especiais de Lucros |
| Saldos no início do Exercício em 01/01/20 | 968 | 37 | 194 | 268 |
| Aumento de capital | 3.132 | - | - | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - |
| Destinações: | | | - | (181) |
| Absorção de prejuízos com reservas | - | - | - | (181) |
| Saldos no fim do Exercício em 31/12/20 | 4.100 | 37 | 194 | 107 |
| Mutações do Exercício: | 3.132 | - | - | (181) |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), foi constituída por tempo indeterminado de duração, e tem como objeto social (a) a gestão de todas as operações autorizadas em lei para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, de acordo com as disposições legais e regulamentares expedidas pelas autoridades competentes; e (b) a participação em quaisquer outras sociedades com o objetivo, a qualquer tempo, desde que previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (Bacen) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), incluindo a Resolução nº 4.218 de 29/05/2020 e Resolução Bacen nº 62/2020 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em aditamento ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são: Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); Resolução CMN nº 3.566/08 - CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução CMN nº 4.524/16 - CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis; Resolução CMN nº 3.904/08 - CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa; Resolução CMN nº 4.534/16 - CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; Resolução CMN nº 3.759/09 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução CMN nº 3.569/11 - CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações; Resolução CMN nº 4.007/11 - CPC 33 - Políticas Contábeis; Mudança de Estimativa e Retificação do Erro; Resolução CMN nº 3.973/11 - CPC 34 - Evento Subsequente; Resolução CMN nº 3.823/09 - CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução CMN nº 4.535/16 - CPC 27 - Ativo Imobilizado; Resolução CMN nº 4.424/15 - CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados; Circular Bacen nº 3.959/19 - CPC 41 - Resultado por Ação; Resolução CMN nº 4.748/19 - CPC 46 - Mensuração do valor justo. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Distribuidora em 21 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apreciação do resultado
O regime contábil de apreciação do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos ajustados até as datas dos balanços.

3.2. Disponibilidade de caixa
São representados por caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interbancários cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interbancárias de liquidez, estão demonstradas pelo valor de compra com compromisso de revenda, acrescidas dos rendimentos decorrentes, calculados em base "pro rata" dia.

3.3. Instrumentos Financeiros

Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido na Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários, estão classificados nas seguintes categorias:

Títulos e valores mobiliários até o vencimento

são aqueles que a companhia tem a intenção e capacidade financeira para efetuar o resgate somente no vencimento. São avaliados a taxa de juros contratada pelo regime de competência "pro rata" dia.

Títulos e para negociação

considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, com as perdas e os ganhos reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Títulos e disponíveis para venda

não são classificados como "títulos para negociação" ou como "transitórios até o vencimento", esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta dedicada do patrimônio líquido. As perdas e os ganhos, quando realizados, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Negociação e Intermediação de Valores

São representadas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber, realizadas na B3 S.A. Brasil, B3, Bolsa, Balcão, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos e intermediação de valores.

Depósitos

São demonstrados pelos valores das disponibilidades e consideram os encargos exigíveis até o prazo do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. As aplicações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstradas pelos valores de realização atuais exigíveis, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito das ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Imobilizado de uso

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica da base, sendo de 20% a.a. para "Sistema de processamento de dados" e de 10% a.a. para as demais contas.

Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo elaborados de acordo com os critérios definidos na Circular Circular nº 3.429/10 e na Resolução Bacen nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia da sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes

São incertos a depender de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saldo de recursos; não são, portanto, provisões, mas são divulgados se classificados como perda possível, e não provisões nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscos e previdenciários) - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de perda. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Bacen.

Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Distribuidora é tributada pelo Lucro Real, o conceito do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 mil ano. A contribuição social sobre o lucro conforme a Lei nº 14.133/2021, é calculada à alíquota de: a) 20% do período de 01/07/2021 até 31/12/2021; b) 15% do período de 01/01/2022 até 30/06/2022; c) 15% a partir de 01/07/2022. Os créditos

A DIRETORIA
 Maycon Siqueira Paixão - Diretor

Demonstrações Financeiras: Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente, assim como revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua emissão em 16 de março de 2022. Ouvidoria Institucional: A estrutura de Ouvidoria da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. está em conformidade com a Resolução CMN

Aos Administradores e Aconselheiros da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
 São Paulo - SP
 Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritos na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os preceitos éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme as normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é responsável por essas outras informações que acompanham o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de

ativos e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos ("impairment"), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável de seus ativos, sendo reconhecida no resultado do período as eventuais perdas apuradas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, e valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base de balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.10. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os valores reais podem diferir desses estimativas.

3.11. Transações com partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em conformidade a Resolução CMN nº 3.759/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.12. Resultado recente e não recente

Resultado não recente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recente corresponde as atividades típicas da instituição e tem probabilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades - depósitos bancários

Aplicações em títulos públicos de liquidez

Títulos Públicos LTN - Letras do Tesouro Nacional (a)

Total

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2022.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2021 31/12/2020

252 1.398

4.501 -

4.754 1.398

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2022.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2021 31/12/2020

252 1.398

4.501 -

4.754 1.398

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2022.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2021 31/12/2020

252 1.398

4.501 -

4.754 1.398

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2022.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2021 31/12/2020

252 1.398

4.501 -

4.754 1.398

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2022.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2021 31/12/2020

252 1.398

4.501 -

4.754 1.398

(a) Em 31 de dezembro de 2021 estão representadas por aplicações em operações compromissadas, data de compromisso para 03 de janeiro de 2022, no valor de R\$ 4.501 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2020), remuneradas a taxas prefixadas, lastreadas em títulos públicos - Letras do Tesouro Nacional com vencimento 01 de julho de 2022.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1. - Títulos e Valores Mobiliários:

31/12/2021 31/12/2020

252 1.398

4.501 -

A LEI PARA DIVULGAÇÃO DE BALANÇOS MUDOU. MAS VOCÊ TEM MUITOS MOTIVOS PARA CONTINUAR PUBLICANDO NA FOLHA.



Os benefícios da **Folha** para quem precisa publicar seus balanços são incomparáveis.

O novo **Portal de Publicidade Legal Folha** oferece um pacote completo de soluções para dar mais relevância e visibilidade aos resultados da sua empresa. Tudo isso com a credibilidade de um dos jornais mais influentes do meio empresarial.



Circulação paga de **366.088** exemplares.¹



Site de jornal com maior tempo de leitura do país com **7,9 minutos**² e com mais de **28 milhões** de usuários únicos³



Opções que incluem análise do balanço, entrevista com CEO e branded content em parceria com o **Estúdio Folha**.



Possibilidade de elaboração de pesquisa em parceria com o **Instituto Datafolha**.

Para anunciar, acesse **www.publicidade.folha.com.br** ou ligue **11 3224-3690** ou **11 9 8405-3428**

FOLHA100

EstúdioFolha

Datafolha
INSTITUTO DE PESQUISA

(1) IVIC de 2/21 - Folha de S. Paulo - maior de circulação impressa + digital (2) Comissão de Mídia Merce - Multi-Plataforma, Notícias, Média de minutos por usuário, dez. de 2021, Brasil. Comparativo (M) - Folha de S. Paulo (M) Estadão (M) Jornal O Globo (M) Google Analytics - dez/21



Policiais ucranianos isolam área perto de prédio residencial que colapsou parcialmente após bombardeio em Kiev. Sergei Supinski/AFP

Putin coloca em marcha seu plano B, inundar a Europa com refugiados

Estratégia é atacar casas, escolas e hospitais para forçar êxodo e impor fardo a países da Otan

OPINIÃO

Thomas L. Friedman

Ex-correspondente do New York Times, é articulista de relações internacionais

THE NEW YORK TIMES Depois de um mês confuso, está claro agora quais estratégias estão sendo executadas na Ucrânia: estamos assistindo ao plano B de Vladimir Putin versus o plano A de Joe Biden e Volodimir Zelenski. Esperemos que Biden e Zelenski sejam vitoriosos, porque o possível plano C de Putin é realmente assustador — e não quero nem sequer colocar no papel o que temo que possa ser seu plano D.

Não tenho nenhuma fonte secreta no Kremlin que me informe sobre isso; apenas a experiência de ter observado Putin operando no Oriente Médio ao longo de muitos anos.

Como tal, me parece evidente que Putin, tendo percebido que seu plano A fracassou — sua expectativa de que o Exército russo entraria na Ucrânia, decapitaria sua liderança supostamente nazista e então ficaria apenas esperando enquanto o país inteiro caísse pacificamente nos braços da Rússia —, passou a implementar seu plano B.

Esse plano prevê que o Exército russo dispare intencionalmente contra civis ucranianos, prédios residenciais, hospitais, estabelecimentos comerciais e até abrigos antitombas — todas coisas que aconteceram nas últimas semanas —, a fim de encorajar os civis a abandonar suas casas, criando uma crise enorme de refugiados dentro da Ucrânia e, o que é ainda mais importante, uma crise maciça de refugiados nos países vizinhos que integram a Otan.

Desconfio que Putin este-

ja pensando que, se não consegue ocupar e controlar toda a Ucrânia com meios militares e simplesmente impor seus termos de paz, a segunda melhor opção seria impelir 5 milhões ou 10 milhões de refugiados ucranianos, especialmente mulheres, crianças e idosos, para a Polônia, a Hungria e a Europa Ocidental.

A finalidade disso seria criar fardos sociais e econômicos tão pesados a ponto de esses países da Otan acabarem, eventualmente, pressionando Zelenski a concordar com quaisquer exigências de Putin para encerrar a guerra.

O presidente russo provavelmente espera que, embora esse plano tenha grande possibilidade de envolver crimes de guerra que poderão fazer dele e do Estado párias permanentes, a necessidade de petróleo, gás e trigo russos — além da ajuda para enfrentar problemas regionais como o iminente acordo nuclear com o Irã — não demore a obrigar o mundo a voltar a negociar com o “bad boy Putin”, como sempre fez no passado.

Seu plano B parece estar se desenrolando conforme o previsto. A agência de notícias francesas AFP noticiou no domingo (20), de Kiev: “Mais de 3,3 milhões de refugiados abandonaram a Ucrânia desde que a guerra começou — a crise de refugiados que mais cresce na Europa desde a Segunda Guerra Mundial —, a vasta maioria dos quais formada por mulheres e crianças, segundo a ONU. Outros 6,5 milhões de pessoas estariam deslocadas dentro do país”.

O texto seguia: “Numa atualização de informações de inteligência no sábado passado, o Ministério da Defesa britânico disse que a Ucrânia conti-

nua a defender seu espaço aéreo com eficácia, forçando a Rússia a usar armas lançadas de seu espaço aéreo. A pasta disse que a Rússia foi forçada a “mudar sua abordagem operacional e agora está implementando uma estratégia de atrito. Esta provavelmente envolverá o uso indiscriminado de poder de fogo, resultando no aumento das baixas de civis, destruição da infraestrutura ucraniana e intensificação da crise humanitária”.

Mas o plano B de Putin bate de frente com Biden e Zelenski. O plano A do ucraniano, que suspeito que esteja tendo resultados ainda melhores do que ele esperava, consiste em combater o Exército russo em terra até criar um impasse, destruir sua moral e forçar Moscou a aceitar seus termos para um acordo de paz. Isso tudo com apenas um mínimo de esforço para poupar o líder do Kremlin de humilhação.

Não obstante todo o derramamento de sangue e os bombardeios das forças russas, Zelenski, com prudência, ainda está de olho numa possível solução diplomática, pedindo negociações com Putin, ao mesmo tempo que mobiliza suas forças e seu povo.

O jornal The New York Times noticiou no domingo que “a guerra na Ucrânia chegou a um impasse após mais de três semanas de combates, com a Rússia conquistando avanços apenas marginais e visando civis cada vez mais, segundo analistas e autoridades americanas. As forças ucranianas derrotaram a campanha russa inicial desta guerra”, disse em análise o Instituto para o Estudo da Guerra, sediado em Washington. O estudo concluiu que os russos não possuem as tropas ou os equipa-

mentos necessários para tomar a capital, Kiev, ou outras grandes cidades como Khar'kov e Odessa, concluiu.”

O plano A de Biden, para o qual ele alertou Putin de maneira explícita antes de a guerra começar, num esforço para fazer com que mudasse de ideia, consistia em impor à Rússia sanções econômicas como o Ocidente nunca antes impôs, com a finalidade de paralisar a economia russa.

A estratégia envolveu enviar armas aos ucranianos para pressionar a Rússia militarmente. Está tendo um êxito que provavelmente supera as expectativas de Biden, isso porque foi amplificada pelo fato de centenas de empresas estrangeiras que atuam na Rússia terem suspenso suas operações no país, voluntariamente ou sob pressão de seus funcionários.

Fábricas russas estão tendo que fechar as portas porque não conseguem os microchips e outras matérias-primas do Ocidente de que necessitam. Além disso, as viagens aéreas para a Rússia e em volta dela diminuíram porque muitos dos aviões comerciais russos na realidade pertenciam a empresas de leasing irlandesas e porque a Airbus e a Boeing se recusam a fazer a manutenção dos aviões que pertencem à Rússia.

Enquanto isso, milhares de jovens profissionais de tecnologia russos estão demonstrando “com os pés” serem contra o conflito, abandonando o país — e tudo em questão de um mês após Putin ter iniciado a guerra.

Assim, a pergunta que se coloca é: a pressão imposta aos países da Otan por todos os refugiados que a máquina de guerra de Putin está cri-

ando — um número que aumenta a cada dia — vai pesar mais do que a pressão sendo imposta a seu exército atolado em campo na Ucrânia e a sua economia na Rússia, que também aumenta a cada dia?

A resposta a essa pergunta deve determinar quando e como a guerra vai terminar. Se ela acabará com um vencedor e um perdedor claros ou, o que talvez seja mais provável, com algum tipo de acordo escuso enviesado a favor de Putin ou contra ele.

Digo “talvez” porque é possível que Putin considere intolerável qualquer espécie de empate ou acordo escuso. Ele talvez sinta que qualquer coisa que não seja uma vitória total será uma humilhação que enfraquecerá seu domínio autoritário do poder. Nesse caso, pode optar por um plano C — que, eu imagino, envolveria ataques aéreos ou de foguetes contra as linhas de suprimento militares ucranianas na Polónia.

A Polónia é membro da Otan, e qualquer ataque a seu território obrigaria todos os outros membros da Otan a virem em sua defesa. Putin talvez pense que, se conseguir forçar essa questão e alguns membros da Otan hesitarem em defender a Polónia, a Otan possa se fraturar.

Esse cenário certamente provocaria discussões acaloradas em todos os países da aliança, especialmente nos Estados Unidos, sobre o envolvimento direto em uma potencial Terceira Guerra Mundial contra a Rússia.

Não importa o que venha a acontecer na Ucrânia, se Putin conseguisse rachar a Otan, isso seria uma conquista que poderia mascarar todas suas outras derrotas.

Se os planos A, B e C de Putin fracassarem, temo que ele fique como um animal encurralado e então opte pelo plano D — lançar armas químicas ou a primeira bomba nuclear desde Nagasaki. Essa é uma frase difícil de escrever e uma ideia ainda mais difícil de contemplar. Mas ignorar que é uma possibilidade seria ingenuidade extrema.

Tradução Clara Allan

[...]

A pergunta que se coloca é: a pressão imposta aos países da Otan por todos os refugiados que a máquina de guerra de Putin está criando — um número que aumenta a cada dia — vai pesar mais do que a pressão sendo imposta a seu exército atolado em campo na Ucrânia e a sua economia na Rússia, que também aumenta a cada dia?

LEIA TAMBÉM

ciência

➔ Revista tira artigos de russos de base sobre répteis p. 2

mercado

➔ Evergrande tem ações suspensas em Hong Kong p. 3

opinião

➔ Retornar ao escritório é bom; chegar a ele, não p. 4

cotidiano

➔ Compra indevida no cartão? Veja o que fazer p. 5

f5

➔ Amy Schumer mistura comédia e drama em série p. 6

folhamais

Editor remove produção russa de base de dados sobre répteis

Pesquisador refuta críticas de praticar censura e ‘cancelamento científico’

CIÊNCIA

Ana Bottallo

SÃO PAULO Na última semana, a área de estudo conhecida como herpetologia (estudo dos répteis e anfíbios) esteve no meio de um debate bem ácido, e isso não tem nada a ver com os animais peçonhentos que são normalmente objeto de pesquisa. No último dia 10, o site Reptile Database, que concentra informações sobre todas as espécies já descritas de répteis, divulgou sua newsletter para os assinantes e colaboradores do portal — em sua maioria herpetólogos, pesquisadores de áreas próximas e estudantes interessados nesses animais — com as inclusões mais recentes de espécies na lista, atualizações de nomenclatura e uma mensagem política, fora do usual. “Normalmente, não nos posicionamos politicamente nesta newsletter, mas com a invasão da Ucrânia, sentimos que é necessário. [O presidente da Rússia] Vladimir Putin foi longe demais com a invasão da Ucrânia. Como forma de protesto, removemos mais de mil artigos russos nessa versão da lista, a maioria de artigos publicados ou produzidos por autores russos”, dizia o texto. E, apesar de reconhecer que haveria um “dano colateral”, principalmente de cientistas

de outras nacionalidades que colaboraram com tais autores, a mensagem dizia ainda que “não desejava ‘punir’ os colegas russos, mas lembrá-los que a guerra só pode ser parada dentro da própria Rússia”. “Os boicotes em todo o mundo deixam claro que a Rússia está se isolando no plano mundial. [...] Esperamos que a academia russa (incluindo herpetólogos) converse com seus colegas e com a elite política sobre como tal invasão está gerando uma russofobia global e que isso irá criar um efeito rebote massivo e forçar o estado a retirar as tropas da Ucrânia”, concluía o texto. Contudo, o ativismo político do editor do site, Peter Uetz, herpetólogo alemão e professor na Universidade de Commonwealth Virginia, nos Estados Unidos, não foi recebido de maneira positiva pelos seus pares. As respostas que se seguiram foram de duras críticas à decisão, classificada como “fazer da ciência e dos cientistas reféns de guerra”, “praticar censura”, “enviesada” e que “pune os cientistas e é irrelevante para Putin ou no contexto político da guerra”. Muitos, ainda, disseram que iam parar de citar a base de dados, a principal fonte de informação sobre répteis, contendo mais de 11 mil espécies com dados sobre distribuição,

taxonomia (nome da espécie e a qual grupo pertence) e fotos para identificação. Um dos primeiros a responder foi Jean-François Trape, pesquisador do Instituto de Pesquisa pelo Desenvolvimento (IRD, na sigla em francês) em Dakar, Senegal. “É uma decisão vergonhosa, que eu condeno. Todo cientista como indivíduo tem o direito de ter suas opiniões, mas cabe à ciência produzir o conhecimento, e não ser um juiz”, disse por email à Folha. Na última quarta (16), uma atualização no mesmo portal dizia que a remoção era temporária e que “os artigos russos estarão de volta no próximo fim de semana — no mais tardar no domingo, dia 20”. Questionado sobre o que o motivou, Uetz disse que essa foi “uma decisão difícil”. “Remover os artigos foi um sinal de protesto, e não era minha intenção punir ninguém ou praticar a discriminação. Queria falar com eles como cidadãos e lembrá-los que essa guerra não afeta somente ucranianos, mas todo o mundo, especialmente os próprios russos.” O herpetólogo se disse ainda surpreso com a reação fortemente negativa. “Recebemos muitas críticas e até mesmo ameaças. Foi chocante ver as pessoas nos acusando de racismo e discriminação, mas também recebemos várias

“
Remover os artigos foi um sinal de protesto, e não era minha intenção punir ninguém ou praticar a discriminação. Queria falar com eles como cidadãos e lembrá-los que essa guerra não afeta somente ucranianos, mas todo o mundo, especialmente os próprios russos”
Peter Uetz
editor do Reptile Database

mensagens de apoio, embora a maioria tenha sido contra o nosso ‘banimento de artigos’.” Para a herpetóloga e professora da Universidade Federal do Alagoas (Ufal), Luísa Diele-Viegas, a remoção dos artigos promove um retrocesso, mesmo que momentâneo, no conhecimento científico. “Não funciona como protesto porque os artigos científicos não são produzidos para fim individual, são produzidos para o avanço da ciência em determinada temática. Outros trabalhos que precisariam desses artigos no período em que ele [Uetz] determinou a remoção das informações ficarão prejudicados”, diz. Outro ponto levantado é sobre como tais atitudes podem ser semelhantes a um ato de censura. “As redes sociais se tornaram um ambiente extremamente tóxico, e é difícil até mesmo diferenciar uma crítica legítima sobre determinado assunto de um cancelamento. Nesse caso, os que sofreram foram os cientistas russos, e não o governo”, afirma a pesquisadora. O também herpetólogo e cientista político Scott Thompson afirma que chamar o ato de censura é correto, mas a situação é mais grave do que isso. “O que ele [Uetz] fez é, politicamente, uma sanção e, mesmo temporárias, sanções são ferramentas políticas poderosas. O Reptile Database não está em posição de pressionar qualquer pessoa que tenha alguma influência sobre a situação na Ucrânia”, disse. Uetz, no entanto, refuta críticas de praticar censura, e diz que a atitude não tinha intenção de protestar contra o governo especificamente. “A remoção não foi um protesto contra o governo, foi uma forma de atrair atenção

para o tema. Como cidadãos e cientistas, temos uma certa responsabilidade social. A maioria dos cientistas contrários ao Donald Trump ou ao Jair Bolsonaro não fizeram nada para impedi-los de se elegerem. É nossa responsabilidade também informar ao nosso povo quais são as consequências se determinados políticos forem eleitos.” Sobre esse assunto, Diele-Viegas diz que é o mesmo que punir os brasileiros pelas decisões do governo de Jair Bolsonaro (PL) sobre os povos indígenas e a Amazônia. “Imagina se a comunidade científica internacional decidisse boicotar a ciência brasileira por causa dos atos praticados pelo governo. Isso prejudicaria a ciência brasileira única e exclusivamente”, diz. Trape, do IRD, diz não concordar também com esse tipo de ativismo político. “A história da humanidade sempre foi consequência de guerras e conflitos. Por essa lógica, teríamos que boicotar autores, atletas e artistas de todos os países, desde o homem de Cro-Magnon. Além disso, nos últimos 30 anos os Estados Unidos foram responsáveis direta ou indiretamente pela morte de mais civis e militares do que a Rússia, e nunca houve sanções”, disse. Para Uetz, há tanto argumentos a favor quanto contra realizar ações como essa e que uma visão equilibrada está em falta no debate virtual. “Na verdade, poderia ser mais eficaz se uma coalisão de cientistas protestasse contra decisões políticas obviamente ruins, mas tudo depende das circunstâncias. Ninguém deve sofrer pela sua elite política, mas todos somos afetados pelos nossos governantes”, afirmou.

Iuri Gagarin, 1º homem no espaço, tem nome tirado de evento

SÃO PAULO O cosmonauta russo Iuri Gagarin, primeira pessoa a viajar para o espaço, teve seu nome retirado de um evento para arrecadação de fundos organizado pela Space Foundation, organização americana sem fins lucrativos. De acordo com a Vanity Fair e a Insider, o site Futurism localizou uma publicação, agora excluída, em que a organização afirma que “à luz dos eventos mundiais atuais, a ‘Yuri’s Night’ [Noite do Iuri] de 2022 foi renomeada como ‘A Celebration of Space: Discover What’s Next’ [Uma celebração do espaço: descubra o que vem a seguir]”. Ainda segundo as publicações internacionais, a Space Foundation teria acrescentado que “o foco deste evento de angariação de fundos permanece o mesmo — celebrar as conquistas humanas no espaço enquanto inspira a próxima geração a alcançar as estrelas”. A mudança da campanha de arrecadação de fundos, que acontece desde 2001, ocorre em meio a uma série de sanções globais impostas contra a Rússia por causa da invasão à Ucrânia. Como a Folha já mostrou, diversas marcas já retiraram seus negócios da Rússia e muitos países ocidentais retiraram de suas lojas produtos de empresas russas. O primeiro voo espacial tripulado, que levou Iuri Gagarin a entrar para a história, ocorreu em 12 de abril de 1961. O russo orbitou a terra por 108 minutos e proferiu a célebre frase “A Terra é azul” ao observar o globo terrestre. Ainda segundo a Insider, a celebração organizada pela Space Foundation, que ocorrerá durante o mês de abril, celebrará as maravilhas do espaço e também o 10º aniversário da organização no Space Foundation Discovery Center, que fica localizada no estado do Colorado, nos Estados Unidos.



Ao lado, mulher passa por mural com grafite do cosmonauta Iuri Gagarin, em Moscou; abaixo, astronauta britânico Tim Peake posa ao lado de protótipo do rover Rosalind Franklin

Evgenia Novozhenina - 11.abril.21 / Reuters

Europa abandona missão a Marte, e Moscou trabalhará só

REUTERS A Rússia começará a trabalhar em sua própria missão a Marte, uma vez que a Agência Espacial Europeia (ESA) suspendeu um projeto conjunto após a invasão da Ucrânia por tropas russas, disse uma autoridade de alto escalão na última sexta-feira (18), segundo a agência de notícias Interfax. A ESA anunciou na última quinta-feira (17) que seria impossível continuar cooperan-

do com a Rússia na missão ExoMars. Um foguete russo transportaria um veículo de exploração espacial de fabricação europeia para Marte neste ano. “Em um futuro muito próximo, começaremos a trabalhar na implementação de uma missão a Marte”, disse Dmitry Rogozin, chefe da Roskosmos, a agência espacial da Rússia. De acordo com a Interfax, ele afirmou que não achava que um veículo de exploração espacial seria necessário, uma vez que o módulo de pouso existente na Rússia, projetado para transportar o veículo,

seria capaz de realizar o trabalho científico necessário. Rogozin disse que há “grandes dúvidas” sobre o que a ESA poderia fazer sem a Rússia, que já tem um foguete, um local de lançamento e o módulo de pouso. A ESA precisaria de pelo menos seis anos para desenvolver seu próprio módulo, segundo ele. Em resposta às sanções impostas pelo Ocidente à Rússia, a Roskosmos suspendeu a cooperação com a Europa em lançamentos espaciais e anunciou que deixará de fornecer motores de foguete para os Estados Unidos.



Ber Starsali - 7.fev.19 / AFP

Como o FGC salvou a pele e o dinheiro de Francisco

Fundo garantidor protege investidores contra o risco de crédito de depósitos e ativos bancários

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Francisco ficou todo animado com a possibilidade de ganhar mais do que a poupança quando uma corretora lhe ofereceu uma aplicação em um título emitido por uma financeira (letra de câmbio) com rentabilidade de 120% do CDI. A princípio, ficou inseguro, pois não conhecia a financeira, e desconfiado, pensando por que a taxa era tão alta, bem maior do que a praticada pelos grandes bancos. O corretor lhe explicou que as instituições financeiras de menor

porte não contam com a ampla rede de distribuição das grandes. Além disso, o risco de crédito é maior e, por essa razão, a rentabilidade é maior, para compensar o risco. Francisco não sabe o que é risco de crédito e não estava disposto a arriscar nada para tentar ganhar mais, preferindo o seguro ao incerto. Depois de conversar com o corretor e com amigos e de ler a respeito, ele entendeu que, quando faz uma aplicação em renda fixa, como os depósitos

na poupança e os depósitos a prazo (CDB e RDB), por exemplo, está emprestando o seu dinheiro para uma instituição financeira, ou seja, o investidor concede crédito e passa a ser credor da instituição. A instituição financeira (vedora) assume o compromisso de devolver, na data do vencimento, o capital inicial acrescido dos rendimentos definidos no momento do depósito. Resabiado, Francisco questiona: "E se a instituição não devolver o meu dinheiro?".

Intuitivamente, ele acaba de descobrir o que é o risco de crédito, a possibilidade de o devedor não honrar o compromisso de pagar o empréstimo — na linguagem informal, dar um calote. Opa, mas esse é um risco que Francisco não está disposto a correr. Para tentar ganhar mais do que a poupança, ele não quer correr o risco de perder todo o capital. É aí que o FGC (Fundo Garantidor de Créditos) entra em cena. Sim, os depósitos bancá-

rios são garantidos pelo FGC. Se a instituição emissora não pagar, o FGC paga, observadas as regras e os limites. Entrou no site do FGC (fgc.org.br) para saber tudo a respeito dessa garantia, queria assegurar que o seu dinheiro estaria protegido e como receberia seu dinheiro de volta se o pior cenário acontecesse. Descobriu que os produtos elegíveis à garantia de cada pessoa serão garantidos até o limite de R\$ 250 mil. Como Francisco ainda não tem tanto dinheiro, ficou tranquilo em saber que a garantia é suficiente para proteger todo o seu dinheiro. Como haverá uma corretora intermediando a operação, Francisco quer saber como comprova ser credor e ter direito à garantia se o pior acontecer. Basta apresentar a nota de negociação emitida pela corretora; caso seu nome não conste da lista de credores, deve apresentar também o comprovante de registro na

B3 (antiga Cetip) e o último extrato da corretora. Depois de toda essa lição de casa, Francisco se sentiu seguro e decidiu comprar a letra de câmbio da financeira. Guardou todos os documentos que serão necessários se precisar acionar a garantia. Alguns meses depois, chegou a notícia que ele não queria ouvir, mas sabia que podia acontecer: a instituição estava sob intervenção. Baixou o aplicativo do FGC para agilizar o recebimento do dinheiro sem a necessidade de comparecer a uma agência bancária. Fez tudo pelo app e em cerca de uma semana o dinheiro estava na sua conta bancária. Faltavam alguns meses para o vencimento do título, e Francisco ficou surpreso e feliz de receber o capital inicial corrigido pelo prazo decorrido até a data da intervenção, de acordo com a taxa de juros contratada. Foi melhor do que ele esperava.



Complexo com 39 prédios desenvolvidos pela Evergrande que serão demolidos, em Danzhou, na China

Hong Kong suspende negociação de todas as ações da Evergrande

Governo aguarda informações que poderão esclarecer reestruturação da empresa e o destino dos investidores

MERCADO
Thomas Hale

HONG KONG | FINANCIAL TIMES
Hong Kong suspendeu a negociação de ações da incorporadora imobiliária mais endividada do mundo, a Evergrande, na segunda-feira (21), enquanto aguarda a divulgação de "informações privilegiadas" da empresa chinesa que poderão esclarecer sua reestruturação e o destino dos investidores internacionais. A incorporadora imobiliária, que deixou de pagar suas dívidas internacionais no ano passado, juntamente com muitos de seus pares, está no centro de uma crise de liquidez nacional em todo o setor imobiliário da China, que promove o crescimento econômico e sustenta o emprego.

A reestruturação da Evergrande, que deverá ser a maior já realizada na China, é um momento decisivo na história do mercado de títulos em dólar da Ásia. A empresa tomou emprestados mais de US\$ 20 bilhões (R\$ 101 bilhões) em títulos denominados em dólares, de seus mais de US\$ 300 bilhões (R\$ 1,5 trilhão) em passivos. Mas deu poucas informações detalhadas, enquanto as autoridades chinesas trabalham para limitar o impacto do colapso da empresa. Uma pessoa próxima à situação disse que a Evergrande deveria ter uma teleconferência com investidores internacionais. Em comunicado à bolsa de Hong Kong, a empresa disse que a suspensão das negociações estava pendente da divulgação de informações,

mas não deu mais detalhes. A Evergrande enfrentou graves problemas de liquidez no último verão e começou a furar pagamentos de títulos internacionais em setembro, quando o trabalho em muitas de suas centenas de projetos foi interrompido e a construtora lutou para levantar dinheiro para pagar trabalhadores e credores. No domingo (20), o canal de mídia estatal O Jornal informou que o grupo estava vendendo uma participação de 30% numa empresa com sede em Nanjing, importante cidade da província de Jiangsu. Hui Ka Yan, presidente bilionário da Evergrande que já foi o homem mais rico da China, tentou restaurar a confiança na empresa e no mês passado descartou a venda de ativos, dizendo que ela concluiria a metade de seus projetos

restantes ao longo de 2022. As construtoras chinesas, que sustentaram a rápida urbanização no país, muitas vezes vendem apartamentos a indivíduos antes do término da construção. A ameaça de uma reação dos compradores transformou a crise do setor imobiliário em um desafio político e econômico para o governo do presidente Xi Jinping. Os investidores internacionais da Evergrande, que opera principalmente na China continental, foram deixados no escuro sobre sua situação e, em janeiro, alertaram sobre possíveis ações legais por falta de envolvimento. O destino da Evergrande e de suas vastas dívidas se tornou um teste para o modelo econômico da China em geral, que há anos é ancorado no crescimento imobiliário, mas está perdendo força. Em 2022, o governo divulgou uma meta de crescimento de 5,5%, a menor em três décadas. Reportagem adicional de Wang Xueqiao, tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Anúncio de plano de reestruturação deve vir até final de julho

REUTERS A Evergrande apresentará uma proposta de reestruturação de dívida para os credores até o final de julho, disse a empresa chinesa nes-

“
[A Evergrande está buscando] melhorar ainda mais as comunicações [com os credores]

Siu Shawn
diretor executivo da Evergrande

ta terça-feira (22), depois que as preocupações com a saúde financeira do grupo foram renovadas por um atraso na publicação dos resultados anuais. A empresa, cuja dívida com credores internacionais de US\$ 22,7 bilhões (R\$ 111 bilhões) é considerada inadimplente, está buscando "melhorar ainda mais as comunicações" com os credores para atingir a meta do final de julho, disse o diretor executivo da companhia, Siu Shawn. Mais cedo nesta terça-feira, a Evergrande anunciou que não cumpriria o prazo de 31 de março para apresentar seus resultados financeiros de 2021, porque o trabalho de auditoria não havia sido concluído. A incorporadora imobiliária mais endividada do mundo afirmou aos investidores em janeiro que pretendia ter uma proposta preliminar de reestruturação em seis meses. Uma onda de inadimplência no setor imobiliário da China abalou os investidores e, embora a intervenção estatal tenha reduzido as preocupações do mercado sobre um colapso desordenado da Evergrande, os credores ainda não sabem se vão recuperar seu dinheiro. A incorporadora criou um comitê de gerenciamento de risco em dezembro composto principalmente por membros de empresas estatais, já que o governo da província de Guangdong está liderando a reestruturação.

folhamais

Voltar ao escritório é bacana, mas o percurso até lá é atroz

Trabalhadores reclamam de tempo, custo e desconforto do transporte

OPINIÃO

Pilita Clark

FINANCIAL TIMES Na primeira terça-feira de março, choveu sem parar em Londres. Havia uma greve no metrô. Os ônibus estavam lotados. As notícias sobre a Ucrânia eram perturbadoras. Tudo isso servia como um pano de fundo desanimador para um dia que algumas empresas, entre as quais a minha, tinham a esperança de tornar especial. Era 1º de março, o dia em que deveríamos todos voltar ao escritório depois de quase dois anos de trabalho em sua maior parte remoto. Tentativas sérias para nos atrair de volta tinham sido feitas, começando pelo refeitório da empresa. “Quanto eu devo?”, perguntei ao pedir um café pela manhã. “Nada”, me responderam. Será que eu não tinha lido o email? Parece que, na semana anterior, quando estive de licença,

surgiu o anúncio de que a comida e bebida seriam gratuitas no refeitório em março e abril, para ajudar os trabalhadores a se reconectar ao local. Ligeiramente chocada, eu vi meus colegas empilhando panquecas e outras iguarias de café da manhã gratuitas em seus pratos. Na hora do almoço, me uni a eles, devorando um sanduíche grande e gratuito de filé de frango e tomando mais um café igualmente grátis; depois, hesitei por algum tempo pensando se deveria aproveitar a torta oferecida como sobremesa — também a custo zero. Outros presentes e atividades tinham sido organizados. Um clube de cinema, com pipoca grátis. Drinques de acolhida para os novos contratados. Mas o que mais me surpreendeu foi a oferta de massagens gratuitas. Com base no que li, isso coloca o Financial Times nas alturas, ao lado de empresas como o Goldman Sachs, que ofereceu cafés da manhã, almo-

[...]

Trabalhadores dos EUA acreditam que o principal benefício de trabalhar em casa é não precisar encarar a jornada de lá para o trabalho e que essa vantagem tem peso maior do que o tempo com a família, os horários mais flexíveis e a redução no tempo necessário a se preparar

ços e sorvetes gratuitos para seu pessoal no ano passado, a fim de tentar atrair os empregados de volta às suas mesas de trabalho. Neste mês, roscas gratuitas, coquetéis sem álcool e aulas de meditação foram oferecidos nos escritórios do Bank of Queensland, Austrália, e outros trabalhadores do banco receberam a oferta de cafés e almoços gratuitos entregues em suas mesas. Todos esses desdobramentos são excelentes, mas não estou certa de que eles funcionarão. Por mais deliciosa que seja a comida grátis, ela precisa enfrentar um rival formidável na batalha por levar os trabalhadores de volta ao escritório: o percurso de casa até o trabalho. O principal motivo para que os trabalhadores remotos de todo o planeta dizem temer o retorno ao escritório é o tempo, custo e desconforto que enfrentam para chegar às suas mesas de trabalho a cada dia. Nos Estados Unidos, notá-

veis 74% dos trabalhadores entrevistados responderam que o percurso até o escritório é o que mais os incomoda no retorno ao trabalho, de acordo com a consultoria Korn Ferry. Isso não surpreende, se considerarmos que o percurso médio de casa ao trabalho subiu a um pico de 28 minutos em 2019, de acordo com o Serviço de Recenseamento dos EUA, ante 25 minutos em 2006. Também não surpreende que outro levantamento realizado por pesquisadores acadêmicos no mês passado tenha demonstrado que os trabalhadores dos EUA acreditam que o principal benefício de trabalhar em casa é não precisar encarar a jornada de lá para o trabalho e que essa vantagem tem peso maior do que o tempo adicional com a família, os horários mais flexíveis e a redução no tempo necessário a se preparar para o trabalho. Pesquisas apontam que a viagem de casa ao trabalho é ainda mais detestada no Reino Unido, que apresenta alguns dos preços de transporte ferroviário mais altos da Europa, se a pessoa tiver de comprar a passagem no dia da viagem. No meu caso, a jornada para o escritório na semana passada foi notavelmente agradável. Um motorista de ônibus gentil me deixou embarcar sem pagar depois de eu tentar usar um passe que não funcionou na catraca. Conse-

gui lugar para me sentar, embora o ônibus estivesse lotado de passageiros por conta da greve no metrô. O melhor é que me sentei atrás de uma mulher que demorou só um pouco mais do que eu a desistir de resolver o desafio do Wordle naquela manhã. Infelizmente, muitos dos passageiros tiveram experiências muito piores. Alguns não conseguiram embarcar, porque só passavam ônibus lotados, e tiveram de caminhar por quilômetros na garoa. Outros desistiram e voltaram para casa. A greve do metrô causou boa parte do problema, mas não todo. Ela começou no mesmo dia em que os maiores aumentos de preços de passagens de trem em nove anos entraram em vigor na Inglaterra e no País de Gales. Para alguns de meus colegas, isso significa um custo diário de 28 libras (20 libras fora do horário do rush, cerca de R\$ 133 reais) para o transporte ferroviário, em trens mais lotados do que aqueles que pegavam antes da Covid. Eles talvez se conformassem em pagar o preço sem muita reclamação antes da pandemia, mas, agora, depois de dois anos de trabalho sem a obrigação de ir ao escritório, o custo dói mais. Não sei quantas rosquinhas gratuitas serão precisas para aliviar essa dor. Tradução Paulo Migliacci



Circulação de passageiros em estação ferroviária de Londres Foto: Akmer - 07 mar.22 / AFP

O que a inflação crescente na União Europeia pode nos dizer sobre as políticas americanas

OPINIÃO

Paul Krugman

Prêmio Nobel de Economia, colunista do jornal The New York Times

Na semana passada, a agência de estatísticas europeia, Eurostat, divulgou uma estimativa revisada da taxa de inflação na zona do euro em fevereiro. Não foi um relatório feliz: os preços ao consumidor subiram 5,9% em relação a um ano antes, mais do que a maioria dos analistas esperava. E vai piorar, conforme os efeitos da guerra na Ucrânia pesarem nos preços dos alimentos e da energia. O Reino Unido ainda não divulgou o número de sua inflação de fevereiro, mas o Banco da Inglaterra espera que ele se equipare ao índice na zona do euro. É claro que a inflação nos Estados Unidos é ainda maior, com os preços ao consumidor em fevereiro em alta de 7,9% na comparação com o ano anterior. Esses números não são exatamente comparáveis, por razões técnicas, mas a inflação nos EUA parece estar em torno de 2 pontos percentuais a mais que na Europa. Voltarei a essa diferença e

o que poderia explicá-la. Mas certamente o fato de que a inflação subiu muito em vários países, não apenas nos EUA, é digno de nota. Afinal, todo o Partido Republicano e um grande número de democratas conservadores insistem que o recente aumento da inflação nos EUA foi causado pelas políticas de grandes gastos do presidente Biden. A Europa, porém, não teve nada comparável ao Plano de Resgate Americano de Biden; no ano passado, o déficit orçamentário estrutural na zona do euro, uma medida padrão de estímulo fiscal, foi de apenas um terço do americano, como porcentagem do PIB. Então por que a inflação está subindo na Europa? Parte da resposta é o aumento dos preços da energia. Kevin McCarthy, o líder da minoria republicana na Câmara, declarou que os preços da gasolina “não são os preços da gasolina de Putin. São os preços da gasolina do presidente Biden”. Deixem-me explicar o absurdo dessa afirmação, usando dados britânicos. No final de dezembro de 2020, a gasolina na Grã-Bretanha custava o equivalente a US\$ 5,94 (R\$ 29,4) por galão.

[...]

Embora os salários por hora reais tenham sido desgastados pela inflação, a remuneração total pelo trabalho aumentou 13,6% desde a véspera da pandemia, comparada com apenas 5,2% na Europa

Em meados de março, tinha subido para US\$ 8,23 (R\$ 40,8) o galão. No mesmo período, os preços da gasolina nos EUA subiram de US\$ 2,24 (R\$ 11,1) para US\$ 4,32 (R\$ 21,4). Levando em conta os altos impostos britânicos sobre a gasolina, os aumentos de preços foram semelhantes. Mas não são só os preços da energia. A inflação nos EUA foi empurrada para cima em parte por problemas abrangentes na cadeia de suprimentos, com uma grande mudança da demanda por produtos pressionando portos, a capacidade de embarque etc.; essas mesmas pressões, que duraram muito mais do que muitos esperavam, também afligiram a Europa. Então o que a inflação alta na Europa nos diz? Primeiro, que uma grande parte da aceleração da inflação nos EUA reflete forças globais, mais que políticas e acontecimentos específicos nos países. Segundo, como essas forças globais podem diminuir se finalmente sairmos deste túnel escuro de pandemia e guerra, a inflação nos EUA poderá até diminuir substancialmente, mesmo sem mudanças drásticas de políticas. Dito isso, a inflação está

aquecida neste lado do Atlântico. Por quê? Um fator importante é que a economia dos EUA se recuperou mais depressa do que a da Europa. No quarto trimestre de 2021, o PIB (Produto Interno Bruto) real nos EUA foi 3% maior do que tinha sido antes da pandemia, enquanto a zona do euro mal havia recuperado seus prejuízos. E, caso você esteja se perguntando, não precisa descontar esses números pelo crescimento populacional mais rápido nos EUA; nossa população em idade ativa na verdade estagnou desde 2019, principalmente graças a um colapso na imigração. E o crescimento econômico dos EUA ajudou os trabalhadores, assim como o PIB. Embora os salários por hora reais tenham sido desgastados pela inflação, a remuneração total pelo trabalho aumentou 13,6% desde a véspera da pandemia, comparada com apenas 5,2% na Europa. Hoje, o excesso de inflação sugere que o recente crescimento econômico dos EUA foi uma coisa boa em excesso. Nossa economia parece claramente superaquecida, e é por isso que o Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) está certo em ter começado a aumentar as taxas de juros e deve continuar a fazê-lo até que a inflação ceda. Enquanto o superaquecimento é um problema, porém, não devemos deixar que

isso obscureça as coisas boas que aconteceram. Nós nos recuperamos rapidamente da recessão da pandemia e parecemos ter evitado os efeitos “cicatriz” em longo prazo que muitos temiam. A maior parte da inflação, mas não toda, que estamos experimentando provavelmente reflete forças globais temporárias, e diversos indicadores — pesquisas de consumidores, previsões profissionais — sugerem que as expectativas de inflação em prazo mais longo continuam “ancoradas”, isto é, a inflação não está se embutindo na economia. Ainda há a questão de por que os americanos se sentem tão mal sobre a economia, ou pelo menos dizem aos pesquisadores que se sentem mal (eles estão gastando como se estivessem otimistas). Não somos os únicos nesse sentido: o sentimento do consumidor europeu também levou um soco na cara da inflação, embora nada comparável ao que vimos aqui. Mas esse é um tema ao qual voltarei outro dia. Por enquanto, eu apenas diria aos americanos para olharem sua economia no espelho europeu. A recuperação da pandemia sempre seria dura, e Vladimir Putin a tornou mais dura. Mas, sob as circunstâncias, na verdade estamos nos saindo relativamente bem. Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Como denunciar compra indevida no cartão

Consumidor afetado deve entrar em contato com o banco imediatamente e também registrar boletim de ocorrência

COTIDIANO
Mariane Ribeiro

SÃO PAULO Imagine ser surpreendido ao receber uma notificação do banco ou ao olhar a fatura do cartão de crédito e perceber uma compra que você não efetuou. O que fazer? A primeira coisa é entrar em contato com seu banco imediatamente para impugnar a compra. A instituição bancária, então, abrirá uma sindicância para verificar como aquele gasto foi feito. Além disso, o cliente também deve registrar um boletim de ocorrência, uma vez que ele pode estar diante de uma situação de crime. Entre as possibilidades estão cartão clonado, dados vazados ou roubados ou aplicativos invadidos. O aposentado Alcir Pompone, 70 anos, passou por uma situação como essa. Ele estava internado em um hospital na capital paulista devido a uma doença cardíaca quando foram registradas em seu cartão treze compras feitas em um aplicativo de delivery de comida.

Ao receber a fatura, ele e sua família se assustaram e entraram em contato com o banco. "As compras foram feitas enquanto eu estava na UTI. Como eu poderia ter feito? Meu cartão e meu celular estavam guardados em casa, e as compras foram feitas no Rio de Janeiro, com um número de celular de lá", conta o aposentado. Segundo ele, o banco reconheceu a ilegitimidade de dez das treze compras, porém as outras três voltaram a ser cobradas nas faturas seguintes. "Meu filho ligou para o banco, reclamou e pediu que eles analisassem as datas, os locais, meu padrão de compras. Não fazia sentido cancelar dez compras e deixar as outras três", reclama o aposentado. Porém, a situação não foi resolvida. Pompone conta que o banco afirmou que não podia fazer nada pois o aplicativo estava indicando que ele tinha feito a compra e que a cobrança devia ser feita. Irritado com a situação, o consumidor decidiu que não pagaria o valor relativo às três compras, que somavam R\$ 840, mas apenas os outros

itens da fatura que de fato era de sua responsabilidade. "Reclamei no Procon. Para eles, o banco deu a mesma desculpa, mas o aplicativo chegou a dizer que ia suspender a cobrança, o que não aconteceu. Sigo recebendo ligações diariamente do banco cobrando uma dívida referente às três compras", afirma Pompone. Após ser procurado pelo Defesa do Cidadão, o Uber Eats entrou em contato com Alcir Pompone e disse que tinha re-

alizado a solicitação de estorno e cancelamento das transações e que ele deveria entrar em contato com o banco para ter mais detalhes. Ao Defesa, o banco Cetelem afirmou que recebeu a confirmação da Uber para o estorno e que regularizaria a situação o mais breve possível. Em um novo contato com a reportagem, Pompone confirmou a resolução do problema. Ao detectar uma compra indevida, ou seja, uma compra que não tenha sido rea-

lizada pelo titular do cartão ou com seu consentimento, o consumidor deve, imediatamente, impugnar a compra junto ao banco. "Com esse aviso, o banco deverá abrir um processo de sindicância para identificar como foi feita aquela compra, em quais condições ela foi efetuada", explica Marco Antônio Araújo Júnior, advogado e professor de direito do consumidor na era digital. Segundo Araújo, o consumidor deve também registrar um boletim de ocorrência, uma vez que muitas das compras indevidas são provenientes de fraudes. "O registro da ocorrência policial é importante porque, assim, a pessoa pode, por exemplo, conseguir ajuda da polícia para identificar o local onde a compra foi feita e até se a compra foi feita pessoalmente, ter acesso a imagens de câmera de segurança para provar que não foi ela quem efetuou a compra", afirma o especialista. O banco deverá verificar se aquelas compras fazem parte do perfil do cliente. "Por exemplo: a pessoa não

tem o perfil de efetuar compras durante a madrugada. Ela nunca fez uma compra sequer entre 3h e 6h da manhã. Então, se, de repente, foram feitas várias compras nesse período, o banco tem que alertar para isso e o sistema de segurança tem que indicar uma suspeita de fraude", pontua Araújo. Caso o problema seja reportado ao banco, ocorra uma sindicância e, ainda assim, as compras não sejam canceladas, o consumidor pode recorrer à Justiça. O advogado pontua ainda que, em casos como esse, a atuação dos órgãos de defesa do consumidor, como o Procon, fica limitada apenas ao nível administrativo. "Nessas situações, o consumidor pode até registrar uma reclamação no Procon, por exemplo, mas ele não poderá ajudar a produzir provas, não poderá obrigar o banco a devolver o dinheiro ou cancelar a compra", afirma. Ele vai ouvir o banco e, no máximo, poderá aplicar uma multa, mas dificilmente conseguirá chegar a uma solução efetiva."

“Com esse aviso, o banco deverá abrir um processo de sindicância para identificar como foi feita aquela compra, em quais condições ela foi efetuada”

Marco Antônio Araújo Júnior
advogado



Carla Carmel/Reuters

TRAUMAS FÍSICOS DE MULHERES BRASILEIRAS VIRAM TATUAGENS

Mulheres brasileiras feridas por queimaduras e outros traumas físicos agora podem buscar alívio por meio de uma tatuadora em uma missão para cobrir as cicatrizes, transformando lembranças persistentes de dor em animais e flores. O estúdio da tatuadora de São Paulo Karlla Mendes já aplicou sua habilidade em mais de 150 mulheres da capital paulista com o projeto "We Are Diamonds" (Nós Somos Diamantes). Muitas das mulheres que procuram o estúdio de Karlla são sobreviventes de violência doméstica, acidentes de carro ou doenças, determinadas a recuperar sua autoestima. Para se candidatar às tatuagens gratuitas, as mulheres precisam contar sua história e enviar fotos pelo site do projeto. Um traumático acidente de carro anos atrás deixou Valéria Festa com cicatrizes na perna esquerda, uma lembrança sempre presente de um dos piores momentos de sua vida. "Alguns momentos procurava nem olhar para a cicatriz. Eu nem olhava e ignorava, porque quando você olha, ela te incomoda, aquilo pesa, porque aquilo não te pertence e passa a fazer parte da sua vida." A tatuagem que ela tem agora é "incrível", disse. Leonardo Benassatto

Cliente perde linha telefônica de 32 anos por erro de operadora

SÃO PAULO Uma consumidora foi surpreendida ao solicitar o cancelamento de um pacote de internet à sua operadora e descobrir que a empresa também efetuou a desativação de uma linha telefônica que ela tinha havia 32 anos. Segundo especialistas, em casos como esse, a operadora tem a obrigação de reconhecer o erro, restabelecer a linha e o número ao consumidor e, eventualmente, providenciar o ressarcimento por possíveis danos havidos. Quem passou por essa situação foi a aposentada Vera Luiz Mariano, 66 anos. No dia 10 de janeiro ela entrou em contato com sua operadora e solicitou o cancela-

mento do pacote de internet residencial que possuía. Tudo parecia normal, ela chegou a receber um email confirmando o cancelamento da internet, até que percebeu que algo estava errado. "Alguns dias depois, percebemos que o telefone fixo dela não funcionava mais, que ele também tinha sido desligado", conta a filha de Vera, Rosenita Alexandre Mariano, 43 anos, psicóloga. Segundo Rose, a família entrou em contato com a operadora imediatamente contando o que tinha ocorrido e pedindo que o problema fosse solucionado o mais rápido possível. "Em um primeiro momen-

to eles me disseram que eu deveria ligar para eles e seguir os passos como se fosse comprar um número novo. O problema é que, quando fiz o que mandaram, recebi a resposta de que não tinha linha disponível na região", diz Rose. A psicóloga, então, entrou em contato com a Ouvidoria da empresa, que reconheceu o erro, mas não resolveu a questão. "Eles disseram que não tinham o que fazer, que não tinha linha disponível na região. É um absurdo, minha mãe tinha essa linha há mais de 30 anos. Agora ela vai ficar sem por causa de um erro deles?", reclama Rose. Procurada pelo Defesa do

Cidadão, a Vivo afirmou que entrou em contato com Vera para prestar os esclarecimentos necessários e solucionar o problema. A empresa disse também que "tem como estratégia ter o cliente no centro de suas decisões, mesclando metodologias e promovendo a melhor experiência do cliente com ações 'de fora para dentro da empresa'". Em novo contato, Rose confirmou o contato da empresa após a interferência do Defesa. Segundo a psicóloga, a atendente solicitou o pagamento de uma conta referente aos primeiros dias de janeiro e afirmou que, assim que o pagamento fosse efetuado, a linha seria reativada.

"Fizemos o pagamento e, como prometido, a linha voltou a funcionar", diz Rose. Roberto Pfeiffer, professor da Faculdade de Direito da USP e diretor da Brasilcon (Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor), explica que o caso é simples e que deve ser resolvido imediatamente pela operadora. "O mínimo que a empresa tem que fazer é consertar o erro imediatamente, além de, eventualmente, ressarcir o consumidor por outros danos havidos, mas a obrigação primordial que ela tem nesses casos é solucionar o equívoco e restabelecer a linha do consumidor", diz Pfeiffer. Segundo ele, o consumidor

que passar por situação semelhante deve esgotar primeiro os recursos de reclamação junto à operadora. "Se a pessoa já esgotou os recursos junto à empresa, ela deve acionar os órgãos de defesa do consumidor. Outra opção seria fazer uma reclamação junto à Anatel (Agência nacional de Telecomunicações), porque ela também tem como agir e ajudar o consumidor nesses casos", explica o especialista. Ele ainda ressalta que, se o problema não for resolvido, a pessoa deve "ir ao judiciário que, certamente, determinaria à operadora o restabelecimento da linha e do número o mais rápido possível". MR

folhamais



Amy Schumer em cena da primeira temporada da série 'Life & Beth' Fotos Divulgação

Amy Schumer mistura comédia e drama na nova série 'Life & Beth'

Humorista criou, roteirizou, dirigiu e estrelou produção que acompanha crise de meia-idade da protagonista

F5
Vitor Moreno

SÃO PAULO Ouvindo a descrição parece um drama: mulher de meia-idade começa a repensar a vida depois de perder um familiar próximo, enquanto relembra a adolescência conturbada durante a qual desenvolveu uma tricotilomania (mania de arrancar os próprios cabelos). Por outro lado, qualquer produção que leva o nome e a assinatura de Amy Schumer, 40, quase que imediatamente seria classificado co-

mo uma comédia. Escalada para apresentar o Oscar deste ano, ao lado de Regina Hall e Wanda Sykes, a humorista começou no stand up, ganhou fama com diversas participações na TV, até ganhar seus próprios especiais de humor. Com uma mistura bastante homogênea de comédia e drama, a série "Life & Beth", disponível no serviço de streaming Star+, faz o espectador ir das risadas às lágrimas em pouco tempo. Na trama, Beth tem um emprego estável como distribuidora de vinhos e uma relação duradoura, mas sem grandes

emoções, até que passa a se questionar se é isso que realmente quer. Schumer, que criou, roteirizou, dirigiu e também protagoniza a trama, diz que a personagem tem muito dela própria. "Uma das coisas que costuma surpreender as pessoas a meu respeito é que sou introvertida", revelou durante bate-papo com jornalistas em evento da Associação Americana de Críticos de TV (TCA, na sigla em inglês) que a Folha acompanhou. "Muitos de nós temos conflitos internos. Eu posso ser extremamente confiante em alguns momen-

Muitos de nós temos conflitos internos. [...] Acredito que todos estamos evoluindo e tentando ser nossas melhores versões, então quis trazer essa dinâmica para a série

Amy Schumer atriz

tos, mas também me considero alguém que tem baixa autoestima. Acredito que todos estamos evoluindo e tentando ser nossas melhores versões, então quis trazer essa dinâmica para a série." A humorista diz que não teve medo de mostrar esse lado menos conhecido ao público. "Eu queria mostrar esse lado mais vulnerável e obscuro", afirmou. "Eu sempre gosto de dividir essas coisas por que isso também ajuda a aliviar a dor. É meio terapêutico." Contudo, encontrar um bom equilíbrio entre drama e humor trouxe algumas dificuldades. "Quisemos fazer algo especial e com o pé na realidade, mas também divertindo porque a vida é assim. Tem trauma e dor, mas rir e crescer com isso é tudo o que podemos fazer." Um dos produtores executivos da série, Daniel Powell, contou que eles foram guiados pela autenticidade da criadora e que chegaram a abrir mão de algumas cenas mais engraçadas porque se afastavam um pouco do propósito da série. "Teve coisas engraçadíssimas que seriam incríveis de mostrar, mas seria no sentido de uma comédia mais direta", avaliou. "Algumas coisas entraram no primeiro corte, mas os executivos da Hulu [serviço de streaming que encomendou e exibe a série nos EUA] disseram que estava começando a parecer meio bobo e muito cheio de piadas, então tiramos." Na interpretação, Schumer disse que essa também foi a tônica entre o elenco. Era importante para todos da produção que as cenas fluíssem naturalmente. "Na minha experiência, isso é o que sempre funciona melhor na comédia." A artista contou que nunca pensou em virar humorista, mas acabou pendendo para esse lado, tendo em vista que sempre foi considerada engraçada. "Tenho essa memória doentia de quando tinha 5 anos e interpretei a Gretl em 'A Noiva Rebelde' em uma escola católica", revelou. Segundo ela, toda vez que entrava no palco, o público dava risada. "Isso me magoou e me deixou envergonhada. Lembro

do diretor me explicando que fazer as pessoas rirem era algo positivo, que significava que eles me amaram e que eu os estava fazendo felizes." Recentemente, ela diz que passou a lição adiante quando o filho Gene, de 2 anos, falou algo engraçado e todos em casa riram. O menino não gostou e a mãe repetiu o que ouviu de seu antigo diretor. Apesar da naturalidade com que faz as pessoas rirem, Schumer diz que não foi fácil se inserir no meio da comédia por ser mulher. "A cultura na qual cresci dizia que os meninos deveriam ser engraçados e os homens é que falavam", lamentou. "As mulheres só deviam tentar ser bonitas e eram chamadas só quando eles precisavam. Todos os nossos valores dependiam da nossa imagem, o que me fazia me sentir impotente." Ela diz que isso mudou quando passou a ver outras mulheres chegando onde ela queria chegar. "O que me empoderou foi ver outras mulheres sendo engraçadas e ocupando esses espaços", afirmou. "Foi ver mulheres fortes sendo retratadas e histórias em que falavam de forma honesta sobre a dificuldade de chegar lá." A criadora, no entanto, não pensou em se vingar dos homens retratando-os de forma negativa na série. "Os homens da série são mais sensíveis", avaliou. "A masculinidade tóxica já está em todo lugar, então achei que era uma boa oportunidade de mostrar personagens masculinos mais gentis." Um desses personagens é John, vivido por Michael Cera, com quem Beth eventualmente acaba se envolvendo. O ator disse que trabalhar com Schumer como chefe e contracenar com ela ao mesmo tempo foi tranquilo. "Amy não é intimidadora", garantiu. "O talento dela é inspirador e revigorante. Do momento em que fui chamado para a série e a conheci, me senti incluído e animado."

Life & Beth
Com Amy Schumer, Michael Cera, Kevin Kane, Violet Young, Laura Benanti e Michael Rapaport. Disponível no Star+

Em 'Amsterdam', cachorro funciona como elo entre ex-casal

SÃO PAULO A série se chama "Amsterdam", mas nada tem a ver com a capital holandesa. Na produção da HBO, o nome faz referência a um esperto cachorrinho que é encontrado na avenida homônima, na Cidade do México, e adotado por um casal. Nadia (Naian González Norvind) e Martín (Sebastián Buitrón) moram no bairro de La Condesa, espécie de Vila Madalena local, com muitas ruas arborizadas e cafeterias. Vale ressaltar ainda que parte da série, rodada durante a pandemia, foi gravada em Montevideu, no Uruguai, onde as condições sanitárias eram mais favoráveis na época. Já a criação, o roteiro e a direção são do argentino Gustavo Taretto ("Medianeras: Buenos Aires na Era do Amor Virtual"). Apesar de todo o caldeirão cultural em que a série foi produzida, ele afirma que ela é "100% mexicana". Ele define os dez episódios de 30 minutos como uma "quase comédia romântica". A trama gira em torno do casal citado acima, que "decide se separar, mas não entram em acordo sobre quem vai ficar com o cachorro". González Norvind diz que concorda com a definição do autor no que diz respeito ao "quase". "[A série] é romântica porque estamos tratando de uma relação de casal, mas ao mesmo tempo é a história de um desencontro". Por sua vez, Buitrón explica que o casal Nadia e Martín está em um momento de deci-



Naian González Norvind e Sebastián Buitrón, o casal Nadia e Martín, em 'Amsterdam'

são. "Estão chegando aos 30 anos e alcançaram um ponto de maturidade em que vão morar juntos, algo que não é simples", conta. "Estão há algum tempo juntos e começam a pensar se poderiam estar melhor, mas de que forma eles podem aliviar os próprios corações antes de destruir o que construíram?", questiona. "Os dois têm uma alma muito sensível e tranquila, então sabem conversar quando estão com problemas. Eles não têm gran-

des explosões." No entanto, para a parceira de cena, a aparente ausência de conflitos também se desenvolve como um problema. "Há muitas coisas acontecendo embaixo da superfície. Até que chega esse momento de quebra em que você decide que é o momento de se separar, mesmo que por um tempo, para continuar se dando bem com aquela pessoa." Taretto elogiou os atores escolhidos para interpretar o casal. "Nadia, a personagem que

a Naian faz, é muito melhor do que a que eu escrevi", afirma. "E o mesmo ocorre com o Sebastián. Acho que ele é o Martín, é como se eu sequer tivesse criado o personagem. Acho que os dois entenderam perfeitamente que, de algum modo, estão contando o que acontece na geração deles." O terceiro protagonista é o cãozinho Amsterdam —na realidade, foram usados 3 cachorros diferentes nas gravações. Os atores dizem que, por mais fofo que ele seja, não é

simples gravar com animais. "No final, você percebe que por mais robotizado que possam parecer no começo as indicações feitas ao cachorro, tem um momento em que isso se dissolve e acabamos conseguindo parecer tudo muito natural", comenta Buitrón. "Não só na nossa interação com o cachorro, mas também em cenas específicas em que ele estava sozinho", lembra o ator. "Ele tem que chegar até uma marca, parar, olhar para o lado, fazer xixi numa árvore e por aí vai. Às vezes eram mais de 20 tomadas para que o bicho entrasse no clima, mas foi muito bonito de ver como sempre houve muita paciência para esperar o tempo dele." Tem muita diferença entre a dificuldade de conseguir que o cachorro fizesse certas coisas e o resultado", avalia González Norvind. "Parecia que o cachorro tinha iniciativas próprias, que tinha lido o roteiro (risos)." Ambos atores lembram que o truque usado pelos donos para fazer os cachorros fazerem algumas cenas era prometer um petisco depois do trabalho realizado. "Era algo que eu não sabia e descobri nas gravações", relata ela. Outro ponto de destaque na série são os números musicais. Isso porque Martín é músico e tem um certo trânsito na cena local, fazendo inclusive com que alguns artistas mexicanos apareçam como convidados. A música "God Only Knows", dos Beach Boys, é uma das que

embalam a relação do casal. "São muito raras as vezes em que a música é extradiagética na série", diz o ator. "Se você escutar música é porque você vai ver gente tocando. Isso é muito importante para não distanciar o espectador daquele universo." González Norvind também vê a música como um ponto importante da série. "Acho que a música vai falando muito do que os personagens estão passando internamente e não necessariamente externalizando", conta. "É como se fosse uma ponte entre o espectador e o personagem, para que eles sejam entendidos." Para os dois, apesar de reproduzir um cenário muito específico da Cidade do México, a série trata de temas universais e que poderão ser apreciados em qualquer país. "Tivemos a sorte de contar com uma equipe de várias nacionalidades, que acrescentou diferentes perspectivas e experiências à história", afirma a protagonista. "Tem um pouco de ambas as coisas [local e universal]." "O universal está nas relações afetivas entre os humanos e também com o mascote deles", concorda Buitrón. "É isso que pode ser sentido por um japonês, por um finlandês ou por um mexicano." VM

Amsterdam
Dir: Gustavo Taretto. Com Naian González Norvind, Sebastián Buitrón, Hozé Meléndez, María Evoli e Danae Reynaud. Na HBO (um episódio por semana) e na HBO Max